

JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA

**O DUALISMO PARTIDÁRIO NO PERÍODO DE 1966 A 1982
E SUA REPRESENTAÇÃO LOCAL**

JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA

**O DUALISMO PARTIDÁRIO NO PERÍODO DE 1966 A 1982
E SUA REPRESENTAÇÃO LOCAL**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
De Assis – UNESP para obtenção do título de
Doutor em História (Área de concentração: História e
Sociedade)

Orientador: **Prof.Dr. Claudinei Magno Magre Mendes**

**ASSIS
2004**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A347 Alcântara, José Carlos
O dualismo partidário no período de 1966 – 1982 e sua representação local / José Carlos Alcântara – Assis , 2004.
346 f.

Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras, Campus Assis, Universidade Estadual Paulista “ Julio de Mesquita Filho ”.
Orientador : Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes.

1. História Política – Partidos políticos
2. Bipartidarismo
3. Eleições - Política local.

CDD - 21.ed. 900

CIP - NBR 12899 - AACR/2

DADOS CURRICULARES

JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA

Nascimento: 19.12.1941 – Jacarezinho/PR

Filiação: Laudelino Alcântara

Maria de Oliveira Alcântara

1964/1967: Curso de Graduação em História
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho

1983/1987: Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, nível de Mestrado,
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

1998/2004: Curso de Pós-Graduação em História, nível de Doutorado, Faculdade
de Ciências e Letras – UNESP – Assis

1968/1989: Professor do Ensino de 1º e 2º Graus - Secretaria de Educação do
Estado do Paraná

1971/1982: Professor Titular da Fundação Faculdade Municipal de Educação,
Ciências e Letras de Paranaíba

1975/1998: Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Maringá

1999/2004: Professor do Curso de Direito do Centro Universitário de Maringá -
CESUMAR

1999/2004: Professor do Curso de Direito da Faculdade Maringá

2001/1003: Professor do Curso de Direito da Faculdade Nobel - Maringá

Aos meus netos

Isadora, Guilherme, Daniela, Arthur e Amanda.

Para “Pinha”,

esposa, companheira e amiga.

Juntos construímos uma carreira acadêmica.

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	9
Lista de figuras.....	11
Lista de anexos.....	17
Lista de abreviaturas.....	18
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I.....	29
Abordagem referencial.....	29
CAPÍTULO II.....	69
1.O dualismo partidário no Brasil - 1966 -1982.....	69
1.1 O surgimento do bipartidarismo e as eleições de 1966.....	69
1.2 Ação e reação 1966 -1968.....	74
1.3 O controle político e a ascensão da oposição 1969- 1974.....	81
1.4 A força do arbítrio 1975 - 1977.....	97
1.5 Última eleição bipartidária 1978.....	109
2.O fim do dualismo partidário.....	113
2.1 A abertura política.....	113
2.2 A polarização na volta do pluripartidarismo.....	116
CAPÍTULO III.....	129
1.O dualismo partidário no Paraná - 1966 -1982.....	129
1.1 O surgimento do bipartidarismo e as eleições de 1966 - 1968.....	129
1.2 O incidente Leon Peres e as eleições de 1970.....	134
1.3 O ressurgimento da oposição -as eleições de 1972-1974.....	140
1.4 A reação governamental e as eleições de 1975 - 1976.....	146
1.5 O equilíbrio e as eleições de 1978.....	149
2. A polarização no pluripartidarismo - 1982.....	154
2.1 A rearticulação partidária.....	154
2.2 O pluripartidarismo polarizado.....	155
CAPÍTULO IV.....	176
1.O dualismo partidário em Maringá - 1966 -1982.....	176
1.1 A implantação do bipartidarismo local.....	176
1.2 A transição.....	176

1.3 A supremacia da ARENA - 1966.....	185
1.4 A articulação vitoriosa - 1968.....	186
1.5 O desânimo da oposição - 1970.....	191
1.6 O troco com nova articulação - 1972.....	192
1.7 O descontentamento a favor da oposição - 1974.....	197
1.8 A sobrevivência do regime - 1976.....	198
1.9 O crescimento do MDB - 1978.....	204
2.A polarização na volta do pluripartidarismo em Maringá - 1982.....	206
2.1 A rearticulação partidária.....	206
2.2 O pluripartidarismo polarizado - 1982.....	208
3. Trajetória dualística partidária da Câmara Municipal de Maringá.....	215
CAPÍTULO V.....	219
1. A representação local.....	219
1.1 Perfil dos prefeitos.....	219
1.2 Perfil da Câmara Municipal de Maringá.....	221
1.3 A visão de hoje para ontem.....	227
1.4 Os conceitos continuam.....	233
CONCLUSÃO.....	244
BIBLIOGRAFIA.....	251
ANEXOS.....	256
RESUMO.....	345
ABSTRACT.....	346

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Comparação das eleições de 1966, 1970 e 1974 no Brasil em porcentagens da totalidade dos votos.....	97
TABELA 02 - Composição da câmara dos deputados em janeiro de 1982, segundo filiação aos novos partidos.....	119
TABELA 03 - Composição da câmara dos deputados em agosto de 1982, segundo filiação aos novos partidos.....	120
TABELA 04 - Eleições de 1982 – BRASIL - partidos políticos senado federal-câmara dos deputados- governos estaduais- assembleias legislativas-prefeituras e câmaras municipais.....	123
TABELA 05 - Maringá – eleições em 1964 prefeito municipal.....	178
TABELA 06 - Eleições em Maringá – 1964 vice- prefeito municipal.....	179
TABELA 07 - 1964 - Composição inicial da câmara municipal de Maringá (legislatura: 14/12/64 a 31/01/69).....	182
TABELA 08 - Eleições em Maringá – 1968 – prefeito municipal.....	188
TABELA 09 - 1968 - Composição inicial da câmara municipal de Maringá (legislatura: 31/01/69 a 31/01/73).....	189
TABELA 10 - Eleições em Maringá – 1972 - prefeito municipal.....	193
TABELA 11 - 1972 - Composição inicial da câmara municipal de Maringá (legislatura: 31/01/73 a 31/01 /77).....	196

TABELA 12 - Eleições em Maringá – 1976 - prefeito municipal.....	200
TABELA 13 - 1976 - Composição inicial da câmara municipal de Maringá (legislatura:01/02/77 a 31/01/83).....	203
TABELA 14 - Eleições em Maringá – 1982 - prefeito municipal.....	212
TABELA 15 - 1982 - Composição inicial da câmara municipal de Maringá (legislatura: 01/02/83 a 31/01/88).....	214
TABELA 16 - Perfil dos prefeitos de Maringá no período de 1964/67 a 1982.....	219
TABELA 17 - Câmara Municipal de Maringá Perfil profissional dos vereadores no período 1966 a 1982....	221
TABELA 18 - Câmara Municipal de Maringá Perfil etário dos vereadores no período 1966 a 1982... ..	224
TABELA19 - Câmara Municipal de Maringá 1964/66 – 1982 – reeleição..	225
TABELA 20 – Resultados em média percentual – pesquisa de opinião GRUPOS A e B.....	237

LISTA DE FIGURAS

MAPA 01	- Localização de Maringá.....	20
MAPA 02	- Áreas de terras da CTNP-CMNP.....	21
GRÁFICO 01	- Eleições no Brasil 1966 Senado - Câmara Deputados - Assembléias Legislativas total de votos e %.....	72
GRÁFICO 02	- Eleições no Brasil 1966 - número de cadeiras.....	73
GRÁFICO 03	- Eleições no Brasil 1970 Senado -Câmara Deputados - Assembléias Legislativas total de votos e %.....	84
GRÁFICO 04	- Eleições no Brasil 1970 - número de cadeiras.....	85
GRÁFICO 05	- Eleições no Brasil 1974 Senado - Câmara dos Deputados - Assembléias Legislativas total de votos e %.....	96
GRÁFICO 06	- Eleições no Brasil 1974 - número de cadeiras.....	96
GRÁFICO 07	- Eleições prefeitos municipais - Brasil 1976 previsão do diretório nacional da ARENA.....	103
GRÁFICO 08	- Eleições prefeitos municipais - Brasil 1976 previsão do diretório nacional do MDB.....	103
GRÁFICO 09	- Eleições no Brasil 1978 senado - Câmara dos Deputados - assembléias legislativas total de votos e %.....	112
GRÁFICO 10	- Eleições no Brasil 1978 - número de cadeiras.....	113

GRÁFICO 11 - Eleições no Brasil 1982 senado - Câmara dos Deputados - assembleias legislativas total de votos e %.....	121
GRÁFICO 12 - Eleições Paraná 1966 - Senado Federal - votos e %.....	130
GRÁFICO 13 - Eleições Paraná 1966 - Câmara dos Deputados - votos e %	131
GRÁFICO 14 - Eleições 1966 Paraná - Assembleia Legislativa - votos e %	131
GRÁFICO 15a- Eleições municipais - Paraná 1968.....	133
GRÁFICO 15b- Eleições Paraná 1968 - prefeitos e vereadores total de votos e %.....	134
GRÁFICO 16 - Eleições Paraná 1970 - Senado Federal-total de votos e %	138
GRÁFICO 17 - Eleições Paraná 1970 -Câmara dos Deputados - votos e %	138
GRÁFICO 18 - Eleições Paraná 1970 - Assembleia Legislativa - votos e %	139
GRÁFICO 19a- Eleições municipais - Paraná - 1972.....	141
GRÁFICO 19b- Eleições Paraná 1972 - prefeitos e vereadores total de votos e %.....	142
GRÁFICO 20 - Eleições Paraná 1974 - Senado Federal - votos e %.....	142
GRÁFICO 21 - Eleições Paraná 1974 - Câmara dos Deputados - votos e %	145
GRÁFICO 22 - Eleições Paraná 1974 - Assembleia Legislativa - votos e %	146
GRÁFICO 23 - Eleições municipais - Paraná 1976.....	148
GRÁFICO 24 - Eleições Paraná 1976 - prefeitos e vereadores total de votos e %.....	149
GRÁFICO 25 - Eleições Paraná 1978 - Senado Federal - votos e %.....	151
GRÁFICO 26 - Eleições Paraná 1978 - Câmara dos Deputados - votos e %.	152
GRÁFICO 27 - Eleições Paraná 1978 - Assembleia Legislativa - votos e %	152
GRÁFICO 28 - Eleições 1966 a 1978 - Paraná - comparativo ARENA x MDB - Assembleia Legislativa.....	153

GRÁFICO 29 - Eleições 1966 a 1978 - Comparativo ARENA x MDB Câmara Federal.....	153
GRÁFICO 30 - Eleições Paraná 1982 - Governador - votos e %.....	156
GRÁFICO 31 - Eleições Paraná 1982 - Senado Federal - votos e %.....	157
GRÁFICO 32 - Eleições Paraná 1982 - Câmara dos Deputados- votos e %	158
GRÁFICO 33 - Eleições Paraná 1982 - Assembléia Legislativa - votos e %	158
GRÁFICO 34 - Eleições Paraná 1982 - número de cadeiras conquistadas - Câmara dos Deputados - 34 cadeiras.....	159
GRÁFICO 35 - Eleições Paraná 1982 - número de cadeiras conquistadas - Assembléia Legislativa - 58 cadeiras.....	160
GRÁFICO 36 - Comparativo das Eleições Paraná 1978 x 1982 Senado Federal - Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa ARENA- PDS x MDB-PMDB - em porcentagens.....	161
GRÁFICO 37 - Eleições municipais Paraná 1982.....	162
GRÁFICO 38 - Eleições prefeituras municipais Paraná 1982 - total de total e %.....	163
GRÁFICO 39a - total de votos e %.....	164
GRÁFICO 39b - Eleições prefeitos municipais Paraná - comparativo 1968 a 1982. total de votos.....	165
GRÁFICO 39c - Eleições prefeitos municipais Paraná - comparativo 1968 a 1982 em porcentagem.....	165
GRÁFICO 39d - Eleições para vereadores Paraná - Comparativo 1968 a 1982. total de votos.....	166
GRÁFICO 39e - Eleições para vereadores Paraná - Comparativo 1968 a 1982 em porcentagem.....	167
GRÁFICO 40 - Eleições em Maringá 1964 - prefeitura municipal.....	178
GRÁFICO 41 - Eleições em Maringá 1964 - vice-prefeito municipal.....	180

GRÁFICO 42 - Eleições em Maringá 1964 - Câmara Municipal % sobre o total de votos.....	182
GRÁFICO 43 - Eleições em Maringá 1966 Senado – Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa total de votos e porcentagem.....	186
GRÁFICO 44 - Eleições em Maringá 1968 - Prefeito Municipal.....	188
GRÁFICO 45 - Eleições em Maringá 1968 - Câmara Municipal % sobre o total de votos.....	190
GRÁFICO 46 - Eleições em Maringá 1970 Senado - Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa total de votos e porcentagem.....	192
GRÁFICO 47 - Eleições em Maringá 1972 - prefeito municipal.....	194
GRÁFICO 48 - Eleições para vereadores - Maringá 1972.....	195
GRÁFICO 49 - Eleições em Maringá 1974 Senado – Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa total de votos e porcentagem.....	198
GRÁFICO 50 - Eleições em Maringá 1976 - Prefeito Municipal.....	201
GRÁFICO 51 - Eleições em Maringá 1976 - Câmara Municipal % sobre o total de votos.....	204
GRÁFICO 52 - Eleições em Maringá 1978 Senado – Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa total de votos e porcentagem.....	205
GRÁFICO 53 - Eleições em Maringá 1982 - Governador do Estado total de votos em porcentagem.....	209
GRÁFICO 54 - Eleições em Maringá 1982 Senado – Câmara dos Deputados - Assembléia Legislativa votos e porcentagem.....	209
GRÁFICO 55 - Eleições em Maringá 1982 - Prefeitura Municipal.....	213

GRÁFICO 56 - Eleições em Maringá 1982 - Câmara Municipal % sobre o total de votos.....	214
GRÁFICO 57 - Evolução ARENA-PDS x MDB-PMDB - Câmara Municipal de Maringá nº cadeiras e porcentagem.....	216
GRÁFICO 58 - Perfil socioeconômico - Câmara Municipal de Maringá 1964-1982.....	221
GRÁFICO 59 - Origem dos vereadores segundo o setor econômico.....	222
GRÁFICO 60 - Origem profissional dos vereadores.....	223
GRÁFICO 61 - Câmara Municipal de Maringá 1966- 1982 faixa etária - número e porcentagem.....	224
GRÁFICO 62 - Câmara Municipal de Maringá 1966- 1982 rodízio parlamentar.....	225
GRÁFICO 63 - Câmara Municipal de Maringá 1966- 1982 procedência dos vereadores em % e nº.....	226
GRÁFICO 64 - 1. “perfil dos políticos” (A).....	238
GRÁFICO 65 - 2. “credibilidade política” (A).....	238
GRÁFICO 66 - 3.”interesses políticos” (A).....	239
GRÁFICO 67 - 4. “maneira de agir” (A).....	239
GRÁFICO 68 - 5. “ideologia dos partidos” (A).....	240
GRÁFICO 69 - 6. “ideologia do candidato” (A).....	240
GRÁFICO 70 - 7. “fidelidade partidária” (A).....	241
GRÁFICO 71 - 8. “voto obrigatório” (A).....	241
GRÁFICO 72 - 9. “pesquisa eleitoral” (A).....	242
GRÁFICO 73 - 10. “posição política” (A).....	242
GRÁFICO 74 - 1. “perfil dos políticos” (B).....	238
GRÁFICO 75 - 2. “credibilidade política” (B).....	238

GRÁFICO 76 - 3. "interesses políticos" (B).....	239
GRÁFICO 77 - 4. "maneira de agir" (B).....	239
GRÁFICO 78 - 5. "ideologia dos partidos" (B).....	240
GRÁFICO 79 - 6. "ideologia do candidato" (B).....	240
GRÁFICO 80 - 7. "fidelidade partidária" (B).....	241
GRÁFICO 81 - 8. "voto obrigatório" (B).....	241
GRÁFICO 82 - 9. "pesquisa eleitoral" (B).....	242
GRÁFICO 83 - 10. "posição política" (B).....	242

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 – ARENA comissão diretora nacional e estadual.....	257
ANEXO 02 – MDB comissão diretora nacional e estadual.....	259
<i>ANEXO 03 - Base programática da ARENA</i>	<i>261</i>
<i>ANEXO 04 –Programa do Movimento Democrático Brasileiro</i>	<i>272</i>
ANEXO 05 - Relação dos deputados cassados pelo AI-5.....	279
ANEXO 06 - Declaração de Porto Alegre.....	280
ANEXO 07 - Eleições municipais 1968 – Estado do Paraná.....	289
ANEXO 08 - Eleições municipais 1972 – Estado do Paraná	295
ANEXO 09 - Eleições municipais 1976 – Estado do Paraná	303
ANEXO 10 - Eleições municipais 1982 – Estado do Paraná - prefeitos	311
ANEXO 11 - Eleições municipais 1982 – Estado do Paraná - vereadores.....	319
ANEXO 12 – Diretórios dos partidos políticos de Maringá antes de 1965.....	327
ANEXO 13– Diretório do MDB de Maringá em 1968.....	339
ANEXO 14 – Diretório da ARENA de Maringá em 1969.....	340
ANEXO 15 - Diretórios PDS – PMDB – PT – PTB (1980-1981) - Maringá.....	341

LISTA DE ABREVIATURAS

AI = Ato Institucional
ALN = Aliança de Libertação Nacional
ARENA = Aliança Renovadora Nacional
CMNP = Companhia Melhoramentos Norte Paraná
CTNP = Companhia de Terras Norte do Paraná
ESG = Escola Superior de Guerra
MDB = Movimento Democrático Brasileiro
MR8 = Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTR = Movimento Trabalhista Renovador
PDC = Partido Democrata Cristão
PDS = Partido Democrático Social
PDT = Partido Democrático Trabalhista
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR = Partido Republicano
PSD = Partido Social Democrático
PSP = Partido Social Progressista
PT = Partido dos Trabalhadores
PTB = Partido Trabalhista Brasileiro
PTN = Partido Trabalhista Nacional
UDN = União Democrático Nacional
VPR = Vanguarda Popular Revolucionária

INTRODUÇÃO

A tarefa de realizar um trabalho de história política representa um esforço desafiante para qualquer historiador, visto que, de um lado, a literatura crítica condena as formas tradicionais de registrar os fatos e os fenômenos históricos, e, de outro, há necessidade de buscar as experiências de outras disciplinas para dar novo ânimo para à investigação histórica.

Não temos a ousadia de pretender realizar um trabalho que possa atender a todos os parâmetros exigidos pelos grandes mestres da história, os quais, com salutar preocupação, defendem a elevação da disciplina de história ao ponto mais alto das ciências. Desejamos, porém, contribuir com o nosso modesto conhecimento e capacidade de pesquisa, através de um trabalho de história política, subsidiado pela nossa experiência na disciplina de ciência política. Nossa pesquisa investiga um período da história político-partidária brasileira, passando pelo Paraná, e dando maior destaque a MARINGÁ, cidade expressiva localizada no norte do Estado (mapa 01).

MAPA 01
LOCALIZAÇÃO DE MARINGÁ

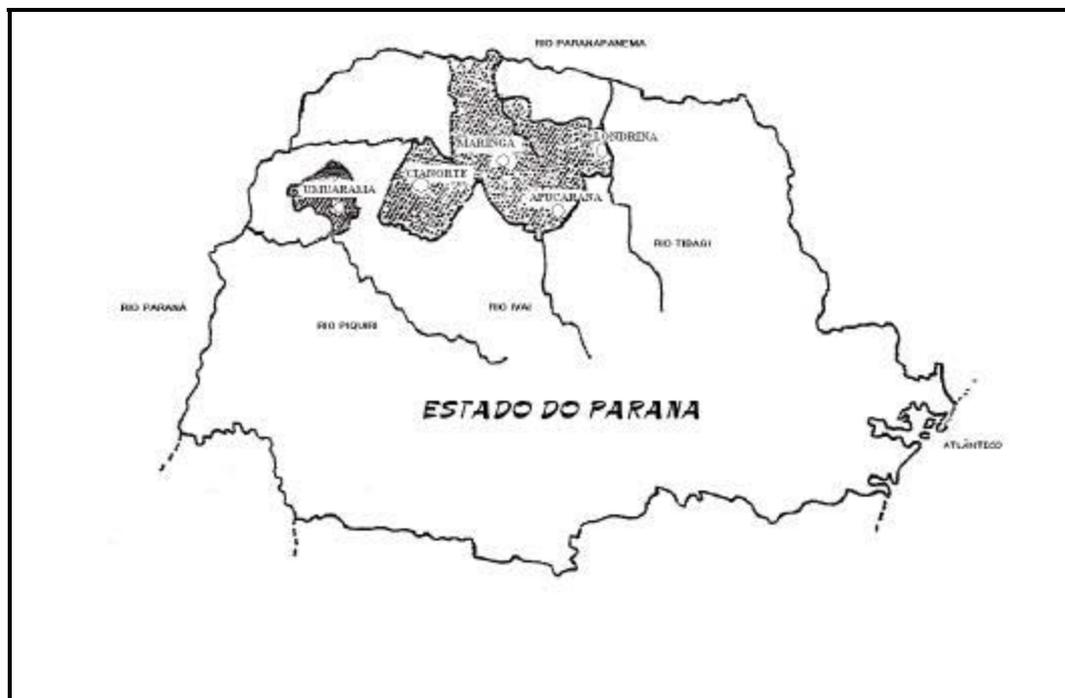


A cidade de Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947. Sua história está ligada ao projeto de colonização privado mais bem sucedido no Brasil, desenvolvido no início do século XX, de iniciativa inglesa. A empresa colonizadora organizada inicialmente em Londres, com o nome de “Brazil Plantations Syndicate Ltd”, adquiriu duas glebas de terras para instalar fazendas de algodão e máquinas de beneficiamento no Estado de São Paulo, mas o total insucesso desse empreendimento determinou, em 1925, a mudança dos planos iniciais. Na tentativa de ressarcir-se dos prejuízos sofridos, a “Brazil Plantations”

resolveu criar um projeto imobiliário no Estado do Paraná, organizando a “Paraná Plantations Ltd.”, cuja subsidiária no Brasil chamou-se “Cia. de Terras Norte do Paraná”.

MAPA 02

ÁREAS DE TERRAS DA CTNP – CMNP



Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro, por motivos de segurança nacional, proibiu a propriedade da terra por estrangeiros, obrigando a venda da companhia a um grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado, o qual levou a cabo, no mesmo sentido e com as

mesmas características, o projeto inicial (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). De 1925 a 1928 a companhia adquiriu uma área contínua de nada menos que 515.017 alqueires, o que corresponde à décima-sexta parte da área total do Estado do Paraná, e que é a sua melhor porção em termos de solo. Em 1944, foram adquiridos mais 29.000 alqueires. As terras da companhia tinham como referência os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí. A colonização previa a fundação de núcleos urbanos de maior e menor porte. Os de maior porte, como Londrina, Apucarana, Maringá, Cianorte e Umuarama, funcionariam como pólos de apoio regional (mapa 02). O núcleo de Maringá foi projetado de acordo com a mais avançada concepção de cidade existente na época¹. A economia cafeeira impulsionou o desenvolvimento do norte do Paraná, e Maringá se destacou como um centro socioeconômico regional. De uma população de 38.588 habitantes em 1950, atingiu 168.739 em 1980 e 288.653 habitantes em 2000². Nas eleições de 1950, o município tinha 8.618 eleitores inscritos; nas de 1982, 109.168; em 2000, 203.750 eleitores.

Nossa opção por pesquisar Maringá deveu-se à sua importância histórica no contexto do norte do Paraná, bem como à sua inserção na política paranaense e nacional.

¹ Sobre a colonização do norte do Paraná, consultar: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná, publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte Paraná, 24 de setembro de 1975, São Paulo.

² IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Censos 1950, 1980 e 2000.

O campo de estudo da política no Brasil é vasto e tem sido motivo de importantes investigações por parte de cientistas brasileiros e estrangeiros, particularmente no que concerne a partidos políticos e eleições.

Se o Brasil é um país que carece de transformação e evolução política, como fundamento democrático e inserção de uma cidadania positiva, ao mesmo tempo nos deparamos com a existência de um potencial histórico espetacular no campo político-partidário e eleitoral, disponível para investigação.

O historiador florentino Nicolau Maquiavel, no Capítulo Trigésimo Nono de sua obra *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*³, concluída em 1517, já exaltava a importância da história política:

Quem estuda a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios, baseados na semelhança dos acontecimentos. Porém, como estas observações são negligenciadas (ou aqueles que estudam não sabem manifestá-las), disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas.

³ Machiavelli, Nicolo. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: UNB, 1979, 2. ed. revista, 1982, p. 129.

Para compreensão em parte da vida político-partidária e eleitoral de uma comunidade, que é a base de toda a ação política, faz-se necessária uma visita aos cenários nacional e estadual.

O sistema bipartidário teve início oficialmente em 1966 e foi extinto em 1979. Entretanto, a prática política demonstrou que sobreviveu até 1982, por efeito de uma polarização dualística nas eleições. Embora já existissem mais três partidos políticos, não denotaram qualquer expressividade em nível nacional, com exceção, de forma isolada, do PDT no Rio de Janeiro. Na totalidade dos demais estados, dominaram o Partido Democrático Social-PDS (sucedâneo da Aliança Renovadora Nacional-ARENA) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB (sucedâneo do Movimento Democrático Brasileiro - MDB).

A organização política partidária brasileira, determinada pela legislação federal, tem de caráter nacional, impedindo a existência de partidos regionais ou locais. Isso quer dizer que os partidos primeiramente instituíam os diretórios nacionais e depois se consolidavam através da organização dos diretórios regionais e municipais.

De 1966 a 1979, a rígida legislação, controlada pelo governo autoritário, não possibilitava a fundação de mais de dois partidos: um que representava os interesses políticos do governo de exceção e outro que exercia uma oposição

vigiada, com o propósito de dar, na realidade, uma aparência democrática para a comunidade internacional.

Após 1979, com a extinção dos dois partidos oficiais, dentro de um novo quadro político, tentou-se criar um partido de conotação governamental forte, que inicialmente foi bem-sucedido (PDS). Porém a engenharia política governamental, que objetivava fragmentar a oposição política em ascensão, não conseguiu atenuar a reorganização da maioria dos opositoristas em um único partido, o PMDB, que constituiu expressiva frente política, superando o partido governamental nas eleições de 1982.

Todas essas ações e reações políticas tiveram seus contornos nas unidades da federação, assim como nos seus municípios.

A historiografia política já registrou que as questões ideológicas eram acentuadas em nível nacional, mas no nível local se consolidava muito mais o prestígio dos políticos, em razão de seus contatos diretos com o eleitorado subsidiado pelas mais diversas formas de clientelismos e pelos seus atos demagógicos cotidianos. Aliás, tradição na cultura política brasileira.

Partimos das seguintes hipóteses: a) que as lideranças políticas locais souberam com muita habilidade adaptar-se à nova conjuntura política, assegurando sua sobrevivência e suas práticas tradicionais de fazer política,

independentemente do jogo político nacional; b) a baixa institucionalização partidária favoreceu a política personalista e fortaleceu a disputa poliárquica pelo poder local; c) a volatilidade partidária e a fragilidade partidária em superar crises não impediram que dessem contribuições democráticas, como aglutinadores de interesses e aspirações do povo; d) a primeira eleição bipartidária configurou-se pluripartidária e a primeira eleição pluripartidária, em 1982, caracterizou-se como bipartidária.

Para consubstanciar o estudo da política local, entendemos ser necessário primeiro demonstrar o quadro do desenvolvimento político-partidário e eleitoral nacional e estadual. É necessário também dar ênfase à legislação político-militar, que provocou de forma autoritária todos os contornos da política partidária nacional com seus reflexos e intervenções no processo político estadual e municipal, embora a política local tivesse vitalidade própria, com base nas disputas interpessoais.

Como é de interesse histórico, salientamos significativos instrumentos da legislação política do período. Dentre os mais importantes, citamos o primeiro Ato Institucional e os Atos Institucionais nº 2 e nº 5. O Ato Institucional nº 5 ressuscitou o que no Império existiu com o nome de Poder Moderador. Uma vez invocados tais atos institucionais, o governo militar, usando como justificativa a defesa das instituições brasileiras, assumia o poder absoluto do Estado sobre a nação. Mas o que chama atenção é outro documento, o Ato Complementar nº 38,

datado de 13 de dezembro de 1968, constituído apenas de dois artigos: No 1º (em duas linhas), decreta o recesso do Congresso Nacional e no artigo 2º revoga as disposições em contrário. Isso demonstra a simplicidade do documento e a força do Estado autoritário ao fechar o maior símbolo de um Estado de Direito Democrático, que é o Congresso Nacional.

Em 1690, John Locke, através de seu *Segundo tratado sobre o governo civil*⁴, consolidava a supremacia do poder legislativo, na Inglaterra. Mais tarde, em 1748, Charles Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, publicava *O espírito das leis*, que no seu Livro Décimo Primeiro, Capítulo VI⁵, alertava:

Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleça leis tirânicas para executá-las tiranicamente.

A história política, ou a história social, não pode se omitir, deixando apenas para a ciência política interpretar esse momento relevante da política brasileira, tanto em nível nacional como em nível local. Nesse sentido, nos propusemos a realizar a presente pesquisa. No Capítulo I, realizamos uma abordagem de referência teórica dos partidos políticos e da história política, demonstrando o pensamento de importantes autoridades científicas. No Capítulo II, reproduzimos e interpretamos o quadro histórico nacional referente às ações políticas, e o desenvolvimento do quadro político-partidário e eleitoral nacional. No Capítulo

⁴ Locke, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 93.

⁵ Montesquieu, Charles Louis de Secondat, Baron de la Brève et de. *O espírito das leis*. Brasília: UNB, 1982, p. 187.

III, destacamos e interpretamos o quadro político-partidário e eleitoral paranaense, tendo sido necessária uma pesquisa exaustiva sobre 1.093 mapas eleitorais, fornecidos pelo TRE-PR, para que pudéssemos conhecer o resultado geral das eleições municipais de 1968-1972-1976 e 1982. No Capítulo IV, fazemos uma análise do desempenho político-partidário e eleitoral maringaense e das articulações da política local. Finalmente, o Capítulo V trata da representação política local, incluindo entrevistas e pesquisa de opinião.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM REFERENCIAL

Em busca de um referencial para o estudo do dualismo partidário brasileiro e sua representação local, no período de 1966 a 1982, nos socorremos inicialmente da obra de Samuel P. Huntington (1975), onde se ressalta a importância do partido político como principal articulador e agregador de interesses da sociedade moderna. Ele dimensiona na devida conta o partido político, mostrando a sua operacionalidade, tanto ideológica quanto funcional, isto é, destaca a capacidade mediadora do partido numa sociedade moderna ou em modernização, onde as reivindicações se multiplicam.

A modernização conduz a uma sociedade maior e mais diversificada, a que falta a comunidade “natural” da família ampliada, da aldeia, do clã ou da tribo. Desde que é uma sociedade maior, a sociedade em modernização é com frequência uma sociedade pluralista, que abrange muitos agrupamentos religiosos, raciais, étnicos e lingüísticos. A modernização faz surgir e põe em atividade a consciência política de grupos sociais e econômicos que não existiam na sociedade tradicional ou estavam fora do âmbito da política na tradicional. Ou esses grupos são assimilados ao sistema político ou se tornam uma fonte de antagonismo e de revolução contra o sistema político. O fator comum que dá

origem aos problemas da integração nacional e da assimilação política é a expansão da consciência e da participação política produzidas pela modernização.

As sociedades nas quais a participação já ultrapassa a institucionalização são evidentemente instáveis, ao passo que aquelas em que há equilíbrio entre uma e outra em altos níveis de ambas podem ser consideradas como tendo estabilidade comprovada.

Os meios institucionais principais de organização e expansão da participação política são os partidos políticos e o sistema partidário. Uma sociedade que desenvolve partidos políticos razoavelmente bem-organizados enquanto o nível da participação política é ainda relativamente baixo terá provavelmente menor expansão instabilizadora da participação política do que uma sociedade onde os partidos se organizam mais tarde no processo de modernização.

A redução da probabilidade de instabilidade política resultante da expansão da consciência e do envolvimento político exige a criação de instituições políticas modernas, isto é, partidos políticos, desde cedo, no processo de modernização.

O sucesso relativo dos Estados comunistas em proporcionar a ordem política decorre em grande parte da prioridade que têm dado ao ato consciente de organização política. Os esforços de modernização mais bem-sucedidos de

Estados unipartidários não-comunistas deram também prioridade máxima aos objetivos políticos.

Numa sociedade em modernização, “construir o Estado” significa, em parte, a criação de uma burocracia eficiente, mas também, o que é ainda mais importante, o estabelecimento de um sistema partidário eficaz em condições de estruturar a participação de novos grupos na política.

Os partidos organizam a participação política; os sistemas partidários afetam o ritmo em que a participação se expande. A estabilidade e a força de um partido e de um sistema partidário dependem tanto de seu nível de institucionalização quanto do seu nível de participação. Um alto nível de participação combinado com níveis baixos de institucionalização partidária produz política anônima e violência. A participação sem organização degenera em movimentos de massa; a organização em que falte participação degenera em *cliques* personalistas. Os partidos fortes requerem altos níveis de institucionalização política e altos níveis de apoio de massa. Mobilização e organização, esses *slogans* gêmeos de ação política comunista, definem precisamente o caminho para a força partidária. O partido e o sistema partidário que os combinam conciliam a modernização política e o desenvolvimento político. As eleições e os parlamentos são instrumentos de representação; os partidos são instrumentos de mobilização. Os partidos políticos dirigem a participação política de caminhos anônimos para os canais eleitorais.

As comunidades políticas tradicionais não têm partidos políticos; as comunidades políticas em modernização precisam deles, mas com frequência não os desejam. Um Estado sem partidos é também um Estado sem meios institucionais para gerar mudanças permanentes e absorver o impacto dessas mudanças. O conservador vê o partido como um desafio à hierarquia estabelecida; os administradores vêem-no como uma ameaça ao governo racionalizado; os populistas consideram-no um obstáculo à expressão da vontade geral.

Os argumentos contra os partidos traem as circunstâncias da origem histórica dos mesmos nas primeiras fases da modernização política. Na verdade, não são tanto argumentos contra os partidos quanto argumentos contra os partidos fracos. Corrupção, divisão, instabilidade e suscetibilidade à influência externa são características de sistemas partidários fracos e não fortes. São na verdade aspectos de sistemas políticos fracos de um modo geral, aos quais faltam instituições e governo estáveis e eficientes. Os partidos podem, sem dúvida, fornecer incentivos à corrupção, mas o desenvolvimento de um partido forte substitui os interesses privados fragmentados por um interesse público institucionalizado. Nas suas fases iniciais de desenvolvimento, os partidos surgem como facções e aparentemente exacerbam o conflito e a desunião, mas, quando criam força, se tornam o laço que liga uma força social a outra e cria uma base de lealdade e identidade que supera os agrupamentos mais paroquiais. Do mesmo modo, regularizando os procedimentos para a sucessão da liderança e para a assimilação de novos grupos no sistema político, oferecem a base para a

estabilidade e a mudança, ordenada em vez da instabilidade. Por fim, embora os partidos fracos possam tornar-se, de fato, instrumentos de potências estrangeiras, os partidos fortes proporcionam em larga medida os mecanismos de defesas institucionais para isolar o sistema político de qualquer influência externa. Os males atribuídos aos partidos são, na realidade, atributos de uma política desorganizada e fragmentada de *cliques* e facções, que predomina quando os partidos não existem ou são ainda muito fracos. A cura desses males na organização política, e num Estado em modernização política, significa organização partidária. O Estado sem partidos é natural de uma sociedade tradicional. Mas, à medida que a sociedade se moderniza, o Estado sem partidos se torna cada vez mais o Estado antipartidário. Quanto mais hostil é um governo em relação aos partidos políticos numa sociedade em modernização, maior será a provável instabilidade futura dessa sociedade. Os golpes militares são muito mais freqüentes em Estados sem partidos do que em qualquer outro tipo de sistema político. Um regime sem partidos é conservador; um regime antipartidário é reacionário. O progresso da modernização aumenta a fragilidade do sistema sem partidos.

A estabilidade de um sistema político em modernização depende da força dos seus partidos políticos. Por sua vez, um partido é forte na medida em que tem apoio de massa institucionalizado.

A suscetibilidade de um sistema político à intervenção militar varia na razão inversa da força dos seus partidos políticos.

O declínio da força partidária, a fragmentação da liderança, a evaporação do apoio de massa, a decadência da estrutura organizacional, a transferência dos líderes políticos do partido para a burocracia, o aumento do personalismo – tudo isso anuncia o momento em que os coronéis ocuparão o Congresso. Os golpes militares não destroem os partidos; ratificam apenas a deterioração que já vinha ocorrendo.

A força institucional de um partido político se mede pela sua habilidade em sobreviver ao seu fundador ou ao líder carismático que primeiro o levou ao poder. O segundo aspecto da força de um partido são a complexidade e a profundidade organizacionais, particularmente quando reveladas pelos laços entre o partido e organizações socioeconômicas, como os sindicatos e as associações de camponeses. O terceiro aspecto da força de um partido se relaciona com a extensão em que os ativistas políticos e os ambiciosos do poder se identificam com o partido e com a extensão em que consideram o partido simplesmente como um meio para outros fins.

Nos sistemas políticos altamente desenvolvidos, é raro que um líder político se transfira de um partido a outro, e o movimento de grupos e classes sociais de um partido para outro é um processo histórico geralmente complexo e

demorado. Em alguns sistemas em modernização, entretanto, o movimento interpartidário de indivíduos e grupos é o que predomina.

Um forte sistema político partidário tem a capacidade, primeiro, de expandir a participação através do sistema e de assim esvaziar ou desviar a atividade política anônima ou revolucionária e, segundo, de moderar e canalizar a participação de grupos recém-mobilizados de maneira a não subverter o sistema. O processo de desenvolvimento partidário evolui em geral em quatro etapas: faccionalismo, polarização, expansão e institucionalização.

Faccionalismo: a política evolui envolvendo um pequeno número de pessoas que competem entre si numa grande quantidade de alianças e agrupamentos fracos e transitórios.

Polarização: a consecução da expansão política depende da fusão e da polarização das facções, as quais, por sua vez, dependem, ou do acúmulo de divisões a tal ponto que as facções fiquem divididas em dois agrupamentos razoavelmente estáveis, ou do aparecimento de uma única questão dominante que ponha de lado todas as outras e, por conseguinte, concorra também para polarizar os participantes políticos. A questão crucial é: sob que situações um sistema fechado de múltiplas divisões se transforma num sistema em expansão de divisão polarizada?

Expansão: um partido forte atrai grandes massas da população e liga essas massas a si mesmo por meio de uma organização efetiva. Todas as revoluções implicam a expansão da participação política e as revoluções vitoriosas produzem partidos políticos fortes para organizar essa participação.

Institucionalização: a maneira pela qual se expande a participação política dá evidentemente forma ao sistema partidário que posteriormente se desenvolve.

A condição essencial da estabilidade política é um sistema partidário capaz de assimilar as novas forças sociais produzidas através da modernização. Nos países em modernização, os sistemas unipartidários tendem a ser mais estáveis que os sistemas partidários pluralistas. Os Estados em modernização com sistemas partidários multipartidários são, por exemplo, muito mais sujeitos à intervenção militar do que os Estados em modernização com um partido dominante ou com dois partidos. Huntington diz que um sistema multipartidário parece ser incompatível com um alto nível de institucionalização e de estabilidade política num país em modernização. Nos países em modernização, os sistemas multipartidários são sistemas partidários fracos.

Na ausência de competição entre os partidos, o substituto funcional mais próximo que o sistema unipartidário proporciona é a competição entre a hierarquia do partido e a hierarquia burocrática do Estado.

A modernização, além de tornar os líderes de um sistema unipartidário menos sensíveis às necessidades de expandir e organizar a participação no sistema, multiplica e diversifica também os grupos que procuram dele participar.

A força de um sistema unipartidário decorre da sua luta contra um poder imperial, um regime tradicional ou uma sociedade conservadora. Sua fraqueza vem da ausência da competição institucionalizada dentro do sistema político.

A competição partidária é obviamente impossível num sistema unipartidário, mas é provável também que seja menor num sistema multipartidário do que num sistema de partido dominante ou bipartidário. Nestes últimos sistemas, os líderes dos partidos competem ativamente entre si pela mobilização dos eleitores. Num sistema bipartidário, um partido vence e o outro perde e, por isso, cada partido tem um incentivo a mais para superar o outro na mobilização dos eleitores.

A competição partidária geral se justifica em termos de democracia, governo responsável e predomínio da maioria. Pode também justificar-se, entretanto, em razão do valor da estabilidade política. A competição eleitoral entre os partidos costuma expandir a participação política e a fortalecer, ao mesmo tempo, a organização partidária. A competição dessa espécie entre os partidos aumenta a probabilidade de que as novas forças sociais que desenvolvem

aspirações políticas e consciência política sejam mobilizadas para o sistema, ao invés de o serem contra o sistema.

Um sistema bipartidário decorre, não da natureza ou do movimento das sociedades, mas da natureza do sistema político. A distinção “natural” é fornecida pela divisão do sistema político em governo e oposição. A bipolaridade natural não é a social, entre a direita e a esquerda, mas a política, entre os de dentro e os de fora.

Na maior parte dos países em modernização, a maioria da população vive nas zonas rurais e trabalha na agricultura, mas a população urbana cresce muito mais rapidamente do que a rural, principalmente porque muita gente se muda do campo para a cidade.

A cidade se torna o centro permanente de oposição ao sistema político. A estabilidade de um governo depende do apoio que pode mobilizar no campo. À medida que a consciência política aumenta entre os grupos mais tradicionais, os líderes partidários são forçados a escolher entre os valores modernos e os políticos. A fonte da modernidade política é a cidade; a fonte da estabilidade política é o campo. A tarefa do partido é dominar ambos.

A teoria de partidos e estabilidade política de Huntington contribui para o entendimento e análise dos partidos e do sistema político brasileiro no período dualístico .

Para Duverger (1980), a maioria dos estudos relativos aos partidos políticos se prende sobretudo à análise de suas doutrinas. Essa orientação decorre da noção liberal de partido, que ele considera antes de tudo como um agrupamento ideológico: “um partido é uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política”, como escrevia Benjamim Constant em 1816. Essa concepção deu motivo a obras interessantes e numerosas, que se relacionam mais com a história das idéias políticas do que com a análise sociológica. No quadro de um estudo comparativo dos partidos, Duverger descreveu quase que unicamente a influência das doutrinas sobre as estruturas, e David Hume manifestava, em seu *Essay on parties* (1760), que o programa desempenha papel essencial na fase inicial, onde serve para reunir indivíduos esparsos, mas a organização toma em seguida o primeiro plano, passando a “plataforma” a ser acessória. Os partidos de sua atualidade se definem muito menos por seu programa ou classe de seus adeptos do que pela natureza de sua organização: um partido é uma comunidade de estrutura particular. Os partidos modernos se caracterizam, antes de tudo, por sua anatomia: aos protozoários das épocas anteriores sucedeu o partido de organismo complexo e diferenciado do século XX. Os norte-americanos falavam de “máquinas”, para se referir a determinadas formas que tomavam algumas vezes seus partidos; os comunistas denominavam “o aparelho” a estrutura hierárquica de

seu partido e de forma expressiva: a “organização”. O desenvolvimento do socialismo inspirou mais tarde Robert Michels a estabelecer a lei férrea da oligarquia, ou seja, as tendências oligárquicas das organizações de massa. Os estatutos e os regimentos internos jamais expressam mais que uma pequena parte da realidade, quando descrevem a realidade, porque eles são raramente aplicados de forma precisa. Sintetizando suas primeiras considerações sobre os partidos políticos, entendemos que sejam contemporâneas.

Embora o surgimento dos partidos esteja relacionado com as facções, o seu desenvolvimento parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. Quanto mais as assembleias políticas vêm desenvolver-se suas funções e sua independência, tanto mais os seus membros se ressentem da necessidade de se agruparem por afinidades a fim de agirem de comum acordo; quanto mais o direito de voto se estende e se multiplica, tanto mais se torna necessário enquadrar os eleitores por comitês capazes de tornar conhecidos os candidatos e de canalizar os sufrágios em sua direção. O nascimento dos partidos políticos encontra-se, portanto, ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais; esses dois elementos produziram um esquema de ligação permanente.

Quanto à estrutura dos partidos, Maurice Duverger refere-se aos partidos conservadores e liberais, que não procuram multiplicar seus partidários, dando como exemplo os Estados Unidos; seu arcabouço administrativo é embrionário;

sua direção permanece grandemente nas mãos de deputados e apresenta uma forma individual muito acentuada; o verdadeiro poder pertence a tal ou tal grupo congregado em torno de um líder parlamentar, e a vida do partido reside na rivalidade desses pequenos grupos. O partido se ocupa de problemas políticos; a doutrina e os problemas ideológicos desempenham apenas um papel secundário; o partidarismo baseia-se de preferência no interesse ou no hábito.

Os partidos socialistas da Europa continental possuem uma estrutura diferente, que repousa no enquadramento de massas populares tão numerosas quanto possíveis. Encontra-se ali, portanto, um sistema de filiação preciso, completado por um mecanismo de cotizações individuais muito rigoroso.

O comunismo e o fascismo criaram um tipo sociológico ainda mais original: uma centralização muito desenvolvida, que se opõe à descentralização dos partidos socialistas; assegura uma disciplina muito estrita; uma direção assentada em métodos autocráticos, onde a influência dos parlamentares é praticamente nula. Entretanto, a diferença entre os comunistas e os fascistas é profunda. Inicialmente pela sua estrutura: os primeiros apóiam-se num sistema de células de empresa; os segundos em uma espécie de milícias privadas. Em seguida, pela sua composição social: os primeiros apresentam-se como a expressão política da classe operária; os segundos constituem o exército defensivo das classes médias e burguesas. Pelas suas doutrinas e suas filosofias profundas, enfim: o comunismo crê nas massas, o fascismo nas elites; o primeiro é igualitário, o segundo aristocrático.

Vários tipos de partidos permanecem fora desse esquema geral. Os partidos católicos e democratas-cristãos, de início, ocupam um lugar quase intermediário entre os partidos antigos e os partidos socialistas. Os partidos trabalhistas, em seguida, constituídos à base de sindicatos e cooperativas, com uma forma de estrutura indireta. Duverger cita o partido agrário, cujo papel fica limitado em alguns países, e finalmente os partidos de tipo arcaico e pré-histórico: simples clientelas agrupadas em torno de um personagem influente, clãs constituídos em torno de uma família feudal, camarilhas reunidas por um chefe militar.

Nos partidos modernos, os membros inserem-se num quadro institucional, num arcabouço mais ou menos complexo. A comunidade global é um conjunto de pequenas comunidades de base, ligadas entre si por mecanismos coordenadores; constitui o quadro geral da atividade dos partidários, a forma imposta à sua solidariedade; determina os mecanismos de seleção dos dirigentes e os poderes destes; explica amiúde a força e a eficácia de certos partidos, a fraqueza e a ineficácia de outros.

São considerados membros dos partidos os simpatizantes, adeptos militantes e propagandistas. Uma série de círculos concêntricos ali se projeta, e onde a solidariedade partidária se torna cada vez mais forte. Por permanecerem maior número de vezes oficiosas, essas distinções não são menos reais.

Em linguagem corrente, a noção de “membro” de um partido coincide com a de adepto. Distingue-se deste o “simpatizante”, que se declara favorável às doutrinas do partido e lhe dá à vezes o seu apoio, porém permanece fora da sua organização, da sua comunidade. O simpatizante não é, propriamente dito, membro do partido. Contudo, quando se aprofunda um pouco, a distinção se esfuma e algumas vezes se apaga.

A noção de adepto está ligada a certo conceito dos partidos políticos, surgido no início do século XX, com os partidos socialistas, e imitado em seguida por outros. É o resultado da evolução que levou os partidos de quadros aos partidos de massas.

Partido de quadros trata-se da reunião de pessoas ilustres para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Pessoas influentes, de início, cujo nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe granjearão votos; a seguir, pessoas ilustres como técnicos, que conhecem a arte de manejar os eleitores e de organizar uma campanha; enfim, pessoas notáveis financeiramente, que contribuem com o fator essencial: o dinheiro. Aqui a qualidade importante mais que tudo: amplitude do prestígio, habilidade da técnica, importância da fortuna. Os partidos de quadros não fazem adeptos. Alguns fingem recrutá-los à imagem dos partidos de massas, por contágio; mas isso não tem nada de sério.

A distinção dos partidos de quadros e dos partidos de massas repousa numa infra-estrutura social e política. Desde logo tem coincidido, em seus grandes lineamentos, com a substituição do sufrágio restrito pelo sufrágio universal. Com o desaparecimento do sufrágio censitário, alimentador dos partidos de quadros, o financiamento capitalista das eleições passam afigurar-se natural. Sobreviveu ao sufrágio restrito. Os partidos de quadros simplesmente tentaram tornar flexível a sua estrutura, fingindo abrir-se às massas. Quanto aos partidos de massas, tendo como referência os partidos socialistas, como representantes da classe operária, enquadram seus adeptos integralmente. Esse enquadramento permite ao mesmo tempo libertar a classe operária da tutela dos partidos “burgueses”: para apresentar às eleições candidatos operários independentes, é necessário não depender do financiamento capitalista, o que é possível por um financiamento coletivo. As contribuições são modalidade essencial de financiamento das eleições: “viver das suas contribuições” é o objetivo proclamado pelo partido, cuja concretização pode garantir-lhe a independência. Os adeptos compreendem esse caráter vital da contribuição e aceitam o sacrifício que ela representa.

O simpatizante é mais que um eleitor e menos que um adepto. Como o eleitor, ele contribui com o seu voto para o partido; confirma a sua preferência política. O eleitor vota no segredo da cabina indevassável e não revela a sua escolha: a própria exatidão e a amplitude das medidas adotadas para garantir a discrição do escrutínio provam a importância do fato. Um eleitor que declare o seu voto não é mais um simples eleitor: começa a tornar-se simpatizante. Por esse

motivo, desencadeia, com efeito, fenômeno de contágio pessoal: sua manifestação já traz em si um elemento de propaganda; ele o aproxima igualmente de outros simpatizantes e cria os primeiros laços de uma comunidade. Há uma comunidade de simpatizantes, muitas vezes embrionária e distendida, mas real.

A noção de militante não é de modo algum mais fácil de definir que a de simpatizante. Nos partidos de massas, o termo “militante” designa uma categoria particular de adeptos. O militante é o adepto ativo: os militantes formam um núcleo de cada grupo de base do partido, sobre o qual repousa sua atividade essencial. No âmbito das seções, por exemplo, encontra-se sempre um pequeno círculo de adeptos nitidamente distintos da massa, que assistem regularmente às reuniões, participam da difusão das palavras de ordem, apóiam a organização da propaganda, preparam as campanhas eleitorais. Esses militantes formam uma espécie de comitê no interior da seção. Não se deve confundir com os dirigentes: não são chefes, mas executantes; sem eles, não haveria execução possível. Os outros adeptos fornecem apenas nomes num registro e um pouco de dinheiro nas caixas: aqueles trabalham efetivamente para o partido. Nos partidos de quadros, a noção de militante confunde-se com a de membro do partido. Os comitês são unicamente formados de militantes; em torno deles gravitam simpatizantes que não estão incluídos, propriamente falando, na comunidade partidária.

Quanto à direção dos partidos, Duverger expõe que, em toda comunidade humana, a estrutura do poder é o resultado de duas forças antagônicas: as crenças,

por um lado; as necessidades práticas, por outro. Em conseqüência, a direção dos partidos – como a da maioria dos grupos sociais atuais: sindicatos, associações, sociedade comerciais, etc. – apresenta duplo caráter, de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica. Os dirigentes partidários tendem naturalmente a conservar seu poder e a aumentá-lo, quando os seus membros não opõem de modo algum qualquer obstáculo a essa tendência e, ao contrário, fortalecem-na pelo seu culto aos chefes: sobre esse ponto de vista, a análise de Robert Michels não deixa de ser exata, afirma ele. Todavia, esforçam-se por conservar a aparência democrática: os processos autoritários e oligárquicos desenvolvem-se geralmente na ignorância dos estatutos, por uma série de processos indiretos, porém eficazes. Pode-se comparar essa técnica de camuflagem à empregada por certos Estados contemporâneos para atingirem os mesmos objetivos: estabelecer um poder autocrático por trás de fórmulas e de fachadas democráticas. Conclui que, como todos os grupos humanos, os partidos são conservadores: não modificam facilmente sua estrutura, mesmo se a evolução os impelir nessa direção. O caráter mais democrático de alguns advém, aliás, do fato de haverem surgido antes que processos de organização mais autoritários tenham sido postos em execução.

Oficialmente, os dirigentes partidários são quase sempre eleitos pelos adeptos e investidos de um mandato assaz breve, segundo as regras democráticas, embora não isentos das manipulações de bastidores em todos os escalões, nacional, regional e local. O conjunto dessas manipulações eleitorais conduz a

estabelecer duas categorias de dirigentes no interior do partido: chefes aparentes e chefes reais – os primeiros eleitos; os segundos designados por autocracia, dividindo o poder e conhecidos como “eminências pardas”, que por trás das púrpuras oficiais, são os manipuladores dos fantoches que se agitam no palco. Nos partidos autocráticos, os dirigentes são indicados pelas cúpulas.

A direção dos partidos tende naturalmente a assumir uma forma oligárquica. Uma verdadeira “classe de chefes” ali se constitui, uma casta mais ou menos fechada, um “círculo interior” de difícil acesso. Esse fenômeno aplica-se tanto aos chefes aparentes como aos chefes reais, tanto aos dirigentes autocráticos como aos dirigentes democráticos. A personalização do poder confunde-se às vezes com uma verdadeira divinização do poder.

As relações recíprocas entre dirigentes e parlamentares revestem-se de grande importância: a democracia exige que os parlamentares tenham superioridade sobre os dirigentes, os eleitos sobre os adeptos, pois aqueles constituem um grupo maior que estes, que são incluídos nele. Muitas vezes se verifica o inverso: constata-se, em numerosos partidos, uma tendência de os dirigentes ordenarem os parlamentares em nome dos militantes. Esse domínio do partido sobre os seus eleitos constitui uma forma de oligarquia que poderia denominar-se de “externa”, em relação à natureza oligárquica dos chefes no âmbito da comunidade dos adeptos. Essa tendência não é geral nem absoluta; a interpenetração é freqüente entre dirigentes e parlamentares. Na prática, os

principais líderes acumulam mandatos eletivos no país e postos de direção no partido. A separação das duas funções tem-se produzido lentamente, e o domínio partidário somente se tem estabelecido por etapas sucessivas. Podem-se assim distinguir três fases na evolução dos partidos: o domínio dos parlamentares sobre o partido; o equilíbrio relativo entre parlamentares e dirigentes do partido; finalmente, o domínio do partido sobre os parlamentares. Corresponde cada uma delas a certo tipo de partidos.

Quanto aos sistemas de partidos, salvo nos Estados de partido único, vários partidos coexistem num mesmo país: as formas e as modalidades dessa coexistência definem o “sistema de partidos” do país considerado. Duas séries de elementos compõem essa definição. Inicialmente, as similitudes e disparidades que se podem observar nas estruturas internas de cada partido que integram o sistema: distinguir-se-ão os sistemas de partidos centralizados e de partidos descentralizados, de partidos totalitários e de partidos especializados, de partidos maleáveis e de partidos rígidos etc. Em segundo lugar, a comparação dos diversos partidos permite determinar novos elementos de análise, inexistentes para cada comunidade partidária isolada: o número, as dimensões respectivas, as alianças, a localização geográfica, a distribuição política etc. Um sistema de partido é definido por certa relação entre todos esses caracteres. Como se determinaram diversos tipos de estrutura, trata-se de determinar certos tipos de sistema. A oposição do partido único, do sistema de dois partidos e do sistema multipartidário é clássica; muitas outras distinções se superpõem àquela e com

ela se combinam: sistema de partidos dominantes, de grandes ou pequenos partidos, de partidos estáveis ou instáveis, de evolução no sentido da esquerda (sinistrismo) ou de imobilidade etc.

Quanto ao número de partidos, Duverger aponta a coincidência dos partidos únicos com o regime totalitário e a democracia com o pluralismo partidário; quanto à oposição do bipartidarismo e do multipartidarismo, considera de menor importância; porque nem é sempre fácil distinguir entre o dualismo e o multipartidarismo, por causa da existência de pequenos grupos ao lado dos grandes partidos.

Quanto ao dualismo partidário, que interessa para o nosso trabalho, Duverger dá ênfase ao caso inglês e ao americano, que se opõem quanto à estrutura dos partidos. Na Inglaterra, esta repousa numa centralização bem grande, menos acentuada entre os conservadores que entre os trabalhistas, porém infinitamente mais forte do que nos Estados Unidos; neste país, os comitês são muito independentes uns dos outros: os “capitains” e os comitês dos “princincts” estão ligados aos comitês dos condados; estes últimos sofrem a autoridade dos líderes dos comitês dos Estados; acima, porém, dos Estados, não há, praticamente, coisa alguma, sendo fraquíssimos os poderes dos líderes e dos comitês nacionais. É impressionante a diferença em relação à Grã-Bretanha, onde o centro conserva o controle das finanças do partido e reserva para si o direito de ratificar as candidaturas propostas pelos comitês locais. Lembra, enfim, que os partidos norte-

americanos não repousam em base ideológica ou social alguma; que encerram em si elementos e doutrinas absolutamente heterogêneos; que constituem, na essência, máquinas de conquista de postos administrativos e políticos e de designação dos candidatos nos “pré-escrutínios”, que, freqüentes vezes, têm mais importância que o escrutínio verdadeiro; os partidos britânicos, pelo contrário, estão mais próximos da noção clássica de partido político.

Considera para a América Latina uma tendência ao bipartidarismo, quase sempre contrariada e deformada pelas revoluções, pelos golpes de Estado, pelas manipulações eleitorais e lutas dos clãs, que caracterizam a vida política desse continente.

Depois de descrever o dualismo no espaço, parte para a sua extensão no tempo; verifica que três tipos diferentes se têm sucedido desde o século XIX. O sufrágio censitário, em primeiro lugar, engendrou um bipartidarismo “burguês”, caracterizado pela oposição dos conservadores e dos liberais, cuja infra-estrutura social e ideológica era bem variável conforme os países. Em geral, tais conservadores apoiavam-se, principalmente, na aristocracia e no campesinato; os liberais na burguesia comercial, industrial e intelectual das cidades. Essa distinção sumária, no entanto, vem a ser muito aproximada: a linha de demarcação prática é muito mais complicada e matizada. Do ponto de vista doutrinário, os conservadores sustentavam a autoridade, a tradição, a submissão à ordem estabelecida. Os liberais individualistas e racionalistas, adeptos das Revoluções

Francesa e Norte-Americana, defendiam idéias de liberdade e igualdade que elas haviam lançado no mundo; muitos dentre eles, porém, mostravam-se tímidos em relação ao sufrágio universal e, sobretudo, às transformações sociais reivindicadas pelas classes operárias.

O desenvolvimento do socialismo provocou a alteração geral desse primeiro sistema bipartidário. Em certas nações foi muito tempo freado pelo sufrágio restrito, de modo que o dualismo ainda se mantinha no Parlamento, quando três partidos funcionavam no país; como o sufrágio era mais amplo, muitas vezes, no plano comunal e local, os candidatos socialistas eleitos penetravam nas prefeituras e nas municipalidades, sem poder entrar nas câmaras (a não ser em número muito pequeno). A coincidência é, pois, freqüente entre o estabelecimento do sufrágio universal (ou a ampliação de sufrágio restrito) e o aparecimento dos partidos socialistas no plano parlamentar, dando origem a um tripartidarismo. Com o enfraquecimento do Partido Liberal ou a fusão dos dois partidos antigos, Conservador e Liberal, e de outro lado o Partido Socialista, renasce o bipartidarismo sob nova forma.

Para Duverger, o bipartidarismo parece apresentar um caráter natural. Com isso se quer dizer que as opções políticas se apresentam comumente sob a forma dualista. Nem sempre há dualismo dos partidos, mas sempre há dualismo das tendências. Toda política implica escolha entre dois tipos de soluções: as soluções chamadas intermediárias se relacionam umas com as outras, o que equivale a dizer

que o centro não existe em política: pode existir partido do centro, mas não tendência do centro, doutrina do centro. Chama-se “centro” o lugar geométrico em que se juntam os moderados das tendências opostas, moderados da direita e moderados da esquerda. Todo centro está dividido contra si mesmo; todo ele se separa em duas metades: centro-esquerda e centro-direita, pois o centro não é mais que o agrupamento artificial da parte direita da esquerda e da parte esquerda da direita. O destino do centro é ser esquartejado, sacudido, aniquilado: esquartejado, quando uma das suas metades vota na direita, outra na esquerda; sacudido, quando vota em bloco na direita, ora na esquerda; aniquilado, quando se abstém.

A noção de dualismo político natural se encontra em concepções sociológicas muito diferentes: de um lado o temperamento radical e de outro o temperamento conservador, maneira de ver sumária e aproximada, mas que não deixa de ser exata. É verdade que alguns se sentem perfeitamente à vontade com as idéias recebidas, as tradições aceitas, os hábitos corriqueiros; ao passo que outros sentem a necessidade imperiosa de mudar tudo, de modificar tudo, de inovar tudo. “É melhor fazer uma coisa estúpida que sempre se fez do que uma coisa inteligente que não se fez nunca”, diz Duverger, citando uma piada inglesa que exprime o temperamento conservador. Tem-se proposto identificar essas duas tendências com idades diversas: a mocidade seria “radical” e a idade madura seria conservadora.

Para Duverger, há uma coincidência mais ou menos geral que ressalta entre o escrutínio majoritário de um turno e o bipartidarismo: os países dualistas são majoritários e os países majoritários são dualistas.

Os sistemas de partidos: partido único, bipartidarismo e multipartidarismo, tendem a tornar-se a classificação fundamental dos regimes contemporâneos. O grau de separação dos poderes depende muito mais do sistema de partidos que das disposições previstas na Constituição. No sistema de partido único, Executivo, Parlamento e Governo são fachadas constitucionais; no sistema bipartidário, dependem da estrutura constitucional: sistema parlamentar e sistema presidencial opõem-se, nesse terreno, de modo bastante sensível. O primeiro estabelece uma separação muito atenuada dos poderes; o segundo corresponde, pelo contrário, a um isolamento absoluto do Governo e do Parlamento, confinados cada um em suas funções respectivas e capazes de atuar eficazmente um sobre o outro. Assim, o regime parlamentar superpõe certa concentração dos poderes; o regime presidencial, pelo contrário, lhe opõe uma separação rígida. A concentração que o dualismo engendra será, pois, naturalmente mais acentuada em regime parlamentar, onde é acelerada, do que em regime presidencial, onde é freada. Conclui que essa análise esquemática é por demais formal; a realidade tem mais matizes. Em regime presidencial, as relações entre poderes são de todo diferentes, conforme a maioria do Parlamento e a Presidência estiverem nas mãos de um mesmo partido ou de partidos diversos. Se o mesmo partido ocupa, simultaneamente, a Presidência da República e a maioria das suas assembléias,

apagar-se-á quase de todo a separação constitucional dos poderes. A diferença entre o regime presidencial e o regime parlamentar esfuma-se, com efeito, apesar de sua distinção jurídica. Pelo contrário, se a Presidência e o Parlamento estiverem cada um nas mãos de um partido diferente, a separação oficial dos poderes agravar-se-á pela rivalidade dos partidos, rivalidade que lhe superpõe uma segunda separação. O dualismo acentua, aqui, a divisão dos poderes, em vez de atenuá-la. A separação dos poderes coincide com a diminuição das prerrogativas governamentais, e a fraca estrutura interna dos partidos aproxima, assim, o dualismo do multipartidarismo.

Esse referencial teórico de Maurice Duverger é de grande valia para a compreensão do dualismo partidário brasileiro.

De uma obra de referência como a de SARTORI (1982), vamos direto à sua teoria sobre os sistemas bipartidários.

Entende o autor italiano que as condições flexíveis para um sistema que funciona de acordo com as regras do bipartidarismo seriam as seguintes: i) dois partidos estão em condições de competir pela maioria absoluta das cadeiras; ii) um dos dois partidos consegue, na prática, conquistar maioria parlamentar suficiente; iii) esse partido dispõe-se a governar sozinho; iv) a alternância ou rotatividade no poder continua sendo uma expectativa possível.

Admite Sartori que essas quatro condições em que se baseia a sua definição de bipartidarismo são flexíveis e que mesmo assim os sistemas bipartidários são raros, segundo suas observações sobre diversos países na Europa e na América.

Lembra que, de modo geral, os sistemas bipartidários são explicados dentro das linhas formalizadas pelo modelo de Downs* para a competição partidária. A questão é, simplesmente: sob que condições o bipartidarismo funciona como previsto no modelo? O modelo prevê que, em tal sistema, os partidos competirão de maneira centrípeta, procurando minorar as separações e disputando o jogo da política com moderação responsável. Isso acontece, porém, porque a competição centrípeta é compensadora. Por quê? Presumivelmente porque os eleitores indecisos são moderados, isto é, localizados entre os dois partidos, mais ou menos em torno do centro do espectro de opiniões. Em suma, o bipartidarismo “funciona” quando a difusão de opinião é pequena e sua distribuição se concentra num ponto máximo único. Torna-se claro que, quanto menor a difusão da opinião, mais suave o funcionamento do bipartidarismo. Inversamente, quanto maior a distância ideológica, mais disfuncional é o formato bipartidário.

Quanto ao sistema de partido predominante, Sartori alega que seu sistema não coincide, e, na verdade, pouco tem em comum, com partido dominante; ele utiliza a palavra “predominância” para contrapor a “hegemonia”; e que o sistema de partido predominante, sem dúvida, pertence à área do pluralismo partidário.

* Antony Downs, *Economic Theory of Democracy*, 1957, cit. SARTORI (1982) p. 220.

Outros partidos, além do principal, não só têm permissão para existir, como também realmente atuam enquanto competidores legais e legítimos, embora não necessariamente eficientes, do partido predominante.

Quanto à dominação de um partido, não caracteriza, para ele, um sistema de partido único, apenas significa que é mais forte que os demais. Entretanto, é preciso verificar qual a margem de liberdade das eleições; saber se as urnas não serão violadas e os votos adulterados; se a contagem dos votos será ou não controlada, ou, de qualquer modo, controlável.

Embora Sartori, faça esses questionamentos para alegar que a noção de partido dominante não estabelece uma classe ou tipo de sistema partidário, para reforçar a sua idéia de sistema de partido predominante, ela nos leva a acreditar na existência de um partido dominante disfarçado dentro do sistema de partido predominante, por influência do sistema político. O eleitor vota livremente, mas o sistema político o induz a apoiar e consolidar a predominância do partido oficial dentro do sistema político. Isso não deixa de ser uma dominação sobre a oposição, situação que pode ser caracterizada no período bipartidário brasileiro.

Uma questão importante com referência aos partidos políticos brasileiros, e que não pode ser descartada, é estudada por Afonso Arinos (1980): que a mentalidade republicana era federal em primeiro lugar; em segundo, antipartidária, no sentido nacional; e que a hostilidade aos partidos nacionais era

visível nos homens mais representativos da primeira geração republicana. Os partidos estaduais é que iriam ser o mecanismo através do qual se exercia a chamada política dos governadores, que tinha dois aspectos mais importantes: um econômico e outro caudilhista. O aspecto econômico estava correlacionado com os Estados de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) e o caudilhista com o Estado do Rio Grande do Sul. Nos outros Estados havia oligarquias, famílias influentes que detinham o poder.

No quadro socioeconômico pós-1945, dentro do qual se institucionalizaram os partidos nacionais, o eleitorado rural votava com relativa liberdade legal, mas de fato sujeito à influência dos patriarcas locais, chefes e chefetes de maior ou menor importância. Os dois maiores partidos nacionais (PSD e UDN) se enquadraram na captação das influências pessoais dos chefes locais. O povo inteiro ainda confiava mais na ação dos chefes próximos do que na promessa dos oradores distantes. Esse patriarcalismo eleitoral do interior tinha como correspondente, nas cidades, o caudilhismo eleitoral. O fenômeno, no fundo, é o mesmo e provém de causas equivalentes: baixo nível cultural, indiferença por programas, confiança nos indivíduos e não nas idéias.

Continua Afonso Arinos, afirmando que o povo das cidades vota, como o do interior, por motivos pessoais. Os motivos é que variam. A diferença talvez mais frisante é que, nas cidades, a população vota nos chefes e no interior com os chefes. Aqui, em regra, os coronéis são candidatos; lá também, em de regra, eles

têm os seus candidatos. Se o processo patriarcal-caudilhista é mais ou menos o mesmo nas cidades e nos campos, as conseqüências políticas no entanto se modificam. E se modificam na medida em que variam os motivos de escolha entre o caudilho urbano e o chefe rural e, também, na medida da maior independência do eleitorado da cidade. Os interesses do eleitor rural e do semi-rural são mais diretos e simples: aconselham-nos a votar sob ordens do coronel de quem dependem, pouco lhes interessando em quem votam. Os interesses do eleitor urbano, mais complexos, induzem-no a votar no candidato que promete reformas de alcance social mais largo e profundo, que venham a melhorar sua vida. O eleitorado rural e o semi-rural representam as classes dominantes, no que elas têm de mais conservador e de mais ordeiro. O eleitorado citadino, excetuando-se o do Partido Comunista, representa também as classes dominantes, mas é mais sensível aos expedientes da demagogia populista e socializante.

Em decorrência do sufrágio universal, a esmagadora maioria do eleitorado brasileiro vota assim, levada por patriarcas ou caudilhos. Resta uma elite diminuta, quase toda habitando as cidades de mais de 20.000 almas, a qual vota livremente, levada por suas próprias convicções. Essa elite, dadas as condições de sua formação de classe, é predominantemente liberal, graduando-se o seu liberalismo desde o reformismo simplesmente político e administrativo até um reformismo mais avançado, de coloração socialista.

Afonso Arinos, com essas observações, sintetiza as bases sociais e culturais do comportamento do eleitor no período de estruturação dos partidos nacionais as quais se refletem ainda na atualidade, embora as condições sociais, econômicas e políticas brasileiras tenham mudado. Tais registros, contribuem para explicar a fragilidade dos partidos políticos em benefício das lideranças políticas conservadoras, podendo, talvez, excluir os partidos de esquerda.

Importante estudo de LAMOUNIER e MENEGUELLO (1986), que focaliza também o período 1945-1964, cita seis aspectos de razoável consenso na literatura especializada, a respeito da descontinuada organização partidária brasileira, ou melhor, de sua des-institucionalização nesse período.

Primeiro, destaca que na primeira metade dos anos 1950 eram claros os indícios de declínio eleitoral dos dois principais partidos – PSD e UDN, em benefício dos partidos nitidamente urbanos (entre eles o PDC); segundo, nenhum dos 13 partidos com existência legal durante o período desenvolveu uma estrutura organizacional complexa e voltada para a atuação permanente: eram, claramente, partidos de “notáveis” ou agremiações comandadas por “caciques” populistas; terceiro, a taxa de identificação subjetiva com esses partidos, no que se refere à massa, parece ter sido sempre muito baixa, sendo também pálido o índice de reconhecimento deles com entidades ideologicamente diferenciadas, por parte dos eleitores mais escolarizados; quarto, a fragmentação interna em facções (ideológicas ou não), freqüentemente identificadas com denominações próprias,

afetou, no mínimo, os três principais partidos – PSD, UDN e PTB; quinto, houve sempre um elevado grau de heterogeneidade e de dissenso intrapartidária devido aos desníveis socioeconômico entre regiões, ao processo de urbanização acelerada e, naturalmente, à estrutura federativa; finalmente, a permissividade legal no tocante a alianças e coligações foi, sem dúvida, extrema. Daí resultou o elevado grau de descaracterização das identidades partidárias durante as campanhas eleitorais, não apenas pela alta incidência de alianças nas eleições legislativas como também por elas terem sido totalmente variáveis de um Estado para outro.

Essas características do período 1945- 1964 contribuíram para um individualismo ou personalismo exacerbado, colocando em segundo plano a autenticidade da vida partidária, embora os partidos tenham contribuído para a preservação da continuidade formal das instituições.

Ainda com respeito à debilidade partidária e ao fortalecimento do individualismo, os autores destacam para o período, entre outras observações, que o peso do governo federal no conjunto da economia e o aumento de seu papel estratégico em virtude do projeto de desenvolvimento e de industrialização produzem o mesmo efeito. Clientelista ou advogado de reivindicações mais relevantes, o político tem de preservar antes de tudo o seu acesso aos centros decisórios, e secundariamente a sua lealdade a qualquer identidade partidária; a preponderância do Executivo sobre o Legislativo, em todos os níveis, pulveriza ainda mais o sistema e estimula o individualismo político; ao Executivo interessa

formar maiorias que apóiem seus projetos, mas não necessariamente maiorias coesas que eventualmente os questionem ou lhes antepõem obstáculos. Interessado sobretudo na preservação de seu acesso aos centros decisórios, que lhe garante a sobrevivência num sistema eleitoral eminentemente individualista, o político muitas vezes oferece a indisciplina partidária como contrapartida nessa barganha; o caráter permissivo: sistema eleitoral proporcional baseado em listas abertas, recurso indiscriminado a alianças nas eleições proporcionais, fácil trânsito individual de um partido para outro, inexistência de mecanismos legais de fidelidade parlamentar – tudo isso força os padrões de comportamento já descritos e vem ao encontro desse interesse “racional” dos políticos: perpetuar a possibilidade de um constante “oportunismo preventivo”; este último fator equivale, de fato, no que se refere ao conjunto do sistema, a um mecanismo de aprendizagem neurótico: o interesse utilitário do indivíduo retira do conjunto qualquer capacidade de defesa ante as crises. Imprensados entre a máquina decisória do Estado, que controlam muito imperfeitamente, e as pressões eleitorais de uma sociedade em rápida transformação, os políticos profissionais encontram uma dificuldade crescente para harmonizar seu interesse na sobrevivência eleitoral com os requisitos da coesão partidária.

Essas análises consistentes de Lamounier e Meneguello não se esgotam em 1964 e têm continuidade no período posterior.

Em pesquisa mais recente, MAINWARING (2001) apresenta três argumentos centrais sobre o caso brasileiro. Primeiro, afirma que o sistema partidário no Brasil tem baixa institucionalização: no Brasil os partidos aparecem e desaparecem com assombrosa frequência; os partidos têm raízes tênues na sociedade e escassa legitimidade, exercendo pouca influência sobre seus representantes no Congresso. Segundo, por que o sistema partidário brasileiro é pouco institucionalizado? Destaca três tipos de fatores: a) os fatores estruturais, que determinam fundamentalmente a formação dos sistemas partidários, impedindo a criação de modernos partidos de massa até 1945 e até hoje criando obstáculos à sua institucionalização; b) as elites políticas e os líderes estatais organizam partidos para promover seus interesses (já verificado no estudo de Lamounier e Meneguello (1986)): o Estado determinou de cima para baixo a formação dos partidos e dissolveu os sistemas em 1889, 1930, 1937, 1965 e 1979, acarretando efeitos desagregadores em todas essas ocasiões; c) as regras institucionais formais contribuem para a explicação da natureza do sistema partidário: no Brasil as elites políticas forjaram deliberadamente normas institucionais que favorecem os *cath-all parties*^{*}, descentralizados, indisciplinados e individualistas. O terceiro, tema principal de seu estudo, é o impacto da baixa institucionalização que, juntamente com a difundida confiança no clientelismo político, contribuiu para os problemas da democracia brasileira pós-1985: a

* Cita o autor em nota de rodapé: Termo consagrado por Otto Kirscheimer para designar um partido que busca conquistar um maior número possível de votos, atraindo os eleitores situados nas mais diversas posições do espectro de distribuição das preferências político-ideológicas do eleitorado, mediante o uso de um discurso genérico, que evita a retórica de classe. No Brasil, os *catch-all parties* são às vezes chamados de “partido pega-tudo”, outras vezes de “partido arrastão” ou “partido-ônibus”. Entretanto, esses termos não se consolidaram no meio acadêmico. Por essa razão, a expressão permanece em inglês.

fragilidade das instituições dificultou a tarefa dos presidentes da República de organizar apoio político mediante canais partidários; como alternativa, eles utilizaram largamente a patronagem, o que produziu efeitos corrosivos para a administração pública e a implementação de políticas; partidos fracos limitaram a representação popular, ajudando por esse meio a sustentar uma comunidade política elitista; os políticos individualistas se tornaram os principais veículos da representação, padrão que beneficiou as elites mais poderosas com as quais eles mantinham conexões; a cobrança de responsabilidades políticas através das eleições depende da capacidade dos eleitores de recompensar ou punir os políticos individuais e/ou os partidos; mas nos países em que as legendas partidárias mudam com muita frequência, em que partidos importantes desaparecem e outros entram em cena, em que políticos trocam de partido impunemente, em que a disciplina partidária é limitada e as alianças partidárias são usuais, mas de vida curta, e não têm alcance nacional, obstaculiza-se a responsabilização dos políticos por intermédio de partidos.

Em sua pesquisa, MAINWARING se baseia em três abordagens teóricas da política comparada: a macroanálise comparada, o institucionalismo e a escolha racional.

A primeira, a macroanálise, compara estruturas de classes, Estados, regimes políticos e padrões de desenvolvimento político em diferentes países e momentos do tempo. Complementa com o segundo enfoque, do institucionalismo histórico,

visto que as instituições têm certa autonomia em relação aos atores sociais e são elas próprias agentes importantes na vida política: ajudam a formar os atores políticos e criam incentivos que modelam o comportamento dos atores, concluindo o autor ser esse enfoque útil para o estudo dos partidos brasileiros. A terceira abordagem teórica é a da escolha racional, segundo a qual atores racionais, guiados pelo interesse pessoal, são a unidade fundamental de análise política; as teorias da escolha racional oferecem uma convincente explicação para importantes aspectos do comportamento dos políticos brasileiros e, por extensão, para importantes características dos partidos; os políticos pertencentes a partidos *catch-all* geralmente se comportam como atores guiados por interesse pessoal, cuja conduta é determinada pelas regras formais do jogo político; essas regras são uma importante explicação do individualismo dos políticos, da descentralização dos partidos, da fraqueza das organizações nacionais, da falta de disciplina partidária e da limitada fidelidade dos políticos aos seus partidos.

Com respeito à fraca institucionalização, para o caso brasileiro, Mainwaring diz que, embora não possa comprovar ou desmentir isoladamente nenhuma das hipóteses, entretanto elas ajudam a lançar luz sobre a experiência brasileira.

Quatro hipóteses sobre as conseqüências da instabilidade da competição interpartidária foram formuladas.

A primeira hipótese é que a instabilidade dificulta a identificação das posições dos partidos por parte dos cidadãos; muitos eleitores brasileiros têm dificuldade para localizar as posições políticas relativas aos partidos. A segunda é que a volatilidade eleitoral está associada a uma grande instabilidade das políticas públicas. A terceira diz que o rodízio parlamentar associado à alta volatilidade tende a ser maior; a elevada volatilidade no Brasil tem sido acompanhada por um rodízio moderado. Por último, e longe de ser conclusivo, para o Brasil, a alta volatilidade não impede a sobrevivência da democracia.

Quanto a raízes sociais fracas, a fragilidade das raízes dos partidos na sociedade está associada ao personalismo e aos problemas de *accountability**. Dada a fragilidade do sistema partidário, há menor controle institucional sobre o recrutamento de líderes do que nos países de sistema institucionalizado. Os candidatos aos cargos do Executivo são eleitos muito mais em razão de suas próprias forças e fraquezas do que por influência do partido, citando Meneguello (1995).

Nos sistemas em que os partidos têm pouca legitimidade, pode-se supor que exista espaço mais amplo para o aparecimento de políticos populistas de orientação antipartidária, que encontram terreno fértil para suas idéias quando

* Diz o autor em nota de rodapé, p. 34, que *Accountability* é um conceito de difícil tradução em português e refere-se, em geral, aos mecanismos institucionais que asseguram a responsabilidade dos diferentes agentes políticos pelo exercício das funções de representação política ou do governo concernentes ao mandato que detêm. Em regra, o termo é traduzido por responsabilização pública ou política.

muitos eleitores são hostis aos partidos. O Brasil tem pontos de semelhança com o modelo de democracia delegativa: tem instituições frágeis, um Executivo investido de grande poder e alto grau de personalismo. Esses aspectos estão estreitamente relacionados com a fraca institucionalização do sistema partidário.

Uma reflexão final focaliza especialmente o caso brasileiro: o baixo grau de institucionalização favorece os interesses das elites e tem efeitos adversos para a representação dos interesses populares. Dada a fragilidade dos mecanismos institucionalizados, a representação política no Brasil tem natureza personalizada e individualista, exceto na esquerda. Esse sistema individualista de representação favorece os grupos que têm conexões pessoais com os políticos. As elites têm melhor acesso aos canais de influência política do que as organizações populares. Os contatos pessoais são importantes por causa da natureza individualizada da representação, e as elites têm melhores conexões do que a população pobre. As pessoas de melhor situação social tendem a participar mais ativamente de partidos políticos do que os pobres. Os capitalistas têm acesso privilegiado aos políticos, principalmente por causa do seu papel no financiamento das campanhas eleitorais. A maioria dos candidatos precisa de muito dinheiro para pagar suas despesas de campanha; para reunir esses fundos eles recorrem aos setores endinheirados da sociedade, principalmente os empresários, que muitas vezes preferem patrocinar um político individualmente a fazer doações aos partidos. A severa, mas pouco respeitada, legislação eleitoral considerava as doações ilegais, e por isso as relações entre os políticos e os doadores se realizavam de modo sub-reptício.

Partidos fracos são um dos pilares de um sistema em que o Estado geralmente funciona para as elites; em que essas elites desfrutam de favores e de acesso privilegiado, no qual as normas universalistas são freqüentemente relegadas em nome de vantagens personalistas; em que as políticas públicas são constantemente minadas pelas trocas e favores personalistas e, em consequência de tudo isso, as classes populares são punidas.

Entretanto, Mainwaring considera que os partidos inevitavelmente têm defeitos, mas desempenham funções vitais e para eles não há nenhuma alternativa.

Esse trabalho exaustivo de Mainwaring representa um referencial importante para o entendimento da fragilidade das organizações partidárias e da baixa legitimidade dos partidos políticos brasileiros.

A estimulante discussão de Jacques Julliard, em LE GOFF e NORA (1995), conduz à afirmação de que a renovação da história política será feita em contato com a ciência política, que considera disciplina ainda jovem e em estado experimental, mas em plena expansão, e cujas pesquisas o historiador não pode ignorar, assim como não se pode desinteressar das conquistas da economia política, da demografia, da lingüística ou da psicanálise. Ressalta a preocupação na investigação empírica de correlacionar a ordem de permanência e a ordem de transformação, que são as marcas que distinguem a história. Salienta os estudos que tratam de regimes eleitorais, das próprias eleições e de seus resultados, de manifestações espontâneas, de grupos de pressão, do peso e da medida da opinião

pública. Em todos esses setores, o campo está aberto para estudos novos, fundados nas séries, na comparação, estudos que dariam enfim à história política uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que pareceria destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos.

Finalmente, em René Rémond (2003), encontramos uma análise que conduz a um novo pensar sobre a história política que leva à sua reafirmação, dentro das novas realidades e possibilidades de pesquisas. Salienta que não se podem dispensar as contribuições de outras disciplinas, como sociologia, direito constitucional, psicologia social, lingüística, matemática, informática, cartografia e outras, e que a história política não poderia se fechar sobre si mesma. Dá ênfase a dimensão histórica ao estudo das eleições e à compreensão dos comportamentos eleitorais que revelam mudança e continuidade; a história do sufrágio universal possibilita um vasto campo à investigação para os historiadores. Refere-se a estudos realizados na França, mas suas observações, avaliações e ensinamentos extrapolam para toda a comunidade acadêmica.

Essa abordagem referencial é de grande valia, interferindo direta ou indiretamente no desenvolvimento de nosso trabalho.

CAPÍTULO II

1. O DUALISMO PARTIDÁRIO NO BRASIL - 1966 -1982

1.1 O surgimento do bipartidarismo

O Ato Institucional nº 2¹, assinado em 17 de outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições para os governos de Estados, cujos resultados não saíram favoráveis como pretendia o governo militar, com a vitória dos candidatos do PSD aos governos de Minas Gerais (Israel Pinheiro) e da Guanabara (Negrão de Lima), como consequência imediata extinguiu todos os partidos políticos em seu Artigo 18. Com esse Ato o governo encerrou o período pluripartidarista iniciado em 1945. Novos partidos seriam constituídos nas condições fixadas mediante a Lei nº4.740 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), de 15 de junho de 1965, e pelo Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965.²

Utilizando os dispositivos legais então implantados, o governo impôs ao país o bipartidarismo, congregando na Aliança Renovadora Nacional (ARENA)³ as forças de apoio político-parlamentar ao regime e forçando, pelo rigor das exigências para constituição de novos partidos, os políticos que haviam

sobrevivido aos expurgos e cassações a se agruparem no Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴. Mais adiante, reconhecidos como partidos políticos, seus estatutos foram averbados pelo Tribunal Superior Eleitoral.⁵

A participação do MDB nas eleições de 1966 foi limitada, não só por sua incapacidade de se organizar em todos os Estados, como pelo cancelamento em larga escala dos registros de candidatos por ele apresentados⁶.

A campanha de intimidação destinava-se a enfraquecer o MDB e garantir uma decisiva vitória à ARENA. Pretendia também criar um clima de crise, que daria ao governo vantagem na negociação da nova Constituição, com um Congresso Nacional e um partido de oposição intimidado. A campanha preparou terreno para a institucionalização do Estado de Segurança Nacional⁷.

A sucessão de atos complementares e decretos-leis, e mais as tentativas do governo de limitar a participação do Congresso na redação da nova Constituição, ocasionaram uma rejeição dos parlamentares. O partido do governo, ARENA, juntou forças com a oposição para defender seu direito de apresentar propostas e emendas à Constituição, exigência sistematicamente negada pelo governo. O ponto alto do conflito ocorreu com a cassação de seis parlamentares federais do MDB em 12 de outubro de 1966.⁸ O presidente da Câmara dos Deputados, Lúcio Cardoso (ARENA), não admitia as cassações, alegando ser a matéria de "inalienável competência" da Câmara. Por consequência, o presidente Castelo

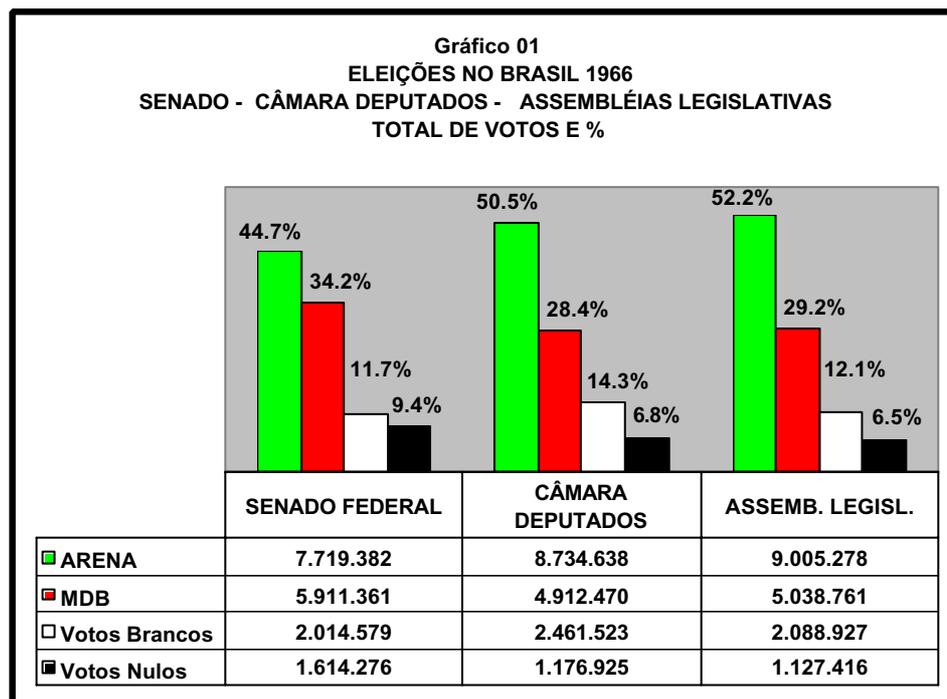
Branco, pressionado pela linha-dura⁹, em 20 de outubro de 1966, baixou o Ato Complementar Nº 23¹⁰, fechando o Congresso Nacional por um mês (20/10/1966 a 22/11/1966).

O MDB não teve condições de participar, em todos os lugares, das eleições de 15 de novembro desse ano, e sua campanha foi drasticamente inibida pelos atos de censura prévia. Outra questão grave para o MDB era a falta de credibilidade como partido de oposição. Nesse quadro desfavorável para o MDB, a ARENA saiu vitoriosa e a Constituição de 1967 foi aprovada, legalizando muitas medidas excepcionais decretadas nos atos institucionais e complementares. Com essas medidas, vai-se institucionalizando o modelo econômico constante da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento¹¹.

O Gráfico 01 retrata em percentuais a vitória da ARENA sobre o MDB. Para o Senado Federal a ARENA conseguiu 44,7% dos votos contra 34,2% do MDB; para a Câmara dos Deputados a ARENA conseguiu 50,5% dos votos contra 28,4% do MDB; e nas Assembléias Legislativas dos Estados da Federação a ARENA conseguiu 52,2% dos votos contra 29,2% do MDB.

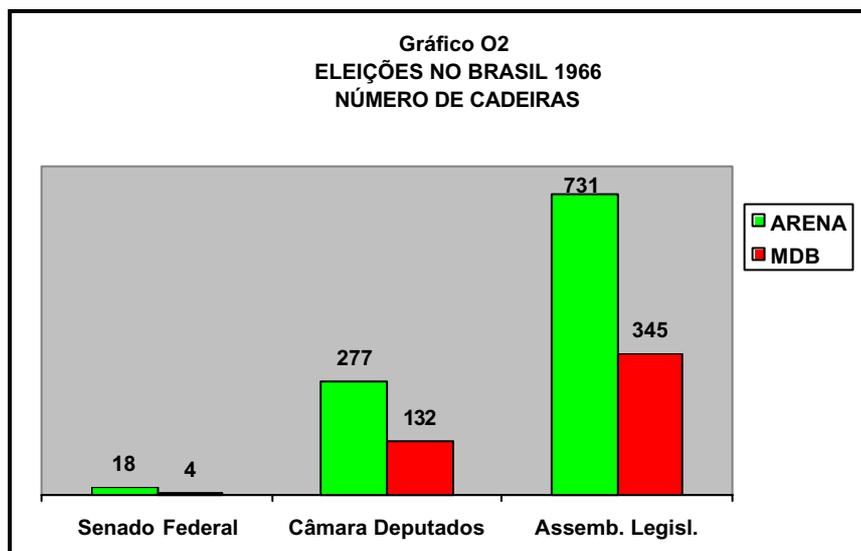
O Gráfico 01 demonstra, também, a superioridade da ARENA em relação ao MDB em quantidade de votos. O que chama a atenção é a quantidade de votos brancos e nulos, que, somados, apontam: Senado Federal 3.628.855 votos, ou seja, 21,1% do total de votos; Câmara dos Deputados 3.638.448 votos, ou seja, 21,1%

do total de votos; e Assembléias Legislativas 3.216.343 votos, ou seja, 18,6% do total de votos.



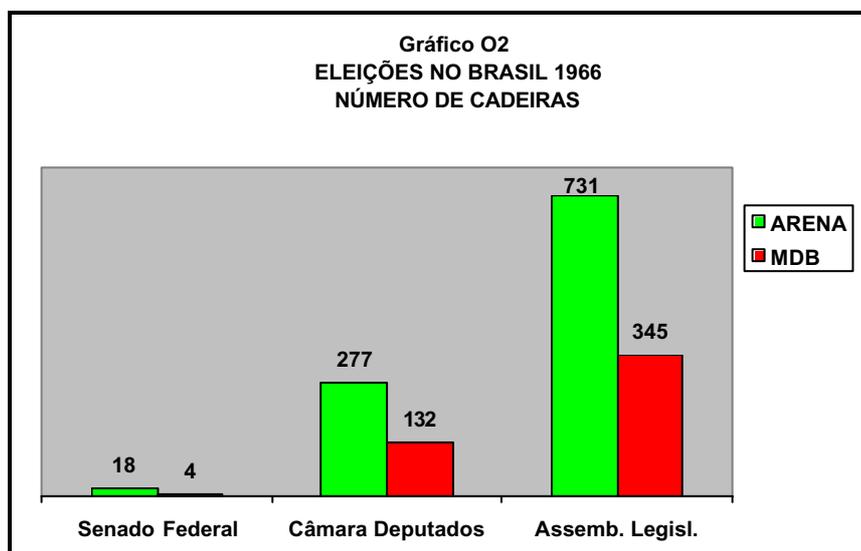
Fonte: Dados brutos TSE

A ARENA elegeu 1.026 parlamentares, sendo 18 para o Senado Federal, 277 para a Câmara dos Deputados e 731 para as Assembléias Legislativas. O MDB elegeu 481 parlamentares, sendo 4 para o Senado Federal, 132 para a Câmara dos Deputados e 345 para as Assembléias Legislativas. (Gráfico 02)



Fonte: Dados brutos TSE.

Essa eleição totalizou 17.259.598 votos para o Senado Federal, 17.285.556 votos para Câmara Federal e 17.260.382 votos para as Assembleias Legislativas.



Fonte: Dados brutos TSE.

1.2 - Ação e reação - 1967 a 1968

As restrições às eleições legislativas, estabelecidas no primeiro Ato Institucional¹² e no Ato Institucional nº 2, foram incorporados ao texto da Constituição de 1967, o mesmo acontecendo com outras leis complementares, como a Lei das Inelegibilidades e a regulamentação dos partidos políticos.¹³

Embora fosse pronunciadamente autoritária, a Constituição de 1967 refletia contradições básicas do sistema. Uma parte do texto visava ao controle: assegurar a aplicação das medidas exigidas pela Doutrina da Segurança Interna para destruir o “inimigo interno”¹⁴. Outra parte, que a oposição lograra impor sob a forma da Carta de Direitos, refletia o objetivo de restaurar a democracia. À medida que a dialética entre Estado e oposição evoluía para níveis mais altos em 1967 e 1968, essa contradição básica passou a fomentar a crise institucional que culminou com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13/12/1968¹⁵.

O marechal Arthur da Costa e Silva, escolhido presidente por um colégio eleitoral em 3 de outubro de 1966¹⁶, comprometia-se com uma política de liberalização que lentamente dissipasse as tensões, chamando a oposição a dialogar com o governo. Essa política de liberalização controlada, então conhecida como “política de alívio”, envolvia uma interpretação liberal da

legislação repressiva contida na Constituição de 1967. O governo efetivamente acenou para membros do MDB com a possibilidade de negociação, dando a entender que seria possível promover algumas modificações na Constituição.

A política repressiva dos governos pós-64 propiciou uma aliança informal de vários setores da oposição, iniciada em 1967 e transmutada em movimento social de massas em 1968. Embora se organizassem independentemente, os setores de oposição uniram-se nas grandes manifestações e passeatas de protesto de 1967-1968. Três setores principais adquiriram forças e coordenação suficientes para afetar em profundidade as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla. Esses diferentes setores da oposição expressavam seus pontos de vista em manifestações de rua, comícios e passeatas, assim como no Congresso Nacional, através de um grupo de deputados do MDB eleitos em 1966. Juntos, exerciam considerável pressão sobre o Estado.

Em 1967, sob a liderança de Carlos Lacerda, organizou-se um movimento político, que abrangia amplo espectro da opinião política, denominado Frente Ampla. A Frente Ampla foi buscar seus aliados entre os setores políticos civis tradicionais, inclusive as lideranças conservadoras. Um dos procurados foi o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que tivera seu mandato político cassado e suspensos por dez anos seus direitos políticos, com o objetivo de eliminá-lo de qualquer futura sucessão presidencial. A perseguição a Kubitschek tornou-o um "mártir político", aumentando seu prestígio junto à população.

Quando o ex-presidente juntou-se à Frente Ampla, o governo militar começou a preocupar-se seriamente.

Em setembro de 1967, os principais líderes da Frente reuniram-se com o ex-presidente João Goulart, exilado em Montevideu, Uruguai, para discutir as atividades da oposição e determinar metas comuns. Um acordo formal de cooperação foi assinado pelos líderes, estabelecendo as bases de sua aliança. Esse documento, conhecido como “Pacto de Montevideu”, assinado por Carlos Lacerda e João Goulart, que constituiu o programa da Frente Ampla, que começou a adquirir características de um partido político de oposição de amplas bases. Tinha o seguinte teor:

Convencidos da necessidade inadiável de promover o processo de redemocratização do Brasil, reunimo-nos em Montevideu.

Sabemos o que significam as privações e as frustrações do povo, especialmente dos trabalhadores, os que mais sofrem as conseqüências da supressão das liberdades democráticas.

Sabemos o que quer dizer o silêncio de reprovação dos trabalhadores, submetidos à permanente ameaça da violência e privados do direito de reivindicar seus direitos.

É preciso que se transforme, corajosa e democraticamente, a estrutura de instituições arcaicas que não mais atendem aos anseios de desenvolvimento do país. É preciso assegurar aos brasileiros o aproveitamento das riquezas nacionais, em favor do seu povo e não de grupos externos e internos, que sangram e exploram o seu trabalho.

Ninguém tem o direito de suprimir pela mistificação, pela usurpação total do

poder civil, ou pelo ódio, as esperanças do país de solucionar, pacificamente, os grandes problemas do nosso tempo.

Pensamos que é um dever usar todos os recursos ao nosso alcance na busca de soluções pacíficas para a crise brasileira, sem cultivar ressentimentos pessoais, nem propósitos revanchistas.

Não nos entendemos para promover a desordem, mas sim para assegurar o estabelecimento de verdadeira ordem democrática, que não é a do silêncio e da submissão.

O salário mais justo, mais do que nunca, é uma exigência do trabalhador, esmagado pela pobreza, e de todo o país, para a expansão do mercado interno.

A retomada do processo democrático, pela eleição direta, é essencial para conquistar, ao mesmo tempo, o direito de decisão, que pertence ao povo, e a pacificação nacional, instrumento de mobilização do Brasil para o esforço do desenvolvimento com justiça social e autonomia nacional.

Queremos que a paz com liberdade, a lei com legitimidade, a democracia não como uma palavra, mas como um processo de ascensão do povo ao poder.

A Frente Ampla é o instrumento capaz de atender com esse sentido, responsavelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional, e pela retomada dos esforços para formular e pôr em execução as reformas fundamentais e a reconquista da direção dos órgãos que decidem do destino do Brasil.

A formação desse movimento - uma verdadeira Frente Ampla do povo, integrada por patriotas de todas as camadas sociais, organizações e correntes

políticas - é a grande tarefa que nos cabe realizar com lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as, sem desfalecimento, para reconduzir o Brasil ao caminho democrático.

Movidos exclusivamente pela preocupação com o futuro do nosso país, não fizemos pactos, não cogitamos de novos partidos, nem de futuras candidaturas à presidência da “República”. Conversamos sim, longamente, com objetividade e respeito, sobre a atual conjuntura política, econômica e social do país.

Não temos ambições pessoais, nem o nosso espírito abriga ódios; anima-nos tão-somente o ideal, que jamais desfalecerá, de lutar pela libertação e grandeza do Brasil, com uma vida melhor para todos os seus filhos.

Assim, só assim, evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil.

15 de setembro de 1967, ass. Carlos Lacerda e João Goulart¹⁷.

A participação de Juscelino Kubitschek e João Goulart deu à Frente legitimidade tanto em círculos políticos mais amplos quanto em setores sindicais e trabalhistas. Políticos do MDB já estavam integrados na Frente, como Mário Covas e Martins Rodrigues, mas oficialmente o MDB se posicionou da seguinte forma: o partido como organização não participaria do movimento, mas não colocaria restrições a seus membros que quisessem aderir à Frente, uma vez que o MDB reconhecia que tanto o partido de oposição quanto a Frente Ampla estavam lutando pelo mesmo objetivo de restabelecer a democracia no país¹⁸. O programa da Frente pedia a redemocratização do país, a revogação de toda legislação de controle, o fim das diretrizes salariais, e afirmava os direitos dos trabalhadores,

inclusive o direito de greve. Finalmente, pedia a imediata realização de eleições livres e diretas em todos os níveis da representação política. A Frente Ampla era especialmente ameaçadora para o Estado de Segurança Nacional por atrair representantes conservadores das classes médias e altas, que haviam apoiado o golpe militar. Pior ainda, começou a exercer influência entre os próprios militares. O Estado de Segurança Nacional deu um passo decisivo em 04 de abril de 1968: baixou a Portaria Nº 177, proibindo a “Frente Ampla”¹⁹. Entretanto, o Congresso Nacional tornou-se um espelho da inquietação da sociedade civil.

Os parlamentares de oposição eleitos em 1966 reagiram ao clima político, vindo a apoiar o crescente movimento de protesto de massa de trabalhadores e da classe média. Um grupo de parlamentares do MDB, destacando-se o deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo então Estado da Guanabara, instou a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro de 1968, do Dia da Independência, cujo evento era um importante componente psicológico da estratégia de intimidação. A exibição de equipamentos militares pesados indicaria à população que tudo aquilo poderia provavelmente voltar-se mais contra ela do que contra um agressor estrangeiro, com a alegação da defesa da segurança interna. Reagindo ao discurso do deputado Márcio Moreira Alves, os ministros militares recorreram ao Supremo Tribunal Federal, acusando o parlamentar de haver gravemente ofendido a honra e a dignidade das Forças Armadas. Entretanto, a Constituição de 1967 estava em vigor e não era possível punir sumariamente um deputado por discurso feito na tribuna da Câmara. Nesse caso, seria necessário que o Congresso

Nacional fosse favorável à suspensão da imunidade parlamentar. Em agitada sessão do Congresso Nacional, o resultado surpreendeu o Poder Executivo: 216 votos contra a suspensão da imunidade parlamentar, e 141 votos a favor. Esse resultado favorável à não-suspensão da imunidade do deputado Moreira Alves só foi possível devido a muitos membros da ARENA, que haviam se associado ao MDB. Em menos de 24 horas após essa votação, o Ato Institucional nº5 foi publicado na imprensa. Fechava-se o Congresso Nacional por tempo indefinido e suspendiam-se todas as garantias individuais²⁰. É provável que esse não tenha sido o único motivo para o fechamento do Congresso Nacional, entretanto contribuiu para que tal ocorresse.

O Ato Institucional nº 5 marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e forneceria o quadro legal para profundas transformações estruturais. O período subsequente à promulgação desse Ato veio caracterizar-se por uma dinâmica de violência. Alguns setores da oposição empunharam armas, julgando não haver outro meio de combater o Estado de Segurança.

Uma contradição ocorrida no período foi com a Lei nº 5.453, de 14/06/1968²¹, que instituiu as sublegendas. Permitia aos partidos políticos concorrerem nas eleições para governador e prefeito com até três candidatos, ou seja, até três sublegendas, seguidas dos números de 1 a 3. Caracterizava-se um multipartidarismo camuflado em bipartidarismo, para acomodar as diversas

tendências e divergências dentro dos dois partidos oficiais, ARENA e MDB; principalmente dentro da ARENA.

Em 1968, ocorreram as eleições municipais, porém não para todos os municípios brasileiros, visto que ainda não tinha sido fixada a coincidência das eleições. Com todos os constrangimentos ao MDB, as eleições foram favoráveis à ARENA, como veremos no capítulo seguinte, pelo menos no Estado do Paraná.

1.3 - O controle político e a ascensão da oposição - 1969-1974

Com o Ato Institucional nº 5, ambos os partidos foram seriamente enfraquecidos por sucessivos expurgos, embora o MDB sofresse perdas mais pesadas. Os parlamentares da ARENA que votaram com o MDB foram sumariamente privados de seus mandatos eleitorais, passando a integrar o campo do "inimigo interno".²² O movimento estudantil e os sindicatos sofreram os efeitos da severa repressão. De modo geral, setores da oposição entraram num período de desorganização e falta de perspectivas e outros entenderam que não havia alternativa senão a luta armada. Teve início a violência urbana e rural.

O Congresso Nacional permaneceu fechado de 13 de dezembro de 1968 a 25 de outubro de 1969, sendo também fechadas sete Assembléias Legislativas e oito Câmaras Municipais. Durante o recesso forçado do Congresso Nacional, o Executivo promulgou 13 Atos Institucionais, 40 Atos Complementares e 20 Decretos-lei: destinavam-se especificamente a institucionalizar o controle da sociedade²³.

A Igreja Católica permanecia comprometida com a não- violência e a organização de base entre trabalhadores e camponeses. Um grupo originado dos movimentos sociais católicos, a Ação Católica Popular, endossava a luta armada. O Partido Comunista (PCB) defendia um caminho pacífico para o socialismo. Essa posição levou a grandes divisões no partido. O PC do B sustentava a necessidade da luta armada. Outra divisão surgiu com Carlos Marighela, com a criação da Aliança de Libertação Nacional (ALN), que tinha como estratégia a guerrilha urbana.

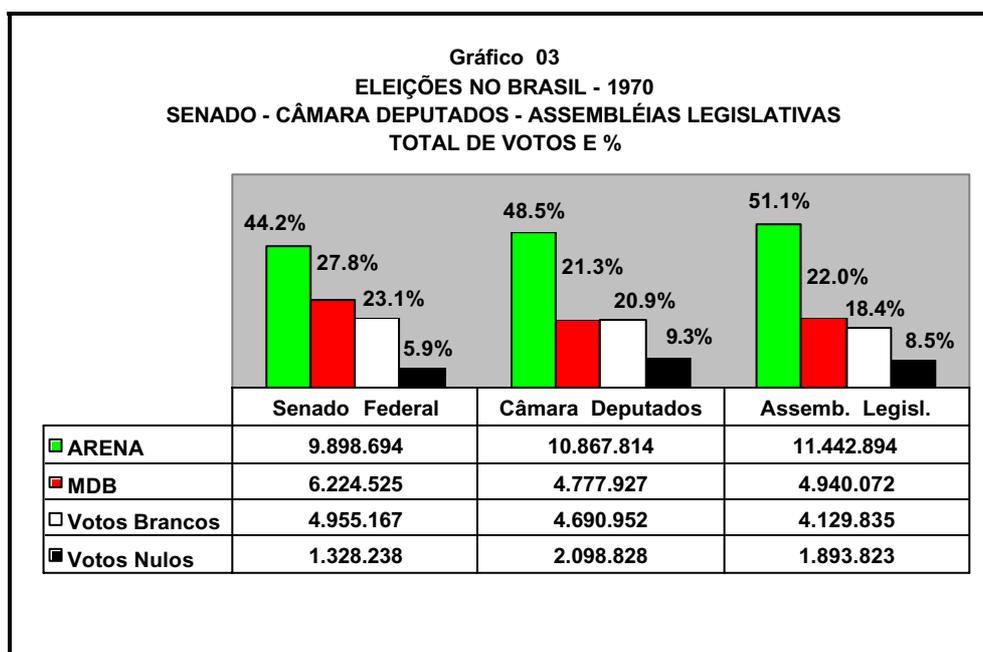
As organizações envolvidas na luta armada tornaram-se mais audaciosas em 1969. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Aliança de Libertação Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) praticaram ações como assalto a guarnição militar, levando armas, seqüestro de embaixadores e assalto a bancos, em busca de recursos. As forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas, pelo generalizado uso da tortura, para obter

informações que pudessem levar à prisão de outros e ao desmantelamento das redes de apoio dos grupos de guerrilha.

A operação de busca e detenção em larga escala, entre 1969 e 1974, contra população desarmada e envolvendo grande número de policiais e militares, era feita em forma de blitz: ocupação militar de determinada área para busca de casa em casa (operação amplamente utilizada pelos exércitos alemães de ocupação durante a Segunda Guerra Mundial). Na versão brasileira, levantavam-se barricadas e procedia-se à busca de carros e casas. As pessoas sem documentação adequada eram consideradas suspeitas e freqüentemente detidas. Tais operações eram freqüentes, resultando em detenções em massa, espancamentos e intimidações generalizadas. Apesar da severa censura, a imprensa chegou a noticiar que entre 300 e 500 pessoas foram detidas numa dessas blitz²⁴. Uma blitz nacional, intitulada "Operação Gaiola", foi realizada nos dias imediatamente anteriores às eleições de 1970 para o Congresso Nacional. A imprensa informou que nessa operação foram detidas 10.000 pessoas, muitas das quais eram candidatos do MDB²⁵. Com toda evidência, a campanha destinava-se a fazer com que a intimidação garantisse a vitória eleitoral da ARENA.

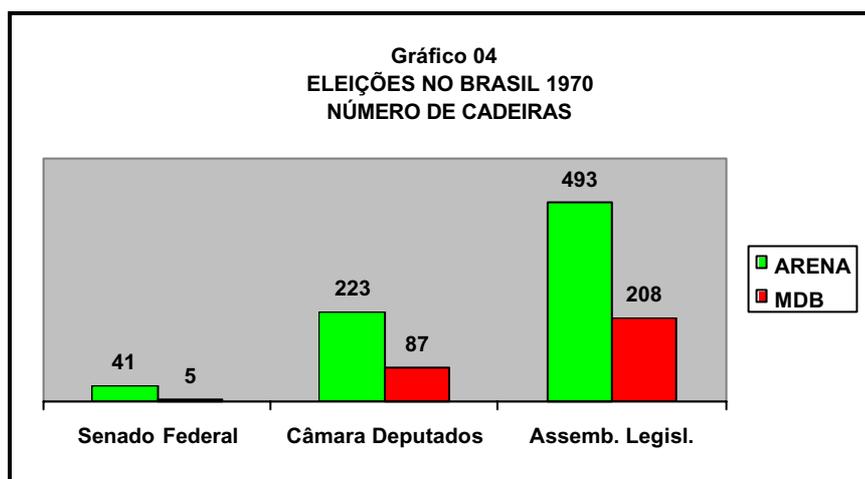
Diante do quadro desfavorável para o MDB, as cassações que atingiram o partido em nível federal, estadual e local desmantelaram a sua já debilitada rede organizacional. Havia um clima adverso para o trabalho de filiação a um partido que poderia ser identificado como subversivo; proposta de autodissolução do

MDB; atitude conformista e submissa do MDB no Congresso, no decorrer de 1970; persistente campanha de anulação dos votos, considerando uma derrota certa do MDB, tudo combinado com a elevação do nível de vida da classe média, que passou a apoiar o governo. A ARENA, então partido do governo, teve expressiva vitória sobre o partido da oposição, embora tenha ocorrido, nessas eleições, alto índice de votos brancos e nulos, conforme demonstra o Gráfico 03: 6.279.405 votos brancos e nulos para o Senado Federal, correspondendo a 21,1% do total de votos; 6.789.780 votos brancos e nulos para a Câmara dos Deputados, correspondendo a 21,1% do total de votos; e 6.023.658 votos brancos e nulos para as Assembléias Legislativas, correspondendo a 18,6% do total de votos.



Fonte: Dados brutos TSE

A ARENA elegeu 757 parlamentares sendo 41 para o Senado Federal, 223 para a Câmara dos Deputados e 493 para as Assembléias Legislativas. O MDB elegeu 300 parlamentares, sendo 5 para o Senado Federal, 87 para a Câmara dos Deputados e 208 para as Assembléias Legislativas (Gráfico 04). É preciso considerar que nessas eleições a Câmara dos Deputados foi reduzida para 310 parlamentares, conseqüentemente reduzindo o número de deputados estaduais. Quanto ao Senado Federal, a renovação foi de 2/3. Totalizaram-se 22.406.624 votos para o Senado Federal, 22.435.521 votos para a Câmara Federal e 22.406.624 votos para as Assembléias Legislativas.



Fonte: Dados brutos TSE.

A derrota eleitoral do MDB nas eleições de 1970 gerou grande desânimo em suas fileiras, mas produziu também a sensação de que algo deveria ser feito, visto que a dissolução do partido não seria o melhor caminho. A cúpula do partido já tinha claro que, embora o controle exercido pelo governo sobre as eleições de

1970 fosse a principal causa da derrota emedebista, realmente era preciso assumir uma parcela de culpa pelo fracasso eleitoral da oposição.

O primeiro sinal de mudança tem a ver com a cúpula do partido: os líderes não eleitos em 1970 renunciaram a seus cargos na Executiva Nacional. Conseqüentemente, a presidência nacional foi para o vice-presidente, deputado Ulysses Guimarães, político paulista do ex-PSD, cujo talento seria posteriormente um importante fator de revitalização do MDB.

A partir de 1971, o MDB mostrava-se efetivamente mais determinado a tornar-se um partido dinâmico e poderoso, vindo a ocupar o pequeno espaço de oposição permitido pelo regime.

As eleições de 1970 levaram à Câmara Federal um grupo atuante de deputados desejosos de fazer do MDB uma voz poderosa de oposição ao regime. Entre eles, Fernando Lyra, José Alencar Furtado, Francisco Pinto, Pedroso Horta, Marcos Freire, Alceu Colares. Esse grupo ficou conhecido dentro do partido como os "autênticos", em contraposição aos "moderados". A diferença entre autênticos e moderados, entendia Ulysses Guimarães que era um problema de geração (políticos jovens que pretendiam a presidência do partido, que lideranças tradicionais ocupavam), e não se tratava de uma luta ideológica. O grupo autêntico explicava através de seu porta-voz, o deputado Alencar Furtado, que "A cúpula do MDB esqueceu-se das reivindicações populares, da situação dos

trabalhadores. Buscar os postos-chave na Executiva Nacional seria portanto o meio pelo qual o grupo poderia exercer maior influência na definição da linha e estratégia do MDB".

Em abril de 1971, em Porto Alegre (RS), o MDB reuniu cerca de 1.500 membros do partido com o objetivo de estudar e debater a situação socioeconômica do país. Resultou dessa reunião um manifesto, a "Declaração de Porto Alegre", contendo vinte princípios a serem defendidos pelo partido. Além de exigir a anistia e a democracia, o manifesto defendia o direito de voto para os analfabetos, uma reforma agrária efetiva, uma política salarial justa, o controle racional sobre os empréstimos externos e o controle sobre os investimentos estrangeiros na economia.²⁶

A divergência entre autênticos e moderados no MDB se agravaria em abril de 1972, quando da eleição do Diretório Nacional do partido. Os autênticos, concorrendo com uma chapa independente para o Diretório Nacional, foram derrotados por 96 votos contra 200 dos moderados, reelegendo-se Ulisses Guimarães, que encabeçava a chapa oficial. Entretanto, o grupo autêntico prestou valiosa contribuição para a revitalização do MDB.

A atuação do MDB no Congresso Nacional em 1972 recebeu amplas críticas da imprensa, que a considerou pobre e ineficaz, devido à preocupação do partido com suas disputas internas. Isso foi destacado pela imprensa como a causa primordial dos resultados desastrosos da oposição nas eleições municipais de

1972²⁷. Todavia, seria imprudente atribuir às deficiências do partido a causa principal de sua derrota nessas eleições, como alegaram comentaristas políticos e alguns grupos dentro do próprio partido. Na verdade, o MDB realmente tentou estruturar uma campanha eleitoral com maior apelo. Procurando dar uma orientação nacional à campanha, o Diretório Nacional fez um manual para os candidatos, que não apenas discorria sobre os principais problemas dos municípios brasileiros, como também tratava de vinculá-los à política nacional do governo e suas implicações sociais. Entretanto, os magros resultados obtidos pelo MDB naquelas eleições demonstraram que sua tentativa tivera pouco efeito em termos de carrear votos para o partido. Uma das principais razões certamente reside na própria natureza daquelas eleições: a escolha de prefeitos e vereadores - uma disputa dominada pela política local - pouco tem a ver com temas de âmbito nacional. A situação de dependência dos governos municipais em relação aos estaduais - tão arraigada no sistema político brasileiro e agravada após 1964 - dificultava ainda mais a política oposicionista local. Essa situação tornava-se ainda mais delicada para o MDB em razão de sua frágil organização, agravada com as freqüentes deserções sofridas em nível de Executivo municipal. Em 1970, o MDB tinha cerca de 505 prefeitos. Logo depois, 303 deles abandonaram o partido e se filiaram à ARENA. Essas deserções foram um dos principais problemas do MDB, pois enfraqueceram as bases municipais, que eram vitais para a organização do partido em âmbito nacional²⁸.

Ao lado desses problemas com que se defrontava a agremiação oposicionista, deve-se lembrar ainda que o clima político repressivo existente nas eleições de 1970 repetiu-se em 1972. Em agosto de 1972, o líder da ARENA foi à tribuna da Câmara Federal para denunciar o envolvimento do MDB com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apresentando um documento fornecido pelo SNI, ele alegava haver negociações explícitas entre os candidatos do MDB e elementos do PCB. Além desse tipo de intimidação, foram realizadas prisões durante a campanha eleitoral, inclusive de um vereador emedebista de São Paulo e diversos políticos do MDB de Goiás²⁹. Portanto, a obtenção de frutos naquele pleito, quando o partido mal começara seu processo de mudança, foi dificultada, por um lado, pela persistência de um clima político opressivo e, por outro, pelo próprio caráter local das eleições.

O Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967, prorrogou os mandatos eletivos municipais em fase de conclusão para 31 de janeiro de 1969, entretanto mantinha as eleições municipais de 15 de novembro de 1968 e também previa a coincidência geral das eleições municipais, conforme estabelecia a Constituição de 1967 em vigor, para 15 de novembro de 1972. Assim sendo, em 1972 ocorreram as eleições para todos os municípios brasileiros. Os resultados dessas eleições foram favoráveis à ARENA, embora o MDB tenha tido um bom desempenho nas grandes cidades. A ARENA elegeu 3.322 prefeitos e 29.279 vereadores, contra 463 prefeitos e 5.889 vereadores do MDB. Foram nomeados,

ainda, 162 prefeitos para os municípios considerados de segurança nacional e estâncias hidrominerais, conforme determinava a legislação federal.³⁰

Em meados de 1973, os grupos revolucionários armados haviam sido derrotados e os custos sociais do modelo econômico adquiriram considerável peso, fazendo aumentar as pressões por reformas em outros setores da sociedade. Por outro lado, o MDB aos poucos desenvolveu uma estratégia efetiva, que muito contribuiria para a criação de uma imagem partidária mais favorável junto ao eleitorado. Nesse sentido, a campanha do "anticandidato" à presidência da República, em 1973, representou importante passo.

A expressão "anticandidato" surgiu por inspiração de Silvio Magalhães Barros, prefeito municipal de Maringá-PR, ex-deputado federal, em reunião em Maringá com lideranças nacionais do MDB, incluindo a presença de Ulysses Guimarães. A reunião que durou uma semana, discutindo o lançamento de candidato do MDB a presidência da República. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, por consequência candidato nato do partido, resistia em ser candidato, diante de um colégio eleitoral que não só ratificaria o candidato do governo, como também, com a participação de um candidato de oposição, convalidaria o processo. Para o olhar do general Geisel, o mesmo entraria para a história como sendo o único ou o primeiro presidente militar a ser eleito com um candidato adversário disputando no colégio eleitoral. Para que isso se concretizasse, ele oferecia algumas regalias ao MDB, como a abertura da televisão para a campanha

eleitoral e a eliminação da censura. Diante da hesitação de Ulysses, Silvio Magalhães Barros questionou: “Se não quer ser candidato, por que não anticandidato a presidente?”³¹

Aproveitando então o processo de transferência do Poder Executivo em 1973, quando ambos os partidos tinham o direito, segundo os novos dispositivos³², de apresentar candidatos ao colégio eleitoral que escolheria o próximo presidente, o MDB decidiu lançar uma campanha simbólica. Ulisses Guimarães, presidente do partido, foi escolhido seu candidato. Barbosa Lima Sobrinho, respeitado jornalista que presidia a Associação Brasileira de Imprensa, era o candidato à Vice-Presidência da República. O partido de oposição organizou uma campanha na melhor tradição populista do PTB e PSD. Comícios, reuniões públicas e passeatas foram promovidos em todo o país, numa grande demonstração de mobilização cívica e ação política. No dia 23 de setembro de 1973, na convenção nacional do MDB, Ulysses Guimarães acentuou os pontos que permitiram romper o silêncio até então imposto ao partido de oposição:

O paradoxo é signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na situação, o anunciado como candidato, em verdade é o presidente, não aguarda a eleição e sim a posse.

Na oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. (...)

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure

este, a atual situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternância de partidos é a regra[...]. Não, o candidato que vai correr o país, o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizava o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, a televisão, ao teatro e ao cinema³³.

O objetivo da anticandidatura simbólica do MDB era demonstrar ao país a defasagem entre a linguagem da democracia e a realidade do controle político. Durante os 90 dias da campanha, o anticandidato da oposição e seu vice atraíram a atenção da imprensa e do país, contribuindo para evidenciar a ilegitimidade do processo eleitoral indireto. A campanha da anticandidatura despertou um protesto reprimido entre o eleitorado, demonstrando que o partido oficial de oposição podia de fato tornar-se importante veículo para a organização oposicionista. Aumentou assim consideravelmente a participação na campanha partidária eleitoral para o Congresso Nacional em 1974. A insatisfação dos eleitores tornou-se manifesta num impressionante crescimento do MDB sobre a ARENA, em total inversão das tendências das eleições anteriores, realizadas em clima de medo e descrença.

Os estrategistas da ARENA, tendo como base a pesada derrota do MDB em 1970 para o Congresso Nacional, imaginavam que o partido situacionista poderia obter importantes vitórias também nas eleições de 1974. Na opinião deles, eleições livres, com acesso à televisão e ao rádio e com o claro recuo da coerção, aumentariam a legitimidade do sucesso eleitoral do governo.

A posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República, em 15 de março de 1974, e o anúncio do seu projeto de distensão política "gradual e segura", marcaram o início de um novo período do governo militar-autoritário.

O MDB teve pleno acesso à televisão e ao rádio e pôde promover intensos debates durante todo o período de campanha. No início, muitos políticos do partido acreditavam que a oposição não teria condições de êxito nas urnas³⁴.

Com a flexibilização política do governo Geisel, os candidatos do MDB, ao assumirem uma posição política mais agressiva e se valerem dos meios de comunicação, entusiasmaram a população e a campanha ganhou multidão de voluntários. As lideranças e militantes do partido descobriram que os períodos eleitorais poderiam ser utilizados para a transmissão de informação e a mobilização política da população.

Nessa campanha de 1974, O MDB concentrou-se nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Candidatos da oposição

manifestaram-se pelo rádio e pela televisão sobre assuntos até então proibidos, como a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 e a legislação de controle salarial. Denunciaram a compra de terras por empresas multinacionais e questionaram a crescente desnacionalização da economia brasileira. Duas idéias dominaram. A primeira expressava-se no slogan de campanha do partido: "Enquanto houver um homem vivo haverá esperança". A segunda era o desejo de ir adiante e progressivamente pressionar por reformas, numa estratégia que a oposição definia como "ocupação política disponível".

Os cabos eleitorais responsáveis pelos pequenos diretórios no interior, que sempre tiveram nas mãos a ponta do cabresto partidário, foram aposentados pela televisão. A ARENA, mesmo apoiada por 42 governadores em 22 Estados (os que terminavam o mandato e os que iriam iniciá-lo) não mais conseguia justificar a certeza de que ao partido do governo estariam sempre reservadas as vitórias. E com eles algumas figuras ilustres e tradicionais do universo parlamentar, que desfrutavam de uma veneração intocável.

O MDB mudou o seu discurso, não mais privilegiando a normalização institucional, como em 1970, e passou a cuidar do cotidiano do eleitorado. O partido soube fazer uma campanha mais próxima das preocupações populares do que a ARENA, que desde o início se colocou na defensiva.

O silêncio e o isolamento da população haviam começado a romper-se, e novos setores da população podiam participar da política formal.

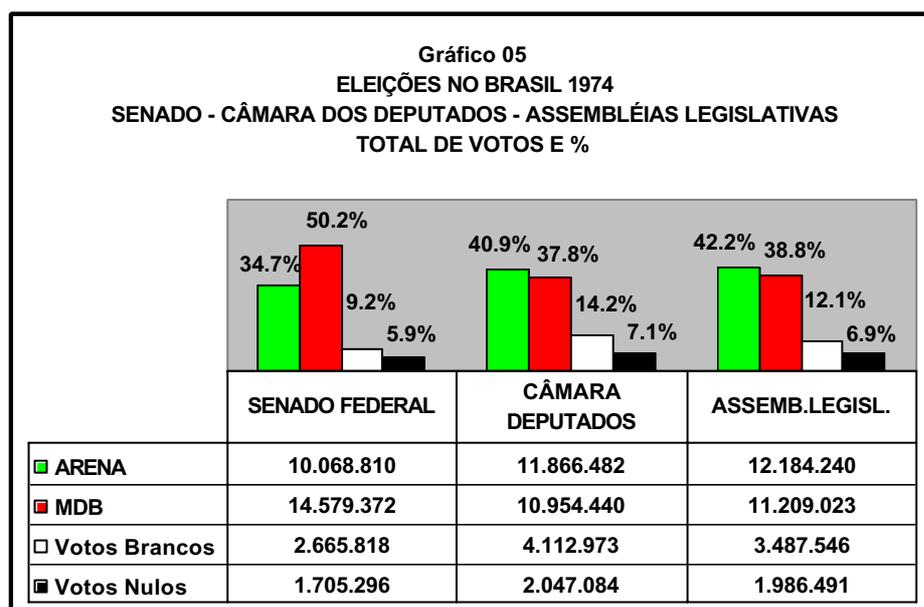
As eleições de 1974 deram início ao bipartidarismo real, em contraposição ao bipartidarismo fictício engenhado para dar uma aparência democrática ao regime autoritário-militar implantado em 1964.

Como se vê no Gráfico 05, os resultados eleitorais demonstraram clara vitória do MDB para o Senado e um crescimento espetacular da oposição tanto na Câmara Federal como nas Assembléias Legislativas

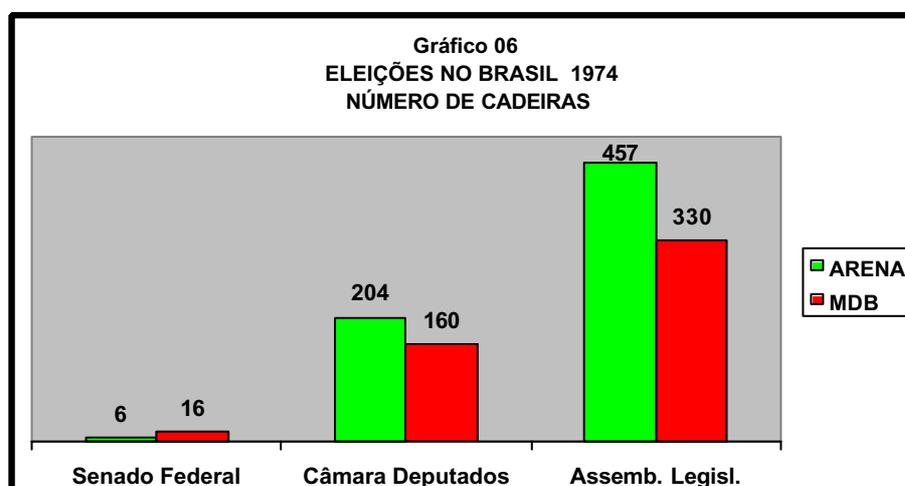
O MDB recebeu uma porcentagem expressiva de votos, ou seja, 50,2% para o Senado Federal, entretanto a ARENA ainda conseguiu uma margem superior para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas, ou seja, 40,9% e 42,2%, respectivamente. Mas o MDB cresceu de modo expressivo, embora o percentual de votos brancos e nulos ainda pudesse ser considerado elevado: 15,1% para o Senado Federal; 21,3% para Câmara dos Deputados; 19,0% para as Assembléias Legislativas.

Os Gráficos 05 e 06 demonstram os resultados eleitorais em quantidades de votos. Numa virada espetacular em relação a 1970, o MDB conseguiu 14.579.372 votos (elegendo 16 senadores) para o Senado Federal, superando a ARENA que conseguiu 10.068.810 de votos (elegendo 6 senadores). Em nível estadual, a ARENA continuou superando o MDB, embora com uma diferença

mais apertada. A ARENA conseguiu 11.866.482 votos (elegendo 204 deputados) e o MDB 10.954.440 para Câmara Federal (elegendo 160 deputados). Para as Assembleias Legislativas, a ARENA conseguiu 12.184.240 (elegendo 457 deputados) e o MDB 11.209.023 votos (elegendo 330 deputados).



Fonte: Dados brutos TSE



Fonte: Dados brutos TSE.

Comparando com as eleições de 1966 e 1970, é possível verificar, pela Tabela 01, a decadência da ARENA em percentual de votos para o Senado Federal, assim como para a Câmara Federal e Assembléias Legislativas. Quanto ao MDB, depois de uma oscilada em 1970, obteve expressiva votação em 1974.

TABELA - 01
Comparação das Eleições de 1966, 1970 e 1974 no Brasil
Em Porcentagens da Totalidade dos Votos

Legendas	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Ano	Senado Federal	Senado Federal	Câmara Deputados	Câmara Deputados	Assembléias Legislativas	Assembléias Legislativas
1966	44.7	34.2	50.5	28.4	52.2	29.2
1970	44.2	27.8	48.4	21.3	51.1	22.0
1974	34.7	50.2	40.9	37.8	42.2	38.8

Fonte: Dados brutos TSE.

1.4 - A força do arbítrio - 1975-1977

O resultado das eleições de 1974 levou o MDB a assumir seu novo papel de partido de oposição, agora dentro de um bipartidarismo real, pelo menos no início desse novo momento político. O MDB inaugurou o novo período legislativo, iniciado em março de 1975, com um pedido solicitando a presença do ministro da Justiça na Câmara Federal para prestar depoimento sobre o paradeiro de alguns presos políticos desaparecidos. A questão da repressão e a violação dos direitos humanos eram temas delicados e tratados pelo regime como "território proibido". Entretanto, pelos resultados eleitorais favoráveis ao MDB, o partido

não poderia deixar de tocar nessas questões, porque vários familiares de presos políticos haviam recorrido ao MDB para que investigasse o destino dos desaparecidos. O MDB encampou a luta em defesa dos direitos humanos.

Um fato que abalou a “linha dura”, já descontente com o projeto de distensão do governo Geisel, foi o aparte do senador Francisco Leite Chaves, do MDB do Paraná, ao discurso do senador André Franco Montoro, MDB de São Paulo (em razão da morte do jornalista Wladimir Herzog, nas circunstâncias conhecidas), publicado no Diário do Congresso em 29 de outubro de 1975, com o seguinte teor:

Ao nosso ver, e dos homens de responsabilidade deste País, há uma coisa extremamente grave, além do desrespeito à vida e à liberdade: é a colocação do Exército Nacional nisto. É ele uma organização muito séria; tem que merecer o respeito do País, porque não pertence - como já dissemos aqui - nem à ARENA, nem ao Governo, nem ao MDB, mas à Pátria; ele tem que ser intocável. Não se pode colocar uma Corporação de desígnios tão elevados, num movimento de repressão. Quando Hitler praticava seus ignominiosos crimes não usava o Exército; para tanto criou a "SS", vestindo-a de negro, para não comprometer as suas corporações.

Então, temos que fazer tudo para que o Exército Nacional se afaste de uma situação dessa natureza, para que determinados chefes não confundam os seus propósitos e desmandos com esta grande corporação nacional. De forma que está havendo, de parte do próprio povo, um receio em relação aos desígnios e ao comportamento desta corporação que tem de ser preservada, porque ela está acima de muitos desígnios. Isto é o que nos parece extremamente sério, extremamente comprometedor, inclusive para a segurança. E o Senhor Presidente da República, recentemente, e em jornais de hoje em manchetes, declara: “Este é

o País da paz, do respeito, este é o País onde não existe ódio” . Veja V.Exa., nestes últimos tempos só temos assistido ao ódio, à violência e à insegurança. De forma que estes homens que resolveram proceder desta maneira assumam a responsabilidade da ditadura. Antes, era muito fácil governar o país, porque havia a possibilidade de crédito no exterior. Acho, hoje, muito difícil governar-se um país que está devendo além dos limites da possibilidade de pagamento. Se o desejo é apenas continuar indefinidamente no poder, que se usem outros meios, mas não estes, de destruir, inopinadamente, vidas de inocentes, ou, se são culpados, que as pessoas tenham o direito de ser julgadas de acordo com a lei. Muito obrigado a V.Exa.

A “linha dura”, comandada pelo general Sylvio Frota, logo que tomou conhecimento do aparte exigiu do presidente a imediata cassação do senador paranaense; entretanto Geisel preferiu uma saída política, através de Petrônio Portela, senador da ARENA, porta-voz do governo. O aparte não deveria ser publicado no Diário do Congresso, porque Magalhães Pinto, presidente do Senado, sustou sua publicação. Mas não se sabe por interferência de quem o mesmo foi publicado. Em seguida, o Diário foi recolhido e nova edição foi distribuída, com correções acordadas pelo senador Leite Chaves. Em discurso posterior, esclareceu que não tinha ofendido o Exército Nacional. Com isso o senador livrou-se da cassação e o Congresso Nacional de um possível fechamento.

Entretanto, o aparte do senador Leite Chaves serviu de alerta ao Exército Nacional e ao presidente Geisel. Tanto que outro fato, mais tarde ocorrido nas mesmas circunstâncias e no mesmo quartel em São Paulo, com a morte do operário Manoel Fiel Filho, levou Geisel a demitir sumariamente o comandante

do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, e dias após Sylvio Frota, ministro do Exército, contanto com o apoio do Congresso e da nação.³⁵ Ainda assim, outros fatos ainda ocorreram.

A questão dos direitos humanos fez com que se travasse uma batalha na Câmara Federal entre ARENA e MDB, cabendo à ARENA a tarefa de obstruir todas as iniciativas do MDB e um trabalho constante de intimidação da oposição. Por outro lado, a agência central do SNI elaborou minucioso estudo, com mapas eleitorais, fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, com informações de Estado por Estado, número de votos dados a cada membro do MDB e da ARENA, esquemas de comportamento dos eleitores e pesquisas de opinião pública³⁶. Esses dados seriam utilizados para orientar os candidatos da ARENA e possibilitar novas medidas de controle das eleições. O estudo demonstrava que o acesso ao rádio e à televisão contribuiria consideravelmente para a vitória do MDB em 1974 e apontava novas vitórias do MDB nas eleições de 1976 e 1978, se não fossem promovidas mudanças na legislação eleitoral.

Quatro meses antes das eleições de 1976, o governo Geisel sancionou a Lei nº 6.339 (01/07/1976)³⁷, que, assinada por Armando Falcão, ministro da Justiça, ganhou seu nome. A Lei Falcão determinava que durante as campanhas para as eleições municipais os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, seu nome, o número e o currículo dos candidatos, com uma fotografia destes no caso da televisão. A propaganda eleitoral transformou-se numa

sucessiva divulgação de nomes e números de candidatos de ambos os partidos. Além disso, foi proibido aos candidatos afixarem outros tipos de materiais de propaganda em lugares públicos. Dessa maneira, as eleições de 1976 reduziram-se a um virtual silêncio, impedindo à oposição o seu principal recurso: o debate e a argumentação.

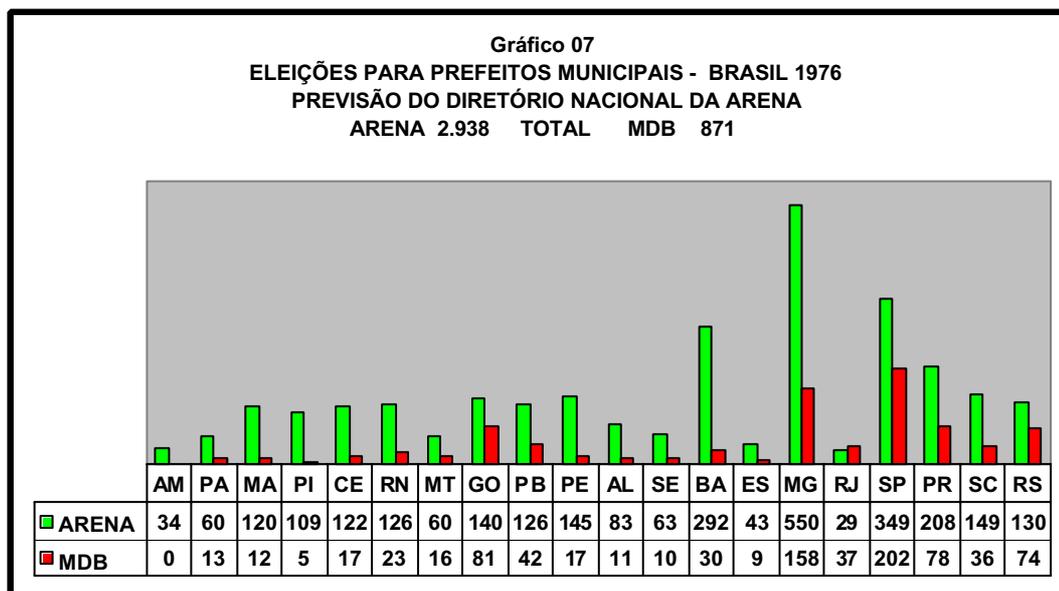
Vencer as eleições municipais de 1976 era muito importante para o partido do governo, visto que o controle dos cargos municipais adquiria importância cada vez maior, na medida em que constituíam os blocos de sustentação do poder político. A ARENA podia valer-se de numerosos recursos. Toda a burocracia do Estado central, dos diversos Estados e municípios, de prefeitos arenistas, foi colocada à disposição dos interesses eleitorais da ARENA. Abriam-se estradas em municípios sob o controle desse partido, e em alguns casos cortaram-se fundos de municípios controlados pelo MDB. As finanças do Estado foram postas à disposição de candidatos da ARENA. Eles podiam usar carros oficiais, gasolina, funcionários públicos, para trabalho em suas campanhas, mimeógrafos, papel, etc. Enfim, seguia-se o estilo tradicional da prática da política local, com todas as promessas, demagogias, clientelismo, excessos do poder econômico e mandonismo.³⁸ Embora os candidatos não pudessem falar pela televisão ou pelo rádio, nada impedia que governadores, ministros ou o próprio presidente da República fizessem-no em seu nome. Acima de tudo, pairava a ameaça de que a política de liberalização dependia de uma vitória da ARENA nas eleições municipais, e de que uma vitória do MDB provocaria nova onda de repressão.³⁹

O empenho do presidente da República Ernesto Geisel em favor dos candidatos de seu partido ficou demonstrado num discurso que fez na Assembléia Legislativa gaúcha, em Porto Alegre. Diante de 800 vereadores arenistas reunidos em congresso, convidou-os a um esforço redobrado na campanha, para a conquista da vitória. “Venho como um filiado da Arena”, disse Geisel, “venho como presidente honorário do partido e venho como presidente da República”.⁴⁰

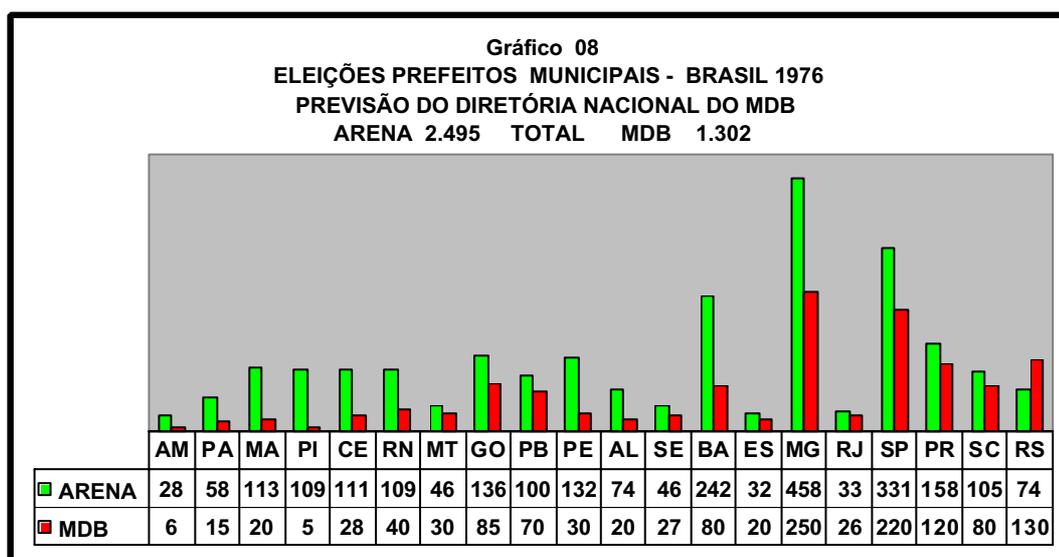
O MDB, por outro lado, não dispunha de recursos financeiros para atingir todos os municípios distantes. O partido foi prejudicado e o seu crescimento foi impedido. O silêncio era novamente imposto, ampliando o sentimento de isolamento e impossibilitando o acesso da população à crítica ao sistema.

Apesar de todas as desvantagens, o MDB ainda conseguiu vitória em 59 das 100 maiores cidades do país. Das 15 cidades com mais de meio milhão de habitantes, o MDB venceu em 67% e conseguiu aumentar, em relação a 1972, 151 prefeituras, passando de 463 para 614 prefeitos eleitos. Enquanto isso a ARENA diminuiu o número de prefeitos de 3.322 para 3.176, ou seja, 146 prefeitos a menos.

Os Gráficos 07 e 08 foram elaborados com base nas previsões dos Diretórios Estaduais dos partidos. A ARENA projetava vencer em 2.938 municípios e previa para o MDB a vitória em 871. O MDB projetava vencer em 1.302 municípios e previa para ARENA a vitória em 2.495.⁴¹



Fonte: Revista Veja, 17/11/1976.



Fonte: Revista Veja, 17/11/1976.

A ARENA conseguiu vitórias em 84% das prefeituras (3.176), arrebatando com folga as pequenas e médias cidades e conseguindo mesmo, em algumas delas, inesperadas vitórias, como em Campos (RJ) e em Maringá(PR)⁴². O MDB conseguiu vencer apenas em 16% (614) das prefeituras. Em um total de

3.967 municípios, 3.790 prefeitos foram eleitos e 177 foram nomeados capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional), conforme resultados finais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral. .

O crescimento da oposição, principalmente nos grandes centros e basicamente nas regiões Centro e Sul do país, preocupou o governo, que, monitorado pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), previu que o MDB poderia nas eleições de 1978 conquistar a maioria no Senado, vencendo em todas as grandes áreas urbanas para o Congresso. Mais ainda, sua força no Congresso deveria reduzir a proporções insignificantes a maioria da ARENA, ainda que não obtivesse efetivamente maioria na Câmara. Tal situação ameaçaria todo o plano de "distensão" que deveria ser imposto através de um Congresso controlado pelo governo. Então, novas reformas foram impostas, as quais ficaram conhecidas como "O Pacote de Abril de 1977".⁴³

As reformas implicavam duas modificações principais, que seriam estabelecidas por emenda constitucional a ser apresentada ao Congresso: a primeira, a criação do Conselho da Magistratura, para disciplinar os juizes. A segunda, a retirada dos julgamentos de policiais militares da jurisdição dos tribunais civis; eles seriam julgados por tribunais militares especiais, integrados por oficiais da própria Polícia Militar.

O projeto do governo foi remetido ao Congresso, onde, depois de tentativas de negociações, foi rejeitado, porque não conseguiu a aprovação da maioria de dois terços. Por consequência, o presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional pela terceira vez desde o golpe de Estado de 1964, valendo-se dos poderes extraordinários concedidos ao Executivo pelo AI-5 para governar por decreto nesse ínterim.

Através da expedição das Emendas Constitucionais nº 7 e nº 8, o presidente impôs a reforma judiciária pretendida e modificações a respeito das eleições e estabelecendo alterações fiscais.

As reformas eleitorais estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 8⁴⁴ foram, sobretudo, as seguintes:

1. O artigo 13 tornava permanentes as eleições indiretas para governadores de Estados.
2. O artigo 39 da Constituição de 1969 foi alterado, de modo a alterar o número de cadeiras de cada Estado na Câmara dos Deputados, não mais em proporção ao número de eleitores e sim em proporção à sua população total. Essa medida favoreceu os Estados do Norte e Nordeste, onde a ARENA era muito forte.
3. Nas eleições para substituição de dois terços dos membros do Senado, uma das duas cadeiras disponíveis seria preenchida por voto popular direto; a

outra seria ocupada por senador eleito indiretamente, segundo os mesmos procedimentos e pelo colégio eleitoral encarregado de escolher os governadores de Estados. Os senadores eleitos por via indireta passaram a ser conhecidos popularmente como "senadores biônicos"⁴⁵. Com essa modificação, o governo garantia a maioria para o seu partido no Senado e conseqüentemente poderia bloquear qualquer iniciativa da oposição em ambas as casas.

4. A duração do mandato do presidente da República foi aumentada para seis anos. Outra modificação reduziu o colégio eleitoral que escolhia o presidente da República. O colégio eleitoral era composto de todos os membros do Congresso Nacional, mais delegados selecionados nas Assembléias de cada Estado. Para diminuir a influência das Assembléias Legislativas Estaduais, que continuavam a ser um ponto fraco, foi reduzido o número de delegados dessas Assembléias no colégio eleitoral, da proporção de um para cada 500.000 habitantes para a de um para cada milhão.

5. O artigo 47 da Constituição de 1969 passou a estabelecer que qualquer proposta de emenda constitucional só poderia ser apresentada com as assinaturas de um terço dos membros da Câmara e do Senado. O MDB não detinha esse percentual no Senado e conseqüentemente teria dificuldade de cumprir tal exigência. Por outro lado, a exigência da maioria de dois terços em sessão conjunta de ambas as casas para aprovação de qualquer emenda constitucional foi reduzida para a de maioria absoluta. Com isso, garantia-se ao governo a

aprovação de qualquer emenda constitucional de sua iniciativa, sem precisar negociar com o MDB.

6. Finalmente, as restrições da Lei Falcão ⁴⁶ sobre o uso do rádio e da televisão nas eleições municipais foram estendidas às eleições estaduais e federais.

O MDB tornara-se um partido de oposição "real", reunindo amplo espectro de opiniões políticas - das conservadoras às socialistas - numa estrutura unificada.

Em junho de 1977, o MDB, através de um programa de rádio e televisão, divulgou as propostas do programa do partido, apresentadas por quatro dos seus principais líderes, sobre quatro grandes questões: o modelo de desenvolvimento, as condições de vida e os salários dos trabalhadores, os controles e reformas eleitorais arbitrárias do Pacote de Abril e a política econômica. O leque de temas abordados na televisão pelos quatro representantes do MDB, às vezes se superpondo, às vezes se completando, forma um quadro de tons contundentes, agressivos e sempre diretos – algo como um libelo acusatório. Reproduzimos alguns: Sobre as eleições: *“Fechar as urnas é tapar a boca da nação. Se o povo politicamente não pode falar, como poderá anunciar os nomes de seus mandatários? Como poderá clamar pela falta de pão, teto, saúde, educação?”* (Ulysses Guimarães); sobre o MDB: *“Não é um partido frustrado, ressentido ou revanchista, é um partido provado e sofrido* (Ulysses Guimarães);

“Lamentavelmente, o MDB é minoria no Congresso e não tem poder de decisão sobre as proposições (Alceu Collares)”. Sobre os direitos humanos:

...Sempre defendemos os direitos humanos. Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe? --, mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez (José Alencar Furtado)...⁴⁷.

Devido à intensa repercussão do programa, em razão do seu conteúdo crítico ao governo, o presidente Geisel reagiu violentamente. No dia 10 de julho, o presidente cassou o mandato e suspendeu os direitos políticos de um dos participantes do programa, o deputado paranaense José de Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara⁴⁸. Em seguida, o Estado de Segurança Nacional baixou novo Ato Complementar (nº 104, 26/07/1977⁴⁹), impedindo o acesso ao rádio e à televisão, em caráter provisório.

1.5 - Última eleições bipartidária - 1978

Em 1978, foi criada a Frente Nacional de Redemocratização, uma ação conjunta de dissidentes do regime, tanto civis como militares, fruto do descontentamento provocado pela postura intransigente de Geisel ao impor a candidatura do general João Batista Figueiredo para Presidente da República. Três figuras proeminentes se destacaram nas articulações para a criação da Frente: o senador da ARENA Magalhães Pinto, autoproclamado líder civil da "Revolução de 64"; o general Hugo Abreu, ex-chefe da Casa Militar da Presidência da República; e o general Euler Bentes Monteiro, ex-presidente da SUDENE. Os três postulavam o cargo de presidente da República. Com a indicação de Figueiredo, tiveram suas ambições frustradas e conseqüentemente se posicionaram contra o governo, criando formalmente a Frente, destinada a colher, em um único movimento, todas as forças políticas comprometidas com a redemocratização do país. Em nota oficial, eles reiteravam seu compromisso com os "ideais democráticos da Revolução de 1964" e conclamavam o MDB a se integrar à Frente.

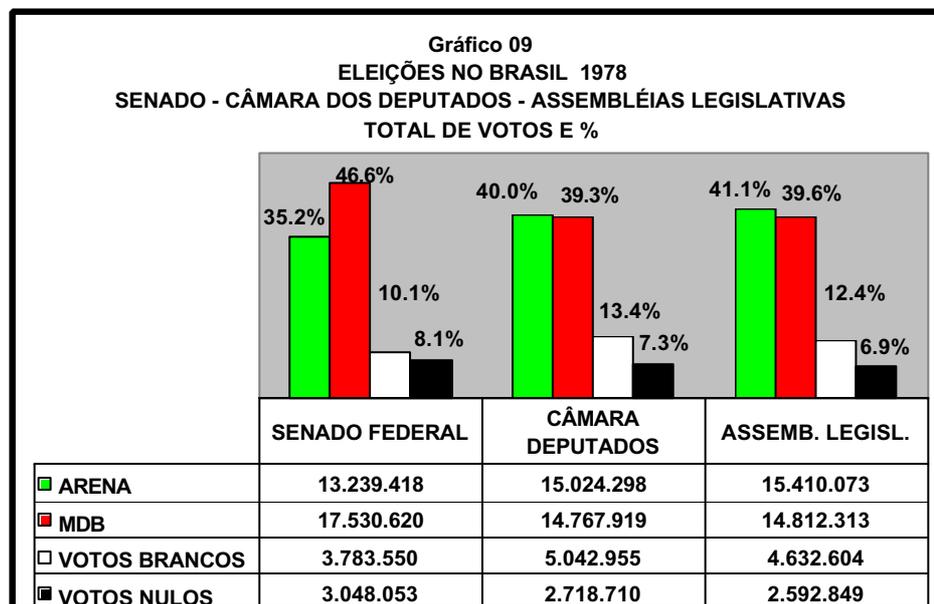
Através de entendimento com o MDB⁵⁰, foi lançada a candidatura do general Euler Bentes à presidência e do senador do MDB Paulo Brossard à Vice-Presidência da República.

A fim de evitar qualquer imprevisto, o governo tratou de tomar medidas preventivas para garantir a eleição do general Figueiredo, quando o Colégio Eleitoral se reunisse em 15 de outubro de 1978, evitando qualquer surpresa com a candidatura do general Euler Bentes. O general Hugo Abreu foi detido e permaneceu na prisão até o dia da eleição, e a ARENA foi instruída a recorrer à Lei da Fidelidade Partidária para evitar dissidências. Em 13 de outubro, às vésperas das eleições, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 11⁵¹, que continha aperfeiçoamentos significativos. Revogou-se o artigo 182 da Constituição de 1969, o que significava a eliminação do Ato Institucional nº 5 e de todos os atos complementares e leis a ele apensos. Eliminaram-se alguns poderes extraordinários do Executivo sobre o Legislativo e outras medidas liberalizantes foram tomadas, embora ainda, para defender o Estado de Segurança, fossem criadas as "salvaguardas". Em 15 de outubro, o general Figueiredo foi eleito presidente da República, com 355 votos de parlamentares da ARENA; o candidato da oposição, general Euler Bentes, recebeu 226 dos representantes do MDB⁵².

As eleições de 1978 tiveram caráter plebiscitário. O apoio popular era arregimentado em oposição ao governo. Em quase todos os Estados, a campanha do MDB foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição: estudantes, organizações sindicais, militantes partidários, ativistas

sociais da Igreja e membros dos movimentos pela anistia política, pelos direitos das mulheres e dos negros. O MDB uniu-se aos movimentos de base.

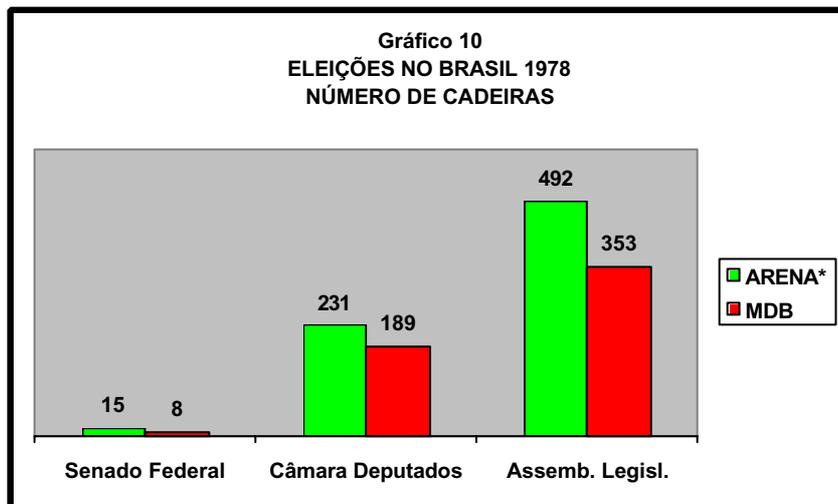
Conforme os Gráficos 09 e 10, o MDB continuou a ser o partido mais forte nas disputas para o Senado, conseguindo quase 4,3 milhões de votos a mais que o partido do governo. A ARENA manteve maioria na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas. Pela via das eleições diretas, a ARENA elegeu 15 senadores e o MDB 8 senadores. Pela via das eleições indiretas (senadores biônicos) a ARENA elegeu 21 senadores e o MDB 1 do Estado do Rio de Janeiro). Na Câmara dos Deputados, a diferença foi bastante pequena: 40,0% para a ARENA e 39,3% para o MDB, da totalidade dos votos, representando 231 cadeiras para a ARENA e 189 cadeiras para o MDB. Nas Assembléias Legislativas, o MDB aumentou sua representação, conquistando 353 (330 em 1974) cadeiras, contra 492 da ARENA (que também teve a sua representação aumentada, em relação às suas 457 cadeiras em 1974). A ARENA preservou sua forte influência nos Estados menores do Norte e do Nordeste, onde os “caciques” e burocracias locais podiam desenvolver um sistema de clientelismo. O MDB confirmou, nessas eleições de 1978, sua maior força nas regiões mais desenvolvidas e nos Estados do Sul e Centro do país⁵³.



Fonte: Dados brutos TSE.

O Gráfico 09 retrata em número de votos o resultado das eleições de 1978. Surge nova vantagem do MDB sobre a ARENA para o Senado Federal, 17.530.620 votos para a oposição(MDB) e 13.239.418 votos para os candidatos do governo(ARENA). Quanto à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, os candidatos situacionistas obtiveram maioria de votos, ou seja, ARENA 15.024.298 e 15.410.073 votos e MDB 14.767.919 e 14.812.313, respectivamente. Não há dúvida de que nessas eleições a margem superior da ARENA foi restrita.

Votaram nessas eleições, para o Senado 37.601.641, para a Câmara dos Deputados, 37.553.882 e para as Assembleias Legislativas 37.447.839 eleitores.



Fonte: TSE.

OBS: A ARENA ficou com 36 cadeiras, sendo 15 obtidas por via direta e 21 por via indireta. O MDB elegeu 1 senador por via indireta(RJ).

2. O FIM DO DUALISMO PARTIDÁRIO

2.1 - A abertura política

O processo de abertura política iniciou-se oficialmente no governo do general João Baptista de Figueiredo, como prosseguimento da política de "distensão" iniciada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel. Como a política de "distensão", a de "abertura" compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelas estratégias políticas do Estado de Segurança Nacional⁵⁴.

Na época, o principal ideólogo político do Estado de Segurança Nacional, o general Golbery do Couto e Silva, relacionava três questões fundamentais; caso não fossem equacionadas todas essas questões, advertia que poderia sobrevir o fim de todo o sistema⁵⁵. A primeira era a tendência para a centralização no Executivo de todas as decisões políticas e administrativas, o que tornava o problema cada vez maior, visto que questões de pouca importância transformavam-se automaticamente em questões de Estado. Seguiu-se inconscientemente para o máximo de centralização, a par de um máximo de inoperância. Para resolver o problema, era necessário descentralizar e partilhar o poder decisório, não só com os Estados e municípios, mas com outros grupos da sociedade.

A segunda questão era a pressão que fermentava na estrutura social, que punha em perigo a credibilidade do Estado; desse modo, impunha-se levar adiante a política de liberalização, com o desenvolvimento de formas mais flexíveis de controle social. Não preconizava Golbery a inclusão de setores até então excluídos, cuja participação exigiria a modificação estrutural do Estado e do modelo econômico. A solução estaria na criação de mecanismos suficientemente flexíveis para cooptar os setores de elite da oposição organizada, mas coercitivos o bastante para frear a "permissividade" no tocante ao crescente movimento social.

A terceira questão, relacionada por Golbery, que dificultava o êxito da institucionalização do Estado, era a natureza bipolar do confronto "governo x oposição". De um lado os grupos no poder eram considerados "governo" e de outro era a oposição. Embora a oposição congregasse correntes extremamente heterogêneas, o caráter polar do Estado altamente centralizado neutralizava tais diferenças. A solução destinada a desarticular o sistema de oposição era um quadro político-partidário pluralista. O general Golbery reconhecia que a extinção do MDB, o único canal político de que dispunham os grupos de oposição, representaria a desagregação dessas organizações.

A anistia proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 1979 dava mostras do processo de "abertura", embora a Lei da Anistia⁵⁶ não fosse, como quisera a oposição, "ampla e irrestrita", uma vez que excluía os casos dos envolvidos em luta armada, acusados do que o governo definia como "crime de sangue". Por outro lado, a lei continha um perdão incondicional aos integrantes do aparato repressivo que estiveram envolvidos com a tortura. Apesar dessas limitações, no entanto, a Lei da Anistia representou efetivo avanço, na medida em que permitiu o retorno ao país de todos os exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados. Estimava-se que cerca de seis mil pessoas seriam beneficiadas.

2.2. A polarização no pluripartidarismo

Com o objetivo de desagregar as oposições aglutinadas no MDB, foi aprovada a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos⁵⁷.

A nova Lei Orgânica introduzia uma série de complexos dispositivos a serem cumpridos por qualquer associação política para a obtenção do registro como partido político. O primeiro deles estipulava que os novos partidos deveriam realizar convenções regionais em pelo menos nove Estados, além de convenções municipais em pelo menos um quinto dos municípios de cada um desses Estados⁵⁸. Além disso, as convenções municipais só poderiam realizar-se nos municípios em que já houvesse um mínimo de filiados ao partido. Esse número era calculado segundo uma complexa fórmula, que favorecia a organização em municípios pequenos⁵⁹. Esta última exigência deveria beneficiar o partido sucessor da ARENA, que teria acesso às burocracias federal e estadual e poderia valer-se das relações clientelísticas e dos “caciques” locais para organizar-se com rapidez no número exigido de municípios nos Estados com grande número de cidades pequenas. Por outro lado, os Estados com municípios grandes - tradicionais redutos da oposição - seriam de mais difícil organização, dado o alto número de filiados exigido. Todos esses requisitos deveriam ser preenchidos em período de doze meses após a promulgação da lei. Depois de registrado provisoriamente, o partido teria de receber 5% dos votos, nas eleições seguintes, para o Congresso, com pelo menos 3% em cada um dos nove Estados. Se o

partido não lograsse a estipulada distribuição dos votos - obtendo mais de 5% dos votos, por exemplo, mas sem o mínimo de 3% em todos os nove Estados - perderia automaticamente toda a sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais, sendo considerados nulos os votos recebidos⁶⁰. Os partidos só teriam reconhecimento legal, para o registro definitivo, após as eleições marcadas para novembro de 1982. Além disso, o artigo 19 da lei proibia coalizões entre os partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais; em seguida, a proibição foi estendida às eleições para governador e senador.

Embora legalmente dissolvidos, nem a ARENA nem o MDB desapareceram de fato após a reforma partidária. Ansiosa por se ver livre de sua sigla, a ARENA mudou seu nome para Partido Democrático Social - PDS. Por outro lado, o MDB procurou manter sua sigla, acrescentando simplesmente a palavra "partido" ao nome original, como exigia a nova lei⁶¹. Surgiu assim o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. O leque partidário rapidamente se ampliou, com a criação de quatro outros partidos políticos em 1980: o Partido Popular (PP), fundado por dissidentes da ARENA e moderados do MDB, sob a liderança de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, para representar as forças liberal-conservadoras; o Partido dos Trabalhadores (PT), criado por sindicalistas sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, que, juntamente com alguns setores da esquerda, pretendia organizar um autêntico partido da classe trabalhadora⁶². Os antigos seguidores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

entraram em disputa para ressuscitar e liderar a sigla partidária, o que resultou em um “racha” dos trabalhistas e na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, e o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), organizado por Ivete Vargas, que conseguiu herdar a velha sigla do PTB após longa disputa com o grupo de Brizola.

Com a nova composição partidária, o MDB perdeu alguns de seus parlamentares para outros partidos. A Tabela 02 registra a filiação dos deputados federais da antiga ARENA e do antigo MDB aos novos partidos em janeiro de 1982. Enquanto apenas 37 deputados deixaram a ARENA para se filiar a outros partidos, principalmente ao PP, 79 deputados do MDB mudaram sua filiação partidária. A maioria dos parlamentares que abandonou o MDB se filiou ao PP (principalmente os moderados que acompanharam Tancredo Neves), ou ao PDS. Os dois novos partidos mais claramente identificados com a oposição, o PT e o PDT, conseguiram atrair apenas deputados emedebistas. A permanência da maioria dos progressistas no PMDB forçou a saída dos chamados adesistas (ao governo).(Tabela 02)

TABELA - 02
Composição partidária da Câmara dos Deputados
em janeiro de 1982, após a extinção do bipartidarismo

Novos Partidos	Partidos extintos		
	ARENA	MDB	Total
PDS	193	22	215
PMDB	6	109	115
PP	28	41	69
PTB	3	1	4
PDT	0	10	10
PT	0	5	5
Indecisos	1	1	2
TOTAL	231	189	420

Fonte: Câmara dos Deputados

Com o objetivo de aumentar as chances de vitória do PDS e por consequência manter o controle do Congresso Nacional e do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente da República, foi editado o chamado "Pacote de Novembro", que proibiu as alianças partidárias, exigiu que todos os partidos lançassem candidatos a todos os cargos em disputa (isto é, governador de Estado, senador, deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos) e estabeleceu o voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido para os diversos cargos, do nível nacional ao municipal. Calculava o governo que essas medidas beneficiariam o PDS por um lado, e, por outro, fragmentariam o voto oposicionista entre os diversos partidos, reduzindo assim o impacto de uma possível vitória.

Como resposta ao "Pacote de Novembro", a liderança do Partido Popular (PP) denunciou energicamente, nas medidas, um evidente passo atrás, que impossibilitaria o seu pretendido papel como governo civil de transição. O

partido, representando os interesses dos setores empresariais nacionais, certamente não conquistaria suficiente peso eleitoral para sobreviver às eleições. Como medida de retaliação, o PP votou, em convenção nacional, sua própria dissolução e a incorporação ao PMDB.

Em fevereiro de 1982, consumou-se a fusão PMDB e PP. Com a dissolução do PP, alguns de seus membros foram para o PDS ou para o PTB, mas a maioria deles juntou-se ou retornou ao PMDB, fazendo com que este partido readquirisse seu caráter de “frente ampla”. A Tabela 03 demonstra a composição partidária da Câmara dos Deputados em agosto de 1982.

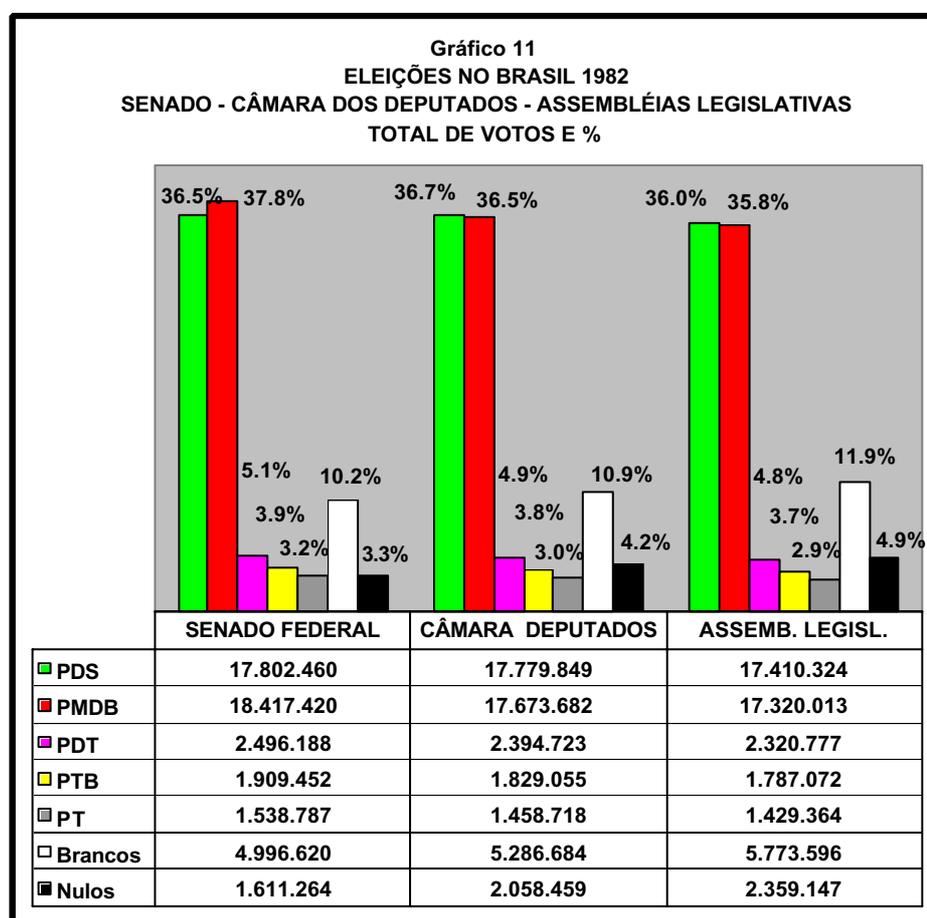
TABELA - 03
Composição partidária da Câmara dos Deputados
em agosto de 1982, segundo filiação aos novos partidos

Novos Partidos	Partidos extintos		
	ARENA	MDB	Total
PDS	196	28	224
PMDB	32	136	168
PTB	3	11	14
PDT	0	9	9
PT	0	5	5
TOTAL	231	189	420

Fonte: R.Wesson e D.Fleischer, Brazil in Transition (New York, Prager, 1983), in Kinzo, Maria D'Alva Gil, Oposição e Autoritarismo, Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979), p.212, op.cit.

A despeito de todas as medidas de controle do governo sobre o processo político, a liberalização continuava seu curso a passos lentos, e as eleições de 1982 continuavam refletindo com exatidão esse novo período: novos partidos

havia sido criados e participaram do processo eleitoral; políticos que haviam perdido seus direitos políticos nos anos 1960 e 1970 retornaram à vida pública; e, pela primeira vez desde 1965, realizaram-se eleições para governador. Contudo, os resultados eleitorais foram prova da eficácia da estratégia do governo. O Gráfico 11 mostra os resultados das eleições, em número e porcentagem de votos.



Fonte: Dados brutos TSE.

Nas eleições majoritárias, o PMDB predominou sobre o PDS e nas eleições proporcionais ocorreu o inverso: o PDS predominou sobre o PMDB em número de votos. Para o Senado, o PMDB totalizou 18.417.420 votos e o PDS 17.802.460. Para os governos estaduais, o PMDB totalizou 19.066.184 votos e o PDS 17.969.172 votos. Nas eleições proporcionais, para a Câmara dos Deputados, o PDS (36,7%) obteve uma pequena vantagem sobre o PMDB (36,5%). Para as Assembleias Legislativas, a diferença ficou em 1% a favor do PDS (36,0%) sobre o PMDB (35,0%).

Votaram nessas eleições 48.772.191 para o Senado; 48.481.170 para a Câmara dos Deputados; e 48.400.293 eleitores para as Assembleias Legislativas.

A composição partidária do Congresso Nacional, assim como o número de governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores eleitos são demonstrados na Tabela 04.

TABELA - 04
Eleições de 1982 – BRASIL - Partidos Políticos
Senado Federal-Câmara dos Deputados-Governos Estaduais
Assembléias Legislativas-Prefeituras e Câmaras Municipais

Legendas	Senado Federal	Câmara Deputados	Governo Estadual	Assembléias Legislativas	Prefeitura Municipal	Câmara Vereadores
PDS	5(46)*	235	13**	476	2533	25200
PMDB	9(21)*	200	9	404	1377	14451
PDT	1(01)*	23	1	36	22	556
PTB	0(01)*	13	0	18	7	209
PT	0(00)*	8	0	13	2	118
TOTAL	15(69)*	479	23***	947	3942****	40551

Fonte: TSE

* Composição do Senado Federal após eleições de 1982, divulgada pela Folha de S.Paulo em 27/11/1982.

** O PDS elegeu por via direta 12 governadores e por indicação do governo central ganhou o governo do recém-criado Estado de Rondônia.

*** Nessa eleição o PDS venceu nos seguintes Estados: Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O PMDB, em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O PDT venceu no Estado do Rio de Janeiro.

**** Foram nomeados 158 prefeitos (capitais, estâncias hidrominerais, áreas de segurança nacional, municípios dos territórios de Amapá e Roraima e nos municípios do Estado do Acre). Não houve eleições no município de Aripuanã-MT.

A bipolarização resultante das eleições de 1982, em que o PDS e o PMDB conseguiram eleger seus candidatos de forma absolutamente majoritária sobre os demais partidos, configurou a continuidade do bipartidarismo dentro do sistema pluripartidário, revelando mais uma contradição. As eleições seguintes irão demonstrar que 1982 foi exatamente o momento da transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo no Brasil.

A legislação partidário-eleitoral brasileira, pelo seu sistema federativo, é de competência do governo da União e aplicada em todas as unidades federadas, onde reflete os seus resultados. Questão de que trataremos no Capítulo seguinte e especificamente no Estado do Paraná.

NOTAS DO CAPÍTULO II

¹ Disponível no site: www.senado.gov.br/legislacao.

² Disponível no site: www.tse.gov.br/legislacao.

³ No ANEXO 01 consta a composição da Comissão Diretora Nacional e do Gabinete Executivo Nacional da ARENA (1966).

⁴ No ANEXO 02 consta a composição da Comissão Diretora Nacional e do Gabinete Executivo Nacional do MDB (1966).

⁵ ANEXO 03

⁶ Cabe lembrar que a Lei das Inelegibilidades, nº 4738, de 15/07/1965, autorizava o impedimento da candidatura de todo aquele considerado incompatível "com os objetivos da Revolução" ou com alguma outra exigência.

⁷ SEGURANÇA NACIONAL-Decretos-leis : nº314 de 13/03/1967; nº500, de 20/03/1969; e nº898, de 29/09/1969 (Esse decreto previa "prisão perpétua" e "pena de morte").

⁸ Os seis deputados federais cassados foram: Doutel de Andrade, Sebastião Paes de Almeida, César Prieto, Abraão Moura, Humberto El Jaick e Adib Chamas. In: Carlos Castello Branco, *Os militares no poder*, v.I, p.579-582.

⁹ A "linha dura" era composta por um grupo de oficiais gerais liderados pelo General Affonso de Albuquerque Lima. Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*, p.84.

¹⁰ Disponível no site: www.senado.gov.br/legislacao.

¹¹ A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi elaborada pela Escola Superior de Guerra, e serviu de diretriz para os governos militares. Consta na p.3, do *Manual básico da ESG*, datado 1977-1978: "Este Manual é fruto de mais de um quarto de século de estudos e pesquisas sobre Política e Estratégia de Segurança e Desenvolvimento Nacionais e da experiência colhida nas quatro primeiras edições, 1973 a 1976".

¹² Disponível no site: www.senado.gov.br/legislacao

¹³ Artigos 142 a 149 da Constituição de 1967.

¹⁴ Consta do *Manual Básico da ESG*, já citado, p.260-61:

"O panorama político do mundo moderno revela que, de modo geral, as nações em desenvolvimento têm sido palco de intensos reflexos da luta hegemônica regional ou mundial e das contradições ideológicas de sentido universal. Por esses motivos é que, em contrapartida com o objetivo de autopreservação, a estratégia nacional dos países em desenvolvimento está forçosamente impregnada de aspectos de Segurança Interna".

"Hoje, pois, a luta ideológica, explorando contradições internas e advogando soluções radicais, debilita a segurança no âmbito das comunidades, vale dizer, dos próprios Estados. Trava-se uma desumana batalha, abastardando a mente a tal ponto que o conceito de "amigo e inimigo", agora colocado no terreno das idéias e trazendo atrás de si um cortejo de violências, terminou por abalar a coesão interna dos Estados".

"A segurança interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens

dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem,: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está comprometida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Estratégia de Segurança Interna”.

¹⁵ Ato Institucional nº 05, de 13/12/1968 - Disponível no site: www.senado.gov.br/legislação

¹⁶ Costa e Silva, inscrito na ARENA, foi eleito pelo Congresso Nacional, de acordo com o artigo 9o. do Ato Institucional nº2 e o artigo 5o. do Ato Institucional nº3. Tomou posse no dia 15 de março de 1967, tendo como vice-presidente Pedro Aleixo. O presidente foi eleito com 295 votos, assim divididos no colégio eleitoral: 252 votos de deputados da ARENA, três de deputados do MDB e 40 de senadores da ARENA.

¹⁷ Fonte:Almanaque Manchetas – *Folha de S.Paulo* – 26/09/1967.

¹⁸ Questão estudada no livro sobre a trajetória do MDB, de Maria D'Alva Gil Kinzo, *Oposição e Autoritarismo - gênese e trajetória do MDB - 1966/1979*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais,1988.

¹⁹ In: CASTELLO BRANCO, *Os militares no Poder*, V.I, p.183 e FIGUEIREDO,Marcus. Legitimidade e coação no Brasil, in: KLEIN, L e FIGUEIREDO,M., *A política de coação no Brasil pós-64*, p. 137-138.

²⁰ Ato Institucional nº5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968 e no mesmo dia o Ato Complementar nº 38, que decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Este Ato Complementar revela-se um documento histórico, porque demonstra a força do poder autoritário, de maneira total, sobre o maior símbolo do Estado Democrático de Direito, que é o Congresso Nacional. Num único artigo e em três linhas, coloca a instituição em recesso. (Disponível no site: www.senado.gov.br/legislação).

²¹ Lei nº 5453, de 14/06/1968 (www.tse.gov.br/legislação)

²² Relação dos deputados federais cassados pelo AI-5 – (Anexo 04)

²³O Ato Institucional nº16, de 14/10/1969 (disponível no site: www.senado.gov.br/legislação), declarou vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República e convocou o Congresso Nacional para eleição dos novos presidente e vice-presidente da República e, através dos Atos Complementares nºs.47 e 49, entraram em recesso as seguintes Assembleias Legislativas: Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Goiás e Pará. Através dos Atos Complementares nºs 53, 55, 67, 68, 69 e 70, entraram em recesso as seguintes Câmaras Municipais: Santos(SP), Nova Iguaçu(RJ), Santarém(PA), Santana do Livramento(RS), Pariquera-açu(SP), Sobral(CE), São João do Meriti(RJ) e Fortaleza(CE). Criaram controles específicos para a imprensa, com o estabelecimento da censura prévia direta, para universidades e outras instituições educativas(Decreto 477), para participação política. O acesso ao serviço público dependia da expedição de certidão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Quanto ... participação política, o texto mais importante foi a Lei de Segurança Nacional(Decreto-lei, 898 de 29 de setembro de 1969). No final de 1969, através de decretos-lei de regulamentação da economia, verificou-se a implantação do modelo de desenvolvimento econômico, estabelecendo o quadro legal para os anos do "milagre econômico"

²⁴ In Maria Helena Moreira Alves, *Estado e posição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes,1984, p.161.

²⁵ In: Carlos Castello Branco, *Os militares no poder*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, V. III, p.709-718.

²⁶ Declaração de Porto Alegre, 25-04-1971, na íntegra no Anexo 05.

²⁷ In: Artigo de Carlos Chagas (*O Estado de S.Paulo*, 23 de novembro de 1972).

²⁸ In: *O Estado de S.Paulo*, 23 de novembro de 1972.

²⁹ In: *O Estado de S.Paulo*, 23 de novembro de 1973.

³⁰ Resultados fornecidos pelo TSE.

³¹ Fato testemunhado por Antonio Facci, presente na reunião, vereador em Maringá pelo MDB na época.

³² As novas regras para a eleição dopresidente da República e a formação do colégio eleitoral foram fixadas de acordo com os parágrafos 1º e 2º-do artigo 74 da Constituição de 1969, tal como regulamentada pela Lei Complementar nº15, de 13 de outubro de 1973. O general Geisel foi o primeiro presidente escolhido segundo o esquema de sucessão institucionalizado. O colégio eleitoral era composto de três delegados de cada Assembléia estadual e mais um para cada 500.000 eleitores registrados no respectivo Estado. A votação não era secreta, realizando-se em sessão pública. Em 1973, o colégio eleitoral para eleição presidencial era composto de 503 membros, dos quais 127 delegados de assembleias estaduais, 66 senadores e 310 deputados federais.

³³ Fala de Ulysses Guimarães na VI Convenção Nacional do MDB em Brasília, 23 de setembro de 1973, in Kinzo(1988), op.cit.

³⁴ O MDB não tinha uma avaliação clara ou correta da grande vitória que estava para ocorrer nas eleições de 1974, dando como exemplo no Paraná o número reduzido de candidatos à Câmara Federal e a indicação de um candidato a senador desconhecido pela grande maioria do eleitorado paranaense. Foi eleito Francisco Leite Chaves com 1.091.831 votos, contra 703.354 votos do candidato da ARENA, João Mansur. (O bipartidarismo no Paraná será examinado no Capítulo III).

³⁵ Dados recolhidos da entrevista com o senador Francisco Leite Chaves em data de 16/04/2004.

³⁶ O estudo do SNI foi realizado logo após as eleições de 1974, incluindo detalhado mapeamento eleitoral de todos os municípios do país. Embora considerado “sigiloso”, o álbum, no entanto, pode ser livremente consultado na biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral, que forneceu os dados preciosos para confecção dos mapas e mereceu assim, um presente semelhante ao enviado à ARENA. In: Revista *Veja*, de 10 de novembro de 1976, p.22.

³⁷ Disponível no site: www.senado.gov.br/legislação

³⁸ Conf. Reportagem: “A caça ao voto urbano”, in *Veja* de 20 de outubro de 1976, p.20., e reportagem: “Rumo ao confronto decisivo”, in *Veja* de 10 de novembro de 1976, p.21.

³⁹ Participamos dessa eleição, como candidato a vereador pela ARENA, no município de Paranavaí-PR. Tinha como objetivo básico, vivenciar uma campanha eleitoral em razão de lecionar a disciplina Organização Social e Política Brasileira, no Colégio Estadual de Paranavaí.

⁴⁰ Conf. *Veja* de 26 de maio de 1976, p.22.

⁴¹ Previsão publicada na revista *Veja* de 17/11/76, p.23.

⁴² Dados sobre as eleições de 1976 e sobre as campanhas da ARENA e MDB podem ser encontrados nas revistas da época. Por exemplo: *Veja*, 26/05/76, p.21; *Veja*, 28/07/76, p.22; *Veja*, 20/10/76, p.20-26; *Veja*, 17/11/76, p.20-58; 24/11/76, p.22; *Opinião*, 26/03/76, p.3; *Opinião*, 02/07/76, p.3-4; *Opinião*, 12/11/76, p.8; também de forma completa no TSE.

⁴³ Decretos-leis nºs: 1538, 1539, 1540, 1541, 1542 e 1543, todos de 14-04-1977. (disponíveis no site: www.tse.gov.br/legislação)

⁴⁴ Disponível no site: www.senado.gov.br/legislação

⁴⁵ A designação pejorativa foi criada por humoristas de oposição para sintetizar a idéia de que eram na realidade "invencíveis e artificialmente fabricados". Fazendo analogia de um seriado americano transmitido na TV.

⁴⁶ Lei nº6.339 de 01-07-1976. (Disponíveis no site: www.tse.gov.br/legislação)

⁴⁷ Os líderes que apresentaram as propostas foram: Franco Montoro, de São Paulo; Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, Alencar Furtado, do Paraná e líder na Câmara dos Deputados; e o presidente do partido, Ulysses Guimarães, de São Paulo. Estima-se que 21 milhões de pessoas assistiram ao programa. Ver *Veja*, 6/07/1977, p.25-28.

⁴⁸ O discurso do deputado Alencar Furtado que motivou a sua cassação e está transcrito em seu livro titulado:*Salgando a terra*(Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977), pg.125.

⁴⁹ Disponíveis no site: www.tse.gov.br/legislação.

⁵⁰ Como afirmou o deputado do MDB Odair Klein:"Nós achávamos que dentro do regime estavam começando a ocorrer algumas cisões violentas e que a candidatura de Euler Bentes tinha a possibilidade, mesmo com remotas condições, de ganhar, de agravar um pouco esse quadro e concorrer para que houvesse algumas rupturas e um enfraquecimento dessa estrutura de governo". In: Maria D'Alva Gil Kinzo, op.cit.pg.199.

⁵¹ Disponível no site: www.senado.gov.br/legislação

⁵² Os senadores arenistas Teotônio Vilella(AL), Magalhães Pinto(MG) e Accioly Filho(PR) não participaram da reunião do Colégio Eleitoral, assim como cinco parlamentares do MDB se abstiveram de votar para Euler Bentes. *Jornal da Tarde*, 16/10/1978.

⁵³ Sobre os resultados eleitorais estaduais, ver *As eleições nacionais de 1978*, V. I e II (Brasília: Fundação Milton Campos, 1979) e arquivos do Tribunal Superior Eleitoral.

⁵⁴ Ver artigo sobre o "plano mestre" de Golbery in *Isto É*, 16/01/1980, p. 3-11.

⁵⁵ Conferência do general Golbery do Couto e Silva, pronunciada na Escola Superior de Guerra, em sessão secreta e posteriormente incluída em seu livro *Conjuntura política nacional, o poder Executivo & geopolítica do Brasil* (Rio, Livraria José Olympio Editora, 1981).

⁵⁶ Lei nº6.683, de 28 de agosto de 1979 (Disponível no site: www.senado.gov.br/legislação).

⁵⁷ Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 (Disponíveis no site: www.tse.gov.br/legislação).

⁵⁸ Artigo 12: "O partido que, no prazo de doze meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no Artigo 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos nove Estados e em um quinto dos respectivos municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, ter sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial".

⁵⁹ 31 - Artigo 35. Posteriormente regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral no artigo 58, incisos I, II, III, IV e V, com a seguinte redação:

Incisos I: Dois por cento do eleitorado dos municípios de até mil eleitores;

Inciso II: os vinte do item I e mais cinco para cada mil eleitores, nos municípios de até 50 mil eleitores;

Inciso III: os 270 do item anterior e mais dois para cada mil eleitores, nos municípios de até 200 Mil eleitores;

Inciso IV: os 670 do item anterior e mais um para cada mil eleitores, nos municípios de até 500 mil eleitores;

Inciso V: os 1.170 do item anterior e mais um para cada dois mil eleitores, nos municípios de mais de 500 mil eleitores.

⁶⁰ Artigos 16 e 17 da Nova Lei Orgânica de 1979, p. 6: "Não terá direito à representação no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas o partido que não obtiver o apoio, expresso em votos, de cinco por cento do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em pelo menos nove Estados, com o mínimo de três por cento em cada um deles".

Em 1982, antes das eleições de 15 de novembro, esse artigo foi abrandado, sendo adiada para a eleição seguinte a exigência de três por cento dos votos em pelo menos nove estados.

⁶¹ A Lei nº 6.767, em seu artigo 5º, inciso III, parágrafo 1: "Do nome (partido) constar obrigatoriamente a palavra partido(...)".

⁶² A nova lei tentou impedi-lo com a redação do parágrafo 3º, inciso III do artigo 5º "Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe". Esperava-se que o Supremo Tribunal Eleitoral recusasse o registro do Partido dos Trabalhadores sob a alegação desses "sentimentos de classe", mas o PT teve êxito em sua argumentação de que incluía entre seus filiados componentes e membros da classe média, além de operários, e de que sua arregimentação baseava-se no programa partidário e não em motivação classista.

CAPÍTULO III

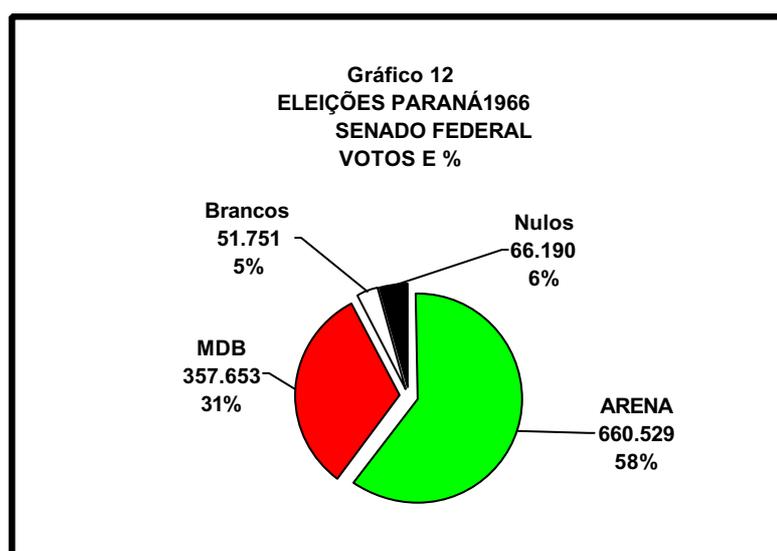
1.O DUALISMO PARTIDÁRIO NO PARANÁ – 1966-1982

1.1 Surgimento do bipartidarismo e as eleições de 1966

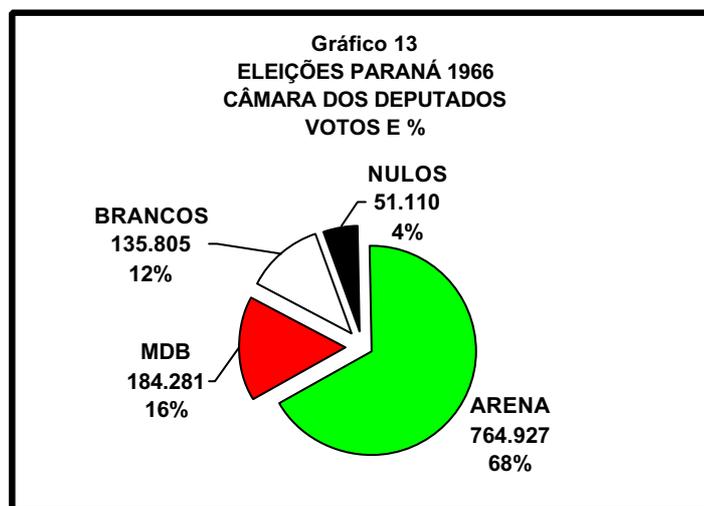
No Paraná, por força da nova legislação, a reorganização dos diretórios regionais das agremiações políticas, e depois partidos políticos, teve de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), constituída por políticos oriundos basicamente dos partidos extintos União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Democrata Cristão (PDC); de outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), constituído basicamente pelos antigos deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderados por Léo de Almeida Neves, Miguel Buffara, Nelson Maculan e Renato Celidônio. O MDB contou ainda com a adesão do ex-PDC José Richa, que, inconformado com o golpe militar de 64, desejava mudanças, porém através dos métodos democráticos, ou seja, através das eleições.¹

A ARENA nasceu forte no Paraná², sob a liderança de Ney Braga, que, inclusive, foi nomeado ministro da Agricultura do governo Castelo Branco.

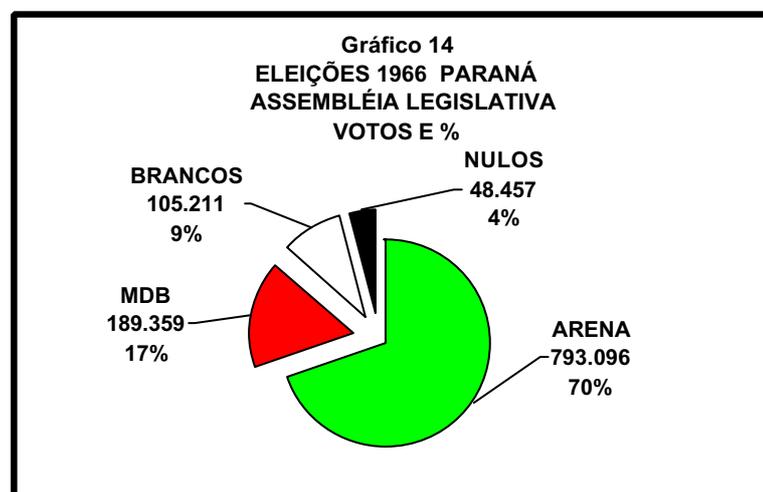
A ARENA venceu as eleições de 1966 de forma espetacular sobre o MDB, conforme demonstram os Gráficos 12, 13 e 14. Para o Senado, a ARENA conseguiu 58% e o MDB 31% do total dos votos; para a Câmara dos Deputados, a ARENA fez 68% do total dos votos, contra 16% do MDB; e para a Assembléia Legislativa, a ARENA conseguiu 70% do total dos votos e o MDB 17%. Entretanto, é preciso alertar que a derrota do MDB estava ligada à conjuntura nacional, que se refletiu no Paraná no pós-revolução de 1964. O partido de oposição, criado com o que sobrou da devassa revolucionária de 1964, carregava consigo a desconfiança da população e a suspeita da ameaça comunista. A aparência no momento era de que "ser contra a Revolução de 64 ou oposição ao governo conotaria apoiar os movimentos esquerdistas ou comunistas, contidos pelos militares".



Fonte: Dados brutos TRE-PR.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

A ARENA elegeu Ney Braga para o Senado Federal com 660.529 votos, ou seja, 58% dos votos válidos, contra Nelson Maculan com 273.378 votos e

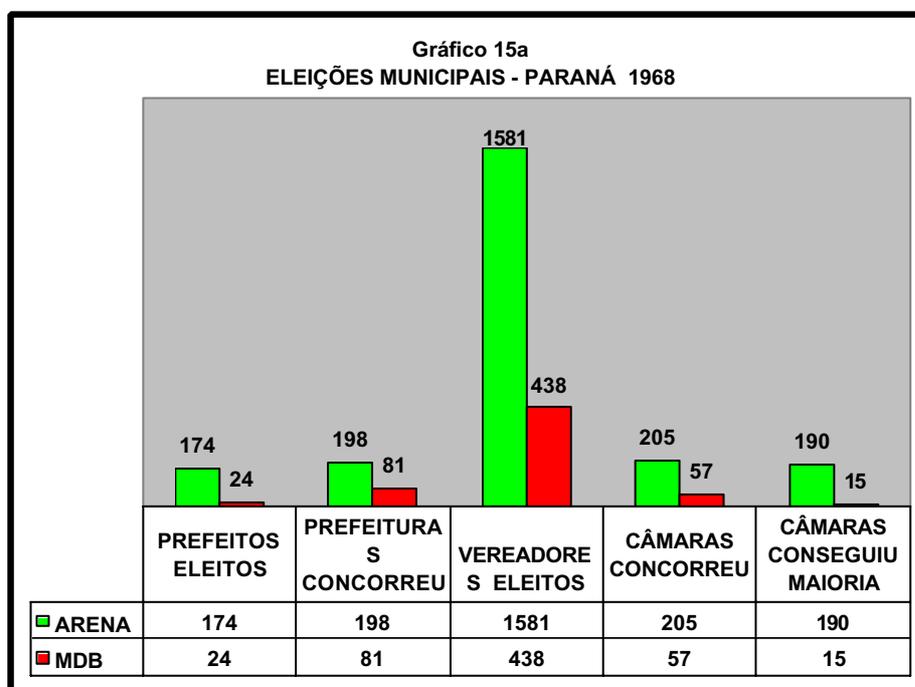
Affonso Camargo Netto com 84.275 votos, totalizando para o MDB 357.653 votos , ou seja, 31% dos votos válidos (soma total dos votos para o Senado, incluindo brancos e nulos: 1.136.123) . Para a Câmara dos Deputados, a ARENA conquistou 20 cadeiras , com 764.927 votos, ou seja, 68% dos votos, e o MDB apenas 5 cadeiras, com 184.281 votos, ou seja, 16% dos votos (soma total dos votos para a Câmara dos Deputados, incluindo brancos e nulos: 1.136.123).³ Para a Assembléia Legislativa, a ARENA conquistou 37 cadeiras, 793.096 votos, ou seja, 70% dos votos, e o MDB apenas 8 cadeiras, com 189.359 votos, ou seja, 17% dos votos (soma total dos votos para a Assembléia Legislativa, incluindo brancos e nulos: 1.136.123).⁴

Nas eleições municipais de 1968, as primeiras depois do golpe de 1964, considerando também que não havia coincidências de eleições para todos os municípios, no Paraná os resultados foram totalmente favoráveis para a ARENA, conforme demonstram os Gráficos 15a e 15b. Ocorreram eleições em 198 municípios para prefeito, sendo que em outros 7 os prefeitos foram nomeados: a capital, Curitiba , e mais 6 considerados de área de segurança nacional: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guairá, Planalto e Santo Antônio do Sudoeste; e nos municípios Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola D'Oeste e São Miguel do Iguaçu, considerados também de segurança nacional, foi respeitado o mandato dos prefeitos.* A ARENA concorreu em todos os municípios, totalizando

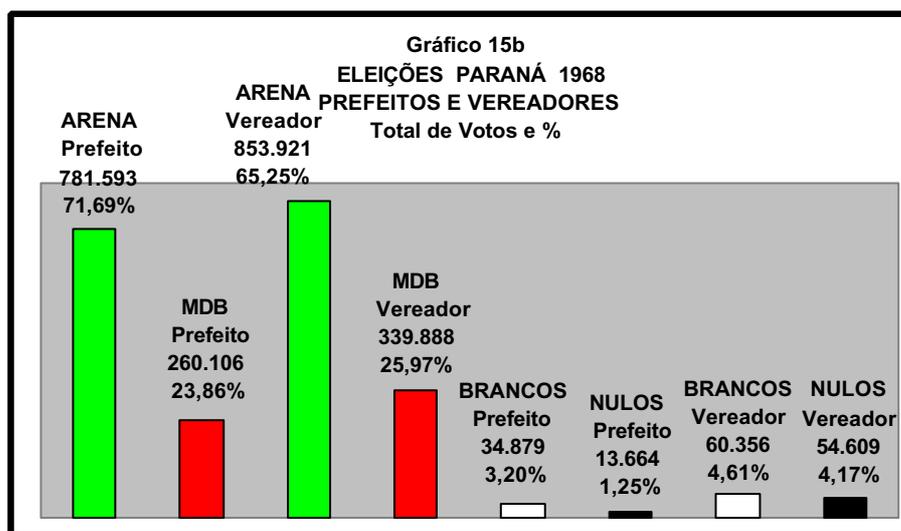
* Nomeações previstas no parágrafo 1º do art.16 da Constituição de 1967 e na Lei nº 5.449, de 04/06/1968.

781.593 (71,69%) votos, e o MDB em 81, conseguindo 260.106 (23,86%) votos. A ARENA elegeu 174 prefeitos (87,87%) e o MDB somente 24 (12,13%).

Para as Câmaras Municipais, ocorreram eleições nos 205 municípios paranaenses: a ARENA concorreu em todos, totalizando 853.921 (65,25%) votos e o MDB somente em 57, conseguindo 339.888 (25,97%) votos. A ARENA elegeu 1581 vereadores (78,3%) e o MDB elegeu 438 (21,7%), das 2.019 cadeiras disputadas. A ARENA conseguiu maioria em 190 e o MDB conseguiu somente em 15.⁵ Totalizaram-se 1.090.242 votos para prefeitos e 1.308.774 para vereadores.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

1.2 O incidente Leon Peres e as eleições de 1970

Fora escolhido pela via indireta, através do Colégio Eleitoral, para governador do Paraná, o deputado Federal arenista Haroldo Leon Peres (radicado em Maringá), por indicação do presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Após oito meses de mandato (15.03.1971 a 23.11.1971), Leon Peres foi obrigado a renunciar ao cargo.

Conforme Pedro Washington⁶, Haroldo Leon Peres, deputado federal pelo Paraná, fora indicado em maio de 1970, num episódio quase hilário, se não fora

trágico. Emílio Garrastazu Médici exercia o governo mais rigoroso do período revolucionário desde 1964. Ao iniciar 1970, a definição das candidaturas aos diversos Estados brasileiros exigia complicada engenharia. Afinal a dificuldade era ser o escolhido. Das eleições pelas Assembléias Legislativas encarregavam-se os dirigentes nacionais, isto é, a revolução. Os que não apoiavam a indicação poderiam ser cassados, como no caso da eleição do coronel Perachi Barcelos para governador do Rio Grande do Sul. Vários deputados que não apoiavam a indicação foram cassados. As indefinições e divergências entre Ney Braga e o governador Paulo Pimentel (eleito com o apoio de Ney Braga), favoreceram a Leon Peres, que foi também beneficiado pela amizade com o coronel Otávio Costa, que ocupava a chefia de Comunicação do governo Médici, e era seu vizinho de apartamento funcional em Brasília, e pelo fato de a esposa do coronel, segundo comenta Pedro Washington, jogar “biriba” com dona Helena Leon Peres, esposa de Haroldo. O coronel não teve dúvida: indicou Haroldo a Médici. O presidente chamou Ney Braga e Paulo Pimentel e comunicou: “Como os senhores não se entendem, eu resolvi o assunto. O governador do Paraná vai ser o deputado Leopoldo Peres”. Ante a surpresa de Paulo Pimentel por ter sido escolhido um deputado que nem era do Paraná, Médici corrigiu: “Aquele Peres lá de vocês”. O ex-governador Ney Braga, em entrevista a Adherbal Fortes de Sá Júnior, relata que Leon Peres queria ser senador pelo Paraná e que foi convencido pelo coronel Manso Neto de que o cargo de governador era muito mais importante. Em abril de 1970, o presidente tornou pública a indicação. Isso foi em uma recepção no Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores. O presidente Médici

perguntou à esposa de Leon Peres se ela sofria do coração. Ela disse que não. Ele então disse: “Pois não se assuste, o seu marido vai ser o governador do Paraná.” Foi no dia 21 de abril de 1970.⁷

Assim foi escolhido o deputado federal da ARENA, Haroldo Leon Peres, para governar o Paraná. Eleito por um Colégio Eleitoral constituído pela Assembléia Legislativa, em data de 03 de outubro de 1970, conforme determinava o art.189, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Assumiu o governo Leon Peres diante do descontentamento das lideranças de seu partido, com forte oposição da imprensa local liderada por Paulo Pimentel, proprietário de jornais e tvs, e se atritando com empreiteiros de obras públicas, dos quais pretendia cortar privilégios em benefício da moralização pública. Leon Peres era conhecido como uma pessoa de atitudes prepotentes e arrogantes, o que o desequilibrava como administrador, porém era reconhecido como parlamentar qualificado ao estilo de suas origens udenistas (União Democrática Nacional-UDN), com seus discursos combativos. Leon Peres foi também reconhecido como excelente professor de Direito Constitucional, pelos seus alunos da Universidade Estadual de Maringá.

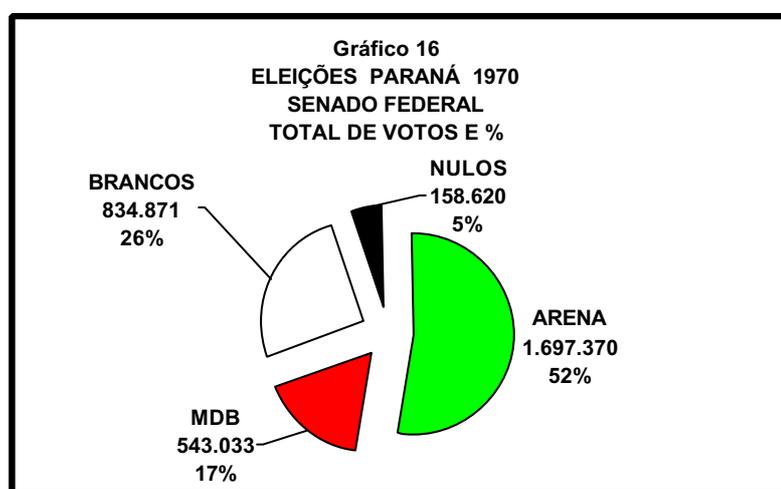
Afirma Pedro Washington que Leon Peres foi envolvido numa nebulosa transação com o empresário Cecílio do Rego Almeida, dono CR Almeida, a mais destacada empreiteira do Paraná, quando teve uma conversa com o empresário,

envolvendo polpudas comissões, gravada e filmada, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.⁸ Em entrevista com o deputado Wilson Figueiredo Fortes, presidente da Assembléia Legislativa do Paraná na época, este não endossou as acusações contra Leon Peres, embora reconhecesse as suas intempestividades e também a necessidade que tinha de uma imprensa favorável ao seu governo.

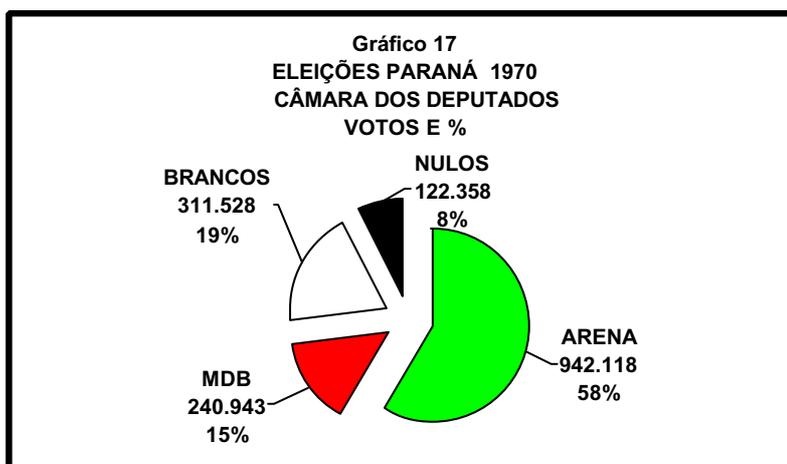
Pelos fatos, o mesmo Médici que o nomeara intimou: “Ou o senhor renuncia ou eu o demito!”. Haroldo Leon Peres renunciou no dia 23 de novembro de 1971 e assumiu o vice-governador Pedro Viriato Parigot de Souza, que faleceu em 11 de junho de 1973. Completou o mandato o engenheiro e deputado federal Emílio Gomes.

A Emenda Constitucional nº1 (1969), da Constituição de 1967, determinou o número de deputados federais (art.39. § 2º), proporcionalmente à população, de forma que nenhum Estado ou Distrito Federal tivesse mais de sessenta ou menos de oito. Quanto ao número de deputados estaduais, a mesma Constituição determinou: “CF.art. 13. § 6º O número de deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara Federal e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze”. De acordo com essa Constituição, foi fixado o número de 23 deputados federais pelo Tribunal Superior Eleitoral, ao Estado do Paraná, e em conseqüência a Assembléia Legislativa paranaense foi constituída de 47 deputados estaduais, para as eleições de 1970.

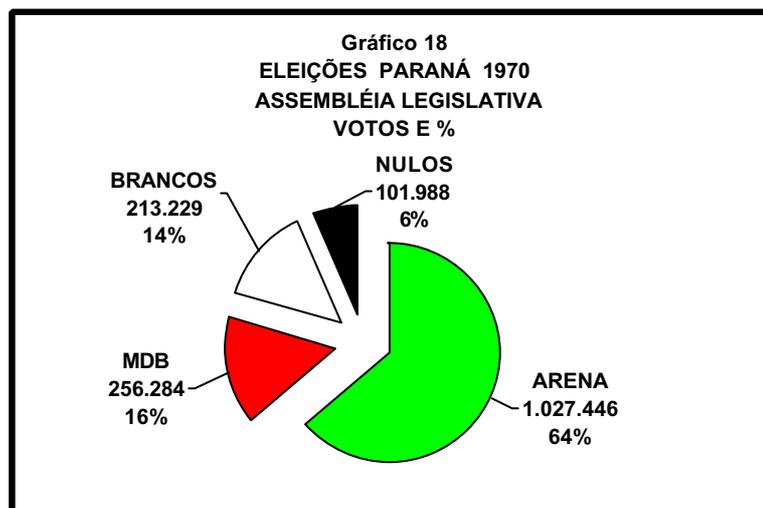
Nessa eleição de 1970, a campanha para o voto em branco foi bem-sucedida no Paraná, atingindo 26,0% para o Senado Federal, 19,0% para a Câmara dos Deputados e 14,0% do total de votos para a Assembléia Legislativa. A média dos votos em branco em 1966 foi de 8,6% e em 1970 subiu para 19,0% (considerando a média dos percentuais de votos no Paraná para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, conforme Gráficos 16, 17 e 18).



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.

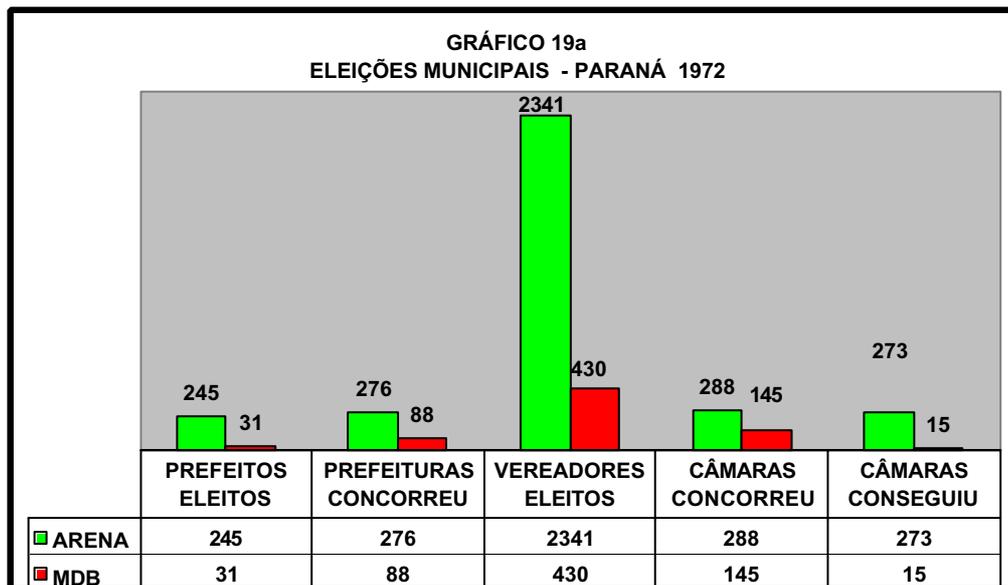
Foram eleitos para o Senado Federal os candidatos da ARENA, João de Mattos Leão, com 858.815 votos, e Francisco Accioly Rodrigues Filho, com 838.555 votos, somando 1.697.370 votos (nessas eleições a renovação para o Senado foi de 2/3, cabendo ao eleitor votar em dois candidatos). O candidato do MDB foi o ex-prefeito de Londrina José Richa, que conseguiu 543.033 votos; totalizaram-se 3.233.894 votos para o Senado Federal. Para a Câmara Federal, a ARENA conquistou 19 cadeiras, com 942.118 votos, ou seja, 58% dos votos contra 4 cadeiras do MDB, com 240.943 votos, ou seja, 15% dos votos; totalizaram-se 1.616.947 votos para a Câmara Federal.⁹ Para a Assembleia Legislativa, a ARENA conquistou 38 cadeiras, com 1.027.446 votos, ou seja, 64% dos votos, e o MDB apenas 9 cadeiras, com 256.284 votos, ou seja, 16% dos votos; totalizaram-se 1.616.947 votos para a Assembleia Legislativa.¹⁰

1.3 O ressurgimento da oposição e as eleições de 1972-1974

Nas eleições municipais de 1972, no Paraná, os resultados foram novamente favoráveis à ARENA, conforme demonstram os Gráficos 19a e 19b. Ocorreram eleições em 276 municípios para prefeito, sendo que em outros 12 os prefeitos foram nomeados, incluindo a capital, Curitiba, e os seguintes municípios:

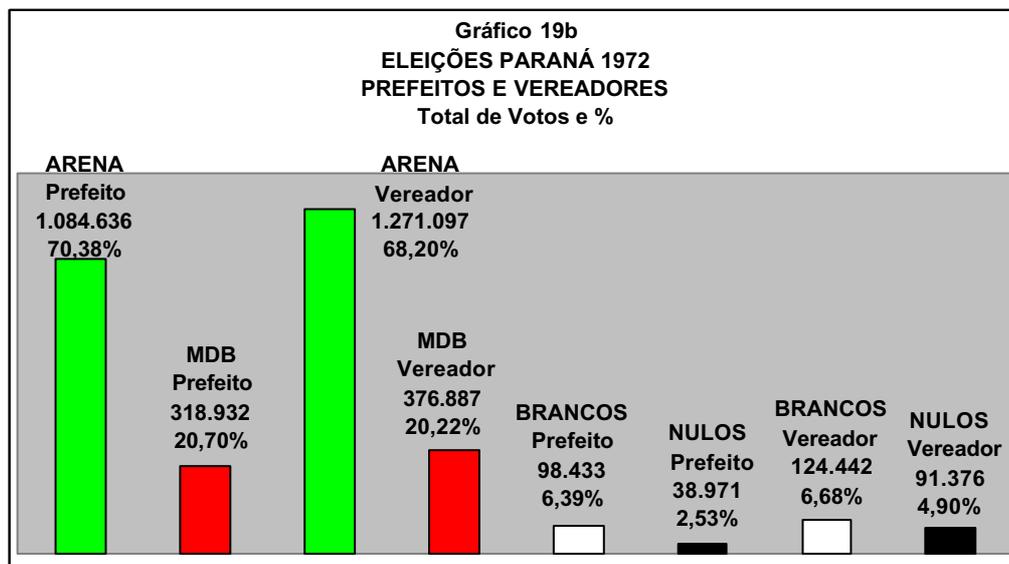
Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guairá, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu*. A ARENA concorreu em todos os municípios, totalizando 1.084.636 (70,38%) votos, e o MDB concorreu em 88 (31,88%), conseguindo 318.932 (20,7%) votos. A ARENA elegeu 245 (88,77%) prefeitos e o MDB somente 31 (11,23%), embora tenha eleito 7 a mais que em 1968 (24).

* Pelo Decreto-lei nº 170, de 02/06/71, o município de Santa Helena foi incluído como área de segurança nacional.



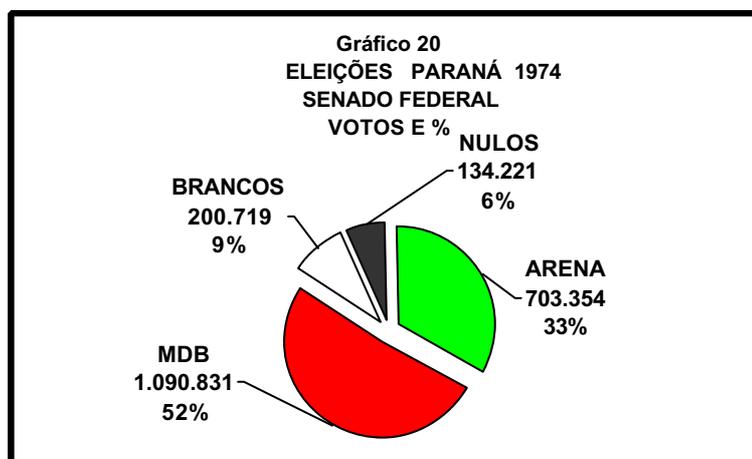
Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Para as Câmaras Municipais, ocorreram eleições em 288 municípios. A ARENA concorreu em todos, totalizando 1.271.097 (68,20%) votos, e o MDB em 145 (50,34%), conseguindo 376.887 (20,22%)votos, ou seja, 85 a mais que em 1968 (56) . A ARENA elegeu 2.341 (84,48%) vereadores e o MDB elegeu 430 (15,52%), ou seja, 7 a menos que 1968 (437), de um total de 2.771 vereadores. A ARENA conseguiu maioria em 273 (94,79%) e o MDB conseguiu maioria somente em 15 (5,21%), continuou com o mesmo número de 1968.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

O desencanto com o governo militar atingiu também o Paraná em 1974. O Gráfico 20 demonstra a grande virada oposicionista no Estado, com uma vitória surpreendente do MDB sobre a ARENA, para o Senado Federal.



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.

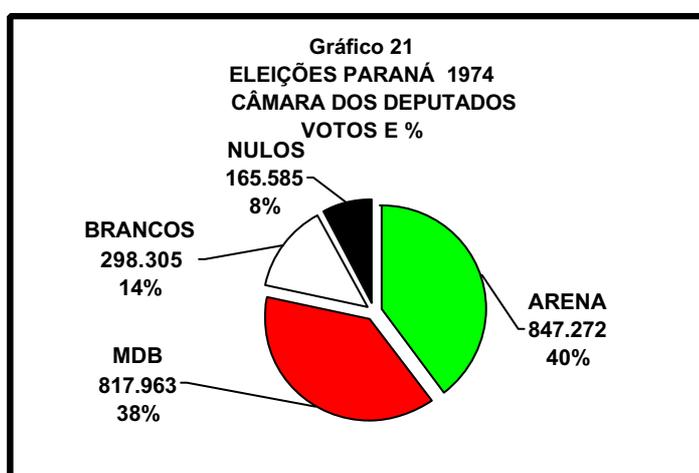
O MDB elegeu para o Senado Federal Francisco Leite Chaves, com 1.091.831 votos, ou seja, 52% dos votos, contra o candidato da ARENA, João Mansur, com 703.354 votos, ou seja, 33% dos votos (soma total de votos para o Senado: 2.129.125). Leite Chaves, rico advogado de Londrina, confessou ter sua candidatura nascido num banco de jardim, em Curitiba, numa noite em que se comentavam as dificuldades do MDB em conseguir alguém para o sacrifício; ele acabou aceitando ser candidato, por não se encontrar outro para “cobaia”. Houve uma grande rejeição de sua candidatura pela imprensa curitibana, que o considerava pretensioso, um nome totalmente desconhecido no meio político do Paraná, além de ser do interior (Londrina) e também um exógeno paraibano. Insinuava-se que não tinha gabarito para representar o Estado do Paraná no Senado Federal.

Entretanto, num programa de entrevista de televisão em Curitiba, correndo todos os riscos de ser “fritado” pela imprensa local (termo comum no meio político), Leite Chaves demonstrou que estava preparado para exercer o cargo, devido à sua experiência profissional e à sua formação jurídica (sendo um advogado bem-sucedido em Londrina, funcionário do Banco do Brasil S/A, com doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro). Lembrou também aos entrevistadores que ilustres nordestinos deram grandes contribuições no passado à política paranaense, assim como na construção da Universidade Federal do Paraná (Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da

província do Paraná, seu conterrâneo nordestino(baiano) e o paraibano Edmundo Linz, fundador do importante jornal de curitibano Gazeta do Povo,).¹¹

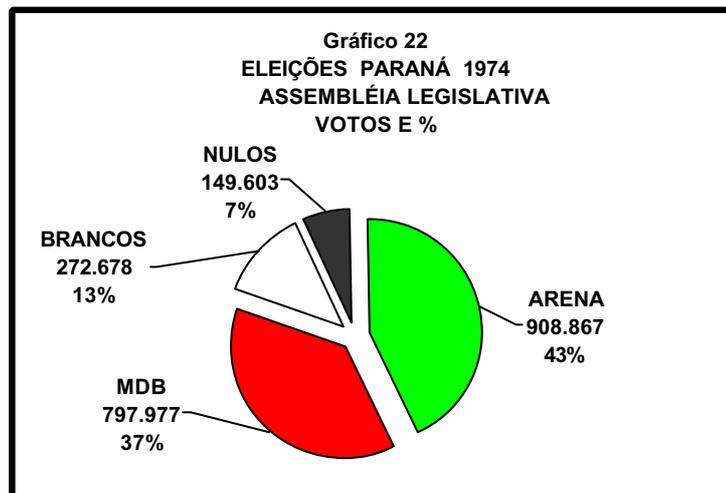
O programa de televisão ao qual foi convidado, denominado “TV Grandes Encontros”, de responsabilidade do jornalista Valcimar Braga, na realidade tratava-se de uma arapuca para desmoralizar o candidato, que já vinha crescendo nas pesquisas. Tanto que Valcimar Braga propôs a Leite de Chaves um símbolo para sua candidatura, alegando que todos os candidatos tinham os seus símbolos e dificilmente um candidato venceria sem um símbolo; o Partido Republicano tinha o “elefante”, o Partido Democrata o “burro”, o Jânio com a “vassoura”, então, disse o jornalista, tomamos a liberdade de escolher um símbolo para sua candidatura, esse “papagaio”, que estava presente, verde e amarelo da cor do Brasil. Imediatamente percebendo a jocosidade do apresentador, que se “desconfiava” estar a serviço dos seus adversários políticos, Leite Chaves não só recusou a oferta estranha como também ameaçou não participar do programa, e disse que faria um escândalo no ar se fosse colocado o “papagaio” no recinto da entrevista. O entrevistador recuou e a entrevista acabou favorecendo a sua candidatura, pelo desempenho de suas mensagens. Na saída do prédio já fora aplaudido por um grupo considerável de pessoas. Leite Chaves, o candidato das “circunstâncias”, venceu as eleições para o Senado Federal no Paraná num clima que marcou a grande virada em favor do MDB nessas eleições.

Para a Câmara dos Deputados, o MDB conquistou o mesmo número de cadeiras que a ARENA (15 cadeiras). Tendo registrado 16 candidatos, ficou na suplência apenas um.¹² A ARENA conseguiu 847.272 votos, 40% dos votos, e o MDB 817.963 votos, 38% dos votos. Totalizaram-se 2.129.125 votos para Câmara Federal (Gráfico 21).



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.

Na Assembléia Legislativa, embora o MDB tenha aumentado expressivamente o seu número de cadeiras, de 9 em 1970 para 25 em 1974, conseguindo 797.977 votos, 37% dos votos, a ARENA manteve a maioria, conquistando 29 cadeiras, com 908.867, 43% dos votos. Totalizaram-se 2.129.125 votos para a Assembléia Legislativa.(Gráfico 22).¹³



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.

1.4 - A reação governamental e as eleições de 1975 e 1976

Foi eleito para governar o Paraná no período de 15.03.1975 a 15.03.1979, por via indireta, em 03 de outubro de 1974, por um Colégio Eleitoral, constituído pela Assembleia Legislativa, de acordo com a Emenda Constitucional nº 2, de 09 de maio de 1972, pela ARENA, Jayme Canet Júnior, empresário da cidade de Londrina.

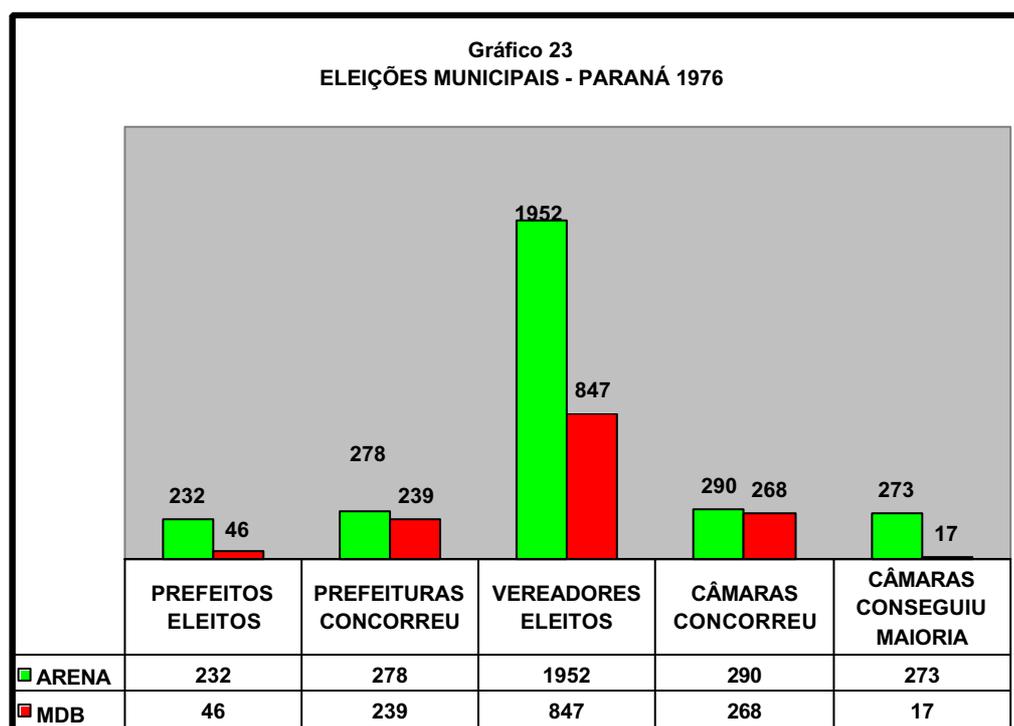
Após as eleições de 1974, que proporcionaram um grande crescimento ao MDB, o governo federal determinou como fundamental a vitória de seu partido nas eleições municipais de 1976. Para tanto, mobilizou toda a sua máquina administrativa, no âmbito federal como no dos seus governos estaduais, para a vitória da ARENA.

No Paraná, o governador arenista Jayme Canet Júnior acionou todos os esforços em favor dos candidatos do seu partido e o resultado foi altamente positivo. A oposição, em relação aos Estados do Sul do Brasil, amargou, no Estado do Paraná talvez sua pior derrota: somou apenas 36% do total dos votos, embora tivesse aumentado de 24 para 46 o número de prefeituras.¹⁴

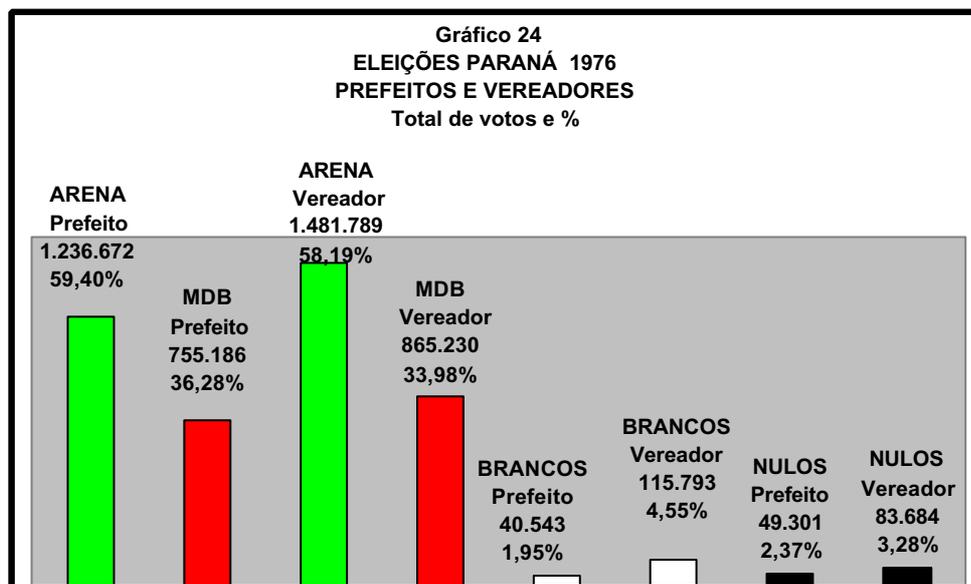
A ARENA conseguiu para prefeitos 1.236.812 (59,4%) votos, sendo vitoriosa em 232 (83,45%) municípios do total de 278 (a ARENA previa eleger 208 prefeitos), além de 12 nomeações, um na capital e 11 no interior (os mesmos de 1972), contra 755.186 (36,28%) votos do MDB, que conseguiu eleger 46 (16,55%) prefeitos (o MDB previa eleger 120 prefeitos¹⁵). A ARENA concorreu em todos os municípios e o MDB em 239 (85,97%). Totalizaram-se 2.081.702 de votos para prefeitos.

Para as Câmaras Municipais num total de 290 municípios, a ARENA conseguiu 1.481.789 (58,19%) votos, elegendo 1.952 (69,74%) de um total de 2.799 vereadores e conseguindo maioria em 273 (94,14%) Câmaras Municipais;

quanto ao MDB, este conseguiu 865.230 (33,98%) votos, elegendo 847 (30,26%) vereadores e fazendo maioria somente em 17 (5,86%) Câmaras (Gráficos 23 e 24). O MDB concorreu em 268 (92,41%) dos 290 municípios . Totalizaram-se 2.546.496 votos para vereadores.



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.

1.5 – O equilíbrio e as eleições de 1978

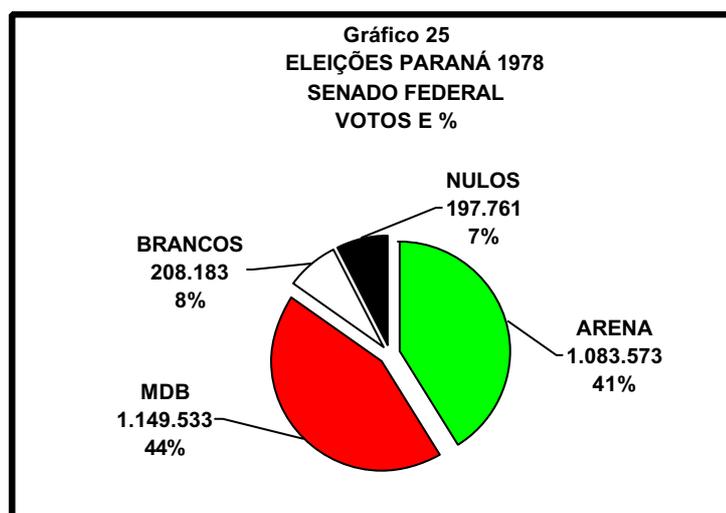
As eleições 1978, no Paraná, foram consideradas das mais difíceis e equilibradas. O governador Jayme Canet Júnior, entrou ativamente na campanha, ao lado do seu sucessor Ney Braga, eleito por via indireta por um Colégio Eleitoral constituído dos membros da Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais, em data de 01 de setembro de 1978, conforme determinava a Emenda Constitucional nº8, de 14 de abril de 1977, para o período de 15.03.1979 a 14.05.1982. Canet Júnior e Ney Braga saíram a campo em busca

de votos para o seu candidato ao Senado, Odilon Túlio Vargas. Orador inflamado e hábil, Ney costumava afirmar, nos discursos, que “esta é a eleição mais importante de minha vida, pois já estou no Palácio Iguazu e preciso da maioria na Assembléia, na Câmara – e preciso do Túlio como quem precisa de água”. Túlio Vargas recebeu inclusive o apoio do presidente João Baptista Figueiredo, com sua visita a Curitiba. Tamanho empenho provocou resultados positivos, pois a situação eleitoral de Túlio Vargas, depois de passar por oscilações, teve um reerguimento. Entretanto, a campanha do candidato oposicionista José Richa (MDB) foi vigorosa, percorrendo duas vezes os 290 municípios do Estado, pronunciando cerca de 700 discursos e "visitando mais de cinco vezes as cidades com maiores colégios eleitorais. Visitou inclusive a faixa fronteiriça com o Paraguai, onde se estimava que havia mais de 35.000 eleitores brasileiros, que moravam em território do Paraguai".¹⁶

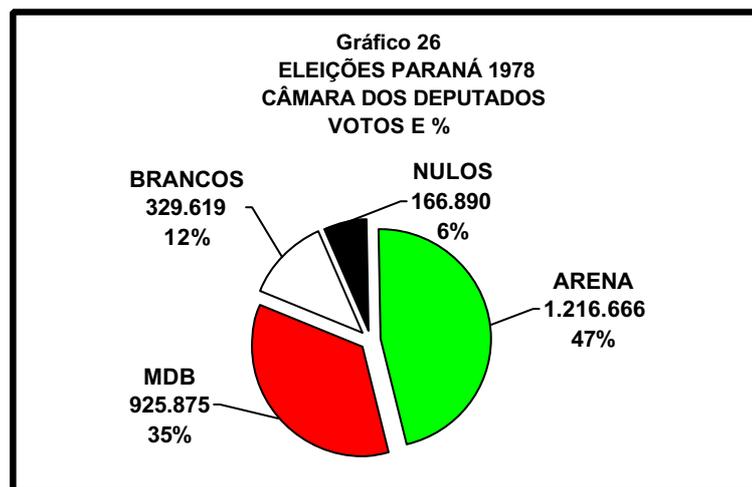
O resultado das eleições para o Senado foi favorável ao MDB, que elegeu José Richa com 895.013 votos, ao lado do seu companheiro de partido, também candidato, Enéas Eugênio Pereira Farias, que conseguiu 254.520 votos. A soma das duas sublegendas do MDB, 1.149.533 (44%) dos votos, superou o candidato da ARENA Túlio Vargas, que obteve 1.083.573 (41%) dos votos, totalizando 2.639.050 votos para o Senado Federal. Para a Câmara dos Deputados, a ARENA conquistou 19 (55,89%) cadeiras, conseguindo 1.216.666 (47%) votos, e o MDB 15 (44,11%), conseguindo 925.875 (35%) votos, totalizando 2.639.050 votos para a Câmara Federal.¹⁷ Para a Assembléia Legislativa, a ARENA conquistou

34 (58,62%) cadeiras, conseguindo 1.259.873 (47%) votos, e o MDB 24 (41,38%) cadeiras, conseguindo 914.121 (35%) votos, totalizando 2.638.446 e votos para a Assembléia Legislativa.¹⁸ A ARENA perdeu a eleição para o Senado, mas conquistou a maioria das cadeiras para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, conforme Gráficos 25, 26 e 27.

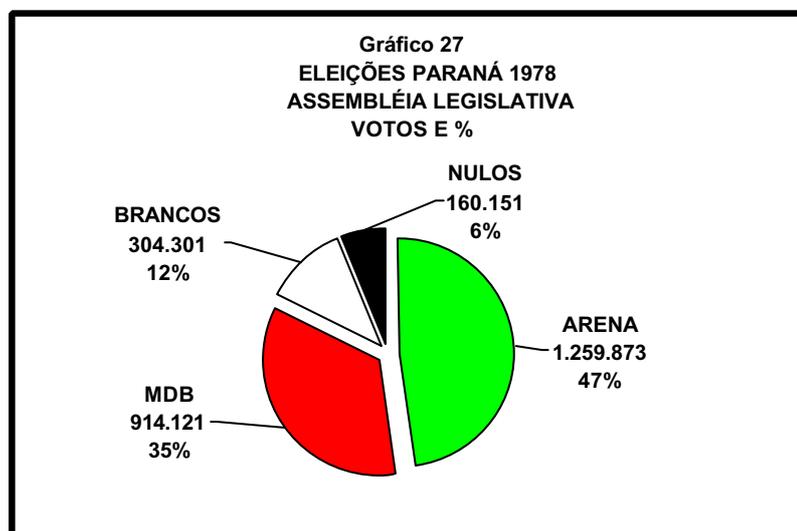
Com a cassação do deputado José Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara Federal, em 30 de junho de 1977, na mesma data sua mulher, dona Miriam, anunciava aos jornalistas: “O filho continuará a luta do pai”. O filho Heitor Alencar Furtado (nascido em Paranavaí-PR.), com 22 anos, formado em Direito, tinha planos de candidatar-se a deputado estadual. Com a cassação do pai foi intimado pela família a candidatar-se à Câmara Federal, sendo eleito com 32.896 votos.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

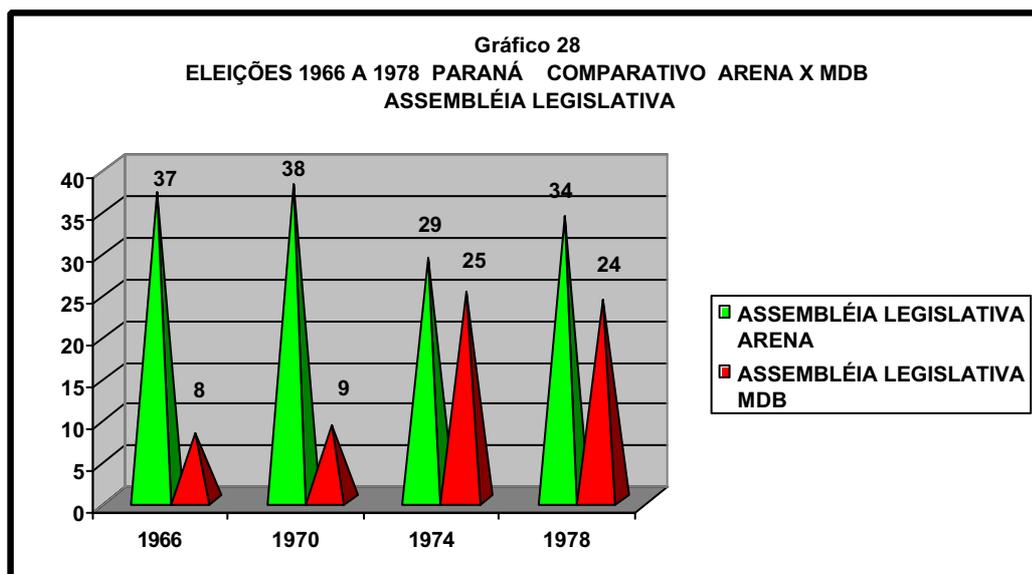


Fonte: Dados brutos TRE-PR.

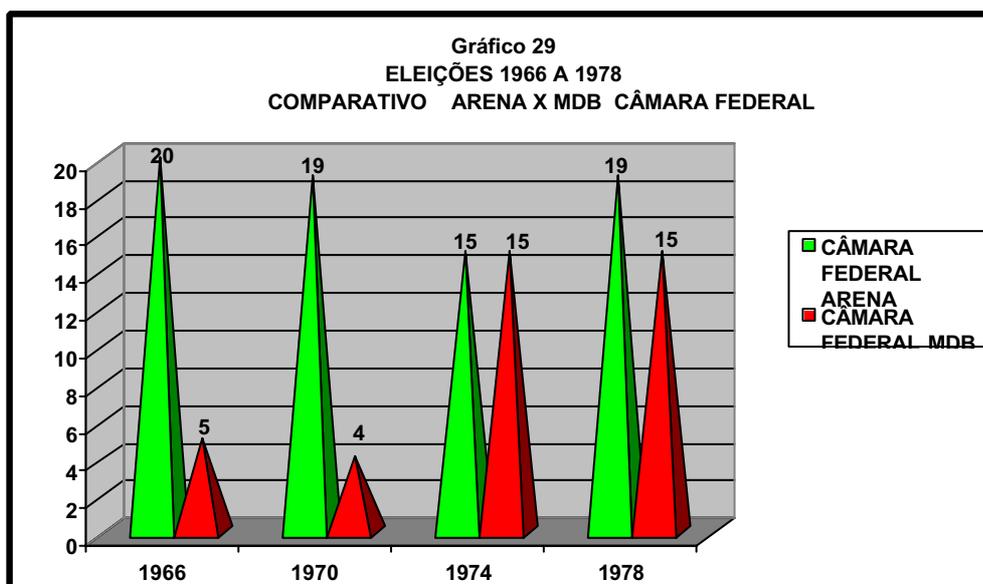


Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Nos Gráficos 28 e 29 é possível visualizar a supremacia da ARENA sobre o MDB em todo o período em que vigorou o bipartidarismo, nas eleições legislativas paranaenses.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.



Fonte: Dados Brutos TRE-PR.

Para o Senado Federal, a ARENA venceu em 1966 uma vaga (eleito Ney Braga) e em 1970 duas vagas (eleitos Accyoli Filho e Mattos Leão); o MDB venceu em 1974 uma vaga (Leite Chaves) e em 1978 o MDB conquistou uma vaga (eleito José Richa) e ARENA também uma vaga (eleito Affonso Camargo).¹⁹

2.0 - A polarização no pluripartidarismo - 1982

2.1 A rearticulação partidária

Embora se tenha estabelecido de novo o pluripartidarismo, os resultados eleitorais no Paraná confirmam a polarização das eleições de 1982 nos dois partidos mais fortes, Partido Democrático Social (PDS), originário da ARENA, e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), originário do MDB, e por consequência a continuidade no Paraná do bipartidarismo, caracterizando um período de transição para o pluripartidarismo que viria evoluir mais adiante.

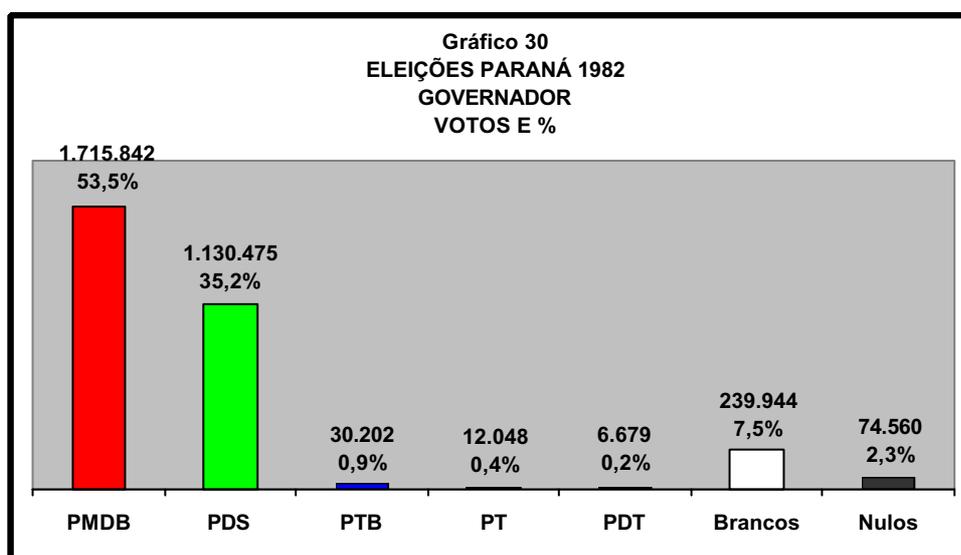
No Paraná também, com a incorporação do PP (Partido Popular), constituído basicamente de dissidentes do partido do governo (ARENA-PDS), o PMDB tornou-se na realidade uma “grande frente” de políticos desejosos de participarem de uma sigla que estava em grande ascensão perante o eleitorado, como oposição ao regime militar, que estava num processo de debilitação.

2.2 O pluripartidarismo polarizado

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) venceu as eleições de 1982 no Paraná, tanto para o Senado como para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, e também para governador do Estado. Votaram nessas eleições 3.209.750 eleitores.

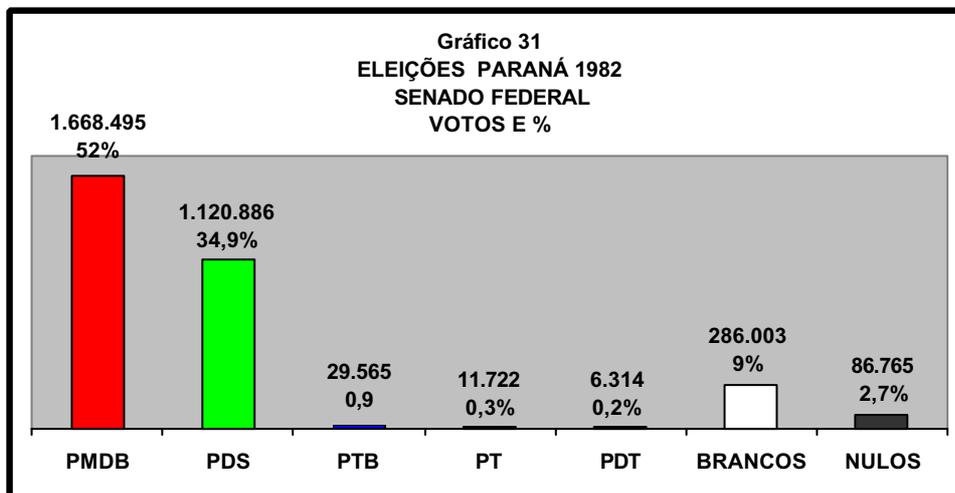
Foi eleito governador do Estado o candidato do PMDB, José Richa, com 1.715.842 (53,5%) votos, disputando contra o candidato do governo estadual, Saul Raiz, do PDS, que obteve 1.130.475 (35,2%) votos. Os partidos menores também apresentaram os seus candidatos, mas tiveram no conjunto uma votação

inexpressiva, ou seja: PTB, Hamilton Vilela Magalhães, 30.202 (0,9%)votos; PDT, Edson Sá, 6.679 (0,2%) votos; e PT, Edésio Passos, 12.048 (0,4%) votos; e ainda ocorreram 239.944 (7,5%) votos brancos e 74.560 (2,3%) votos nulos.(Gráfico 30)



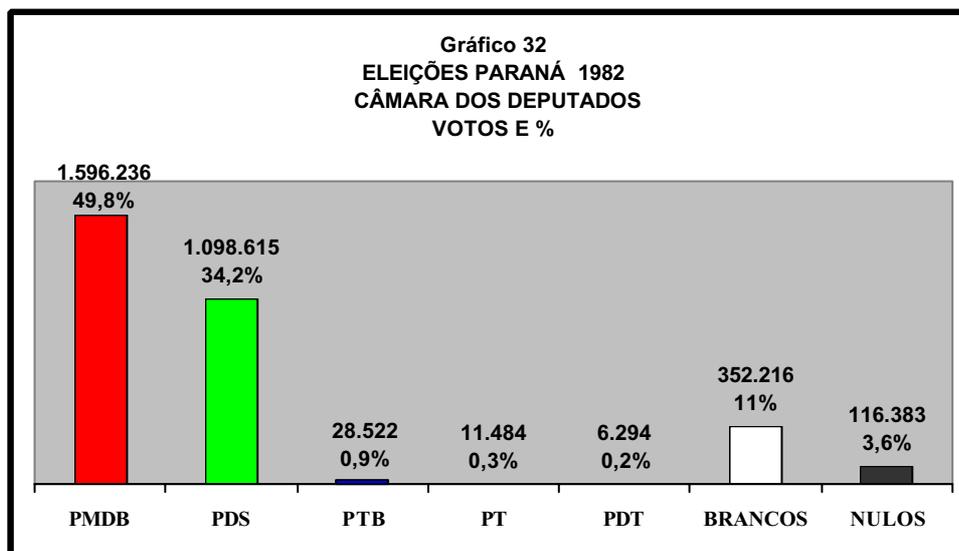
Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Para o Senado Federal, foi Eleito Álvaro Fernandes Dias, do PMDB, com 1.668.495 (52%) votos, contra o candidato do PDS, o tradicional líder político paranaense Ney Braga, que conseguiu 1.120.886 (34,9%) votos. Os demais partidos apresentaram seus candidatos, porém também com votação inexpressiva, ou seja: PTB, Afonso Antoniuk, 29.565 (0,9%) votos; PDT, José Raymundo Leite Ramos, 6.314 (0,2%) votos; e PT, Manoel Izaias de Santana, 11.722 (0,3%). (Gráfico 31)



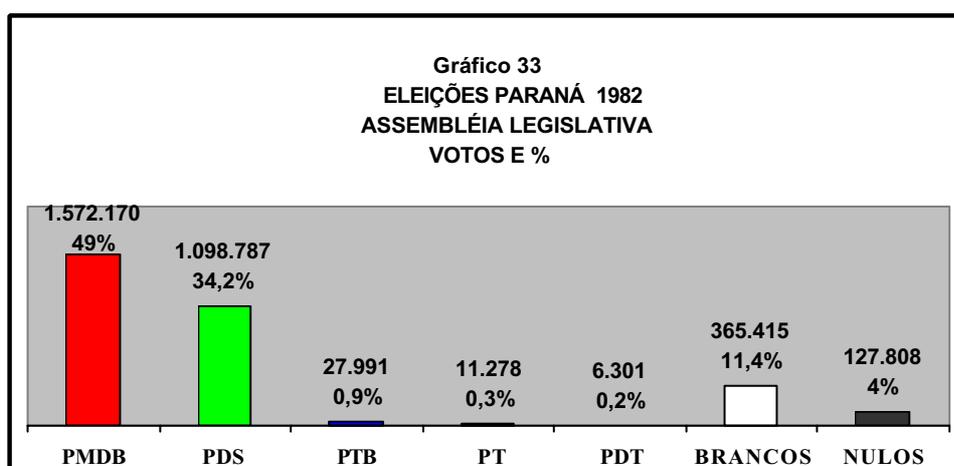
Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Quanto à Câmara do Deputados (Gráfico 32) , O PMDB totalizou 1.596.236 (49,8%) votos; o PDS 1.098.615 (34,2%) votos; o PTB 28.522 (0,9%) votos; o PT 11.484 (0,3%) votos; o PDT 6.294 (0,2%) votos; e ainda 352.216 (11%) votos brancos e 116.383 (3,6%)votos nulos.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

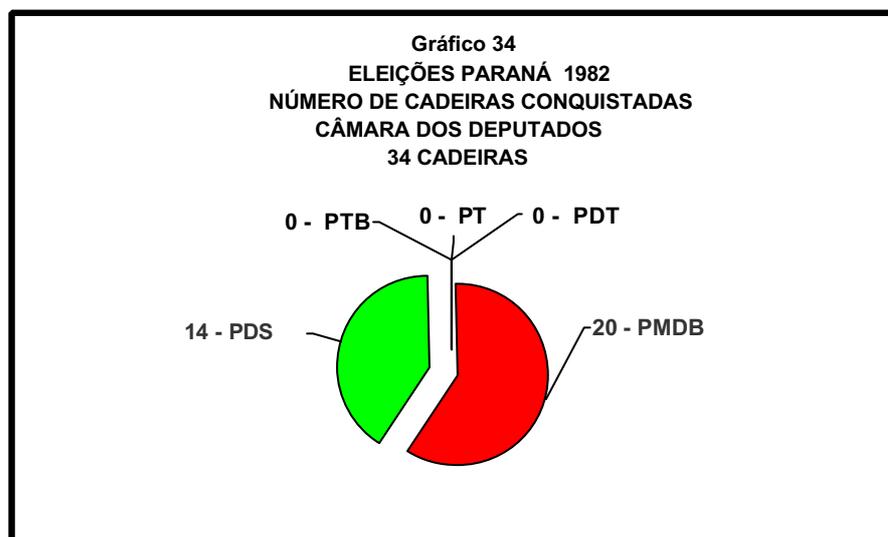
Para a Assembléia Legislativa (Gráfico 33), O PMDB totalizou 1.572.170 (49%) votos; o PDS 1.098.787 (34,2%) votos; o PTB 27.991 (0,9%) votos; o PT 11.278 (0,3%) votos; o PDT 6.301 (0,2%) votos; e ainda 365.415 (11,4%) votos brancos e 127.808 (4%) votos nulos .



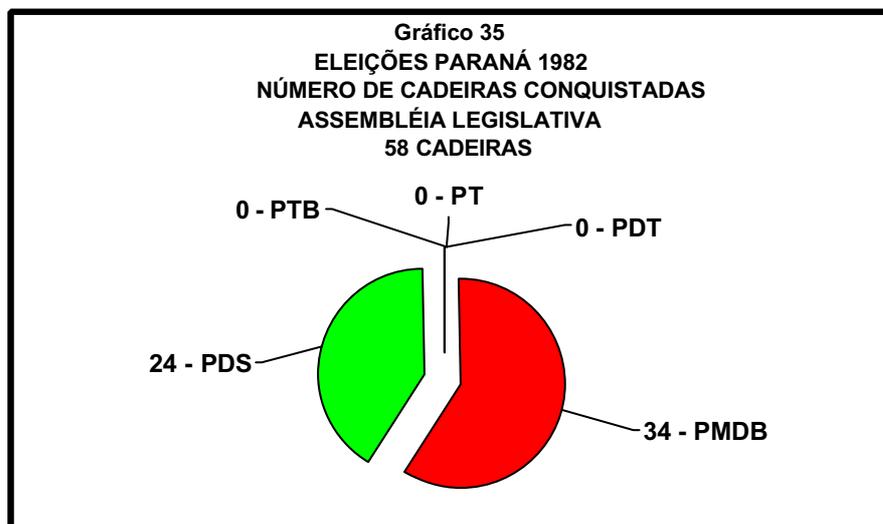
Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Nos Gráficos 34 e 35, fica demonstrado que só o PMDB e o PDS conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados, ou seja, PMDB 20 (59%) e PDS 14 (41%)²⁰. Na Assembléia Legislativa, PMDB 34 (59%) e PDS 24 (41%) cadeiras.²¹

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) não conseguiram o número de votos necessários para atingir o quociente eleitoral, tanto para a Câmara Federal como para a Assembléia Legislativa.²²

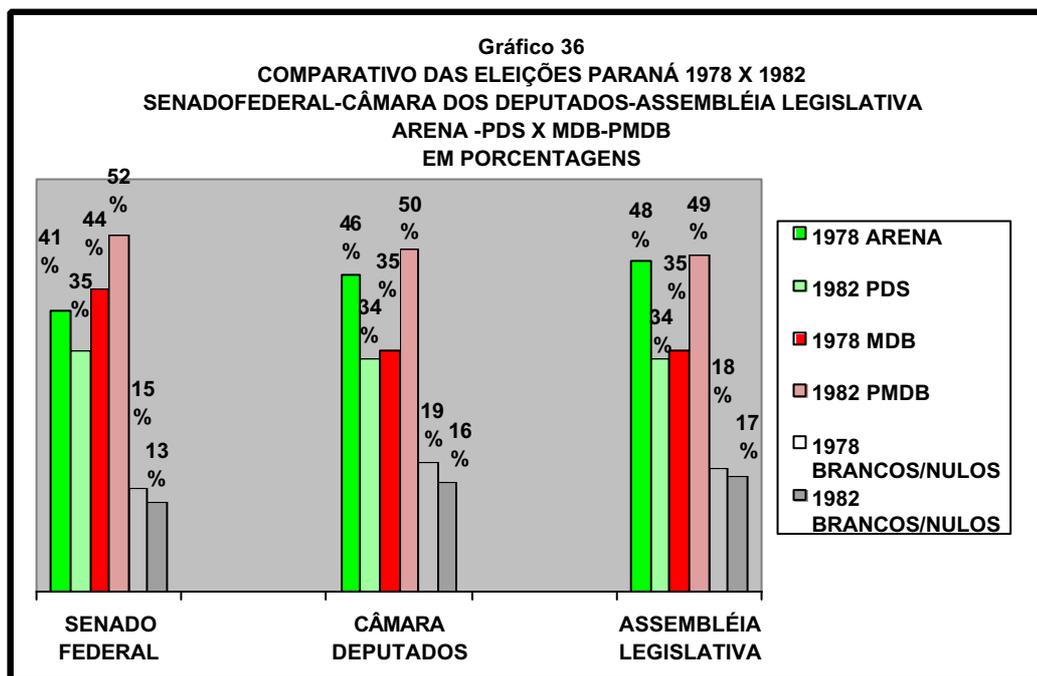


Fonte: Dados brutos TRE-PR.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

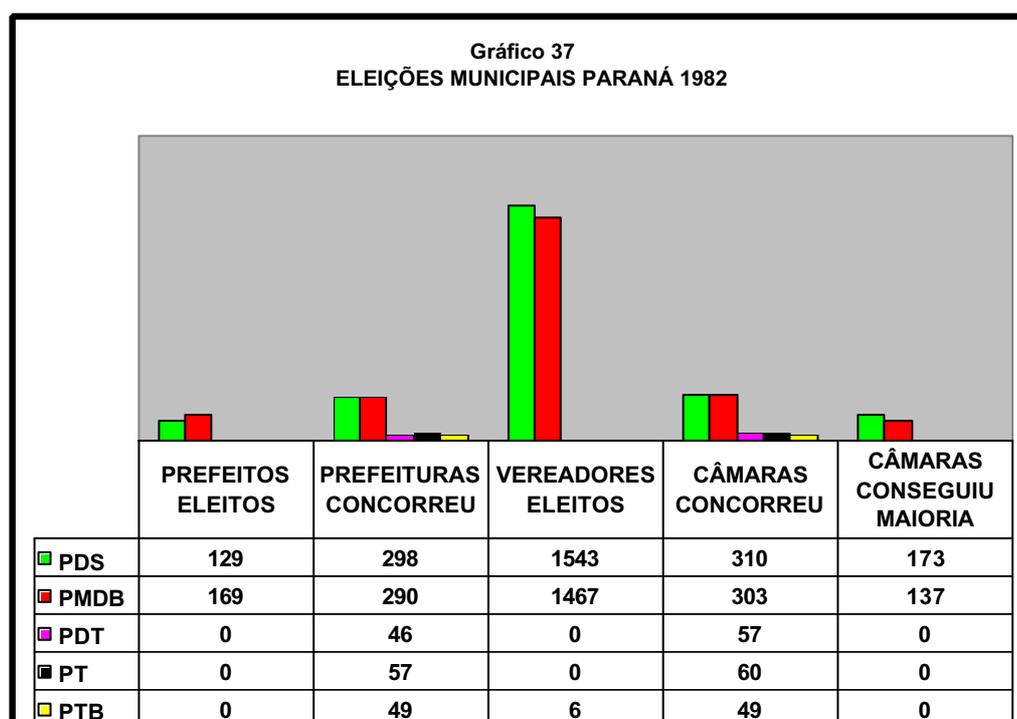
O Gráfico 36 compara a evolução da ARENA-PDS x MDB-PMDB nas eleições de 1978 e 1982. O processo de crescimento do MDB, iniciado de forma surpreendente em 1974, em 1982 representou a supremacia efetiva do PMDB-MDB sobre o partido governista PDS-ARENA.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

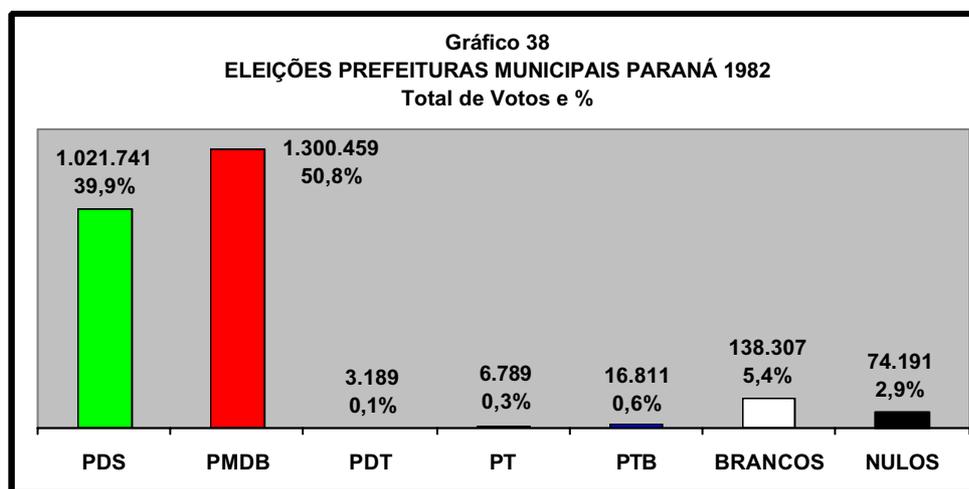
As eleições municipais de 1982 foram realizadas em 310 municípios paranaenses, dos quais 12 prefeitos foram nomeados de acordo com a legislação federal (os mesmos de 1972) e os demais, 298, foram eleitos. Para as Câmaras Municipais, ocorreram eleições na sua totalidade, confirmando nossa tese quanto à existência de um pluralismo polarizado, concentrado nos dois partidos políticos originários do bipartidarismo anterior, porém invertendo a posição na liderança dos votos. O PMDB (antigo MDB) venceu as eleições na maioria dos municípios paranaenses tanto no que se refere aos prefeitos como aos vereadores. Encerrando o período de predominância ARENA-PDS, O PMDB elegeu 169 prefeitos contra

129 do PDS, embora o PDS tenha concorrido em todos os municípios(298) e o PMDB em 290. Os demais partidos, PTB (que concorreu em 49), PDT (que concorreu em 46) e PT (que concorreu em 57), não elegerem nenhum prefeito. Para as Câmaras Municipais, o PMDB elegeu 1.467 (48,6%) vereadores, de um total de 3.016, conseguindo maioria em 173 (56%) Câmaras; o PDS elegeu 1.543 (51,2%) vereadores. Embora com um número maior de vereadores, conseguiu maioria em 137 (44,0%) Câmaras. O PTB conseguiu eleger 6 (0,2%) vereadores (concorrendo em 49 municípios), e os demais partidos, PDT (que concorreu em 57 municípios) e PT (que concorreu em 60 municípios), não conseguiram eleger nenhum vereador. (Gráfico 37)



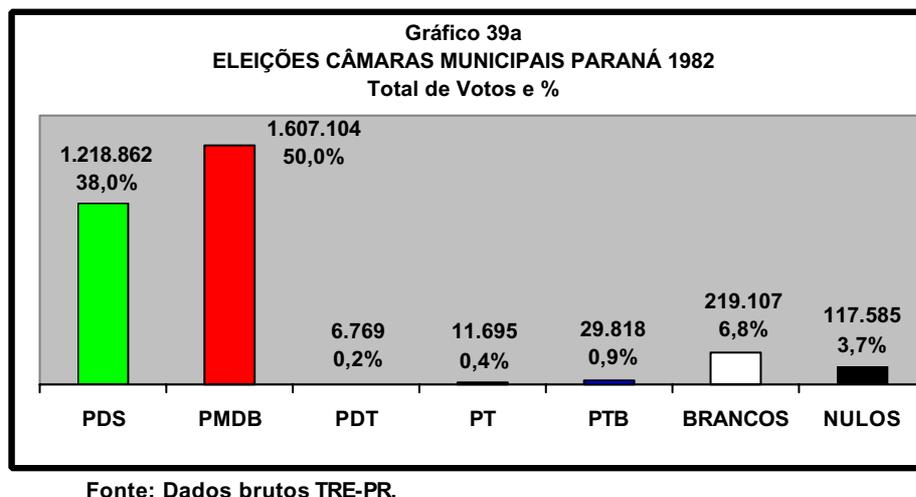
Fonte: Dados brutos TRE-PR

No Gráfico 38, dos 2.561.487 votos somados dos municípios paranaenses para prefeito municipal, coube a maioria ao PMDB, 1.300.459 (50,8%) votos. O PDS conseguiu 1.021.741 (39,9%) votos; o PTB conseguiu apenas 16.811 (0,6%) votos; o PDT 3.189 (0,1%) votos; o PT 6.789 (0,3%) votos; e votos em brancos 138.307 (5,4%) e votos nulos 74.191 (2,9%).

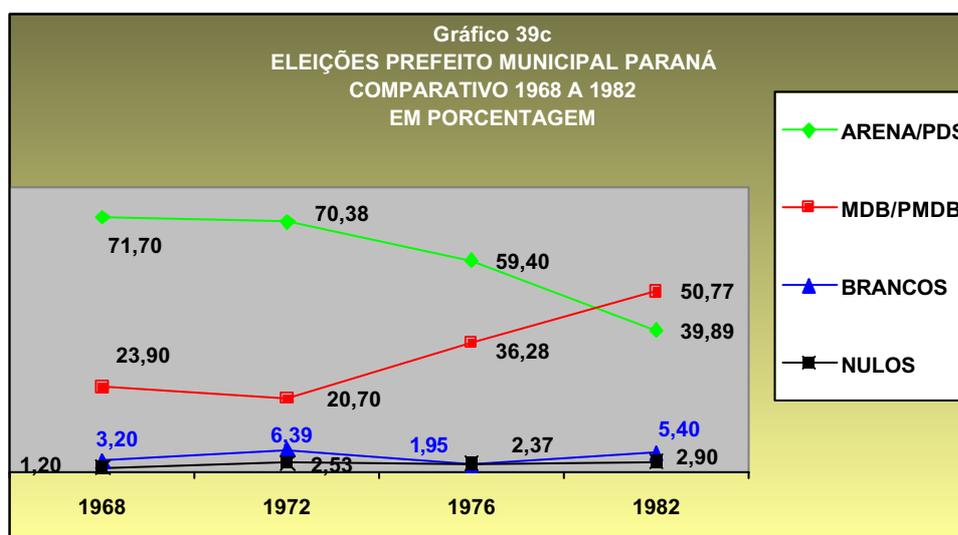


Fonte: Dados brutos TRE-PR.

O resultado das eleições para as Câmaras Municipais(Gráfico 39), mostra que da soma total no Estado, de 3.210.940 votos, o PMDB conseguiu a maioria de 1.607.104 (50%); o PDS 1.218.862 (38%); o PTB conseguiu 29.818 (0,9%); o PDT 6.769 (0,2%); o PT 11.695 votos (0,4)%; votos brancos 219.107 (6,8 %) e votos nulos 117.585 (3,7%). Os resultados para as Câmaras Municipais também polarizaram em torno do PMDB e PDS.(Gráfico39a)



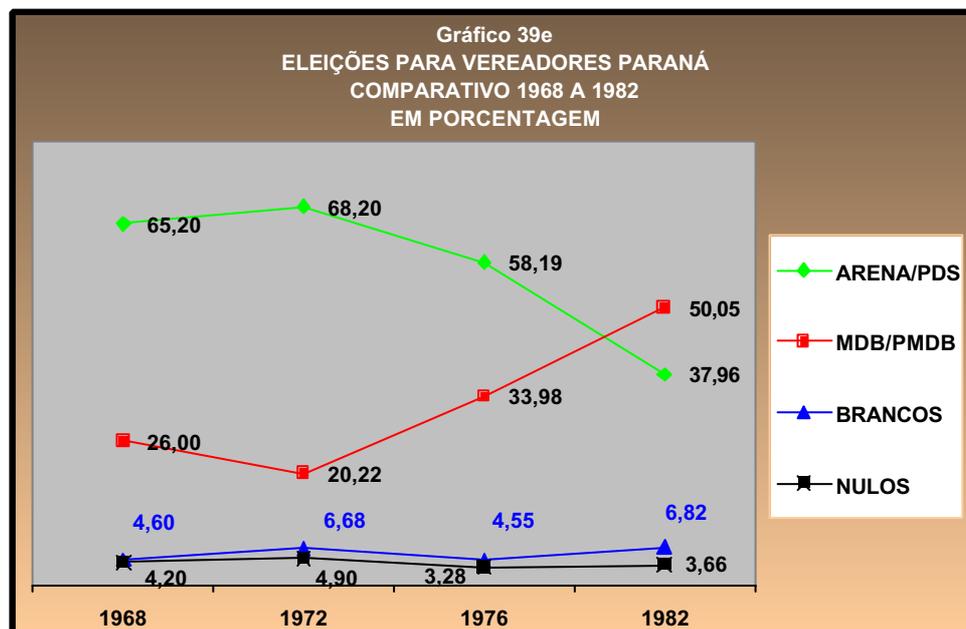
Comparando os Gráficos 39b e 39c, eleições para prefeito, constata-se que a ARENA/PDS, de 1968 a 1976, manteve um constante aumento no número de votos, só decaindo em 1982. Quanto ao MDB/PMDB, verifica-se um aumento constante de votos. Porém, quando se verifica em percentual, descobre-se uma constância no declínio da ARENA/PDS e uma ascensão do MDB/PMDB, com exceção em 1972. Quanto aos votos brancos e nulos, partindo de 1968, houve um aumento em 1972 e 1982 e queda em 1976.



Fazendo uma análise da história dos resultados eleitorais nas eleições para vereadores no período de 1968 a 1982, no Paraná, comparando os resultados da ARENA/PDS e MDB/PMDB, constatamos um contraste entre total de votos e os percentuais. Enquanto a ARENA/PDS, em quantidades de votos, evoluiu no período de 1968 a 1976 e decaiu em 1982, o MDB/PMDB evoluiu numa constante, inclusive dobrando consecutivamente a partir de 1972. Quanto aos percentuais, a ARENA/PDS, depois de uma ascensão em 1972, seguiu para um declínio constante. Quanto ao MDB/PMDB, depois de um declínio em 1972, evoluiu constantemente. Como ocorreu nas eleições de prefeitos, quanto aos votos brancos e nulos, partindo de 1968, houve aumento em 1972 e 1982 e queda em 1976.(Gráficos 39d e 39e)



Fonte: Dados brutos TRE-PR.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Considerando os municípios a base de todo o sistema eleitoral e partidário, pelos dados verificados, no Estado do Paraná, embora a ARENA/PDS, partido de apoio ao governo, recebesse quantidades expressivas de votos, os dados levantados comprovam que estava sendo corroído. O partido de oposição, MDB/PMDB, seguia uma tendência de aumento de suas bases eleitorais, coroando em 1982 sua ascensão sobre o partido governamental.

As eleições polarizadas de 1982, entre PDS x PMDB, representaram no Paraná uma verdadeira transição, marcando a resistência do bipartidarismo dentro do novo quadro multipartidário. Nas eleições seguintes, continuaram a ascensão do PMDB e a decadência do PDS, inclusive este desaparecendo como sigla partidária. Porém não é esse o objeto deste estudo.

Nessa eleição ocorreu um fato de grande repercussão nacional. Heitor Alencar Furtado, então deputado federal (MDB), candidatou-se a deputado estadual (PMDB), visto que seu pai, já anistiado, José Alencar Furtado, voltou a candidatar-se a deputado federal; entretanto, durante a campanha, foi vítima de um homicídio. Estacionou seu carro, um Fiat-147, em um posto de gasolina próximo a Mandaguari-PR., na tentativa de descansar depois de uma jornada de comícios. Já era noite; sem ser reconhecido, foi considerado suspeito pelo frentista do posto, que chamou a polícia. Veio atender à denúncia um agregado do delegado local, que não constava do quadro da Polícia Civil. Despreparado para atender situações deste tipo, acabou, acredita-se, disparando acidentalmente contra o deputado, que veio a falecer em seguida. Heitor foi sepultado em Paranavaí-PR., com a presença de lideranças políticas nacionais, inclusive de Ulisses Guimarães e do presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, depois de uma saudação póstuma do senador Francisco Leite Chaves.

Mas a base da política partidário-eleitoral reside exatamente nos municípios, onde ocorrem as eleições. Embora ligados institucionalmente à estrutura nacional e estadual, têm seus contornos próprios, questões de que trataremos no Capítulo seguinte e especificamente com referência ao município de Maringá.

NOTAS DO CAPÍTULO III

¹ Conforme afirmação de José Richa, feita em 18.11.2003, por telefone, ao pesquisador. aderiram ainda ao MDB os deputados federais Antonio Baby, Fernando Gama, Wilson Chedid, Petrônio Fernal (do ex-PTB); deputados estaduais Silvino Lopes de Oliveira, Joaquim Nêia de Oliveira e Eurico Batista (do ex-PTB), Sinval Martins Araújo (do ex-PSD); também aderiu ao MDB o ex-presidente do ex-PDC, Affonso Camargo Neto. Informa Sylvio Sebastiani, na página 06 de seu livro *Por dentro do MDB Paraná* – op.cit), que o presidente nacional do MDB, senador Oscar Passos, designou o deputado Miguel Buffara, com sua colaboração como secretário, para organizar o MDB no Paraná, e que na primeira Convenção do Diretório Regional foram eleitos presidente o deputado federal Renato Celidônio e secretário geral o deputado estadual Sinval Martins Araújo. Nos registros do TSE, consta: MDB PARANÁ - Comissão Diretora do Paraná: Nelson Maculan, Antonio Anibelle, Antonio Baby, Fernando Gama, José Richa, Miguel Buffara, Petrônio Fernal, Renato Celidônio e Wilson Chedid. Fonte: TSE.

² ARENA PARANÁ - Comissão Diretora Regional

Senadores:

Adolpho de Oliveira e Rubens de Melo Braga

Deputados federais:

Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho – Mário Braga Ramos – Emílio Hoffmann Gomes – Elias Nacle – Hermes Faria Macedo – Ivan Luz – João Ribeiro Júnior – Kalil Maia Neto – Lyrio Bertolli – Mário Gomes da Silva – Minoru Miyamoto – Newton Carneiro – Paulo Pimenta Montans – Raphael Rezende e Zacarias E. Seleme.

Deputados estaduais:

Agostinho José Rodrigues – Amadeu Puppi – Antônio Ferreira Ruppel – Aníbal Khuri – Armando Queiroz – Arnaldo F. Buzato – Benedito Pinto Dias – Dino Veiga – Egon Puddel – Emílio Humberto Carazzai – Haroldo Leon Peres (de Maringá) – Horácio Vargas – Ernesto Moro Redezschi – Igo Iwant Losso – Iósio Antônio Ueno – João Antônio Braga Côrtes – João de Mattos Leão – João Mansur – João Vargas de Oliveira – Jorge Miguel Nassar – José Justino Alves Pereira – Leovegildo Bales – Marino Pereira – Miguel Dinizio – Miran Pirih – Moacir Júlio Silvestre – Odilon Túlio Vargas (de Maringá) – Olívio Beliche – Piratan Araújo – Paulo Poli – Renato Loures Bueno – Arthur de Souza – Olavo Ferreira – Lauro Muller Soares e Vidal Vanhoni.

E mais os senhores:

Murat Guimarães – Carlos Castor de Menezes – Alípio Ayres de Carvalho – Ítalo Conti – Véspero Mendes – Alberto Franco Ferreira da Costa – Jairo Ortiz Gomes de Oliveira – Ivo Tomazoni – João Maria Machado do Amaral – Milton Ribeiro Menezes – Reinaldo Carazzai – Otávio Cesário Pereira – Guilherme Lacerda Braga sobrinho e Algacyr Guimarães.

Gabinete Executivo Regional:

Presidente – Algacyr Guimarães.

1º Vice-Presidente – Deputado Rafael Rezende.

2º Vice-Presidente – Deputado Zacarias E. Seleme.

3º Vice-Presidente – Ivan Luz.

Secretário Geral – Ubiratam Pompéo de Sá.

Tesoureiro – Senador Rubens de Mello Braga.

Vogais: Deputado Armando Queiroz de Moraes – Deputado João de Mattos Leão – Deputado Miran Pirih – Deputado Paulo Poli e deputado Horácio Vargas. Fonte: TSE.

³ Foram eleitos pela ARENA(1966) os seguintes deputados federais: 1-João Paulino Vieira Filho (de Maringá) com 50.204 votos; 2-Zacarias Emiliano Seleme, com 49.492 votos; 3-Alberto Franco Ferreira da Costa, com 44.755 votos; 4-Haroldo Leon Peres (de Maringá), com 42.471 votos; 5-Francisco Accioly R.da Costa Filho, com 40.671 votos; 6-Cid Rocha, com 39.263 votos; 7-Emílio Hofmann Gomes, com 37.045 votos; 8-Alypio Ayres de Carvalho, com 30.335 votos; 9-Jorge Cury, com 30.099 votos; 10-Iosio Antonio Ueno, com 28.735 votos; 11-Hermes Macedo, com 28.622 votos; 12- Moacir Julio Silvestre, com 27.677 votos; 13-José Justino Filgueiras Alves Pereira, com 26.938 votos; 14-Agostinho José Rodrigues, com 26.290 votos; 15-Minoro Miyamoto, com 22.879 votos; 16-Lyrio Bertoli, com 18.742 votos; 17-Mario Braga Ramos, com 18.597 votos; 18-Kalil Maia Neto, com 18.524 votos; 19-Henio Romagnolli, com 16.725 votos; e José Carlos Leprevost com, com 15.553 votos. Lista ainda 15 suplentes.Fonte TRE-PR.

Foram eleitos pelo MDB(1966) os seguintes deputados federais: 1-Léo de Almeida Neves, com 48.905 votos; 2-Renato Celidônio (de Maringá), com 29.841 votos; 3-José Richa, com 22.994 votos; 4-Fernando Gama de Sousa, com 16.881 votos; e 5-Antonio Annibelli, com 14.157 votos. Lista ainda 11 suplentes.Fonte: TRE-PR

⁴ Foram eleitos pela ARENA(1966) os seguintes deputados estaduais: 1-Arnaldo Faivro Busato, com 43.749 votos; 2-Anibal Khury, com 41.368 votos; 3-Luiz Carlos Cantinho Cruz, com 41.330 votos; 4-João de Mattos Leão, com 34.830 votos; 5-João Mansur, com 33.155 votos; 6- Odilo Túlio Vargas (de Maringá), com 25.556 votos; 7-Toberto Galvani, com 25.051 votos; 8-Ivo Thomazoni, com 23.593 votos; 9-Fabiano Braga Cortes com 23.077 votos; 10-Wilson Figueiredo Fortes, com 22.937 votos; 11-Armando Queiroz de Moraes, com 21.709 votos; 12- David Federmann, com 20.1334 votos; 13-Paulo Poli, com 18.070 votos; 14-Arthur Gotuzzo de Souza, 17.912 votos; 15-Benedito Pinto dias, com 17.713 votos; 16- Gabriel Manoel, com 16.761 votos; 17-Jorge Miguel Nassar, com 15.832 votos; 18-Olavo Garcia Ferreira da Silva, com 15.619 votos; 19-Francisco Escorsin, com 15.599 votos; 20- João Leopoldo Jacomel, com 15.516 votos; 21 Erondy Silvério, com 14.508 votos; 22-Constantino João Kotzias, com 14.417 votos; 23- Olívio Belich, com 14.121 votos; 24-Jorge Sato, com 12.569 votos; 25- Abrahão Miguel, com 12.414 votos; 26-Paulo Camargo, com 11.663 votos; 27-Igo Iwant Losso, com 11.510 votos; 28- Luiz Renato Malucelli, com 11.324 votos; 29-Aguinaldo Pereira Lima, com 11.023 votos; 30-Ovidio Luiz Franzoni, com 10.385 votos; 31-Renato Loures Bueno, com 9.554 votos; 32-Mamédio Seme Scaff, com 9.249 votos; 33-Fuad Nacli, com 9.214 votos; 34-Haroldo Bianchi, com 9.110 votos; 35-Miran Pirihi, com 8.972 votos; 36-Emílio Humberto Carazzai, com 8.632 votos; e 37 Miguel Dinizo, com 8.498 votos. Lista ainda 27 suplentes.Fonte:TRE-PR.

Foram eleitos pelo MDB(1966) os seguintes deputados estaduais:1-Jacinto Simões, com 12.276 votos; 2-José Alencarfurtado, com 11.480 votos; 3-Valmor Santos Giavarina, com 11.099 votos; 4-Silvio Magalhães Barros (de Maringá), com 10.667 votos; 5-Sinval Martins Araújo, com 10.319 votos; 6-Nelson Buffara, com 9.368 votos; 7-Lázaro Servo, com 8.838 votos; e 8-Eurico Batista Rosas, com 7.996 votos. . Lista ainda 36 suplentes.Fonte: TRE-PR.

⁵ O dados eleitorais das eleições municipais de 1968, bem como das eleições de 1972, 1976 e 1982, são resultados de uma exaustiva pesquisa a 1.093 mapas eleitorais fornecidos eletronicamente pelo TRE-PR. Ver ANEXOS 06, 07, 08, 09 e 10.

⁶ ALMEIDA, Pedro Washington. *Paraná político de cabo a rabo*. Curitiba: Editora Noé, 1999, p. 62-64.

⁷ In: Sá Junior, Adherbal Fortes. Ney Braga, *tradição e mudança na vida política*. Curitiba:Ed. do Autor, com apoio cultural do Banestado e Viação Garcia, 1997.

⁸ O fato foi publicado na revista *Veja* nº169, de 1º de dezembro de 1971, cuja circulação foi proibida, com o título: “A lição do esperto Leon Peres”.

⁹ Foram eleitos pela ARENA(1970) os seguintes deputados federais : 1-Arnaldo Faivro Busato, com 98.448 votos; 2-Alípio Ayres de Carvalho, com 42.816 votos; 3-Zacharias Emiliano Seleme, com 41.632 votos; 4-Ítalo Conti, com 40.143 votos; 5-Ardinal Ribas, com 40.003 votos; 6-Arthur C.dos Santos, com 34.367 votos; 7-Odilon Túlio Vargas (de Maringá), com 33.214 votos; 8-Iósio Anônio Ueno, com 33.253 votos; 9-Kalil Maia Netto, com 30.884; 10-Hermes Faria de Macedo, com 28.056; 11-Mário César Stamm, com 27.514 votos;12-Alberto Franco Ferreira da Costa, com 27.407 votos; 13-Agostinho José Rodrigues, com 26.684 votos; 14-Emílio Hoffmann Gomes, com 24.526 votos;15-José Carlos Leprevost, com 23.977 votos; 16-Flávio Ettore Giovine, com 21.814 votos; 17-Ivan Ferreira do Amaral e Silva Filho, com 21.688 votos; 18-João Vargas de Oliveira, com 21.577 votos; e 19-Ary de Lima (de Maringá) 21.489 votos. . Lista ainda 24 suplentes. Fonte: TRE-PR

Foram eleitos pelo MDB (1970) os seguintes deputados federais: 1-João Olivir Gabardo, com 56.971 votos; 2-José Alencar Furtado, com 42.863 votos; 3-Fernando Gama e Souza, com 37.841 votos; e 4-Silvio Magalhães Barros (de Maringá), com 29.665 votos. . Lista ainda 7 suplentes. Fonte: TRE-PR

¹⁰ Foram eleitos pela ARENA(1970) os seguintes deputados estaduais:1-Wilson Figueiredo Fortes, com 41.920 votos; 2-João Mansur, com 40.181 votos; 3-Cândido Manuel Martins de Oliveira, com 35.478 votos; 4-Francisco Escorsin, com 30.545 votos; 5-Ivo Thomazoni, com 27.278 votos; 6-Gabriel Manoel, com 23.975 votos; 7-David Federmann, com 22.035 votos; 8-Francisco Borsari Neto, com 21.703 votos; 9-Armando Queiroz de Moraes, com 21.671 votos; 10-Paulo Poli, com 21.413 votos; 11-João Leopoldo Jacomel, com 21.385 votos; 12-Paulo Affonso Alves de Camargo, com 20.639 votos; 13-Aguinaldo Pereira Lima, com 18.119 votos; 14-Xenofonte Villanueva, com 17.168 votos; 15-Erondy Silvério, com 16.619 votos; 16-Igo Iwant Losso, com 16.495 votos; 17-Fuad Nacli, com 16.492 votos; 18-Marciano Baraniuk, com 16.331 votos; 19-Acyr Hapz José, com 14.213 votos; 20-Benedito Pinto Dias, com 13.873 votos; 21-Arthur Gotuzzo de Souza, com 13.858 votos; 22-Emilio Humberto Carazzai, com 13.441 votos; 23Ovídio Luiz Franzoni, com 12.693 votos; 24-Fabiano Braga Cortes, com 12.538 votos; 25-Rosário Pitelli, com 12.154 votos; 26-Odilon Damaso Correia Reinhardt, com 12.117 votos; 27-Gilberto Rezende de Carvalho, com 12.032 votos; 28-Wilson do Amaral Brandão (de Maringá), com 11.938 votos; 29-Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, com 11.928 votos; 30-Basílio Zanusso, com 11.835 votos; 31-Aryzone Mendes Araújo, com 11.590 votos; 32-José Lázaro Dumont, com 11.471 votos; 33-Antônio Lopes Junior, com 11.335 votos; 34-Quielse Crisóstomo da Silva, com 11.197 votos; 35 João Calil Fadel, com 11.124 votos; 36-Antônio dos Santos Maciel Filho, com 11.028 votos; 37-Osvaldo dos Santos Lima, com 10.857 votos; e Jorge Sato (de Maringá), com 10.818 votos. . Lista ainda 64 suplentes.Fonte: TRE-PR

Foram eleitos pelo MDB (1970) os seguintes deputados estaduais: 1-Antônio Casemiro Belinati, com 25.068 votos; 2-Sebastião Rodrigues de Souza Junior, com 21.951 votos; 3-Maurício Roslindo Fruet, com 14.770 votos; 4-Nivaldo Kruger, com 14.538 votos; 5-Álvaro Fernandes Dias, com 14.344 votos; 6Nelson Buffara, com 10.503 votos; 7Hélio Manfrinato, com 9.707 votos; 8-Domício Scaramella, com 9.498 votos; e 9-José Muggiati Filho, com 8.468 votos. . Lista ainda 29 suplentes.Fonte: TRE-PR

¹¹ Conforme a revista *Veja*, p.30, 06/11/74 e p. 24, 20/11/74. Fatos confirmados em entrevista com o ex-senador, na Livraria Bom Livro em Londrina, em data de 25/05/2002, quando acrescentou mais detalhes da sua campanha eleitoral e também com nova entrevista realizada em data de 16 de abril de 2004, em seu escritório, nas dependências do Shopping Contour em Londrina-PR.

¹²Foram eleitos pela ARENA(1974) os seguintes deputados federais: 1-Arnaldo Faivro Busato, com 95.308 votos; 2-Norton Macedo Correia, com 85.987 votos; 3-Joaquim dos Santos Filho, com 47.607 votos; 4-Ítalo Conti, com 45.897 votos; 5-Iósio Antonio Ueno, com 40.281 votos; 6-lípio Ayres de Carvalho, com 39.249 votos; 7-Hermes Fafia Macedo, com 33.203 votos; 8-Odilon Túlio Vargas(de Maringá), com 33.059 votos; 9-Mário Braga Ramos, com 31.776 votos; 10-Cleverson Marinho Teixeira, com 28.983; 11-Agostinho José Rodrigues, com 28.433 votos; 12-João Vargas de Oliveira, com 26.818 votos; 13-Igo Iwant Losso, com 26.485 votos; 14-Adriano José Valente(de Maringá), com 24.036 votos; e 15-Minoro Miyamoto, com 23.995 votos. Lista ainda 17 suplentes.Fonte: TRE-PR.

Foram eleitos pelo MDB(1974) os seguintes deputados federais: 1-Álvaro Fernandes Dias, com 175.434 votos; 2-Antonio Casemiro Belinati, com 150.698 votos; 3-José Alencarfurtado, com 86.413 votos; 4-Sebastião Rodrigues de Saouza Júnior, com 73.443 votos; 5-Paulo David da Costa Marques, com 50.078 votos; 6-Nelson Maculan, com 49.279 votos; 7-Fernando Gama e Souza, com 48.337 votos; 8-Antonio Martins Annibelli, com 45.555 votos; 9-Walber Sousa Guimarães(de Maringá), com 35.281 votos; 10-José Gomes do Amaral, com 26.395 votos; 11-João Olivir Gabardo, com 24.632 votos; 12-Pedro Lauro Domaradzki, com 6.119 votos; 13-Oswaldo Buskei, com 4.058 votos; 14-Gamaliel Bueno Galvão, com 3.060 votos; e 15-Expedido Zanotti. Lista ainda um único suplente (Samuel de Souza Rodrigues, com 1.881 votos).Fonte: TRE-PR

¹³ Foram eleitos pela ARENA(1974) os seguintes deputados estaduais: 1-Fabiano Braga Cortes, com 34.370 votos; 2-Ivo Tomazoni, com 32.920 votos; 3-Francisco Escorsin, com 26.551 votos; 4-Luiz Alberto Martins de Oliveira, com 25.730 votos; 5-Luiz Roberto Nogueira Soares, com 25.491 votos; 6-Gabriel Manoel, com 25.033 votos; 7-Wilson Figueiredo Fortes, com 23.822 votos; 8-Aragão de Mattos Leão Filho, com 22.544 votos; 9-José Lázaro Dumont, com 22.355 votos; 10-Ivan Santos Ruppel, com 20.537 votos; 11-Aguinaldo Pereira Lima, com 20.176 votos; 12-David Federmann, com 19.575 votos; 13-Werner Wanderer, com 16.913 votos; 14- Fuad Nacli, com 16.841 votos; 15-Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, com 16.701 votos; 16-Luis Gabriel Guimarães Sampaio(de Maringá), com 15.793 votos; 17-Jurandir Avahé Messias, com 15.549 votos; 18-Quielse Crisóstomo da Silva, com 15.140 votos; 19-Alfredo Gulin, com 15.076 votos; 20-Jorge Sato(de Maringá), com 14.699 votos; 21-Dácio Leonel de Quadros, com 14.472 votos; 22-Paulo Affonso Alves de Camargo, com 14.325 votos; 23-Gilberto Rezende de Carvalho, com 14.196 votos; 24- Ezequiel Losso, com 14.099 votos; 25-João Leopoldo Jacomel, com 13.891 votos; 26-João Sioni Netto, com 13.734 votos; 27-Egon Pudell, com 13.775 votos; 28-Basilio Zanusso, com 13.640 votos; e 29-Rosário Pitelli, com 12.874 votos. Lista ainda 56 suplentes.Fonte: TRE-PR.

Foram eleitos pelo MDB(1974) os seguintes deputados estaduais: 1-Eneas Eugênio Pereira Faria, com 86.595 votos; 2-Oswaldo Evangelista de Macedo, com 59.912 votos; 3-Maurício Roslindo Fruet, com 51.603 votos; 4-José Antonio Del Ciel, com 32.256 votos; 5-Deny Lineu Schwartz, com 31.281 votos; 6-Luiz Carlos Stanislawzuk, com 25.730 votos; 7Ernesto Dal'Oglio, com 24.700 votos; 8-José Domingos Scarpelini, com 23.368 votos; 9Nelson Buffara, com 23.240 votos; 10-Nilson Romeu Sguarezzi, com 21.965 votos; 11-Fidelcino Tolentino, com 21.922 votos; 12-Waldenício Barbalho, com 21.874 votos; 13-Domício Scaramella, com 20.725 votos; 14-José Muggiati Filho, com 20.467 votos; 15-Adalberto Daros, com 19.863 votos; 16-Trajano Bastos de Oliveira, com 19.792 votos; 17 Helio Manfrinato, com 17355 votos; 18-Antonio Facci(de Maringá), com 17.099 votos; 19-Edilson Alencar Barbosa, com 16.044 votos; 20 Benedito Lúcio Machado, com 15.227 votos; 21-Jayme Rodrigues de Carvalho, 13.518 votos; 22-Osório Valter Pietrângelo, com 10.094 votos; 23-Lineu Mansani Turra, com 9.617 votos; 24-Otássio Pereira da Silva, com 9.540 votos; e 25-Ernesto Gnoatto, com 9.457 votos. Lista ainda 26 suplentes.Fonte: TRE-PR

¹⁴ In. revista *Veja*, p. 22, 39 e 40, 24/11/1976, Mapas eleitorais fornecidos pelo TRE-PR e Sylvio Sebastiani (*Por dentro do MDB –Paraná*. Curitiba: Gráfica Linarth, 1992). Dos 31 prefeitos, eleitos em 1972, sete se transferiram para a ARENA.

¹⁵ Conforme a revista *Veja* de 17/11/1976, a direção da ARENA previa eleger 208 e o MDB 70 prefeitos e a direção do MDB previa eleger 120 e a ARENA 158 prefeitos.

¹⁶ Conforme reportagem de Hélio Teixeira, publicada na revista *Veja* de 08/11/1978 p. 29.

¹⁷ Foram eleitos pela ARENA(1978) os seguintes deputados federais: 1-Paulo Cruz Pimentel, com 128.267 votos; 2-Arnaldo Faivro Busato, com 118.818 votos; 3-Reinhold Stephanes, com 88.501 votos; 4-Norton Macedo Correia, com 87.262 votos; 5-Ítalo Conti, com 52.998 votos; 6-Pedro Arthur Sampaio, com 46.791 votos; 7-Álpio Ayres de Carvalho, com 44.880 votos; 8-Adolpho de Oliveira Franco Júnior, com 44.092 votos; 9-Ari Kffuri, com 40.209 votos; 10-Iósio Antonio Ueno, com 40.011 votos; 11-Mário Braga Ramos, com 38.762 votos; 12-Hamilton Vilela Magalhães, com 38.154 votos; 13-Roberto Galvani, com 35.242 votos; 14-Luiz Borges da Silveira, com 31.677 votos; 15-Igo Iwant Losso, com 30.857 votos; 16-José Lúcio Cioni, com 26.390 votos; 17-Hermes Faria de Macedo, com 26.255 votos; 18-Antonio Mazurek, com 25.639 votos; e 19-Adriano José Valente(de Maringá), com 25.181 votos. . Lista ainda 23 suplentes. Fonte: TRE-PR

Foram eleitos pelo MDB(1978) os seguintes deputados federais: 1-Álvaro Fernandes Dias, com 127.903 votos; 2-Osvaldo Evangelista de Macedo, com 50.101 votos; 3-Waldmir Belinati, com 44.613 votos; 4-Paulo David da Costa Marques, com 43.007 votos; 5-Hélio Moacyr de Souza Duque, com 41.166 votos; 6-Maurício Roslindo Fruet, com 40.221 votos; 7-Nivaldo Passos Krüger, com 37.169 votos; 8-Euclides Girolamo Scalco, com 33.625 votos; 9-Heitor Cavalcanti Alencar Furtado, com 32.896 votos; 10-Antonio Martins Anibelli, com 31.813 votos; 11-Ernesto Dall'Oglio, com 31.583 votos; 12-Sebastião R. de Souza Júnior, com 29.631 votos; 13-Amadeu Luiz de Mío Geara, com 22.195 votos; 14-João Olivir Gabardo, com 21.637 votos; e Walber Souza Guimarães(de Maringá), com 21.497 votos. Lista ainda 49 suplentes. Fonte: TRE-PR

¹⁸ Foram eleitos pela ARENA(1978) os seguintes deputados estaduais: Hvo Thomazoni, com 56.534 votos; 2-Fabiano Braga Cortes, com 46.855 votos; 3-Luiz Alberto Martins de Oliveira, com 41.775 votos; 4-Luiz Roberto Nogueira Soares, com 40.024 votos; 5-João Elísio Ferraz de Campos, com 37.614 votos; 6-Erondy Silvério, com 35.453 votos; 7-Wener Wanderer, com 32.635 votos; 8-Francisco Escorsin, com 32.174 votos; 9-Quielse Crisóstomo da Silva, com 31.975 votos; 10-José Lázaro Dumont, com 30.348 votos; 11-Airton Ravaglio cordeiro, com 28.310 votos; 12-Jurandir Avahé Messias, com 25.003 votos; 13-Gilberto Rezende de Carvalho, com 24.820 votos; 14-Gabriel Manoel, com 24.630 votos; 15-Augusto de Oliveira Carneiro, com 24.160 votos; 16-David Federmann, com 23.921 votos; 17-David Nataniel Cheriegate, com 23.068 votos; 18-Basilio Zanusso, com 23.019 votos; 19-Florivaldo Palácios, com 22.877 votos; 20-Fuad Nacli, com 22.630 votos; 21-Ezequias Losso, com 22.524 votos; 22-João Mansur, com 22.376 votos; 23-Wilson Figueiredo Fortes, com 21.919 votos; 24-Leônidas Ferreira Chaves, com 20.518 votos; 25-Aguinaldo Pereira Lima, com 20.307 votos; 26-José Domingos Borges Texeira, com 20.011 votos; 27-Egon Pudel, com 19.947 votos; 28-Ruben Valduga, com 19.787 votos; 29-Benedito Pinto Dias, com 19.184 votos; 30-Dácio Leonel de Quadros, com 18.950 votos; 31-Paulo Afonso Alves de Camargo, com 18.324 votos; 32-Tuguio Setogutte, com 18.138 votos; 33-Tércio Alves Albuquerque, com 17.791 votos; e 34-Cyro Martins, com 16.037 votos. Lista ainda 54 suplentes. Fonte: TRE-PR

Foram eleitos pelo MDB(1978) os seguintes deputados estaduais: 1-Deni Lineu Schwartz, com 28.197 votos; 2-Fidelcino Tolentino, com 25.949 votos; 3-Nilso Romeu Sguarezi, com 24.545 votos; 4-José Antonio Del Ciel, com 24.447 votos; 5-Trajano Bastos de Oliveira, com 21.305 votos; 6-Waldyr Ortêncio Pugliesi, com 20.306 votos; 7-Nestor Baptista, com 20.178 votos; 8-José

Tavares da Silva Neto, com 18.041 votos; 9-Antonio Romero Filho, com 17.664 votos; 10-Carlos Jerônimo Zanlorenzi, com 17.559 votos; 11-Adalberto Daros, com 16.472 votos; 12-Domício Scaramella, com 16.095 votos; 13-Nelton Miguel Friedrich, com 15.690 votos; 14-Darcy Deitos, com 14.943 votos; 15-Edilson Alencar Barbosa, com 14.609 votos; 16-Antonio Facci(de Maringá), com 14.481 votos; 17-Nelson Buffara, com 14.353 votos; 18-Lineu Mansani Turra, com 13.666 votos; 19-Nelson Fiori Luiz Malaguido, com 13.467 votos; 20-José Tadeu Lúcio Machado, com 13.467 votos; 21-José Domingos Scarpellini, com 12.747 votos; 22-Mario Puglielli da Cunha, com 12.396 votos; 23-Renato Bernardi(deMaringá), com 12.167 votos; e 24-Gernote Gilberto Kirinus, com 11.812 votos. Lista ainda 92 suplentes. Fonte: TRE-PR

¹⁹ Em 1978, foi eleito indiretamente pela ARENA (senador-biônico) Affonso Camargo Netto.

²⁰ Foram eleitos pelo PMDB(1982) os seguintes deputados federais: 1-Mauricio Roslindo Fruet, com 142.268 votos; 2-José Alencar4 Furtado, com 101.026 votos; 3-Helio Moacyr de Souza Duque, com 96.592 votos; 4-Aragão de Mattos Leão Filho, com 88.514 votos; 5-Nelton Miguel Friedrich, com 82.539 votos; 6-José Tavares da Silva Neto, com 64.210 votos; 7-Sebastião Rodrigues de Souza Junior, com 62.599 votos; 8-Luiz Carlos Borges da Silveira, com 58.624 votos; 9-Amadeu Luiz de Mio Geara, com 56.394 votos; 10-Euclides Girolamo Scalco, com 55.240 votos; 11-Eneas Eugênio Pereira Faria, com 52.452 votos; 12-Sebastião Santinho S.Furtado, com 47.198 votos; 13-Paulo David da Costa Marques, com 45.832 votos; 14-Walber Souza Guimarães(de Maringá), com 45.027 votos; 15-Renato Loures Bueno, com 42.751 votos; 16-Anselmo santo Peraro, com 41.992 votos; 17-Renato Bernardi(de Maringá), com 40.438 votos; 18-João Olivir gabardo, com 39.307 votos; 19 –Pedro Arthur Sampaio, com 34.389 votos; e 20-Aroldo José Moletta. Lista ainda 23 suplentes. Fonte TRE-PR.

Foram eleitos pelo PDS(1982) os seguintes deputados federais: 1-Oscar Alves, com 75.417 votos; 2-Renato Antonio Johnsson, com 72.139 votos; 3-Norton Macedo Correia, com 72.126 votos; 4-Reinhold Sthephanes, com 68.344 votos; 5-Joaquim dos Santos Filho, com 67.711 votos; 6-Fabiano Braga cortes, com 59.816 votos; 7-Alceni Ângelo Guerra, com 56.845 votos; 8-Antonio Mazurek, com 56.727 votos; 9-Iosio Antônio Ueno, com 45.918 votos; 10-Octávio Cesário Pereira Junior, com 43.095 votos; 11-Italo Conti, com 39.428 votos; 12-Ary Kffuri, com 38.974 votos; 13-Luiz Antonio de Camargo Fayet, com 38.275 votos; e 14-José Carlos de Castro Martinez, com 38.108 votos. Lista ainda 16 suplentes. Fonte TRE-PR.

²¹ Foram eleitos pelo PMDB(1982) os seguintes deputados estaduais:1-Ervin Bonkoski, com 104.616 votos; 2-Hermas Eurides Brandão, com 48.921 votos; 3-Nilso Romeu Sguarezi, com 47.293 votos; 4-Dejalma de Almeida César, com 43.454 votos; 5-Deni Lineu Schwartz, com 40.834 votos; 6-Anibal Khury, com 39.502 votos; 7-José Tadeu Bento França(de Maringá), com 35.926 votos; 8-Artagão de Mattos Leão, com 33.899 votos; 9-Roberto Requião de Mello e Silva, com 33.414 votos; 10-Nestor Baptista, com 32.811 votos; 11-Nelson Guimarães Vasconcellos, com 32.260 votos; 12-Acir Pepes Mezzadri, com 31.922 votos; 13-Rubens Bueno, com 31.252 votos; 14-Amelia de Almeida Hruschka, com 30.618 votos; 15-Luiz Carlos Caito Quintana, com 30.460 votos; 16-Antonio Martins Annibelli, com 30.249 votos; 17-Sabino Brasil Nunes de Campos, com 30.032 votos; 18-Eduardo Ferreira Baggio, com 29.499 votos; 19-Irondi Mantovani Plugliesi, com 29.064 votos; 20-Gernote Gilberto Kirinus, com 28.911 votos; 21-José Tadeu Lucio Machado, com 28.623 votos; 22-Mario Pereira, com 28.337 votos; 23-Arleir Tilfrid Ferrari Júnior(de Maringá), com 26.911 votos; 24-Trajano Bastos de Oliveira, com 26.864; 25-Nelson Fiori Luiz Malaguido, com 26.602 votos; 26-Edmar Luis Costa, com 23.687 votos; 27-Dirceu Silveira Manfrinato, com 23.515 votos; 28-Osvaldo Alencar Furtado, com 23.320 votos; 29-Marcio José de Almeida, com 22.681 votos; 30-Adhail Sprenger Passos, com 21.660 votos; 31-Orlando Pessuti, com 21.092 votos; 32-Sérgio Spada, com 20.663 votos; 33-Homer4o Morinobu Oguido, com 20.503 votos; e 34-José Antonio Fonseca, com 20.064 votos. Lista ainda 50 suplentes. Fonte TRE-PR.

OBS: Para o 50º candidato na lista de suplentes, Heitor Cavalcanti Alencar Furtado, não consta nenhum voto em razão de ter falecido.

Foram eleitos pelo PDS(1982) os seguintes deputados estaduais: 1-Luiz Alberto Martins de Oliveira, com 43.962 votos; 2-Airton Ravaglio Cordeiro, com 42.581 votos; 3-Erondy Silvério, com 34.898 votos; 4-Luiz Gabriel Guimarães Sampaio(de Maringá), com 31.495 votos; 5-Francisco Escorsin, com 30.692 votos; 6-Donato Gulin, com 30.469 votos; 7-Werner Wanderer, com 27.331 votos; 8-Ezequias Losso, com 26.882 votos; 9-Tércio Alves de Albuquerque, com 26.382 votos; 10-Tuguio Setogutte, com 25.946 votos; 11-Ivan de Azevedo Gubert, com 25.586 votos; 12- Basílio Zanusso, com 24.996 votos; 13-Augusto de Oliveira Carneiro, com 24.941 votos; 14-Wilson Figueiredo Fortes, com 24.173 votos; 15-Jorge Amim Maia Filho, com 23.947 votos; 16-Leônidas Chaves, com 23.927 votos; 17-Gilberto Rezende de Carvalho, com 23.795 votos; 18-Nelson Buffara, com 23.155 votos; 19-Edgard Ribeiro Pimentel, com 22.886 votos; 20-Odeni Villaca Mongruel, com 22.831 votos; 21-Quielse Crisóstomo da Silva, com 22.128 votos; 22-Pericles Pacheco da Silva, com 21.983 votos; 23-Fuad Nacle, com 21.409 votos; e Gabriel Manoel, com 21.285 votos. Lista ainda 45 suplentes. Fonte TRE-PR.

²² Partidos que não conseguiram quociente eleitoral para a Câmara Federal: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) concorreu com 13 candidatos, totalizando 6.294 votos; o Partido dos Trabalhadores (PT) concorreu com 11 candidatos, totalizando 11.484 votos; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) concorreu com 22 candidatos, totalizando 28.522 votos.

Partidos que não conseguiram quociente eleitoral para a Assembléia Legislativa: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) concorreu com 27 candidatos, totalizando 6.301 votos; o Partido dos Trabalhadores (PT) concorreu com 23 candidatos, totalizando 11.278 votos; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) concorreu com 30 candidatos, totalizando 27.991 votos.

CAPÍTULO IV

1.O DUALISMO PARTIDÁRIO EM MARINGÁ – 1966-1982

1.1 A implantação do bipartidarismo local

O bipartidarismo local se impôs atendendo à legislação outorgada pelo governo militar, em 1965. A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foram estruturados pelos políticos oriundos dos extintos partidos. O golpe ocorrera em março/abril de 1964, mas os militares mantiveram o calendário eleitoral, e a vida política local, aparentemente, continuou normalmente, dentro do quadro partidário existente.

1.2 A transição

Em 06 de dezembro de 1964 foram realizadas as eleições para novo prefeito e vereadores. Nessa eleição, o vice-prefeito foi eleito por via direta.

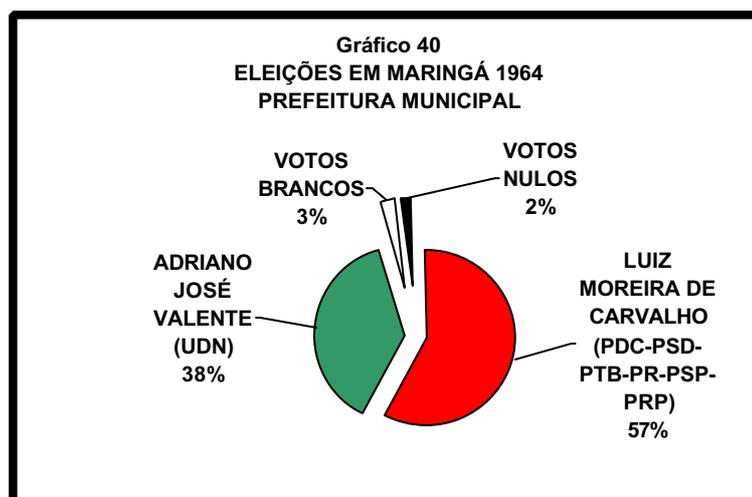
A disputa política local se destacava pela composição de dois blocos que se opunham: de um lado, PDC/PSD/PTB/PR/PSP/PRP, que se coligaram para disputar o cargo de prefeito, em torno do nome de Luís Moreira de Carvalho (médico, nascido em Divisa Nova, Estado de Minas Gerais) que foi o vencedor, com 7.680 votos (57%); de outro, a UDN, tendo como candidato Adriano José Valente (advogado, nascido em São Paulo, capital do Estado de São Paulo), com 5.005 votos (38%). Ocorreram apenas 345 votos em branco (3%) e 251 votos nulos (2%), de um total de 13.281 votos. Foi registrada uma alta abstenção, 38,45%, que só se justifica em razão da migração de eleitores para as novas regiões do Estado, num momento de expansão das fronteiras agrícolas.(Tabela 05 e Gráfico 40)

O prefeito eleito Luís Moreira de Carvalho, com o surgimento dos novos partidos, filiou-se à ARENA, e Adriano José Valente filiou-se ao MDB, para concorrer nas próximas eleições.

TABELA - 05
Maringá – Eleições em 1964
Prefeito Municipal
(06/12/1964)

Candidatos	Partidos	Votos	%V .Válidos	% T.Votos	Naturalidade	Data Nasc.	Profissão	Novo Partido
Luis Moreira de Carvalho	PDC/PSD/PTB PR/PSP/PRP	7.680	60,54	57,0	Divisa Nova MG	08/02/1923	Médico	ARENA
Adriano Valente	UDN	5.005	39,6	38,0	São Paulo-SP	20/12/1921	Advogado	MDB
Votos Válidos		12.685	100,0 %					
Votos Branco		345		3,0				
Votos Nulos		251		2,0				
Total de Votos		13.281		100,0 %				
Abstenção		8.298	38,45%					
Eleitorado		21.579						
Número de Seções: 85								

Fontes: Dados brutos TRE-PR e Prefeitura Municipal.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Para vice-prefeito, foi eleito Victor Ivo Asmann (comerciante, nascido em Pirituba, Estado de Santa Catarina), com 6.767 votos (51%) , pela coligação PDC/PPSP/PTB/PR/PSP/PRP, disputando contra Jorge Sato (médico, nascido em Lins, Estado de São Paulo), da UDN, que conseguiu 5.474 votos (41%). Ocorreram 863 votos em brancos (7%) e 177 votos nulos (1%). (Tabela - 06 e Gráfico 41)

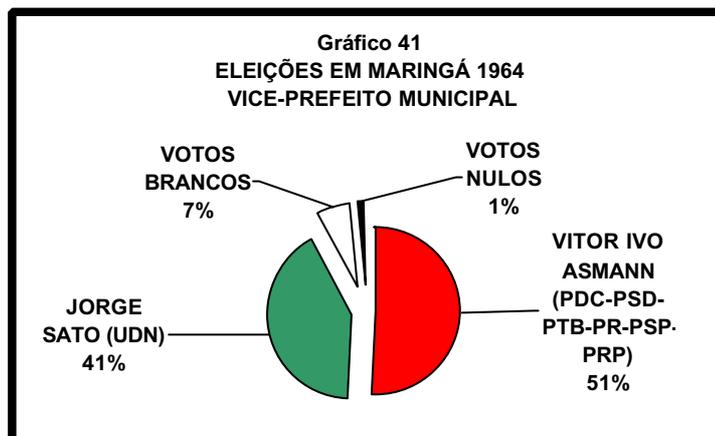
Os dois candidatos a vice-prefeito posteriormente, filiaram-se à ARENA, quando da extinção dos partidos políticos em 1965.

Em 1964, ocorrera a única experiência de eleição do vice-prefeito por via direta. Antes não havia a figura do vice-prefeito, que a partir de 1968 foi eleito juntamente com o prefeito.

TABELA - 06
Eleições em Maringá – 1964
Vice-Prefeito Municipal
(06/12/1964)

Candidatos	Partidos	Votos	%V.Válidos	% T.Votos	Naturalidade	Data Nasc.	Profissão	Novo Partido
Victor Ivo Asmann	PDC/PSD/PTB PR/PSP/PRP	6.767	55,8	51,0	Pirituba-SC	22/05/1930	Comerciante	ARENA
Jorge Sato	UDN	5.474	44,72	41,0	Lins SP	12/09/1926	Médico	ARENA
Votos Válidos		12.241	100,0 %					
Votos Branco		863		7,0				
Votos Nulos		177		1,0				
Total de Votos		13.281		100,0 %				
Abstenção		8.298	→ 38,45 %					
Eleitorado		21.579						
Número de Seções:	85							

Fontes: Dados brutos TRE-PR e Prefeitura Municipal de Maringá.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

A Tabela 07 especifica a última eleição pluripartidária para a Câmara de Maringá, demonstrando os resultados eleitorais, origem partidária dos vereadores, o perfil dos vereadores e também os seus novos partidos, em razão da extinção dos partidos dos quais tinham sido eleitos. Conforme o Gráfico 42, o Partido Democrata Cristão (PDC) conseguiu 4.203 votos (32% do total de votos); o Partido Social Democrático (PSD) conseguiu 3.054 votos (23% do total de votos); a União Democrática Nacional (UDN) conseguiu 2.821 votos (21% do total de votos); a Aliança “Frente Popular de Maringá”: Partido Social Progressista (PSP), Partido Republicano (PR), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) conseguiu 1.508 votos (11% do total de votos); e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) conseguiu 1.220 votos (9% do total de votos); ocorreram 366 votos brancos (3% do total de votos) e 109 votos nulos (1% do total de votos)

Dos quinze vereadores eleitos em 1964, quatro dos cinco eleitos pelo PDC foram para a ARENA e um para o MDB; quatro eleitos pelo PSD foram para a ARENA; os três eleitos pela UDN foram para a ARENA; dos dois eleitos pela coligação FPM (Frente Popular de Maringá), originários do PTB, um foi para a ARENA e outro para o MDB; e um eleito pelo MTR foi para o MDB. Então, dos quinze vereadores que constituíam a Câmara Municipal de Maringá em 1964, doze foram para a ARENA e três para o MDB.

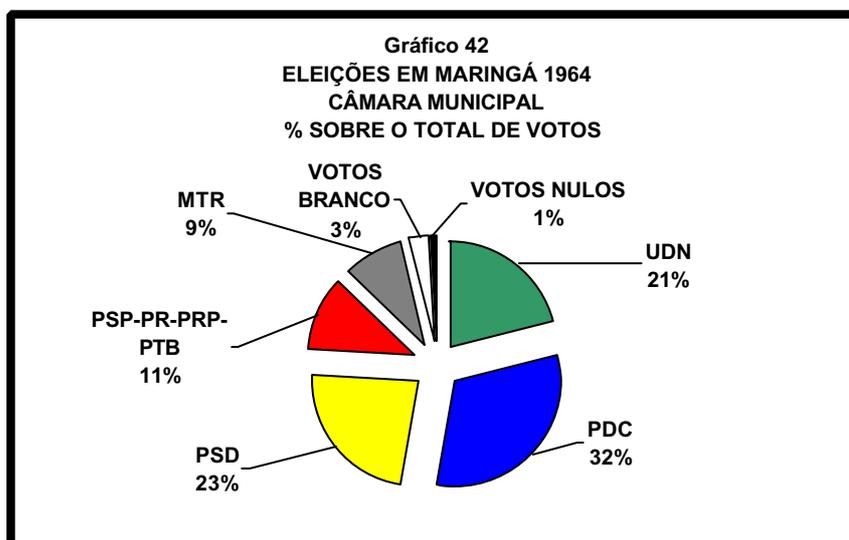
Dos quinze vereadores, nove eram de origem paulista e três eram mineiros, refletindo a onda migratória para a região. Embora fosse Maringá, uma região predominantemente agrícola, liderada pela economia cafeeira, elegeu apenas dois vereadores do segmento agricultura. Por outro lado, o setor de prestação de serviço elegeu sete representantes, demonstrando ser um núcleo urbano que ia se firmando como centro regional socioeconômico e burocrático.

O Partido Democrata Cristão (PDC), com 32% dos votos, predominou sobre os tradicionais e poderosos PSD, PTB e UDN, indicando a possibilidade de transformar-se em um grande partido.

TABELA - 07

1964 COMPOSIÇÃO INICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ (Legislatura: 14/12/64 a 31/01/69)							
Data da Eleição: 06/12/64 - Eleitorado: 21.579 - Votantes: 13.281 - Abstenção: 8.298 - Nº Seções: 85 - Quociente Eleitoral: 878 Nº Cadeiras 15 - Total de Votos dos Partidos: 12.806 - Votos Brancos: 366 - Votos Válidos: 13.172 - Votos Nulos: 109							
Nome Vereador	Partido	Data Nasc.	Naturalidade	Estado	Profissão	Votos	Novo Partido
Antenor Sanches	PDC	11/02/1927	Campos Novos	SC	Func.Públic. Munic.	350	ARENA
Renato Bernardi	PDC	12/04/1937	Ibirá	SP	Professor	359	MDB
Evaristo Pelegrino	PDC	31/12/1926	Regente Feijó	SP	Func.Públic.Estad	487	ARENA
Midufo Wada	PDC	18/09/1933	Birigui	SP	Professor	400	ARENA
Belino Bravin	PSD	09/11/1911	Alfredo	ES	Comerciante	412	ARENA
Antonio Mário Manicardi	PSD	28/05/1925	Itápolis	SP	Func.Públic.Munic.	346	ARENA
Arlindo Planas	PSD	24/11/1921	Avaí	SP	Comerciante	405	ARENA
Kazumi Taguchi	PSD	05/08/1928	Okayama-Japão		Comerciante	435	ARENA
Paulo Vieira de Camargo	PSD	28/10/1924	Itapetininga	SP	Func.Públic.Estad	368	ARENA
Ary de Lima	UDN	10/10/1914	S.Sebastião do Paraíso	MG	Professor	488	ARENA
Décio Bragagnolo	UDN	06/02/1930	Cândido Mota	SP	Industrial	282	ARENA
Primo Moteschio	UDN	01/10/1917	Sertãozinho	SP	Agric./Comerciante	325	ARENA
Silvio Barros (PTB)	FPM	03/09/1927	Aiuruoca	MG	Comerciante	260	MDB
José Carlos Rosas (PTB)	FPM	06/11/1929	Brazópolis	MG	Cirurgião Dentista	248	ARENA
Elydio Conte	MIR	07/05/1931	Serra Negra	SP	Agricultor	265	MDB

Fonte: TRE-PR e Câmara Municipal de Maringá



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Criados os dois partidos, os políticos locais não tiveram opções: ou entrariam para o partido do governo (ARENA) ou para o partido contra o governo (MDB), tal como ocorria em nível federal e estadual. A legislação partidária brasileira obrigava a constituição de partidos políticos com caráter nacional, não permitindo a constituição de partidos políticos regionais ou locais. Os políticos locais originários principalmente do PTB constituíram o MDB, e os do PSD, UDN, PDC e PR¹, cujos partidos não tinham basicamente diferenças ideológicas, constituíram a ARENA em Maringá. Afirma Haroldo Leon Peres, ex-governador do Paraná e, na época participante ativo da política local maringaense:

“Esses partidos não tinham grandes divergências, nem de ordem ideológica, nem programática ou pragmática. Eles tinham em comum um leito de tradições que vinham de muito longe; eram partidos democráticos”².

Porém o governo percebeu que seria impossível compatibilizar todos os interesses e divergências dentro de um único partido, ou seja, do seu partido. Então a engenharia política governamental idealizou e criou o estatuto da sublegenda, para conciliar todos os grupos dentro do seu partido.

Surgiram então ARENA I, II e III, reunindo-se nessas sublegendas arenistas procedentes dos diversos partidos extintos. A título de exemplo: ARENA I, constituída de ex-integrantes do PSD; ARENA II, constituída de ex-integrantes do PDC; ARENA III, construída de ex-integrantes da UDN. Essas

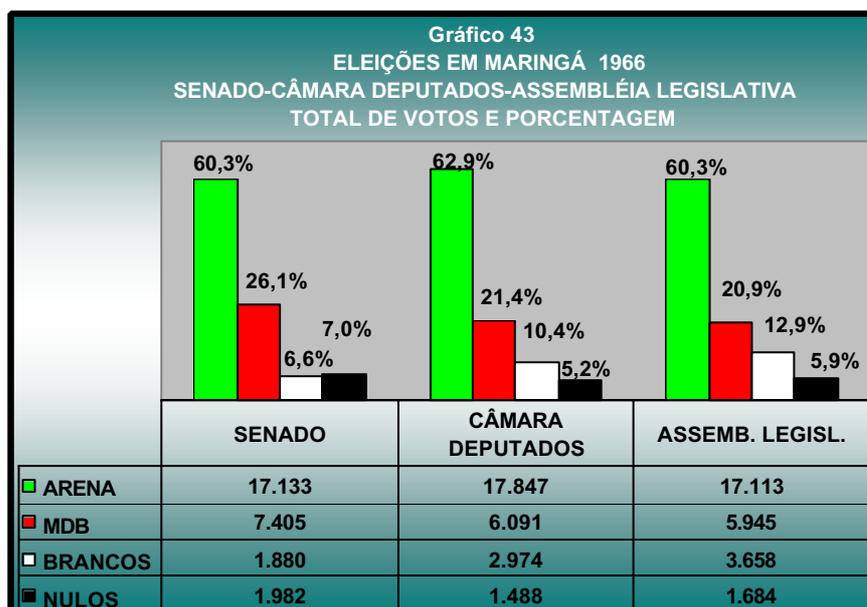
sublegendas, na realidade, só surgiam em época de eleições. Fora do período eleitoral, a ARENA tinha o seu diretório constituído de forma que os cargos fossem distribuídos proporcionalmente aos grupos existentes. Visto que a ARENA foi constituída em Maringá por grupos políticos representativos, os interesses e divergências eram acentuados e a luta dentro do partido ou entre os grupos na disputa pelo poder local era aguerrida. O partido de oposição, MDB, ameaçava menos que os adversários das sublegendas da ARENA. O MDB, em Maringá, como aconteceu em nível nacional e estadual, nasceu pequeno e fraco, constituído pelos ex-petebistas (PTB) que sobraram do dilúvio revolucionário de 1964. Entrar no partido de oposição, ou ser oposição ao governo militar, naquele momento, requeria alta dose de coragem, porque aos militantes do MDB somente sobriam suspeita e ameaça. Não poderia haver nenhuma vantagem em ser emedebista, a não ser a certeza de estar defendendo princípios e valores considerados altruístas e também a vocação para a militância político-partidária, mesmo dentro de um partido ameaçado, coagido e fraco.

Dentro desse quadro, iniciou-se o período bipartidário em Maringá. Mas, na realidade, considerando as disputas dos grupos políticos locais, o processo sempre se caracterizou por um sistema pluripartidário, porque os grupos, acima dos próprios partidos e identificados com os partidos extintos, movimentavam, articulavam e disputavam a predominância do poder político local.

1.3 A supremacia da ARENA - 1966

A primeira eleição dentro do sistema bipartidário em Maringá ocorreu em 1966, com a vitória acentuada da ARENA sobre o MDB, como se verifica no Gráfico 43. O resultado dessas eleições gerais em Maringá não se diferenciou do resultado em nível nacional e estadual; em todos os níveis a ARENA venceu com larga vantagem sobre o MDB, ainda um partido frágil e pouco disseminado. Para o Senado Federal, a ARENA fez 17.133 do total dos votos (60,3%) e o MDB 7.405 (26,1%), ocorrendo ainda 1.880 (6,6%) votos brancos e 1.982 (7,0%) votos nulos; para a Câmara dos Deputados, a ARENA fez 17.847 (62,9%) e o MDB 6.091 (21,4%), ocorrendo ainda 2.974 (10,5%) votos brancos e 1.488 (5,2%) votos nulos; para a Assembléia Legislativa, a ARENA fez 17.113 (60,3%) e o MDB 5.945 (20,9%) do total dos votos, ocorrendo 3.658 (12,9%) votos brancos e 1.684 (5,9%) de votos nulos.

Nessas eleições de 1966, Maringá elegeu para deputado federal, pela ARENA, João Paulino Vieira Filho, com 50.204 votos, sendo o mais votado do Paraná, e Haroldo Leon Peres, com 42.471 votos. O MDB elegeu para deputado federal Renato Celidônio, com 29.841 votos. Para a Assembléia Legislativa, a ARENA elegeu Odilon Túlio Vargas e o MDB Sílvio Magalhães Barros.



Fonte: Dados brutos TRE-PR

1.4 A articulação vitoriosa - 1968

A primeira eleição bipartidária para a Prefeitura Municipal de Maringá foi vencida pelo MDB, que teve como candidato Adriano José Valente. A candidatura de Adriano José Valente foi produto da articulação política local. Engenhada pelo líder do MDB Renato Celidônio (ex-PTB), que convenceu seus liderados e proporcionou um entendimento com Adriano José Valente (ex-UDN), inscrito no MDB, possibilitou a vitória do partido da oposição à Prefeitura de Maringá. Embora com resistências de militantes do MDB à candidatura Valente, essa candidatura vitoriosa representou a união do ex-PTB e ex-UDN contra o

candidato do ex-PSD, João Paulino Vieira Filho; na realidade, uma disputa de origem pluripartidária. Por outro lado, todos os ex-companheiros udenistas de Adriano José Valente alojados na ARENA apoiaram sua candidatura; isso quer dizer que o MDB em Maringá venceu as eleições para a Prefeitura em 1968 porque recebeu o apoio de parte dos arenistas ex-udenistas, que não quiseram apoiar o candidato do seu partido, de origem peessedista, tradicional adversário dos udenistas.

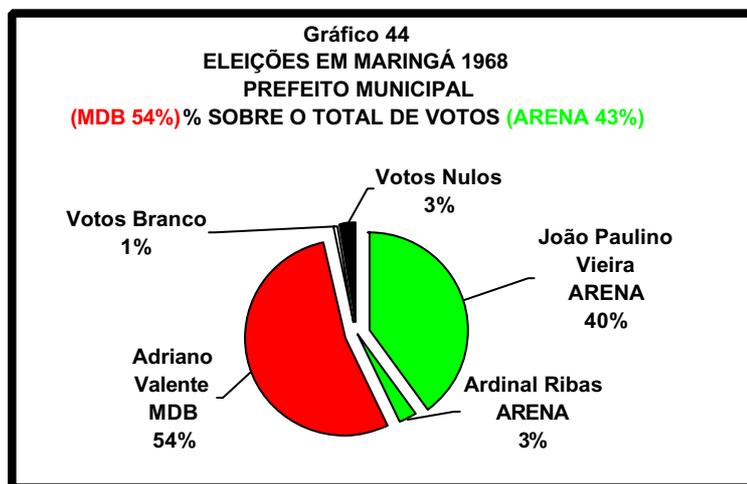
Conforme Tabela 08, a ARENA totalizou 15.459 (44,3%) dos votos, sendo 14.415 votos de João Paulino Vieira Filho (advogado, nascido em Antonina, Estado do Paraná), disputando pela ARENA I, e Ardinial Ribas (advogado, nascido em Castro, Estado do Paraná) com 1.044 votos pela ARENA II. O candidato vitorioso Adriano José Valente, advogado que já havia concorrido na eleição anterior, totalizou 19.471 (55,7%) do total de votos, concorrendo sozinho na legenda do MDB. Ocorreu nessa eleição um baixo índice de votos brancos e nulos, ou seja, 1,0% e 2,0% respectivamente, do total de votos.

Os candidatos ao cargo de prefeito continuavam sendo recrutados na elite local e nessa eleição disputaram três advogados. Os candidatos a vice-prefeito, agregados à chapa dos candidatos a prefeito pela primeira vez na história eleitoral, eram também originários da elite local, sendo um advogado, um médico e um professor universitário.

TABELA - 08
Eleições em Maringá – 1968
Prefeito Municipal
(15/11/1968)

Candidatos	Partidos	Votos	% V.Válidos	% T.Votos	Naturalidade	Data Nasc.	Profissão
João Paulino Vieira Vice:Rodolfo Purpur	ARENA I	14.415	41,3	40,0	Divisa Nova-MG	08/02/1923	Advogado Advogado
Ardinal Ribas Vice:Heleton B.Cortes	ARENA II	1.044	3,0	3,0	Castro-PR Curitiba-PR	03/07/1928 24/05/1920	Advogado Médico
Soma da Legenda		15.459	44,3				
Adriano Valente Vice:Renato Bernardi	MDB I	19.471	55,7	54,0	São Paulo-SP Ibirá-SP	20/12/1921 12/04/1937	Advogado Professor
Soma da Legenda		19.471	55,7				
Votos Válidos		34.930	100,0 %				
Votos Brancos		327		1,0			
Votos Nulos		594		2,0			
Total de Votos		35.851		100,0 %			
Abstenção		10.701	22,99 %				
Eleitorado		46.552					
Número de Seções:	212						

Fontes: Dados brutos TRE-PR e Prefeitura Municipal de Maringá.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Nessa eleição, para a Câmara Municipal, a ARENA conseguiu uma vantagem mínima, 47%, sobre o MDB, 46%, do o total de votos. Couberam à ARENA 8 cadeiras e ao MDB 7 cadeiras, embora o MDB tenha vencido as eleições para prefeito.³ (Tabela 09 e Gráfico 45)

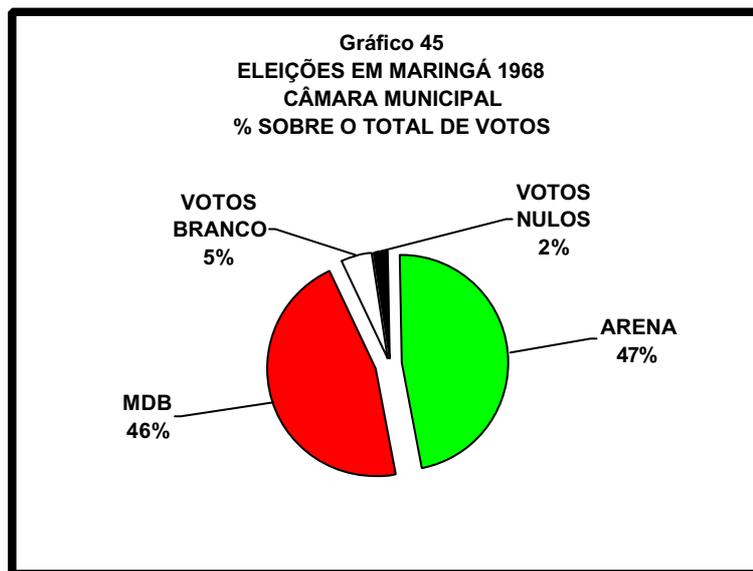
Com a elevação para dezessete cadeiras, cada partido elegeu mais um candidato. O setor de prestação de serviços elegeu quinze vereadores, sobrando um para o setor primário e um para o setor secundário da economia local, e os paulistas continuaram predominando, com oito representantes.

TABELA - 09

1968						
COMPOSIÇÃO INICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ						
(Legislatura: 31/01/69 a 31/01/73)						
Data da Eleição:15/11/68 - Eleitorado: 46.552 - Votantes: 35.851 - Abstenção:10.701 - Nº Seções:212 - Quociente Eleitoral: 2.335						
Nº Cadeiras 17 - Total de Votos dos Partidos: 33.327 - Votos Brancos: 1.693 - Votos Válidos: 35.020 - Votos Nulos: 831						
Nome Vereador	Partido	Data Nasc.	Naturalidade	Estado	Profissão	Votos
Anésio Carreira	ARENA	01/09/1937	Quatá	SP	Industrial e Pecuarista	1.164
Antonio Mário Manicardi	ARENA	28/05/1925	Itápolis	SP	Func.Públic.Municipal	823
Antenor Sanches	ARENA	11/02/1927	Campos Novos	SC	Func.Públic.Municipal	995
Ary de Lima	ARENA	10/10/1914	S. Sebastião do Paraíso	MG	Professor	1.316
Kazumi Taguchi	ARENA	05/08/1925	Okayama – Japão		Comerciante	948
Oswaldo Vieira	ARENA	06/10/1929	São Jerônimo da Serra	PR	Advogado	958
Paulo Vieira de Camargo	ARENA	28/10/1924	Itapetininga	SP	Func.Públic. Estadual	823
Tetuo Nishiyama	ARENA	22/10/1941	Valparaíso	SP	Comerciante	869
Alaydio Gaspar	MDB	23/02/1935	São José do Rio Preto	SP	Comerciante	871
Antônio Pedro Assunção	MDB	12/12/1932	Pará de Minas	MG	Comerciante	908
Egídio Assmann	MDB	30/05/1936	Erechim	RS	Comerciante	888
Leonardo Grabois	MDB	10/02/1935	Rio de Janeiro	RJ	Médico	1.228
Sebastiana Costa Tobias	MDB	24/01/1935	Santa Cruz do Rio Pardo	SP	Fisioterapeuta	1.090
Walber Souza Guimarães	MDB	07/01/1933	Colina	MA	Industriário	998
Wilson doAmaral Brandão	MDB	18/09/1933	Mallet	PR	Advogado	2.286
Midufo Wada	ARENA	18/09/1933	Birigui	SP	Professor	758
Antonio Facci	MDB	15/02/1941	Cedral	SP	Serventuário da Justiça	714

Fonte:TRE-PR e Câmara Municipal de Maringá.

OBS: - Nesta legislatura o número de cadeiras foi aumentado de 15 para 17, permitindo a posse de mais dois titulares.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

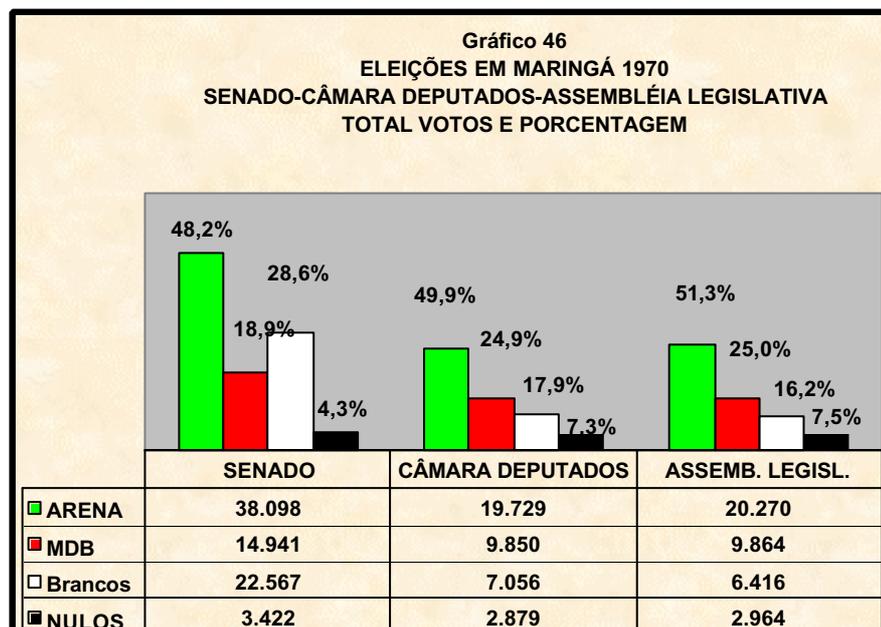
Com a escolha do deputado federal Haroldo Leon Peres (ARENA) para o governo do Paraná, através de eleição indireta, seu companheiro da ex-UDN Adriano José Valente, que fora eleito prefeito de Maringá pelo MDB, resolveu passar para a ARENA, o partido do governador, alegando que Maringá poderia ser beneficiada com sua transferência de partido.

1.5 O desânimo da oposição - 1970

O que caracterizou as eleições gerais de 1970 foi exatamente o alto índice de votos em branco, proporcionado por uma campanha nacional que argumentava a inviabilidade de qualquer oposição ao regime militar e pregava inclusive a autodissolução do MDB. Os resultados eleitorais de Maringá corresponderam aos mesmos federais e estaduais, ou seja, uma alta porcentagem de votos em branco⁴. Para o Senado Federal⁵, em Maringá, ocorreram 28,6%; para a Câmara dos Deputados 17,9% e para Assembléia Legislativa 16,2% de votos brancos, conforme Gráfico 46.

A quantidade de votos para o Senado, Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa, assim como os nulos, estão especificados também no Gráfico 46.

Para a Câmara dos Deputados, a ARENA de Maringá elegeu Odilon Túlio Vargas com 33.214 e Ary de Lima com 21.489 votos, e o MDB elegeu Sílvio Barros com 29.665 votos. Para a Assembléia Legislativa, a ARENA elegeu Jorge Sato com 10.818 votos e o MDB nenhum.



Fonte: Dados brutos TRE-PR

1.6 O troco com nova articulação - 1972

Em 1972, o "PTB ganha com apoio do PSD, disputando contra o candidato apoiado pela UDN"; essa poderia ser a manchete de qualquer jornal local, se esses partidos não tivessem sido extintos em 1965. Os personagens e os grupos políticos ainda resistiam ao bipartidarismo, tornando-se este uma realidade oficiosa. Mas o MDB ganhou as eleições para a Prefeitura de Maringá com o candidato Sílvio Magalhães Barros (ex-PTB), que recebeu apoio do arenista João Paulino Vieira

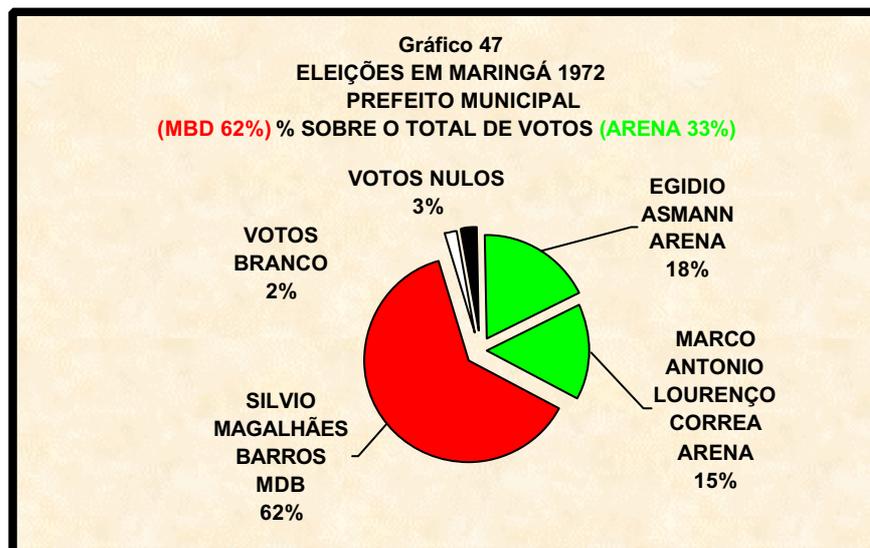
Filho (ex-PSD), que não concordava com a candidatura do arenista Marco Antônio Lourenço Correia, apoiada pelos arenistas Adriano José Valente (ex-UDN) e Haroldo Leon Peres (ex-UDN). Então o MDB venceu as eleições para a Prefeitura de Maringá novamente com o apoio de dissidentes da ARENA ⁶.

Se na eleição anterior (1968) os ex-udenistas contribuíram para a vitória do MDB, agora foram os ex-peessedistas que contribuíram para a vitória do MDB.

TABELA - 10
Eleições em Maringá – 1972
Prefeito Municipal
(15/11/1972)

Candidatos	Partidos	Votos	% V.Válidos	%T.Votos	Naturalidade	Data Nasc.	Profissão
Egídio Asmann	ARENA I	8.273	18,5	18,0	Erechim-RS	30/05/1936	Comerciante
Vice:Tetuo Nishiyama					Valparaíso-SP	22/10/1941	Comerciante
Marco Antonio Lourenço Correia	ARENA II	7.198	16,1	15,0	São Paulo-SP	20/02/1936	Comerciante
Vice:Paulo V. Camargo					Itapetininga-SP	28/10/1924	Func.Pub.Est.
Soma da Legenda		15.471	34,6				
Silvio Magalhães Barros - Vice: Walber S. Guimarães	MDB I	29.218	65,4	62,0	Aiuruoca-MG	03/09/1927	Comerciante
					Colinas-MA	07/01/1933	Industriário
Soma da Legenda		29.218	65,4				
Votos Válidos		44.689	100,0 %				
Votos Brancos		791		2,0			
Votos Nulos		1.257		3,0			
Total de Votos		46.737		100,0 %			
Abstenção		15.633	25,06 %				
Eleitorado		62.370					
Número de Seções:	256						

Fontes: Dados brutos TRE-PR e Prefeitura Municipal de Maringá.

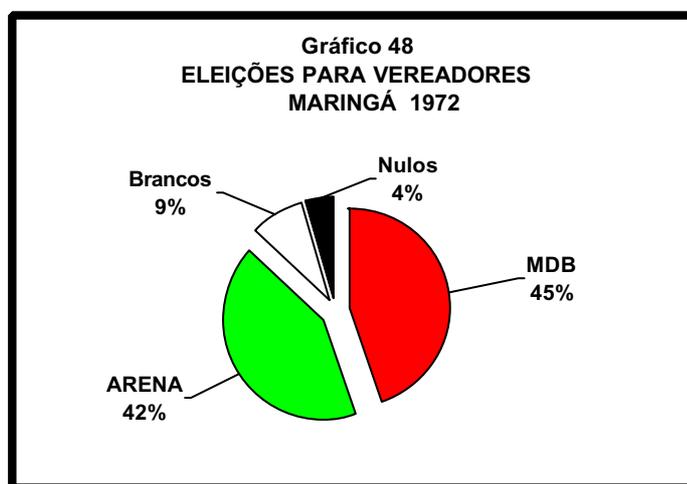


Fonte: Dados brutos TRE-PR.

O MDB conseguiu 62% dos votos e a ARENA 33%. A ARENA disputou com duas sublegendas. Pela sublegenda ARENA I, Egídio Asmann, obtendo 8.273 votos (18%), e pela sublegenda ARENA II, Marco Antônio Lourenço Correa, obtendo 7.198 votos (15%), totalizando 15.471 votos. Concorrendo pelo MDB, Sílvio Magalhães Barros, vitorioso, obteve 29.218 votos (62%), conforme Tabela 10 e Gráfico 47.

Dessa vez, três representantes do comércio disputaram o cargo de prefeito municipal.

Recebendo vigoroso apoio de dissidentes da ARENA em 1968 e também agora em 1972, o MDB deixou de ser um partido temeroso, mesmo porque lideranças importantes locais apoiaram seus candidatos, e o partido conseguiu sensibilizar eleitorado. Ainda mais: o panorama nacional começava a tornar-se desfavorável ao governo federal em razão da desilusão ou esvaziamento do "milagre econômico". A partir desse momento, o MDB passou a ser acreditado como um partido de oposição; o bipartidarismo se fortaleceu e o remanescente pluripartidário do período 1945 a 1965 começou a diluir-se. O MDB venceu as eleições para a Câmara dos Vereadores, conseguindo impor uma maioria, embora mínima, sobre a ARENA, conforme Gráfico 48 e Tabela 11.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

TABELA - 11

1972						
COMPOSIÇÃO INICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ						
(Legislatura: 31/01/73 a 31/01/77)						
Data da Eleição:15/11/72 - Eleitorado: 62.370 - Votantes: 46.737 - Abstenção:15.633 - Nº Seções:256 - Quociente Eleitoral: 2.626						
Nº Cadeiras 21 - Total de Votos dos Partidos: 40.620 - Votos Brancos: 4.017 - Votos Válidos: 44.637 - Votos Nulos: 2.100						
Nome Vereador	Partido	Data Nasc.	Naturalidade	Estado	Profissão	Votos
Anésio Carreira	ARENA	01/09/1937	Quatã	SP	Indust. e Pecuarista	1.231
Antenor Sanches	ARENA	11/02/1927	Campos Novos	SC	Fun.Públic.Municipal	1.142
Antonio Bortolotto	ARENA	15/10/1938	Tambaú	SP	Advogado	1.246
João Waldecir Scramim	ARENA	15/09/1940	Igarapava	SP	Economista	1.082
José Carlos Rosas	ARENA	06/11/1929	Brazópolis	MG	Dentista	1.373
Kazumi Taguchi	ARENA	05/08/1928	Okayama-Japão		Comerciante	2.104
Leônidas Querubim Avelino	ARENA	04/02/1928	Franca	SP	Professor	2.022
Midufo Wada	ARENA	18/09/1933	Birigui	SP	Professor	1.347
Antonio Facci	MDB	15/02/1941	Cedral	SP	Servent. da Justiça	1.817
Carlos Alberto de Paula	MDB	04/11/1941	Andrequissé	MG	Comerciante	1.322
Clabel Marquesi Martins	MDB	03/11/1951	Tupã	SP	Estudante	1.012
Edi Eri Froeming	MDB	08/01/1938	Assis	SP	Func.Pub.Municipal	2.981
Eli Pereira Diniz	MDB	28/10/1944	Ribeirão Claro	PR	Advogado	3.995
José Rodrigues Nascimento	MDB	08/12/1940	Botucatu	SP	Economista	833
Osório Walter Pietrângelo	MDB	17/02/1946	Cambe	PR	Jornalista	2.000
Tércio Hilário de Oliveira	MDB	15/01/1947	Ibiporã	PR	Professor	1.145
Tercílio Men	MDB	30/11/1934	Itápolis	SP	Bancário	742
Paulo de Barros Campelo	ARENA	29/06/1933	Garanhuns	PE	Despachante	713
Paulo Vieira de Camargo Júnior	ARENA	14/05/1951	Londrina	PR	Comerciário	708
Philemon de Assis Vieira	MDB	15/04/1937	Sto. Ant.da Platina	PR	Advogado	730
Francisco Timbó de Souza	MDB	04/03/1943	Ipu	CE	Vendedor	629

Fonte:TRE-PR e Câmara Municipal de Maringá.

OBS: - Nesta legislatura o número de cadeiras foi aumentado de 17 para 21, permitindo a posse de mais quatro titulares.

O MDB conseguiu 20.942 votos (45,0%), com direito a 11 cadeiras na Câmara Municipal; a ARENA conseguiu 19.678 votos (42,0%), com direito a 10 cadeiras de um total de vinte e uma.⁷ Os paulistas continuavam predominando, com dez vereadores, e em segundo lugar apareciam os candidatos de origem paranaenses, com 5 vereadores. O setor de prestação de serviços dominava a Câmara dos Vereadores, com 19 representantes.

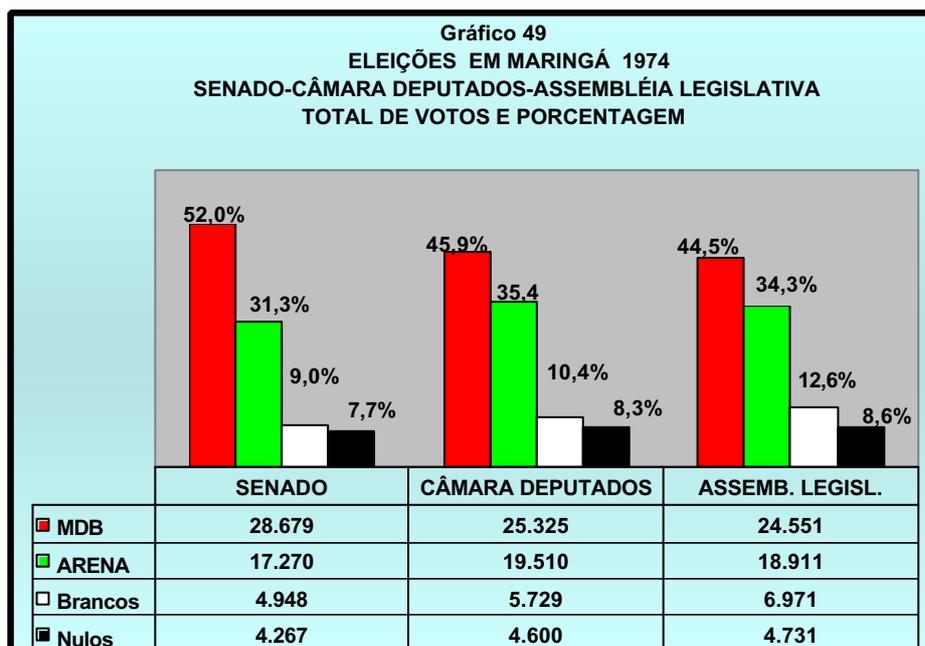
1.7 O descontentamento a favor da oposição - 1974

As eleições de 1974 foram plebiscitárias; o descontentamento ante a política econômica do governo federal fez com que o eleitorado se manifestasse votando majoritariamente nos candidatos do partido de oposição. Em Maringá e em todo o Paraná o MDB obteve uma vitória surpreendente sobre a ARENA. O próprio MDB só se deu conta da possibilidade de sua vitória nas vésperas das eleições.

O MDB, para o Senado Federal, conseguiu 28.670 votos (52,0%), a ARENA 17.270 votos (31,3%), ocorrendo 4.948 votos brancos(9%) e 4.267 votos nulos (7,7%) . Para a Câmara dos Deputados, o MDB conseguiu 25.325 votos (45,9%), a ARENA conseguiu 19.510 votos (35,4%), ocorrendo 5.729 votos brancos (10,4%) e 4.600 votos nulos (8,3%). Para a Assembléia Legislativa, o MDB conseguiu 24.551 votos (44,5%), a ARENA 18.911 votos (34,3%), ocorrendo 6.971 votos brancos (12,6%) e 4.731 votos nulos (8,6%), conforme se verifica no Gráfico 49.

Para a Câmara Federal, foram eleitos por Maringá, pela ARENA, Adriano Valente, com 24.036 votos, e pelo MDB Walber Sousa Guimarães, com 35.281 votos. Para a Assembléia Legislativa, foram eleitos por Maringá, pela ARENA, Luís Gabriel Guimarães Sampaio, com 15.793 votos, e Jorge Sato, com 14.472 votos; pelo MDB, foram eleitos Antônio Facci, com 17.099 votos, e Renato

Bernardi, com 9.271 votos; este, tendo ficado na primeira suplência, posteriormente assumiu a cadeira.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

1.8 A sobrevivência do regime - 1976

A derrota nas eleições de 1974 fez com que o governo militar mobilizasse todas as suas forças políticas e burocráticas em favor do seu partido nas eleições municipais de 1976. Ganhar as eleições municipais passou a ser ponto de honra

para o governo e também porque os municípios representavam toda a base da política nacional. Então era preciso vencer essas eleições, para a própria sobrevivência do regime, ou poderiam ocorrer medidas que levariam a um recrudescimento do regime. A máquina administrativa e burocrática do governo federal e dos governos estaduais aliados foi acionada para beneficiar as candidaturas municipais do seu partido. Lideranças importantes foram convocadas para que se candidatassem e contribuíssem para a vitória da ARENA. Com todo esse esforço, o partido do governo venceu na maioria dos municípios brasileiros, inclusive em Maringá.

Em Maringá a ARENA venceu com folgada margem sobre o MDB. A ARENA conseguiu 61,0%, contra 35,0% do MDB, do total de votos, conforme Gráfico 50. A ARENA apresentou três candidatos, preenchendo todas as suas sublegendas, e foi eleito o candidato João Paulino, lançado pela ARENA I. Entretanto, o sistema bipartidário, com sublegendas, poderia provocar uma polêmica de legitimidade, como nesse caso, em que o candidato eleito pela ARENA conquistou apenas a preferência de 27,0% dos votos eleitores, contra os 63,6% pulverizados entre os demais candidatos. Isso poderia levar a crer que a maioria absoluta votou contra o candidato eleito, o que poderia pôr em dúvida a legitimidade do seu mandato. Poderia não ser legítimo, mas a legislação na época permitia tal distorção e tornava legal o mandato.

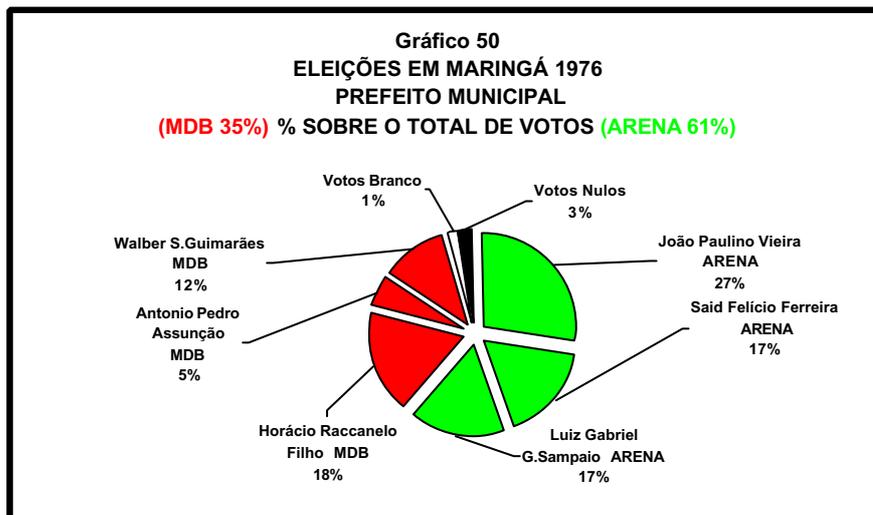
Do lado da ARENA, disputaram o cargo de prefeito dois advogados e um médico, e do MDB um advogado, um comerciante e um industrial. (Tabela 12 e Gráfico 50)

TABELA - 12
Eleições em Maringá – 1976
Prefeito Municipal
(15/11/1976)

Candidatos	Partidos	Votos	% V.Válidos	%T.Votos	Naturalidade	Data Nasc.	Profissão
João Paulino Vieira Filho - Vice: Sincler Sambatti	ARENA I (PDS)*	18.535	28,6	27,0	Antonina-PR	22/09/1921	Advogado
	(PDS)*				Echaporã-SP	01/09/1938	Engº Civil/Prof
Said Felício Ferreira Vice: Antonio M.Manicárdi	ARENA II (PMDB)*	11.391	17,6	17,0	Dois Córregos-SP	10/11/1933	Médico
	(PDS)*				Itápolis-SP	28/05/1925	Func.Pub.Mun
Luiz Gabriel Guimarães Sampaio Vice:Egídio Assmann	ARENA III (PDS)*	11.265	17,4	17,0	Londrina-PR	21/07/1943	Advogado
	(PTB)*				Erechim-RS	30/05/1936	Comerciante
Soma da Legenda		41.191	63,6	61,0			
Horácio Raccanelo Filho - Vice: JoãoBatista Sanches	MDB I (PMDB)*	12.025	18,6	18,0	Olímpia-SP	20/12/1940	Advogado
	(PMDB)*				Joaçaba-SC	25/02/1922	Advogado
Antonio Pedro Assunção - Vice: José Rodrigues Nascimento	MDB II (PMDB)*	3.554	5,5	5,0	Pará de Minas-MG	12/12/1932	Comerciante
	(PMDB)*				Botucatu-SP	08/12/1940	Comerciante
Walber Souza Guimarães - Vice: Edi Eri Froeming	MDB III (PMDB)*	8.002	2,3	12,0	Colinas-MA	07/01/1933	Industrial
	(PMDB)*				Assis-SP	08/01/1938	Func.Pub.Mun
Soma da Legenda		23.581	36,4	35,0			
Votos Válidos		64.772	100,0 %				
Votos Brancos		985		1,0			
Votos Nulos		1.766		3,0			
Total de Votos		67.523		100,0 %			
Abstenção		20.582	23,36 %				
Eleitorado		88.105					
Número de Seções:		350					

* Novo Partido a partir de 1979

Fontes: Dados brutos TRE-PR e Prefeitura Municipal de Maringá.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

Em entrevista com Antonio Facci, ele relatou que havia uma divergência dentro do MDB, entre Sílvio Magalhães Barros, atual prefeito, e Horácio Raccanelo, este considerado da ala esquerda do partido. Sílvio Magalhães Barros não desejava a sua eleição, devido ao fato de que poderia fazer uma auditoria em suas contas. Então, indicou candidatos sem expressão política para disputar a prefeitura ao lado de Raccanelo, preenchendo as demais sublegendas do MDB, conforme Tabela 12, o que favoreceu a vitória da ARENA e a eleição de João Paulino Vieira. Aliás, este último já havia apoiado Sílvio na eleição anterior, embora pertencesse à ARENA. As divergências dentro do MDB já remontavam a 1975, quando da disputa pelo Diretório Municipal do MDB. Tal fato foi publicado

pelos jornais locais “O Diário”, em data de 18 de julho de 1975, e “O Jornal”, em data de 22 de julho de 1975, em primeira página, noticiando que a reunião do Diretório havia-se transformado em pancadaria inclusive levando o presidente do partido a registrar queixa no mesmo dia, 17 de junho de 1975, na 9ª Subdivisão Policial de Maringá. Essa ocorrência foi anotada também nos registros da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sediada em Curitiba.⁸

Nessas eleições de 1976, para a Câmara de Vereadores de Maringá, a ARENA retomou a maioria, conquistando 13 cadeiras, com 38.583 (57%) votos, e o MDB conseguiu oito cadeiras, com 23.333 votos (35%)⁹. Ocorreram 4.018 (6%) votos em branco e 1.589 (2%) votos nulos, conforme Gráfico 51.

A Câmara Municipal agora era composta de maioria paulista e paranaense, com 8 representantes cada uma. Entre os paranaenses, somente um nascera em Maringá: Arlindo Teixeira, o primeiro maringaense a ser eleito vereador. O setor terciário continuou a dominar a Câmara Municipal, ocupando 20 das 21 cadeiras.(Tabela 13)

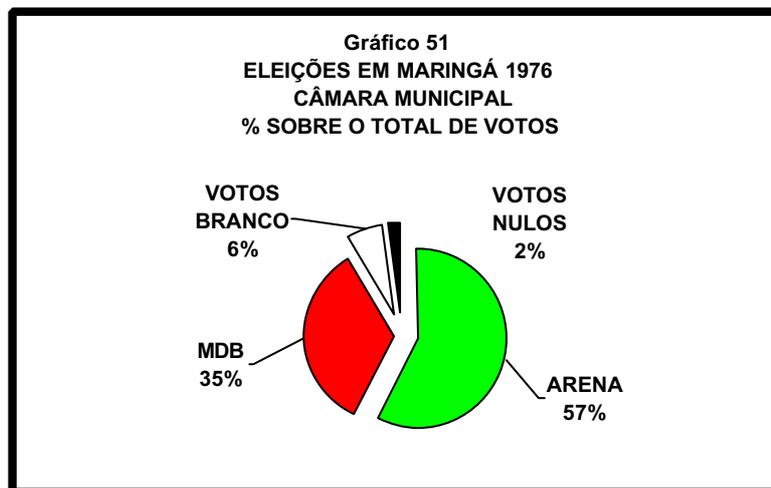
TABELA - 13

1976							
COMPOSIÇÃO DA INICIAL CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ							
(Legislatura: 01/02/77 a 31/01/83)							
Data Eleição: 15/11/76 - Eleitorado: 88.105 - Votantes: 67.523 - Abstenção: 20.582 - N° Seções: 350 - Quociente Eleitoral: 3.140							
N° Cadeiras 21 - Total de Votos dos Partidos: 61.916 - Votos Brancos: 4.018 - Votos Válidos: 65.934 - Votos Nulos: 1.589							
Nome Vereador	Partido	Data Nasc.	Naturalidade	Estado	Profissão	Votos	Novo Partido
Arlei Tilfrid Ferrari Júnior	ARENA	21/07/1942	Marília	SP	Radialista	4.956	PMDB
Arlindo Teixeira	ARENA	08/05/1952	Maringá	PR	Engenheiro Civil	846	PDS
Antenor Sanches	ARENA	11/02/1927	Campos Novos	SC	Func.Públic.Municipal	818	PDS
Antônio Paulo Pucca	ARENA	27/07/1942	Jaú	SP	Radialista	2.753	PDS
Kazumi Taguchi	ARENA	05/08/1928	Okayama-Japão		Comerciante	1.536	PDS
José Jesus Previdelli	ARENA	04/03/1952	Tupã	SP	Contador	897	PDS
Lizete Ferreira da Costa	ARENA	25/10/1946	Londrina	PR	Advogada/Profa.	853	PDS
Maurílio Correia Pinto	ARENA	08/04/1940	Acopiara	CE	Func.Públic.Municipal	1.242	PDS
Edalvo Garcia	ARENA	23/11/1947	Rolândia	PR	Professor	954	PDS
Midufo Wada	ARENA	18/09/1933	Birigui	SP	Professor	1.021	PDS
Nelson Abrão	ARENA	17/08/1928	São Pedro da União	MG	Oficial de Farmácia	1.195	+
Noboru Yamamoto	ARENA	24/03/1947	Araçatuba	SP	Contador	1.257	PMDB
Pascoal Zaponi	ARENA	10/09/1934	Botucatu	SP	Professor	858	PDS
Carlos Alberto de Paula	MDB	04/11/1941	Andrequissé	MG	Comerciante	789	PMDB
Eli Pereira Diniz	MDB	28/10/1944	Ribeirão Claro	PR	Advogado	1.601	PMDB
Gilberto Eri Froeming	MDB	23/04/1928	Artur Nogueira	SP	Marceneiro	885	PMDB
Jesus Hernandes	MDB	23/12/1934	Irapuã	SP	Professor	924	PMDB
José Maria Bernardelli	MDB	15/03/1943	Bandeirantes	PR	Func.Público	1.078	PMDB
José Tadeu Bento França	MDB	21/04/1946	Santa Fé	PR	Professor	1.093	PMDB
Ricardo Balestra	MDB	19/09/1947	Itambaracá	PR	Advogado	800	PMDB
Tércio Hilário de Oliveira	MDB	15/01/1947	Ibiporã	PR	Professor	844	PMDB

Fonte: TRE-PR e Câmara Municipal de Maringá.

OBS: Com a renúncia do vereador José de Jesus Previdelli e o falecimento do Vereador Nelson Abrão, assumiram como titulares: Paulo Vieira de Camargo Júnior e Anésio Carreira.

Paulo Vieira de Camargo Jr.	ARENA	15/05/1951	Londrina	PR	Despachante	802	PDS
Anésio Carreira	ARENA	01/09/1937	Quatá	SP	Ind./Pecuarista	792	PDS

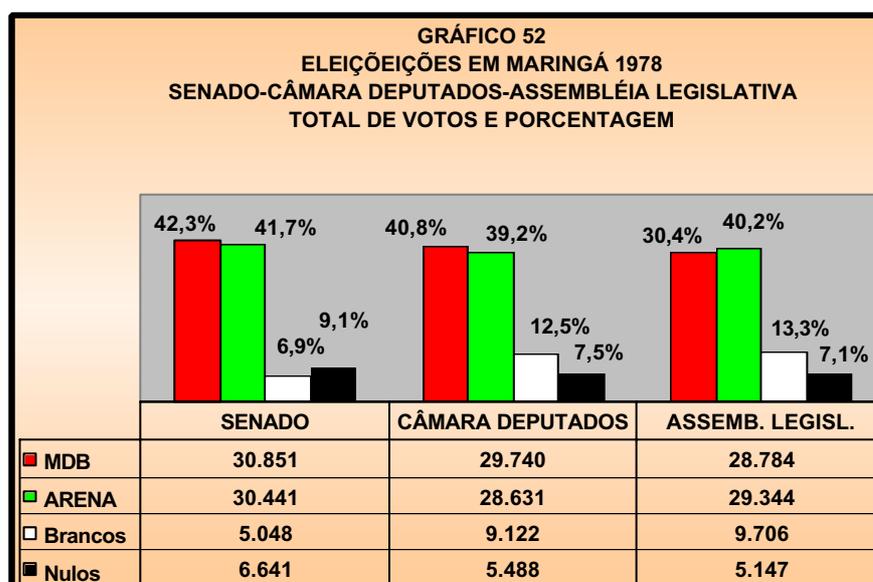


Fonte: Dados Brutos: TRE-PR.

1.9 O crescimento do MDB - 1978

As últimas eleições dentro do sistema bipartidário ocorreram em 1978. Em Maringá, os resultados saíram favoráveis ao MDB, tanto para o Senado Federal, em que fez 42,3% e a ARENA 41,% dos votos, como para Câmara Federal, em que fez 40,8% e a ARENA 39,2% dos votos. Entretanto, para a Assembléia Legislativa, a ARENA superou o MDB, conseguindo 40,2% contra 30,4% dos votos, conforme Gráfico 52.

Foram eleitos por Maringá, para a Câmara Federal, pela ARENA, Adriano José Valente, com 25.181 votos, e pelo MDB Walber Souza Guimarães, com 21.497 votos. Para a Assembléia Legislativa, foram eleitos os candidatos do MDB Antônio Facci, com 14.481 votos, e Renato Bernardi, com 12.167 votos.



Fonte: Dados brutos TRE-PR

2. A polarização na volta do pluripartidarismo em Maringá - 1982

2.1 A rearticulação partidária

Com a extinção dos partidos políticos em 1979, os políticos em Maringá se articularam e constituíram os diretórios dos novos partidos criados em nível nacional, estadual e local¹⁰, em conformidade com a nova legislação.

Os integrantes da extinta ARENA¹¹ local constituíram o Partido Democrático Social (PDS) e os do MDB constituíram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O MDB, em crescimento no Brasil e no Paraná, em Maringá mantinha uma liderança e posição muito mais destacadas o que fez nascer um PMDB forte. O PMDB, além de contar com os tradicionais emedebistas, foi reforçado com importantes políticos procedentes da extinta ARENA, como é o caso de Said Ferreira, político de destaque na cidade e que fora candidato a prefeito em 1976 pela ARENA. Ainda mais: os políticos dissidentes do partido do governo criaram o Partido Popular (PP), que em seguida foi incorporado pelo PMDB. Então o PMDB passou a contar em Maringá com os tradicionais emedebistas, com ex-arenistas que logo integraram o partido e depois com os integrantes do PP. Esse processo ou inchaço do PMDB fez com que o partido perdesse de vista as origens de lutas do MDB. O PMDB era agora

constituído por aqueles que lutaram contra e por aqueles que participaram do partido do regime militar. Em Maringá, esse quadro se caracterizou bem nas eleições de 1986. Em entrevista com o Dr. Horácio Raccanello Filho¹², militante autêntico do MDB de Maringá, perguntado sobre a diferença entre MDB e PMDB, ele respondeu:

“A diferença estava na razão direta da força da ditadura. No período em que a ditadura era forte, o MDB era um partido sob o ponto de vista ideológico relativamente homogêneo; à medida que a ditadura foi se enfraquecendo, o MDB foi se descaracterizando ideologicamente, e na reta final da ditadura o MDB se converteu num grande monstro; passou a abrigar pessoas das mais diferentes tendências ideológicas, oportunistas de todo tipo que, quando perceberam que a ditadura estava com seus dias contados e que a grande força política que emergia era o PMDB, ingressaram no PMDB”.

Também, foram criados diretórios e disputaram as eleições municipais de 1982 o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

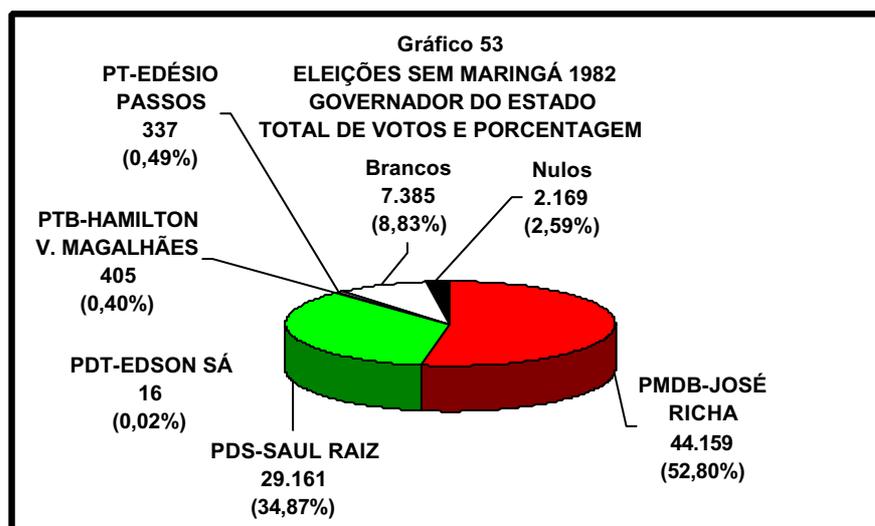
As eleições de 1982 se caracterizaram pela polarização dos dois maiores partidos políticos, ou seja, PDS e PMDB, dando uma conotação de continuidade do sistema bipartidário e demarcando um período de transição, cujo fenômeno também ocorrera na extinção do pluripartidarismo em 1965, refletindo-se de forma inversa nas primeiras eleições bipartidárias. Extinto o pluripartidarismo (1965), as primeiras eleições bipartidárias tiveram conotação pluripartidária; com

a extinção do bipartidarismo (1979), as primeiras eleições pluripartidárias tiveram conotação bipartidária. Em Maringá, o fenômeno ficou bem caracterizado. (Gráficos 53 e 54)

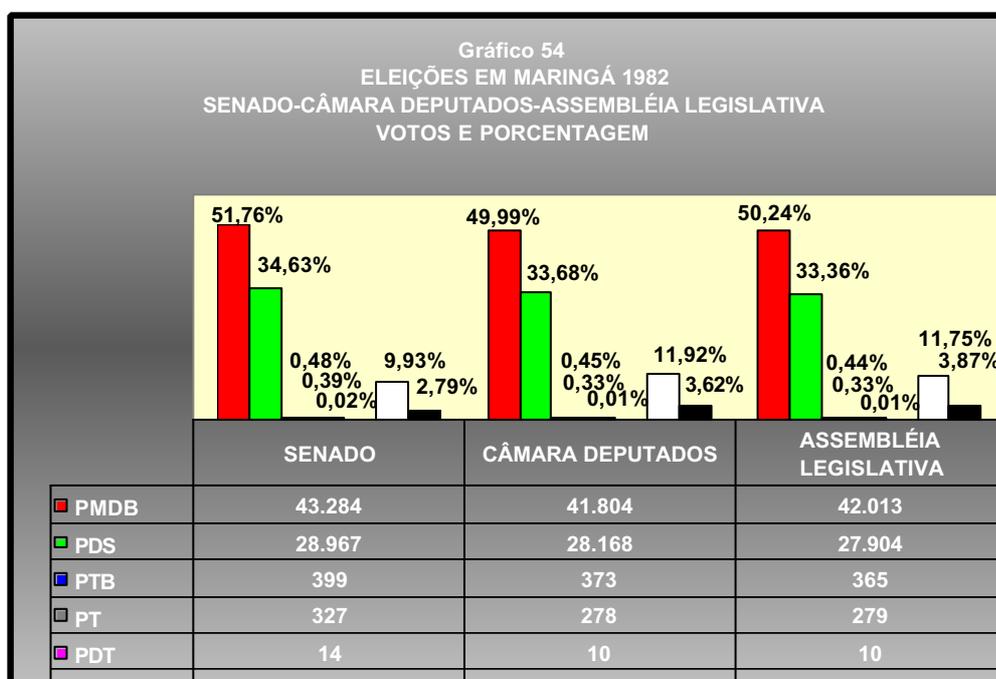
2.2 O pluripartidarismo polarizado - 1982

Como já foi citado, as eleições de 1982 em Maringá também se polarizaram entre os dois maiores partidos, PDS e PMDB, sucedâneos dos extintos ARENA e MDB. A conjuntura nacional favorável permitiu ao fortalecido PMDB uma vitória expressiva também em Maringá. Para governador, o PMDB conseguiu 52,8%, o PDS 34,87% dos votos e os demais partidos juntos não conseguiram 1% do total dos votos. Para o Senado Federal, o PMDB conseguiu 51,76%, o PDS 34,63% dos votos e os demais partidos juntos não conseguiram 1% do total dos votos. Para a Câmara dos Deputados, o PMDB conseguiu 49,99%, o PDS 33,68% dos votos e os demais partidos juntos não conseguiram 1% do total dos votos. Para a Assembléia Legislativa, PMDB conseguiu 50,24%, o PDS 33,36% dos votos e os demais partidos juntos não conseguiram 1% do total dos votos. Aliás, os votos brancos ou nulos, nas eleições para todos os cargos,

superaram em mais de 7% os resultados de todos os demais partidos juntos, conforme Gráficos 53 e 54.



Fonte: Dados brutos TRE-PR



Fonte: Dados brutos TRE-PR

Nas eleições para a Prefeitura Municipal de Maringá, em 1982, ficou nitidamente caracterizada a dualidade partidária, para cujo processo a própria legislação partidária e eleitoral contribuiu. O fato mais destacado foi a permanência da existência das sublegendas, o que seria incoerente num sistema pluripartidário. Entretanto, as peculiaridades do momento eleitoral e as características bipartidárias dessas eleições de 1982 seriam a justificativa da permanência das sublegendas. Outra questão interessante é que, quando surgiram as sublegendas, elas serviram para conciliar os diversos interesses dos diversos grupos, de matizes políticos bem divergentes, e serviram para que os mesmos disputassem a predominância no poder local. Em 1982, entendemos que as sublegendas possibilitaram o lançamento de diversos candidatos, reforçando e proporcionando maior possibilidade do partido para vencer as eleições. Enquanto em épocas anteriores os maiores adversários estavam dentro do próprio partido (principalmente dentro da ARENA), neste momento as sublegendas representavam uma soma de forças para a vitória do partido e maior possibilidade para cada candidato de ser eleito prefeito de Maringá.

Foi eleito prefeito municipal o Dr.Said Felício Ferreira, com 31,7% do total dos votos, contra 68,% do total dos votos; menos de um terço dos votos. Novamente a questão da legitimidade surgiu com a própria legislação, que permitia e permite esse tipo de eleição sem a exigência da maioria absoluta dos votos.¹³

A legenda do PDS, que concorreu com três sublegendas, conseguiu 40,0%; o PMDB, que concorreu com duas sublegendas, conseguiu 58,9% (vencedora), e os demais partidos, PT e PTB, que não utilizaram sublegendas, somaram juntos 1,1% dos votos “válidos”, conforme Tabela 14 e Gráfico 55.

Considerando que o candidato vencedor, Said Felício Ferreira, era filiado à ARENA e disputou as eleições de 1976 por esse partido, podemos concluir que o PMDB-MDB ganhou as eleições de 1982 para prefeito municipal, mas não levou, devido à origem partidária de seu candidato, ARENA- PDS.

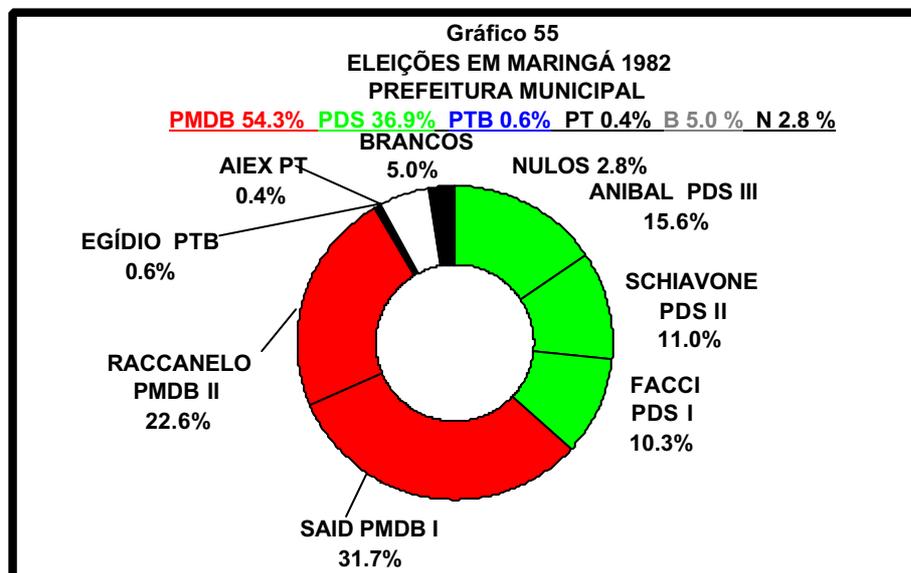
Esse caso comprova a volatilidade e a baixa institucionalização dos partidos políticos; com a reorganização partidária e o trânsito de candidatos de um partido para outro, sem nenhum vínculo ideológico ou partidário. Objetivando apenas melhor oportunidade de eleição de candidatos, o que fortalece o personalismo.

TABELA - 14
Eleições em Maringá – 1982
Prefeito Municipal
(15/11/1982)

Candidatos	Partidos	Votos	% V.Válidos	% T.Votos	Naturalidade	Data Nasc.	Profissão
Antonio Facci Vice: José Hiran Sallée	PDS I	8.635	11,2	10,3	Cedral-SP Ponte Nova-MG	15/02/1941 09/11/1929	Serventuário Da Justiça Professor
Ademar Schiavone Vice: Amorim Pedrosa Moleirinho	PDS II	9.197	11,9	11,0	Vera Cruz-SP Amor-Leiriab- Portugal	18/04/1939 03/01/1938	Radialista Industrial
Anibal Bianchini da Rocha Vice: Silvio Iwata	PDS III	13.047	16,9	15,6	Santos-SP Promissão-SP	17/08/1928 27/05/32	Engº Agrôn Agricultor
Soma da Legenda		30.879	40,0				
Said Felício Ferreira Vice: Noboru Yamamoto	PMDB I	26.516	34,4	31,7	Dois Córregos-SP Araçatuba-SP	10/11/1933 24/03/1947	Médico Contador
Horácio Raccanelo Fº. Vice: José Buzato	PMDB II	18.923	25,5	22,6	Olimpia-SP Bandeirantes-PR	20/04/1940 18/12/1949	Advogado Advogado
Soma da Legenda		45.439	58,9				
Nelson Elias Aiex Vice: Izaura Gonçalves	PT	350	0,5	0,4	Sertanópolis-PR Mundo Novo-SP	04/09/1953 23/12/1937	Médico Advogada
Soma da Legenda		350	0,5				
Egídio Assmann Vice: Sérgio Soares	PTB	444	0,6	0,6	Erechim-RS Santos	30/05/1936 17/04/1928	Comerciante Médico
Soma da Legenda		444	0,6				
Votos Válidos		77.112	100,0 %				
Votos Brancos		4.173		5,0			
Votos Nulos		2.347		2,8			
Total de Votos		83.632		100,0 %			
Abstenção		25.536	23,39%				
Eleitorado		109.168					
Número de Seções:	503						

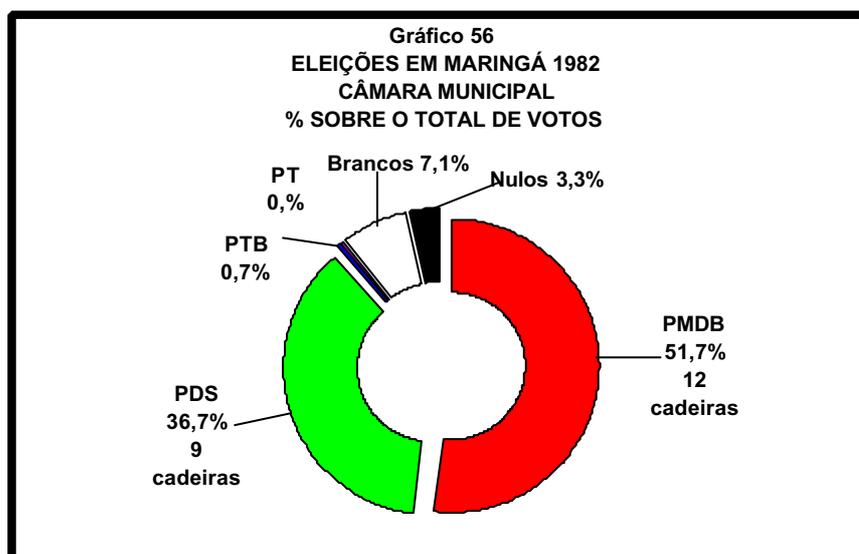
Fontes: Dados brutos TRE-PR e Prefeitura Municipal de Maringá.

A permanência do instituto da sublegenda no novo sistema pluripartidário só serviu para consolidar nossa tese quanto à continuidade das características bipartidárias dentro do sistema pluripartidário. Tanto que as sublegendas, em eleições posteriores, foram extintas.



Fonte: Dados brutos TRE-PR

As eleições para a Câmara dos Vereadores de Maringá também se polarizaram entre PDS e PMDB. O PMDB conquistou 12 cadeiras, com 51,7% dos votos, ou seja, 43.331 votos, concorrendo com 61 candidatos. O PDS conquistou 9 cadeiras, com 36,7% dos votos, ou seja, 30.709 votos, concorrendo com 62 candidatos. Os demais partidos, PT e PTB, não conseguiram quociente eleitoral e conseqüentemente não elegeram nenhum candidato. O PT concorreu com 12 candidatos, conseguindo 340 votos, e o PTB concorreu com 22 candidatos, conseguindo 536 votos. O setor terciário continuou predominando na Câmara Municipal, com 18 representantes, e candidatos de origem paranaense passaram a predominar, com 10 vereadores. (Gráfico 56 e Tabela 15).



Fonte: Dados brutos TRE-PR

TABELA - 15

1982 COMPOSIÇÃO INICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ (Legislatura: 01/02/83 a 31/01/88)						
Data da Eleição: 15/11/82 - Eleitorado: 109.168 - Votantes: 83.632 - Abstenção: 25.536 - N° Seções: 503 Quociente Eleitoral: 3.850 N° Cadeiras 21 - Total de Votos dos Partidos: 74.916 - Votos Brancos: 5.925 - Votos Válidos: 80.841 - Votos Nulos: 2.791						
Nome Vereador	Partido	Data Nasc.	Naturalidade	Estado	Profissão	Votos
Anésio Carreira	PDS	01/09/1937	Quatá	SP	Indust./Pecuarista	1.188
Arlindo Teixeira	PDS	08/05/1952	Maringá	PR	Engenheiro Civil	1.146
Claudinei José Vecchi	PDS	11/12/1950	Marialva	PR	Arquiteto	1.216
Euclides Zago Alexandre Silva	PDS	15/05/1930	Águas Belas	PE	Pecuarista	1.079
Jorge Vieira do Prado	PDS	04/04/1940	Quatiguá	PR	Bancário	1.130
José Alves dos Santos	PDS	22/08/1941	Pongai	SP	Radialista	2.046
Kazumi Taguchi	PDS	05/08/1928	Okayama - Japão		Comerciante	863
Lindolfo Luiz Silva Júnior	PDS	01/04/1960	Maringá	PR	Radialista	1.362
Massao Tsukada	PDS	26/08/1951	Quintana	SP	Comerciante	1.415
Ary Bueno de Godoi	PMDB	12/12/1943	Joaquim Távora	PR	Radialista	1.222
Edi Eri Froeming	PMDB	08/01/1938	Assis	SP	Func. Públic. Municipal	1.714
João Batista Sanches	PMDB	25/02/1922	Joaçaba	SC	Advogado	1.243
José Maria Bernardelli	PMDB	15/03/1943	Bandeirantes	PR	Func. Público	1.471
José Miguel Grillo	PMDB	15/11/1957	Primeiro de Maio	PR	Comerciante	1.848
Laurindo Hideo Otsuki Tomoike	PMDB	05/05/1949	Adamantina	SP	Engenheiro Civil	1.462
Nereu Vidal Cezar	PMDB	15/08/1946	Ribeira	SP	Advogado	1.714
Orides Angeli	PMDB	26/08/1943	Concórdia	SC	Comerciante	1.551
Paulo Mantovani	PMDB	14/08/1948	Colorado	PR	Industrial	2.101
Ricardo Antonio Balestra	PMDB	19/09/1947	Itambaracá	PR	Advogado	1.637
Tércio Hilário de Oliveira	PMDB	15/01/1947	Ibiporã	PR	Advogado	1.301
Valério Odorizzi	PMDB	29/05/1940	Rodeio	SC	Artista	1.612

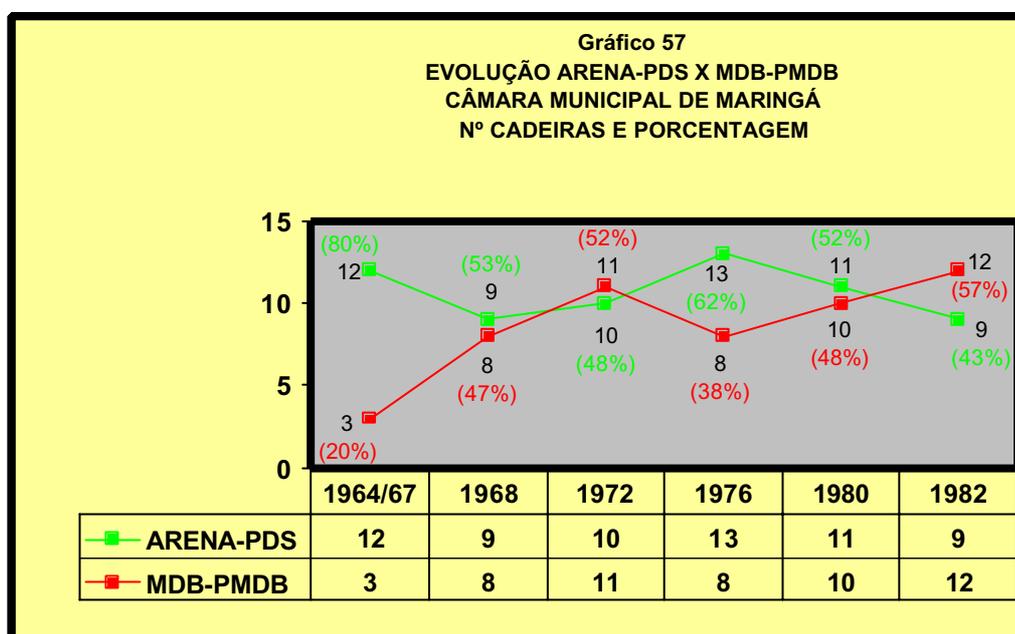
Fonte: TRE-PR e Câmara Municipal de Maringá.

3. Trajetória dualística partidária da Câmara Municipal de Maringá

Conforme demonstra o Gráfico 57, na trajetória partidária eleitoral do período dualístico, pelas circunstâncias da implantação do bipartidarismo, o MDB, que representou a oposição de forma tolerada e vigiada pelo governo militar, nasceu fragilizado e suspeito, pelos conservadores que apoiaram o golpe militar, defender ideais socialistas. Entretanto, em Maringá, embora partido tenha conseguido a adesão de apenas 3 vereadores, as lideranças locais provenientes principalmente do PTB, como Renato Celidônio, agricultor, e Sílvio de Magalhães Barros, comerciante, deram ao MDB local uma força diferenciada dos demais municípios. Tanto que nas eleições de 1968 o MDB conquistou 8 cadeiras na Câmara Municipal, de um total de 17, ou seja, sua representação aumentou dos 20% da legislatura anterior para 47% em 1968; em 1972 cresceu para 48%. Nas eleições de 1976, devido à forte pressão dos governos federal e estadual, o MDB baixou sua representação para 38%, ou seja, elegeu 8 candidatos do total de 21 vagas. Em 1980, já com a nova sigla, PMDB, a oposição elevou sua representação na Câmara para 11 vereadores, com a adesão de 2 ex-arenistas (Arlei Tilfrid Ferrari Júnior e Noboru Yamamoto) e em 1982 elegeu 12 candidatos, constituindo sua bancada com 57% das cadeiras.

O MDB-PMDB, só oscilando em 1976, teve uma trajetória bem-sucedida em Maringá, com o esforço de suas primeiras: lideranças Renato Celidônio, Sílvio Magalhães Barros, Renato Bernardi, Adriano José Valente, Horácio Raccanello

Filho, Antônio Facci. Com o surgimento de novas lideranças, como José Tadeu Bento França, Edi Froeming, Walber de Souza Guimarães e Said Felício Ferreira, entre outras, o partido ganhou a confiança do eleitorado e atingiu 57% (12) das cadeiras em 1982.



Fonte: Dados brutos TRE-PR.

A ARENA-PDS em Maringá era constituída por lideranças originárias do PSD (João Paulino Vieira Filho), PDC (Odilon Túlio Vargas) e UDN (Haroldo Leon Peres), opositores tradicionais dos petebistas. Embora divergentes, não tiveram alternativa senão se aglutinarem numa mesma legenda, contribuindo para que esta nascesse forte no município. O estatuto da sublegenda possibilitou as disputas internas na legenda, sem entretanto enfraquecê-la na sua totalidade.

Em 1964-67, a legenda contou com a adesão de 12 vereadores; nas eleições de 1968, continuou com a maioria na Câmara, elegendo 9 vereadores, ou seja, 53% das cadeiras; em 1972, elegeu 10 vereadores, ou seja, 52%, diminuindo em 1% sua representação; em 1976, em eleições favoráveis ao partido, com intensa participação de João Paulino Vieira Filho, líder tradicional, e de novos líderes, Said Felício Ferreira e Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, conseguiu eleger 13 vereadores, aumentando sua representação para 62%; em 1980, com a reorganização partidária, a ARENA, agora PDS, conseguiu a adesão de 11 vereadores, ou seja, ficou com 52% das cadeiras da Câmara Municipal, sinalizando o enfraquecimento da sigla; em 1982, a representação do PDS foi reduzida para 9 vereadores, ou seja, 43% do total das cadeiras.

Encerrando aqui o período partidário dualístico em Maringá, trataremos no Capítulo seguinte da representação política local, começando pelo perfil dos prefeitos e vereadores.

NOTAS DO CAPÍTULO IV

¹ Composição dos Diretórios de Maringá dos Partidos Políticos, antes da extinção em 1965. Dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná: ANEXO 11.

² Entrevista realizada em 16/04/90 com o ex-governador Haroldo Leon Peres, em seu escritório de advocacia, em Maringá.

³ Em 1968, ficaram na suplência 22 candidatos da ARENA e 23 candidatos do MDB.

⁴ Ver Capítulos II e III.

⁵ Duas vagas para o Senado, cabendo ao eleitor votar em dois candidatos, dobrando então o número de votos. Lembrando ainda que os candidatos ao Senado são eleitos pelo sistema majoritário, ou seja, são considerados votos válidos somente os votos nominais e de legendas.

⁶ Fato confirmado nas entrevistas realizadas com Túlio Vargas em 17/05/90 e Horácio Raccanelo Filho em 16/11/89. Sobre esse fato, ver revista *Veja*, nº219, p. 24, 15/11/72 e nº220, p.24, 22/11/72.

⁷ Em 1972, ficaram na suplência 21 candidatos da ARENA e 9 candidatos do MDB.

⁸ Antonio Facci era na ocasião deputado estadual pelo MDB e os documentos do DOPS estão atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Paraná, sediado em Curitiba.

⁹ Em 1976, ficaram na suplência 49 candidatos da ARENA e 45 candidatos do MDB.

¹⁰ Diretórios municipais dos partidos políticos que concorreram às eleições municipais de Maringá em 1982. (ANEXO 13)

¹¹ A Câmara Municipal de Maringá, com a reorganização partidária, ficou composta por 11 vereadores do PDS e 10 vereadores do PMDB. Os demais partidos não tinham representantes.

¹² Entrevista realizada com Dr. Horácio Raccanelo Filho, pelo autor em 16/11/89.

¹³ A Constituição de 1988 corrigiu essa distorção, mas somente para os municípios acima de 200 mil eleitores.

CAPÍTULO V

1. REPRESENTAÇÃO LOCAL

Este Capítulo dedicamos à análise do perfil dos prefeitos e vereadores, assim como, à opinião atual de atores que viveram e participaram do processo político no período 1966-1982.

Achamos também oportuno incluir resultados de duas pesquisas que realizamos recentemente, as quais revelam que determinados conceitos continuam e são vasos condutores da política local.

1.1 Perfil dos prefeitos

TABELA - 16 PERFIL DOS PREFEITOS DE MARINGÁ NO PERÍODO DE 1964/67 A 1982					
PREFEITO	ANO	PARTIDO	ESTADO	IDADE	PROFISSÃO
Luis Moreira de Carvalho	1964/67	ARENA	MG	41	Médico
Adriano Valente	1968	MDB	SP	47	Advogado
Silvio Magalhães Barros	1972	MDB	MG	45	Comerciante
João Paulino Vieira Filho	1976	ARENA	PR	55	Advogado
Said Felício Ferreira	1982	MDB	SP	49	Médico

O perfil profissional dos prefeitos indica as suas origens provenientes das profissões consideradas de elite. No período estudado, nenhum prefeito surgiu das classes populares. Houve para Maringá uma expansão da participação das classes populares no processo eleitoral, porém somente no que se refere aos eleitores e não são eleitos. Estudo de Glaucio Ary Dillon Soares (1973)¹ confirma que houve democratização no Brasil, mas só até certo ponto, porque a democratização não atingiu as classes trabalhadoras, devido à escassez de membros dessas classes eleitos para órgãos políticos. Finalmente, a transição de um sistema oligárquico para uma democracia com participação ampliada, no âmbito dos eleitores, foi acompanhada pela passagem de um sistema oligárquico para um sistema poliárquico, no âmbito dos eleitos. Para Maringá, isso ficou evidenciado nas eleições de 1964 a 1982, conforme Tabela 16.

O MDB elegeu três prefeitos e a ARENA elegeu dois no período. A média de idade dos prefeitos ficou em 47 anos, denotando pouca oportunidade para candidatos mais jovens.

Os prefeitos migraram essencialmente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, os quais contribuíram essencialmente para a colonização do norte do Paraná.²

1.2 Perfil da Câmara Municipal de Maringá

O perfil profissional da Câmara dos Vereadores também demonstra uma construção elitista, em todo o período estudado, para os “padrões locais”. 54,7% dos vereadores vieram da classe alta (agropecuária, comércio, indústria e profissionais liberais); 45,3% da classe média (funcionários públicos, imprensa (comunicadores), professores e outros; nenhum das profissões populares. (Gráfico 58 e Tabela 17)

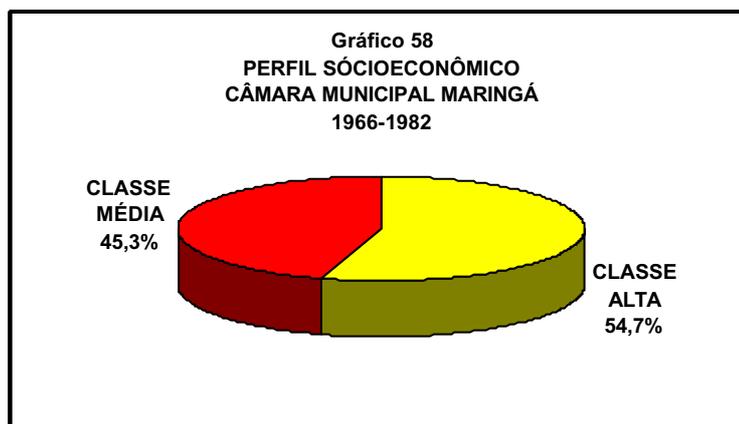
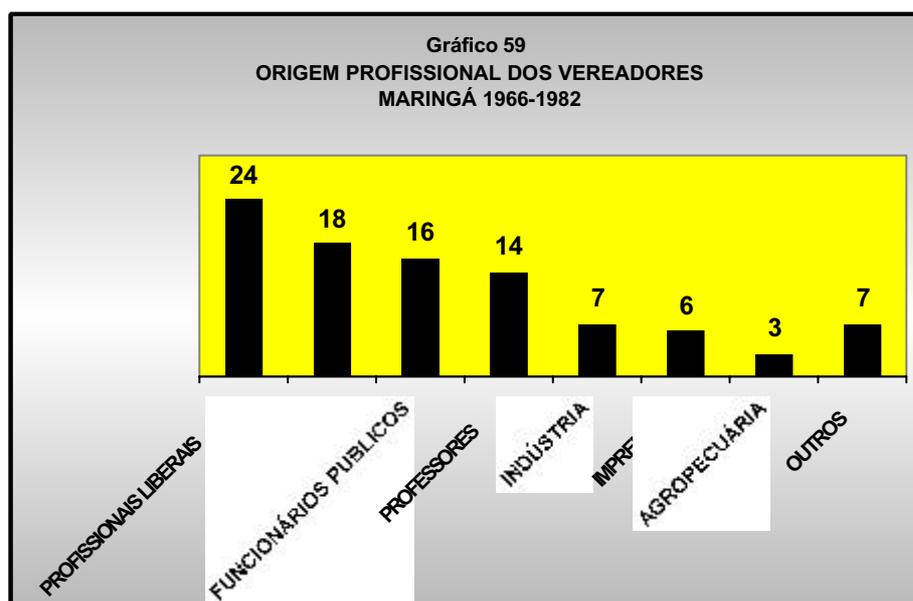


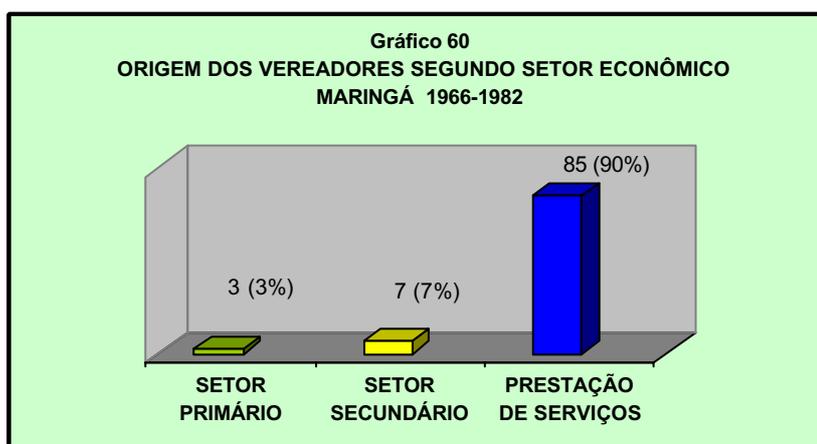
TABELA - 17
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
PERFIL PROFISSIONAL DOS VEREADORES
MARINGÁ 1966 A 1982

PARTIDOS/ANOS	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	ARENA	PDS	PMDB	SOMA
PROFISSÕES	1966	1966	1968	1968	1972	1972	1976	1976	1982	1982	
AGROPECUÁRIA	1	1							1		3
COMÉRCIO	3	1	2	3	2	1	1	1	2	2	18
FUNC. PÚBLICO	4		3	1	1	2	2	1		2	16
IMPRENSA						1	2		2	1	6
INDÚSTRIA	1		1	1	1	1			1	1	7
PROFESSOR	2	1	2		2	1	3	3			14
PROFIS. LIBERAIS	1		1	3	3	3	4	2	2	5	24
OUTRAS					1	2	1	1	1	1	7
TOTAL	12	3	9	8	10	11	13	13	9	12	95

Em primeiro lugar, aparecem os profissionais liberais, com 24 representantes; em segundo, com 18, os profissionais do comércio; em terceiro, com 16, os funcionários públicos; em quarto, com 14, os professores; em quinto, com 7 representantes cada categoria, a indústria e a imprensa; sexto, com 7 representantes, outras profissões; finalmente, com 1 representante, em sétimo lugar, a agropecuária. (Gráfico 59)

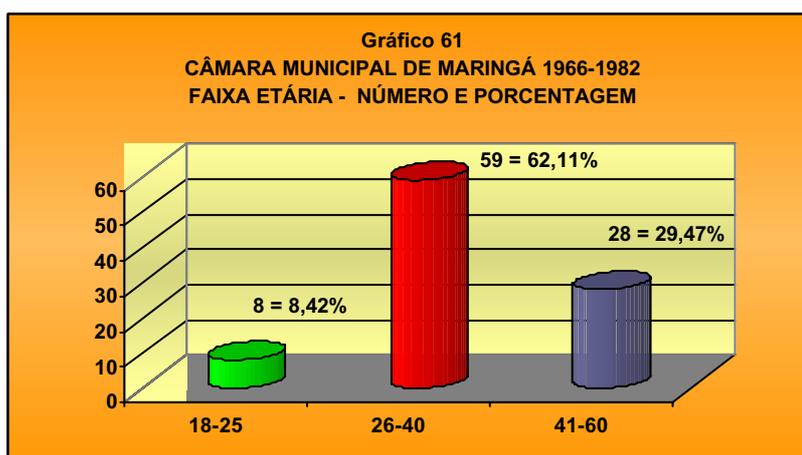


Distribuídas em setores econômicos as profissões, constatamos que, dos 95 vereadores do período estudado, 3 (3,0%) pertencem ao setor primário, 7 (7,0%) ao setor secundário e 85 (90,0%) ao setor de prestação de serviços. A supremacia deste último corresponde ao planejado pela companhia colonizadora, que construiu Maringá em local estratégico como pólo irradiador e de suporte para as regiões circunvizinhas.³ (Gráfico 60)



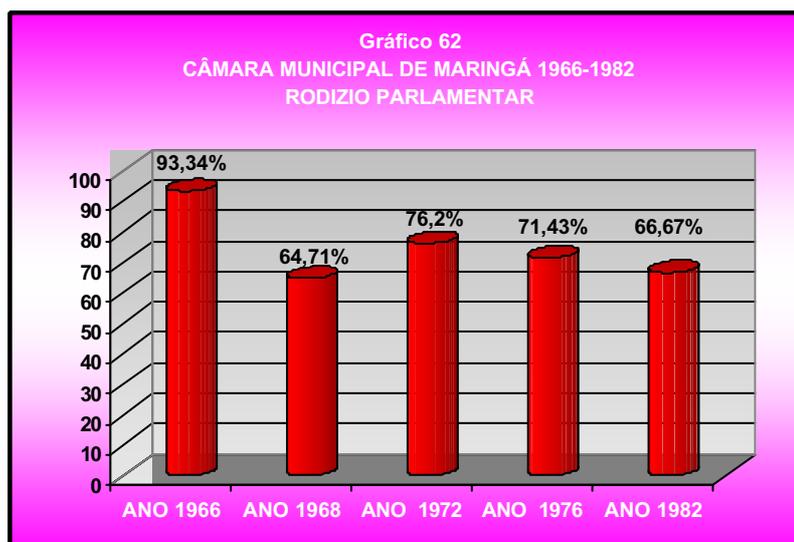
Considerando a Câmara Municipal como porta de entrada natural para a vida política, ou carreira política, ou ainda para a participação efetiva na política, constatamos, que, pela Tabela 18 e Gráfico 61, que as chances dos mais jovens eram restritas e dificultando a renovação da representação política local. A média no período foi de 8,42% para a faixa de 18-25 anos, contra 91,58% das faixas superiores.

TABELA - 18 CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ FAIXA ETÁRIA DOS VEREADORES 1966-1982										
PARTIDOS/ANOS	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	PDS	PMDB
FAIXA-ETÁRIA	1966	1966	1968	1968	1972	1972	1976	1976	1982	1982
18-25					1	2	2		1	1
26-40	8	3	4	8	5	9	6	6	3	8
41-60	4		5		4		5	2	5	3
61 ou +										
SOMA	12	3	9	8	10	11	13	8	9	12

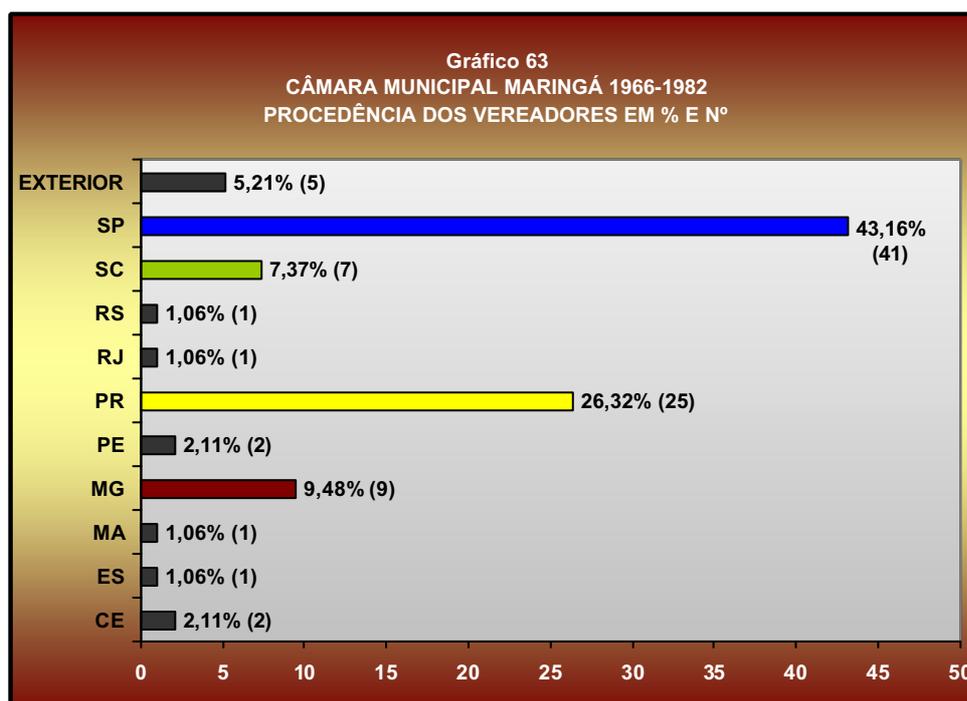


Quanto à reeleição, comparada com o estudo que realizamos em Paranaíba⁴, no mesmo período, pode ser considerada baixa, ou seja, média de 26,31% para Maringá e 42,0% para Paranaíba. Por outro lado, demonstra um considerável rodízio parlamentar, que se associa à volatilidade própria dos sistemas partidários de fraca institucionalização. (Tabela 19 e Gráfico 61)

ANOS	Nº DE CADEIRAS	REELEIÇÃO	%
1964/66	15	1	6,66
1968	17	6	35,29
1972	21	5	23,80
1976	21	6	28,57
1982	21	7	33,33
SOMA/%	95	25	26,31



O município de Maringá, criado em 1951 e instalado em 1952, região de expansão cafeeira, recebeu extensa migração populacional de outras regiões do país e até do exterior, refletindo-se de fato na composição do quadro dos representantes políticos na Câmara Municipal. No período estudado, 43,16% de paulistas e 26,32% de paranaenses lideraram o número de vereadores (Gráfico 63); somente a partir de 1976 foram eleitos vereadores nascidos em Maringá, mesmo assim, com um número mínimo, ou seja, em 1976 apenas um e em 1982 somente dois.



1.3. A visão de hoje para ontem

Este subcapítulo, corresponde a uma síntese das entrevistas realizadas com personagens que vivenciaram a política local no período estudado, ocupando cargos eleitorais ou atuando na imprensa.

1- A primeira questão versou sobre a institucionalização do bipartidarismo local, que implicou a referência aos seus antecedentes, envolvendo uma estrutura partidária constituída pelos partidos que lideravam a política local, além de outros, tais como PTB, UDN, PDC e PSD, com suas lideranças de forte personalidade e representação não só local como estadual e nacional. O mais citado foi Renato Celidônio, seguido de Sílvio Magalhães Barros, Adriano Valente, Haroldo Leon Peres, Renato Bernardi, Túlio Vargas e João Paulino Vieira Filho.

Com a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2, as lideranças políticas se acomodaram nos novos partidos, tendo como parâmetro ser a favor ou contra a ação militar, mas continuou a identificação dos grupos que disputavam o poder local. De um lado, principalmente o PTB e, de outro, UDN e PDC. O PTB se identificou, com a adesão de militantes do PDC, com o Movimento Democrático Brasileiro(MDB), e a UDN e PSD com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com essa nova estrutura, ficou nítido, a princípio, ser a favor ou contra o governo militar.

2 - Outra questão importante salientada por todos os entrevistados: afirmaram que Maringá era uma cidade de preponderância conservadora e receosa do movimento comunista, que poderia afetar os seus interesses sociais e econômicos. Enfatizaram também a forte participação da Igreja (católica) na orientação contra os movimentos denominados de esquerda, o que levou a maioria do povo a apoiar o golpe militar e ver com suspeita, inicialmente, os que se opusessem ao governo. Os entrevistados afirmaram que muitos dos que se integraram ao movimento de oposição ao governo eram também contra a ideologia comunista, e muitos simpatizantes do comunismo conviviam na comunidade cordialmente com os denominados conservadores, inclusive com profissões e interesses nitidamente capitalistas. O conceito de direita e esquerda, no atacado, ficava confuso, e no varejo era identificado através das relações com a política nacional. Tanto que políticos locais foram cassados e simpatizantes da esquerda foram perseguidos pelo governo militar; de outro lado, políticos denominados conservadores se projetaram no cenário estadual e nacional.

3 - Outra questão investigada referia-se a quem era mais forte em Maringá ARENA ou MDB. A resposta foi unânime a favor da ARENA. Salientou um dos entrevistados que, além de a ARENA ser o partido do governo central, que mantinha um controle sobre a política, a elite econômica local, considerada de direita, apoiava o partido oficial nas campanhas eleitorais, ou seja, financiava os candidatos arenistas visando proteger seus interesses e interferindo inclusive no planejamento urbano. Referindo-

se a uma das zonas habitacionais de Maringá (Zona 2), onde os mais abastados residem, disse o entrevistado do que conseguiram, através de lei municipal, a proibição da construção de edifícios que viessem a o conforto de suas casas.

Outro entrevistado salientou que o MDB não tinha estrutura física; se reuniam-se em uma kombi (veículo popular fabricado pela Volkswagen), enquanto a ARENA se reunia em um grande auditório.

4- Com relação aos temas políticos, por unanimidade afirmaram que as motivações locais sempre prevaleceram sobre as questões estaduais e nacionais.

5- Perguntados se os partidos eram ideológicos, novamente por unanimidade responderam que não, embora um ou outro membro dos partidos tivesse postura política mais nítida ideologicamente. Regra geral, os partidos não passavam de uma grande frente política, em que os grupos locais disputavam o poder, e dentro deles havia também acirradas lutas. O MDB, que poderia ser caracterizado, como partido de esquerda, inclusive por existirem nele membros esquerdistas, compunha-se também de capitalistas, como compradores de café, outros comerciantes e fazendeiros. Quanto à ARENA, abrigava o núcleo dos conservadores, que por interesses diversos optavam pelo partido do governo.

6 - Perguntados sobre a vitória do MDB na primeira eleição bipartidária, em 1968, para prefeito em Maringá, por consenso afirmaram que Adriano José Valente não era homem de esquerda e que sua candidatura fez parte de uma articulação realizada por Renato Celidônio, buscando um ex-udenista,(denominado” um homem da ARENA”) que já havia sido candidato na eleição anterior, para que o MDB vencesse em Maringá. Pressionado pelos componentes do partido para que tomasse uma atitude forte de oposição ao governo, Adriano José Valente, receoso de que poderia prejudicar os interesses de Maringá e de sua administração, deixou o MDB, reforçou sua decisão a eleição, para o governo do Estado, do maringaense Haroldo Leon Peres, seu antigo companheiro de UDN e de íntima amizade familiar. Só não poderia imaginar que Leon Peres seria afastado do governo 6 meses após a sua filiação na ARENA. Informa um dos entrevistados que sua mudança de partido foi absolutamente no sentido pessoal e administrativo e não ideológico.

7 - Quanto à fidelidade partidária e a troca de partidos pelos políticos locais, um entrevistado respondeu que é tendência nacional a falta de convicção partidária; o político não é ideológico e vai para onde as portas se abrem. Outro respondeu que o MDB lutou contra a fidelidade partidária exercida pelo governo militar, a qual prejudicava o partido na aprovação de seus projetos, o denominado “fechamento de questão” pela ARENA, e devido a isso suas proposituras eram sempre derrotadas. Opinou que um cidadão eleito por um partido político, caso decida deixá-lo, deveria

perder o mandato. A facilidade de troca de partidos confunde o eleitor, desaparecendo a referência partidária.

8 - Com respeito às sublegendas, afirmaram que serviu para atenuar as divergências internas dos partidos. A ARENA acomodou os políticos da ex-UDN liderados por Adriano Valente, e os do ex-PSD liderados por João Paulino. O MDB acomodou as divergências entre Horácio Racanello, da ala autêntica, com tendência de esquerda, e Sívio Magalhães Barros, de tendência conservadora.

9 - Quanto às eleições de 1976 para prefeito, um dos entrevistados revelou que a vitória de João Paulino, da ARENA, além de contar com companheiros importantes nas sublegendas do partido, foi beneficiada com o apoio de Sívio Magalhães Barros, do MDB, que fora eleito em 1972 com seu apoio, por ele não concordar com os candidatos de seu partido, a ARENA. Afirmou o entrevistado que Sívio Barros não desejava a eleição de Horácio Racanello, da ala esquerda de seu partido, mesmo porque tinha receio de que o mesmo pudesse fazer uma auditoria em suas contas. Então indicou, para as demais sublegendas do partido, candidatos ainda sem expressão política, o que favoreceu a eleição de João Paulino. Disse inclusive que, se Sívio Barros ficasse neutro na campanha, Horácio Racanello teria chance de ganhar a eleição.

10 - Quanto à postura da imprensa, houve divergências de opiniões. Um entrevistado preferiu omitir-se e outro afirmou que os jornais locais todos eram ligados ao poder e dependiam das benesses do poder para sobreviver; todos eram deficitários.

11 - Perguntados sobre quem era mais importante, os políticos ou os partidos políticos, novamente por unanimidade responderam: os políticos individualmente. Um entrevistado esclareceu que as eleições em Maringá sempre foram eleições de personalidades, quer dizer, foram eleições personalistas. O carisma dos candidatos a prefeito prevaleceu sobre as siglas partidárias

12 - Indagados se seria possível existir democracia sem partidos políticos, por consenso responderam que seria impossível, entretanto afirmou um entrevistado que os partidos precisam ser ideológicos para que sejam fortes, não importa se de esquerda ou direita, porque até então não passavam de abrigos de interesses pessoais. Opinou também que o mandato não poderia ser do indivíduo e seria fundamental a fidelidade partidária; o parlamentar que saísse do partido deveria perder o mandato, senão não tem sentido a democracia.

13 - Com referência ao voto obrigatório, concordaram que deveria ser obrigatório. Um deles argumentou que numa sociedade despolitizada o voto obrigatório acaba sendo um mal necessário. Outro sugeriu que, caso contrário, aquele cidadão que não está dando muita bola para isso vai para a praia; e isso vai aumentar muito no Brasil,

e nós somos um povo tão bom que não ligamos muito para nada; então o voto obrigatório faz com que o cidadão vá votar e que tenha um momento na vida de responsabilidade; é preciso novamente que a família, a Igreja, a escola, sem tendências e sem saudosismo nenhum, mostrem o quanto é importante o voto.

1.4. Os conceitos continuam

A política municipal é dinamizada pela conduta dos atores políticos locais em busca do poder, justificando a democracia representativa, incorporando neles a representação da vontade do povo e em seu nome buscando realizar as suas aspirações. Em outros momentos, a estabilidade social e a paz social justificam as suas ações. O modo de agir e a credibilidade nem sempre alteram os resultados eleitorais.

As ideologias influenciam a vida política local, porém não explicam toda a disputa pelo poder local. Ideologias políticas e religiosas estão disseminadas na comunidade, em um momento aliadas, em outros em contraposição. Quanto a ser de

esquerda, de centro ou de direita, é muito flexível, o cidadão manifesta a sua opinião de acordo com o momento eleitoral, com exceção dos militantes partidários, que são sempre minoria.

A legislação partidária e eleitoral permite e reflete o comportamento e as ações dos atores políticos locais, induzindo a permanência e a sobrevivência nos cargos, caracterizando a existência de políticos profissionais, ou seja, a dedicação exclusiva à política, pela maioria dos que ocupam os cargos eleitorais, confundindo o interesse particular com o interesse público. Então a fidelidade partidária é subtraída pela necessidade da sobrevivência do político, resultando a troca constante de partidos, e denotando a frágil vinculação com os mesmos.

Se no Império o sufrágio não era obrigatório e sim censitário, com a proclamação da República estabeleceu-se o sufrágio universal, porém o voto ainda continuou seletivo e sujeito a todas as manipulações no período denominado República Velha. A redemocratização brasileira, com a Constituição de 1946, consolidou o sufrágio universal, ainda com algumas restrições, como aos analfabetos, mas houve uma expansão da participação das classes populares, embora não ainda no nível dos eleitos. Predominava ainda uma representação política elitista, sobrevivendo às oligarquias no domínio do poder político, e as disputas pelo poder pelas

oligarquias enquadrou-se como um sistema poliárquico, sustentado agora pelo patrimonialismo, clientelismo e pelo voto obrigatório.

Quanto às pesquisas eleitorais, estão correlacionadas com o conceito de pesquisa de opinião, que surgiu em 1824 nos Estados Unidos, quando Delaware Watchan realizou e publicou a primeira “enquete popular”⁵. Em 1932, a revista *The Literary Digest* enviou milhares de questionários a todas as pessoas que conseguiu listar, acertando com precisão o vencedor da eleição presidencial norte-americana. Em 1935 foi fundado o Instituto Gallup, que ficou famoso por prever a vitória, em 1936, de Roosevelt. Em 1945, foi fundado no Brasil o IBOPE, primeiro a realizar pesquisas eleitorais. Mais tarde, outros institutos surgiram. Pesquisas sem nenhum critério científico ou metodológico foram realizadas, principalmente pelos programas de rádio, colocando urnas à disposição das pessoas para expressarem suas preferências políticas, sujeitas a todo tipo de manipulação. Tratava-se de simples curiosidade, e conseqüentemente não mereciam nenhuma credibilidade, porém poderiam influenciar a escolha do eleitor, que, segundo o dito popular, não gosta de perder o seu voto. Nas eleições de 1976, em Maringá, as prévias eleitorais divulgadas na imprensa local eram totalmente contraditórias, quanto aos dois candidatos que estariam em primeiro lugar na preferência do eleitorado. Na realidade, venceu um terceiro candidato. As pesquisas eleitorais evoluíram e foram regulamentadas, mas a desconfiança permaneceu; de um lado pela manipulação dos resultados e de outro pela ineficiência técnica.

Esses conceitos, que chamamos de “vasos condutores”, são essenciais para o entendimento da dinâmica da política local no período estudado. Eles estiveram sempre presentes e continuam na atualidade, como mostraremos a seguir em pesquisa que realizamos, no final de 2003, junto aos alunos dos cursos de Direito de duas instituições de ensino superior de Maringá (GRUPO A e GRUPO B). Embora a amostra enfoque um universo restrito, não deixa de ser reveladora, possibilitando conhecer a opinião dos acadêmicos sobre partidos políticos, imagem política, ideologia, campanha eleitoral e sistema eleitoral. Foram pesquisados 870 acadêmicos.

Verificamos, pelos resultados da pesquisa, não haver contrastes evidentes nas respostas. Assim sendo, demonstraremos a média porcentual das opiniões dos dois grupos, tendo como base os dados dos Gráficos 64 a 83. (Tabela 20).

TABELA 20			
Resultados em média percentual – pesquisa de opinião – grupos A e B			
1 - Os políticos são:	4,0% sinceros	88,7% demagogos	7,3% não sabe
2 - Credibilidade:	27,3% merecem	64,7% não merecem	8,0% não sabe
3 - Interesses :	85,4% particular	10,5% público	4,1% não sabe
4 - Modo de agir	66,4% individualmente	29,5% coletivamente	4,1% não sabe
5 - Ideologia part.políticos	76,7% importante	20,3% pouco importante	3,0% não sabe
6 - Ideologia do candidato	84,1% importante	13,6% pouco importante	2,3% não sabe
7 - Fidelidade partidária	69,5% a favor	23,3% contra	6,2% não sabe
8 - Voto obrigatório	41,3% a favor	56,9% contra	1,8% não sabe
9 - Pesquisa eleitoral	7,3% confiável	87,4% tendenciosa	7,3% não sabe
10- Posição ideológica	21,3% esquerda	55,5% centro	23,2% direita

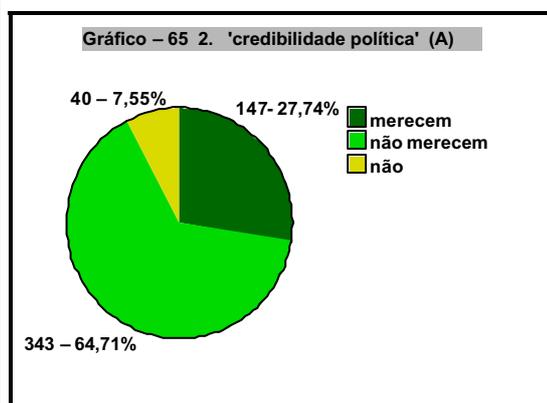
Constatamos que 88,7% dos universitários consideram os políticos demagogos; 64,7% acham que não merecem credibilidade; 85,4% só visam ao interesse particular; 66,4% agem individualmente; 76,7% acham a ideologia dos partidos importante; 84,1% acham importante a ideologia do candidato; 69,5% são a favor da fidelidade partidária; 56,9% são contra o voto obrigatório; 87,4% acham as pesquisas tendenciosas; e 55,5% se consideram ideologicamente de centro, sobrando 21,3% de esquerda e 23,2% de direita.

GRUPO "A"**1. Perfil dos políticos**
Os políticos são:

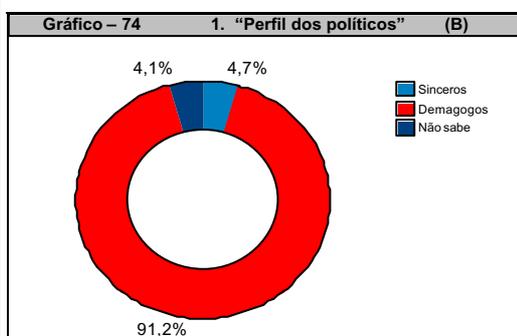
perfil dos políticos	No. cit.	Freq.
sinceros	17	3,21%
demagogos	457	86,23%
não sabe	56	10,57%
TOTAL OBS.	530	100%

**2. Credibilidade política**
Qual sua opinião sobre os políticos?

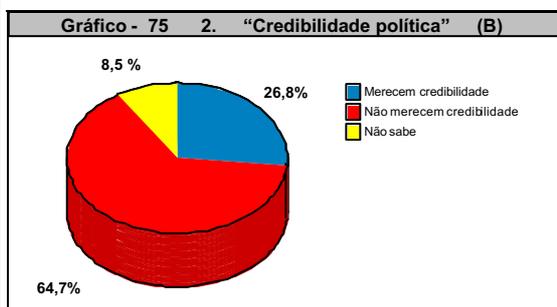
credibilidade políti	No. cit.	Freq.
merecem credibilidade	147	27,74%
não merecem credibilidade	343	64,72%
não sabe	40	7,55%
TOTAL OBS.	530	100%

**GRUPO "B"****1. Perfil dos políticos**
Os políticos são:

Conceito dos políticos	Qt. cit.	Freq.
Sinceros	16	4,7%
Demagogos	310	91,2%
Não sabe	14	4,1%
TOTAL OBS.	340	100%

**2. Credibilidade política**
Qual a sua opinião sobre os políticos?

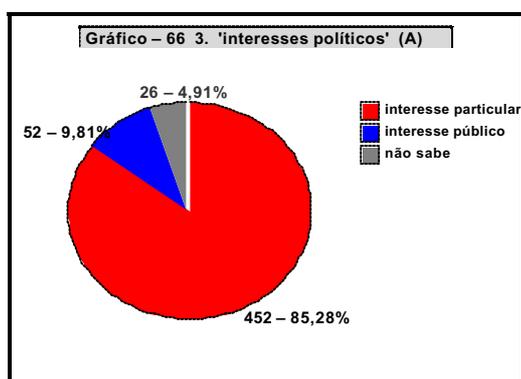
Opinião sobre os políticos	Qt. cit.	Freq.
Merecem credibilidade	91	26,8%
Não merecem credibilidade	220	64,7%
Não sabe	29	8,5%
TOTAL OBS.	340	100%



3. Interesses políticos

- Na sua opinião os políticos visam mais:

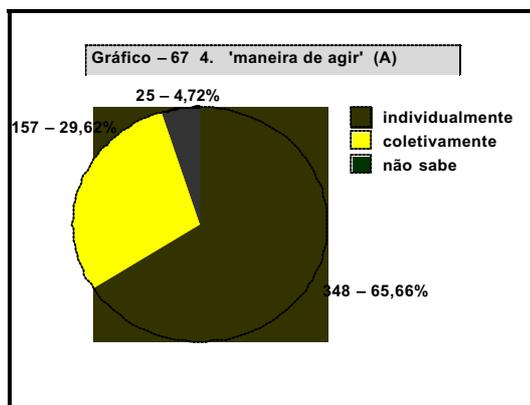
interesses políticos	No. cit.	Freq.
interesse particular	452	85,28%
interesse público	52	9,81%
não sabe	26	4,91%
TOTAL OBS.	530	100%



4. Maneira de agir

- Na sua opinião os políticos gostam de agir:

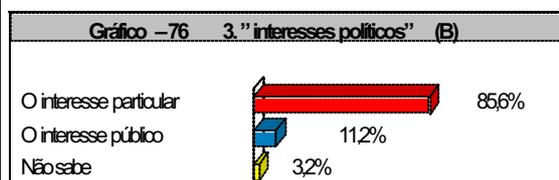
maneira de agir	No. cit.	Freq.
individualmente	348	65,66%
coletivamente	157	29,62%
não sabe	25	4,72%
TOTAL OBS.	530	100%



3. Interesses políticos

Na sua opinião os políticos visam mais:

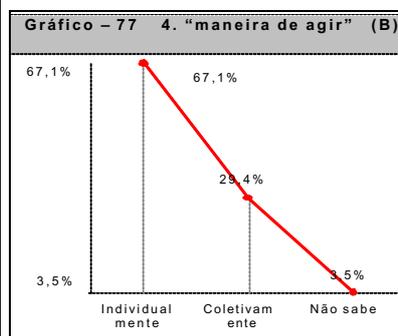
O que os políticos mais visam	Qt. cit.	Freq.
O interesse particular	291	85,6%
O interesse público	38	11,2%
Não sabe	11	3,2%
TOTAL OBS.	340	100%



4. Maneira de agir

Na sua opinião os políticos gostam de agir:

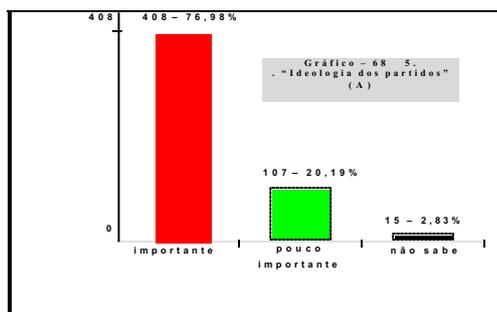
Ação dos políticos	Qt. cit.	Freq.
Individualmente	228	67,1%
Coletivamente	100	29,4%
Não sabe	12	3,5%
TOTAL OBS.	340	100%



5. Ideologia dos partidos

-Quanto a ideologia política dos partidos políticos:

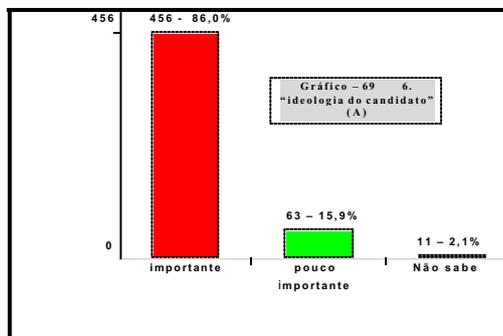
ideologia dos partid	No. cit.	Freq.
é importante	408	76,98%
pouco importante	107	20,19%
não sabe	15	2,83%
TOTAL OBS.	530	100%



6. Ideologia do candidato

-Qual sua opinião sobre a ideologia dos candidatos?

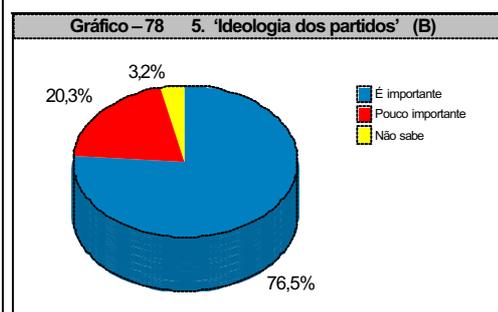
ideologia do candida	No. cit.	Freq.
importante	456	86,04%
pouco importantes	63	11,89%
não sabe	11	2,08%
TOTAL OBS.	530	100%



5. Ideologia dos partidos

Quanto a ideologia dos partidos políticos :

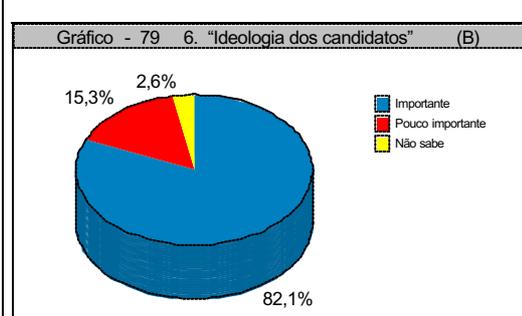
Ideologia dos partidos	Qt. cit.	Freq.
É importante	260	76,5%
Pouco importante	69	20,3%
Não sabe	11	3,2%
TOTAL OBS.	340	100%



Ideologia dos candidatos

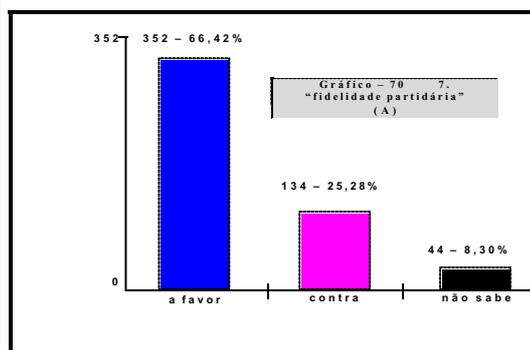
Qual a sua opinião sobre a ideologia dos candidatos?

Ideologia dos candidatos	Qt. cit.	Freq.
Importante	279	82,1%
Pouco importante	52	15,3%
Não sabe	9	2,6%
TOTAL OBS.	340	100%

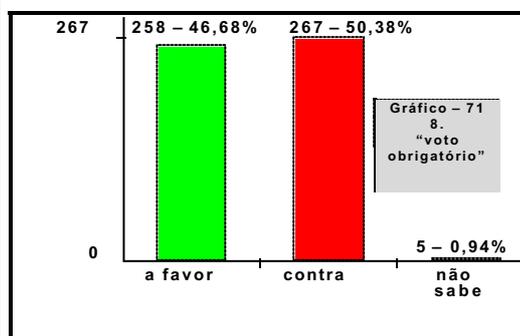


7. Fidelidade partidária**-Com relação a fidelidade partidária, você é:**

fidelidade partidári	No. cit.	Freq.
a favor	352	66,42%
contra	134	25,28%
não sabe	44	8,30%
TOTAL OBS.	530	100%

**8. Voto obrigatório****Com relação ao voto obrigatório, você é:**

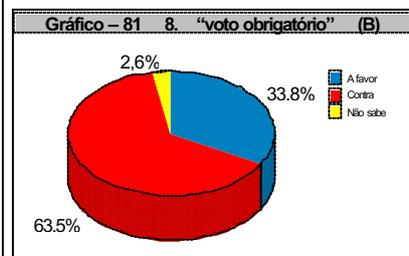
voto obrigatório	No. cit.	Freq.
a favor	258	48,68%
contra	267	50,38%
não sabe	5	0,94%
TOTAL OBS.	530	100%

**7. Fidelidade partidária****Com relação a fidelidade partidária, você é :**

Com relação a fidelidade partidária, você é :Fidelidade partidária	Qt. cit.	Freq.
A favor	247	72,6%
Contra	79	23,2%
Não sabe	14	4,1%
TOTAL OBS.	340	100%

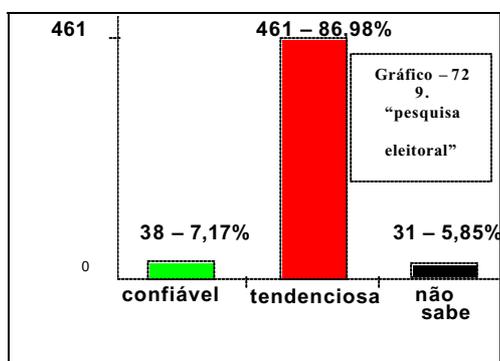
**8. Voto Obrigatório****Com relação ao voto obrigatório, você é:**

Com relação ao voto obrigatório, você é:Voto obrigatório	Qt. cit.	Freq.
A favor	115	33,8%
Contra	216	63,5%
Não sabe	9	2,6%
TOTAL OBS.	340	100%



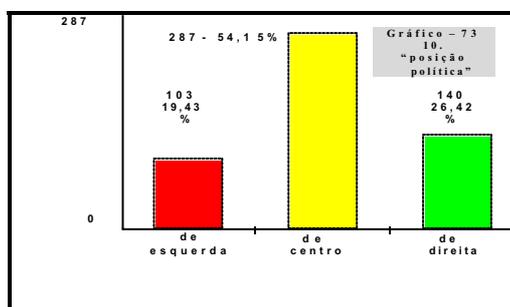
9. Pesquisa eleitoral
Na sua opinião a pesquisa eleitoral é:

pesquisa eleitoral	No. cit.	Freq.
confiável	38	7,17%
tendenciosa	461	86,98%
não sabe	31	5,85%
TOTAL OBS.	530	100%



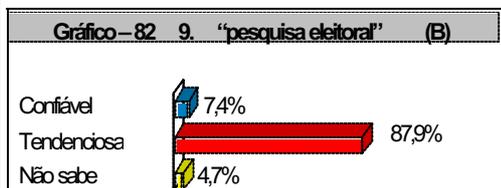
10. Posição ideológica
Como você se considera:

ideologia pessoal	No. cit.	Freq.
de esquerda	103	19,43%
de centro	287	54,15%
de direita	140	26,42%
TOTAL OBS.	530	100%



9. Pesquisa eleitoral
Na sua opinião a pesquisa eleitoral é :

Pesquisa Eleitoral	Qt. cit.	Freq.
Confiável	25	7,4%
Tendenciosa	299	87,9%
Não sabe	16	4,7%
TOTAL OBS.	340	100%



10. Posição ideológica
Como você se considera:

Como você se considera	Qt. cit.	Freq.
De esquerda	79	23,2%
Do centro	193	56,8%
De direita	68	20,0%
TOTAL OBS.	340	100%



NOTAS DO CAPÍTULO V

¹ Gláucio Soares, através de análise de pesquisas realizadas por outros estudiosos, observa que a política oligárquica não foi sucedida por uma política democratizante, com ampla participação de setores e classes sociais menos privilegiadas; e que no período de 1945 a 1964 a política era essencialmente feita por membros de uma elite. Verifica, também, que houve uma entrada das classes médias no processo decisório, predominantemente dos setores mais privilegiados dessa fatia.

² Como foi citado na introdução, a região de Maringá foi colonizada pela Companhia de Terras Norte Paraná, de origem inglesa, depois denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que adquiriu na década de 1920, uma área contínua de 515.017 alqueires e intensificou sua colonização na década de 1940. Migraram para a região, inicialmente, colonos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste do país.(ALCÂNTARA-1987).

³ Consta no livro editado pela colonizadora: *Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná*, colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. São Paulo:1975.

⁴ ALCÂNTARA, José Carlos. *Política Local* (um estudo de caso: Paranavaí 1952-1982). Maringá: Clichetec, 1987.

⁵ FIGUEIREDO, Rubens e MALIN, Mauro (Orgs.) *A conquista do voto*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1994. pg.30

CONCLUSÃO

O sistema bipartidário brasileiro foi implantado pela imposição de uma ideologia político-militar, com a conivência e respaldo de uma elite política conservadora e com sede de chegar ao poder pelos contornos extraconstitucionais, embora seu discurso no passado fosse em defesa das instituições democráticas, como no caso dos udenistas. Os militares políticos deram um novo rumo à política nacional, inspirados nos estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), onde pesquisavam e debatiam a realidade brasileira, deixando em segundo plano os políticos civis e até seus aliados de primeira hora na conquista do poder. Desconfiavam da classe política, de um lado, e, de outro tinham uma proposta determinada de política de Segurança e Desenvolvimento Nacional, consolidada na doutrina da ESG.

Dentro desse contexto, os resultados das eleições foram desfavoráveis, na avaliação dos militares, devido à escolha de Israel Pinheiro em Minas Gerais e Negrão de Lima na Guanabara (1965). Isso poderia pôr em risco seus planos de permanecer no poder, visto que estariam preparados para interpretar e atingir **os Objetivos Nacionais Permanentes**, na conduta de uma política que demandaria uma firme política de segurança, cuja missão era eliminar todos os óbices, para que ocorresse o desenvolvimento nacional. Não viam nos civis capacidade para realizar esse fantástico projeto de transformação nacional, em vista da prática tradicional da política patrimonialista e clientelística. Mas ficou a contradição

entre o discurso de defesa das instituições ameaçadas e a implantação de um Estado autoritário controlador da vida social e política do país. Justificavam a devassa na política alegando estar defendendo a reconstrução de uma nova ordem, que deveria ser democrática.

Assim, foram extintos os partidos em 1965, implantando-se um novo sistema partidário, que tinha por objetivo, de um lado, criar um movimento político favorável ao governo e, de outro, dar uma aparência democrática à comunidade internacional, permitindo a existência de uma oposição vigiada. Surgiram então dois movimentos políticos: a Aliança Renovadora Nacional, corrente de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro, aglutinando o que sobrou das cassações de mandatos e direitos civis.

As elites, temerosas da expansão socialista no mundo, ao lado da cristandade religiosa, apoiaram os militares nesse momento.

A ARENA nasceu robusta e identificada com o governo, e o MDB, frágil e duvidoso de suas intenções. Ser contra o governo representaria apoiar os movimentos anticristãos, segundo supunha a maioria da população, que rejeitava qualquer hipótese comunista. Os movimentos políticos, que depois foram reconhecidos como partidos políticos, atuaram no âmbito nacional dentro de um esquema ideologicamente (mais brando localmente) favorável ou contra o

governo. O governo implantando sua política desenvolvimentista com uma rígida segurança, e a oposição discursando na direção da volta do Estado de direito.

No plano local, a desarticulação partidária, com a extinção dos tradicionais partidos, obrigou as lideranças a se alinharem nos dois movimentos políticos existentes, caracterizando-se cada lado apenas por ser a favor ou contra o governo, já que a oposição radical era combatida rigidamente.

Mas a vida política local tem suas características próprias, assentadas na luta pelo poder e pelas suas benesses. Acima, dos partidos estão as lideranças, as pessoas carismáticas que detêm e controlam o poder local, formando uma rede de reciprocidade que converge no clientelismo e no voto. Vários grupos se articulam, se entendem e também se digladiam na disputa do poder local. Ser a favor ou contra é questão de oportunidade e de momento. As mais diversas e desencontradas articulações ocorrem na política local, tudo para conquistar o poder ou afastar potenciais adversários. Isso ficou evidente em duas eleições em Maringá, a de 1972 e a de 1976, quando fortes lideranças locais apoiaram candidatos de outros partidos em detrimento da candidatura de seu próprio partido. O modelo do cientista político norte-americano Robert Dahal se enquadra na realidade local, em que vários grupos elitistas disputam e se alternam no poder, o que ele chama de poliarquia. Para acomodar as várias lideranças divergentes dentro do partido, criou-se o estatuto da sublegenda, que permitia aos partidos registrarem até três candidatos à vaga de prefeito. Com essa

possibilidade, os partidos se subdividiram e as sublegendas deram uma conotação da estrutura partidária de antes de 1965. Cada sublegenda se identificava com um partido extinto e as disputas intrapartidárias eram mais aguerridas do que as travadas contra o partido adversário. Aliados do passado se articulavam, embora na atualidade pertencessem a partidos diferentes. Isso também ficou evidente nas eleições municipais de Maringá em 1964, 1972 e 1976. Os candidatos a prefeito foram eleitos porque receberam apoio oficial ou oficioso de seus adversários de partido, com os quais, na realidade, mantinham relacionamento cordial e até familiar. Tudo em nome do bem-estar da política local e fortalecimento das lideranças, que, por serem suprapartidária, acabavam descaracterizando os próprios partidos. Alegavam ter compromisso com o povo e não com siglas e grupos políticos, o que conduzia e conduz à baixa institucionalização dos partidos políticos brasileiros.

Partidos fracos, lideranças fortes e carismáticas fazem com que o eleitor perca a referência partidária, tudo isso combinado com os vários sistemas partidários adotados no Brasil nos últimos tempos, 1946, 1965 e 1979. Não tivemos tempo ainda para a formação de uma tradição partidária, porque os partidos desaparecem rapidamente, são extintos, fazem fusões e também as alianças mais desencontradas em nível de partido e não em nível das lideranças. Os partidos passam a ser instrumentos formais para a operação do jogo político. Com exceção dos partidos denominados de esquerda, os demais não têm nenhuma diferença ideológica, como afirmou um entrevistado (membro de um

partido de esquerda e que, no entanto, era um capitalista). Era questão de ocupar o espaço político.

Na arena política local, são bem-sucedidos aqueles que sabem da arte da articulação, têm habilidade para sobreviver mais tempo na política, sendo condenados ou admirados por todos. O personalismo é alimentado pela legislação e apoiado pelos eleitores, que admiram as lideranças. A legislação permite a troca constante de partidos, ao sabor das conveniências de se manter no poder. O personalismo está enraizado na cultura política do grande chefe, que tem todas as impossíveis soluções, que só são possíveis, em parte, se estiver no poder. Isso não quer dizer, porém, que não tentem promover o bem-estar da comunidade, nem que seja aparentemente. Aliás, Maquiavel já salientava a importância das aparências, que se sobrepunham à própria realidade. Tudo justifica se está em jogo a permanência no poder.*

A política local é desenvolvida por esses contornos e o período bipartidário representou bem tal modelo. Porém não se sedimentou ainda uma nova alternativa que possa substituir os partidos políticos e as lideranças políticas, na organização e convergências dos interesses locais. Com todas as críticas, os partidos políticos têm desempenhado suas funções na evolução do processo democrático brasileiro.

* Maquiavel, *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 21ª ed., Cap. XVIII, p. 103.

A pesquisa revelou que 88,7% dos universitários consideram os políticos demagogos; 64,7% acham que não merecem credibilidade; 85,4% só visam ao interesse particular; só a metade é contra o voto obrigatório; a metade se considera ideologicamente de centro, 25% de esquerda e 25% de direita; e por maioria acham importante a ideologia para os partidos e candidatos. Se o personalismo ficou evidente no período estudado, verificou-se pela pesquisa que ainda esta presente na política local. Pesquisas realizadas no passado mostraram que os eleitores, sempre valorizaram mais os candidatos que os partidos, entretanto nesta pesquisa deu-se ênfase á ideologia e á fidelidade partidária.

Concluimos que o bipartidarismo foi o desagregador de um sistema partidário que estava em desenvolvimento e renovação, visto que os estudos demonstram que os grandes partidos estavam em decadência (PSD/UDN) e novos partidos estavam em ascensão(PDC)(CAMPELLO DE SOUZA-1976) . Criados os dois novos partidos, ARENA e MDB, em seguida a alternativa das sublegendas possibilitou certa autonomia aos grupos intrapartidários e, com a ocorrência das eleições acabou fortalecendo as próprias legendas. A oposição, representada pelo MDB, deixou de ser temerosa, visto que seus candidatos eram apoiados em dados momentos pelas lideranças do partido do governo e com isso cresceu e fortaleceu o bipartidarismo. Nossa pesquisa constatou no Estado do Paraná, nas eleições municipais, que o MDB esteve sempre num processo de crescimento, quando se analisam os resultados eleitorais em número de votos. Os partidos se estruturaram nos níveis nacional, estadual e local, ganhando feições políticas definidas de

situação e oposição, porém os militares não estavam ainda preparados para deixar o poder e assimilar o jogo democrático. Em sua defesa, o governo extinguiu os dois partidos e possibilitou a volta do pluripartidarismo, visando consolidar um partido governista ainda forte e fragmentar a oposição, que estava em ascensão.

Interessante que as primeiras eleições bipartidárias tiveram conotações pluripartidárias com o surgimento das sublegendas. O que a princípio promovia as divergências internas, mais tarde serviu para o seu fortalecimento, entendendo-se que a soma das sublegendas favorecia a vitória do partido. O bipartidarismo estava se consolidando; tanto isso era real que as eleições de 1982, no sistema pluripartidário, tiveram conotação bipartidária, polarizando-se em duas grandes legendas: PMDB (antigo MDB) e PDS (antiga ARENA).

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, José Carlos. *Política local - um estudo de caso: Paranavaí 1952-1982*. Maringá: Clichetec, 1987.

ALCÂNTARA, José Carlos. O bipartidarismo e a volta do pluripartidarismo em Maringá. In: *Maringá e norte do Paraná. Estudos de história regional*. DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). Maringá: Eduem, 1999.

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA). *Estatuto*. Brasília: Senado Federal, 1972.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2.ed., 1984.

ANDRADE, Arthur. *Maringá – ontem, hoje e amanhã*. Maringá: Arthur Andrade, 1979.

ARQUIDIOSE DE SÃO PAULO. *Um relato para a história, Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 8.ed., 1985.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: CMNP, 1975.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações, contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *os Métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 6.ed., 2002.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil - o longo - caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). São Paulo: Editora Saraiva, atualizada até 20/12/2001, 29 ed., 2002.
- DIAS, Reginaldo B. e TONELLA, Celene. *A experiência do Legislativo municipal em Maringá-1947-1998*. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 1999.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: 2.ed., Zahar, UNB, 1980.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). *Manual básico*, 1977-1978.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). *Manual básico*, 1983.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). *Fundamentos teóricos*, 1983.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia Maria, ALBERTI, Verena RGS.). *História oral – desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (ORGS.). *usos & abusos da história oral. – 5.ed. -*:Rio de Janeiro: F.G.V. Editora, 2002.
- FIGUEIREDO, Rubens e MALIN, Mauro (orgs.). *A conquista do voto*. São Paulo:Brasilense, 1994.
- FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura- As eleições de 1982*. Brasília: Editora UNB, 1988.
- FLEISCHER, David . *O partidos políticos no Brasil*. Brasília:UNB, 1981.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 3.ed., 1980.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio *A ditadura envergonhada*.São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50grandes pensadores da história*.São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed.da Universidade de São Paulo, 1975.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB – 1966-1979*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KLEIN, L. e FIGUEIREDO, Marcus. *A política de coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

LE GOLFF, Jacques e NORA, Pierre. *História – novos objetivos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4.ed., 1995.

LE GOLFF, Jacques e NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4 Ed., 1995.

LE GOLFF, Jacques e NORA, Pierre. *História – Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4.ed., 1995.

LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos & utopias, o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar e RACHEL Meneguello. *Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEITE CHAVES, Francisco. *Por um amanhã de justiça*. Brasília: 1981.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Partidos políticos brasileiros 45-64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. (org.) *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Traduções de Anoar Aiex e E.Jacy Monteiro, 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MACHIAVELLI, Nicolo. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: UNB, 1979, 2.ed., revista, 1982.

MAINWARING, Scott P.. *Sistemas Partidários – em novas democracias – O caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro: FVG, 2001.

MAINWARING, Scott MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timoty. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAQUIAVEL. *O príncipe*; tradução de Roberto Grassi, 21.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 4.ed., 2002.

- MICHELIS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO(MDB). *Estatuto - Programa – Código de Ética*. Brasília: Senado Federal, 1972.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la Brève et de. *O espírito das leis*. Brasília: UNB, 1982.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral, a cultura popular revisitada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (ponto de partida para uma revisão histórica) – 1933-1974*. São Paulo: Ática, 9.ed. 3ª impressão, 1994.
- MORAES, João Quartim de, COSTA Wilma Peres, OLIVEIRA Eliézer Rizzo de. *A Tutela Militar*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia, um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- RABELLO FILHO, Benjamim Alves. *Partidos políticos no Brasil, doutrina e legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- RÉMOND, René(org). *Por uma história política*. – 2.ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REIS, Osvaldo. *1952-1966 MARINGÁ e seus prefeitos, de Inocente Vilanova... ...Said Ferreira*. Maringá: Clichetec, 1996.
- RIZZO, Eliézer....[et. al.]. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- SOARES, Gláucio Ary Dillo. *Sociedade e política no Brasil (desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difel, 1973.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *O cálculo do conflito – estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SEBASTIANI, Sylvio. *POR DENTRO DO MEDB Paraná*. Curitiba: Gráfica Linarth, 1992.
- SEILER, Daniel Louis. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SORJ, Bernard e ALMEIDA, Maria Hermínia (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

WASHINTON, Pedro. *PARANÁ POLÍTICO de cabo a rabo*. Curitiba: Editora Noé, 1999.

WEFFORT, Francisco, Organizador. *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ANEXO 01

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL – ARENA COMISSÃO DIRETORA NACIONAL E GABINETE EXECUTIVO NACIONAL

Através da Resolução Nº 7.823 de 24 de março de 1966, o Tribunal Superior Eleitoral defere o registro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)s e de suas Comissões Diretoras Nacional se Regionais. Com atribuições de Partido Político. Publicada no Diário da Justiça de 04 de abril de 1966, p.1067.

COMISSÃO DIRETORA NACIONAL

Membros:

Marechal Eurico Gaspar Dutra – Almirante Edmundo Jordão Amorim do Valle – Brigadeiro Antônio Fernandes Barbosa – General de Exército R1 João Punaro Bley – Governador José Magalhães Pinto – Flavio Suplicy de Lacerda – General Edmundo Macedo de Soares – Paulo de Almeida Barbosa – Professor Antônio Carlos Pacheco e Silva

Dr.Hélio Beltrão – Raquel de Queiroz – Túlio Campelo de Souza – Osmar Cunha – Synval Nogueira D'Avilla Leme – Professor Nelson de Souza Sampaio – Raimundo Correa Petimbá – Orlando Malvesi – Senador José Guimard dos Santos – Jorge Felix Lavoçat – Professor Antônio José de Vries – Deputado Leopoldo Peres Sobrinho – Senador Catteto Pinheiro – Coronel Jarbas Passarinho – Deputado Clodomir Millet – Deputado Alexandre Alves da Costa – Senador Joaquim Santos Parente – Deputado Gayoso e Almendra – Senador Wilson Gonçalves – Deputado Paulo Sarazate – Deputado Jessé Pinto Freire – Senador Dinarte Mariz – Deputado Ernani Sátiro – Deputado Plínio Lemos – Deputado Nilo Coelho – Deputado João Cleofas Oliveira – Senador Arnon de Mello – Deputado Segismundo Andrade – Senador José Rolemberg Leite – Deputado Lourival Batista – Deputado Ruy Santos – Deputado Teódulo Lins de Albuquerque – Senador Eurico Resende – Deputado Oswaldo Zanelo – Deputado Raimundo Padilha – Sr.Raul de Oliveira Rodrigues – Deputado Lúcio Adauto Cardoso – Senador Gilberto Marinho – Senador Benedito Valadares – Senador Milton Campos – Senador Auro de Moura Andrade – Deputado Herbert Levy – Deputado Benedito Vaz – Deputado Emival Caiado – Senador Filinto Müller – Deputado Ytrio Correa da Costa – Senador Adolpho de Oliveira Franco – Deputado Emílio Hoffmann Gomes – Senador Irineu Bornhausen – Sr.Celso Ramos – Senador Daniel Krieger – Deputado Tarso Dutra – Deputado Plínio Salgado – Deputado Gustavo Capanem – Sr.Arthur Bernardes Filho – Deputado Hamilton Prado – Senador Miguel Couto Filho – Deputado Euclides Triches – Deputado Brito Velho – Senador Eugênio Barros – Deputado Batista Ramos – Deputado Antônio Feliciano – Deputado Janary Nunes – Deputado Francisco Elesbão – Deputado Hegel Morhy – Sr.Mário Henrique da Costa Ramos – Sr.Ernani Pamplonal Barros.

GABINETE EXECUTIVO NACIONAL:

Presidente – Senador Daniel Krieger.

1º Vice-Presidente – Senador Filinto Muller.

2º Vice-Presidente - Deputado Teódulo de Albuquerque.

3º Vice-Presidente – Senador Wison Gonçalves.

Secretário Geral – Deputado Rondon Pacheco.

Tesoureiro – Deputado Antônio Feliciano.

Vogais: Deputado Raymundo Padilha – Deputado Paulo Sarazate – Senador Miguel Couto Filho – Coronel Jarbas Passarinho – Deputado Leopoldo Peres.

ANEXO 02

**MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB
COMISSÃO DIRETORA NACIONAL E GABINETE EXECUTIVO**

Através da Resolução Nº7.822 de 24 de março de 1966, o Tribunal Superior Eleitoral deferiu o registro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de sua Comissão Diretora Nacional e respectivo Gabinete Executivo e das Comissões Diretoras Regionais. Com atribuições de Partido Político. Publicada no Diário da Justiça de 04 de abril de 1966, pg.1060.

COMISSÃO DIRETORA NACIONAL

Senadores:

Oscar Passos – Adalberto Sena – Arthur Virgílio – Edmundo Levy – Sebastião Ascher – Argemiro de Figueiredo – Rui Carneiro – Barros Carvalho – José Ermírio de Moraes – Pessoa de Queiroz – Silvestre Pércles – Antônio Balbino – Josaphat Marinho – Aarão Steimbruch – Aurélio Viana – Camilo Nogueira da Gama – Lino de Mattos – João Abraão – Pedro Ludovico – Bezerra Neto e Nelson Maculam (21).

Deputados:

	José	Martins
Rodrigues – Ulisses Guimarães – João Pacheco Chaves – José Carlos Teixeira – Henrique Lima Santos – Aloysio de Castro – Amaral Furlan – Nelson Carneiro – Maurício Goulart – Humberto Lucena – Bivar Olyndtho – Antonio Paes de Andrade – Derville Alegreti – João Menezes – Regis Pacheco – Getúlio Moura – Tarcílio Vieira de Mello – José Freire – Josaphat Borges – Walter Baptista – Ranieri Mazzilli – Mário Piva - Celestino Piva – Edgard Pereira – João Moura Santos – Peixoto da Silveira – Anísio Rocha – Levy Tavares – Antonio de Paula Chagas Freitas – Ernani do Amaral Peixoto – José de Mattos Carvalho – Renato Bayma Archer da Silva – José Ramalho Burnett da Silva – Lino Morganti – Sebastião Paes de Almeida – Tancredo Neves – Carlos Murilo Felício dos Santos – Renato Azevedo – Antonio Ferreira de Oliveira Brito – José Edson Burlamaqui de Miranda – Hermógenes Príncipe de Oliveira –0 Muniz Falcão da Silva Nonô - Simão da Cunha – Odilon Ribeiro Coutinho – José Corrêa Pedro Júnior – João Fernandes de Lima – Ruy Amaral Lemos – Petrônio Fernal – Djama Passos – Croacy Cavalheiro de Oliveira – Francisco das Chagas Caldas Rodrigues – Breno Dhalia da Silveira – Paulo Baeta Neves – Augusto de Gregório – Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho – Wilson Chedid – Paulo Macarini – Fernando Gama – Hélcio Maghenzani – Mário Maia – José Rui Lino – José Altino Machado – Germinal Feijó – Miguel Marcondes – Victo Issler – Edésio Cruz Nunes – Antonio Annibelli – João Mendes Olimpio de Melo – Afonso Celso Ribeiro de Castro – Waldir Mello Simões – Pedro Graga – João Lino Braum – Ruben Bento Alves – Argiliano Dario – Osmar Grafulha – Pedro V.B. Catalão – Andrade Lima Filho – Floriceno Paixão – José Mandelli Filho – Matheus J. Schmidt Filho – Joaquim Expedito Rodrigues – Antônio Bresolin – Noronha Filho – Benjamin Farah – Cid Rojas de Carvalho – Arnaldo Bezerra Lafauette – Unírio Machado – José Maria Ribeiro – Doutel de Andrade – João Herculano de Souza Lopes –		

Haroldo da Silva Duarte – Ari Pitombo – Crysantho Moreira da Rocha – Manoel Barbuda – Gastão Pedreira – Alceu de Carvalho – Áureo Mello – Eurico Oliveira – Zaire Nunes – João Veiga – Ozires Pontes – Renato Celidônio – César Prieto – Álvaro Lins Cavalcanti – Walter Giordano Alves – Adylio M. Vianna – José Barbosa – Glênio Martins – Emmanoel Waissmann – Clemens Sampaio – Ario Theodoro – Ivete Vargas – Abrahão Moura – Miguel Buffara – Milton Reis – Padre José de Souza Nobre – Ariosto M. Amado – Antonio Baby – Clodomir Leite – Jamil Amiden – A. Franco Montoro – José Richa – Roberto Saturnino – Ewaldo Pinto – Edson Garcia – Bernardo Bello – J. Fontes Torres – Teófilo de Andrade – Mário Covas – J. M. Dias Menezes – Hamilton Lacerda Nogueira – Celso Gabriel de Rezende Passos – Luiz Francisco – Paulo Ramos Coelho – Pedro Marão – Wilson Martins – Jairo Brum e Aquiles Diniz (141)

Observação: Incluído como membro da Comissão sDiretoraq Nacional e promovente do registro do M.D.B. o Deputado Laerte Ramos Vieira (Petição de fls. 100).

GABINETE EXECUTIVO NACIONAL

(Estatutos, art. 51, parágrafo único)

Presidente: Senador Oscar Passos;

Vice-Presidente: Deputados Oswaldo Lima Filho – Ulisses Guimarães e Franco Montoro;

Secretário-Geral Deputado José Martins Rodrigues;

Tesoureiro: Senador José Ermírio de Moraes;-

Vogais: Senadores Pedro Ludovico – Argemiro de Figueiredo e Barros de Carvalho e Deputado Antônio Ferreira de Oliveira Britto.

Observação: Incluída, como vogal a Deputada Ivete Vargas (petição de fls. 100).

ANEXO - 03

BASE PROGRAMÁTICA DA ARENA

2. *PROGRAMA DA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL* (ARENA)

APRESENTAÇÃO

A Aliança Renovadora Nacional, reunida em Convenção Nacional, realizada em 21 de setembro de 1975, em Brasília, tendo em vista que:

- a) é sob inspiração das diretrizes programáticas que se faz a atuação permanente dos partidos;
- b) a Carta de Princípios, aprovada em 23 de abril de 1972, contém as normas de seu pensamento político-doutrinário;
- c) há necessidade de que se estabeleçam objetivos de política partidária, com vistas à condução do processo de desenvolvimento nacional,

adota o seguinte Programa e conclama todo o Povo para unir-se em sua defesa e realização.

INTRODUÇÃO

Expressão política da Revolução de Março de 1964, que uniu os brasileiros em geral, contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa e da

ação radical das minorias ativistas, a ARENA é uma aliança de nosso povo, uma coligação de correntes de opinião, uma **aliança nacional**.

Fiel à inspiração do movimento cívico de 1964, que identificou civis, militares e eclesiásticos nas mesmas aspirações, essa aliança é decididamente democrática e, em conseqüência, antitotalitária.

Dado que a democracia está em permanente processo de mutação no mundo, a grande coligação, que se formou desde então, repudia o imobilismo, considera essencial à autenticidade da representação política e da gestão governamental o respeito aos princípios éticos, o que importa no repúdio a todas as formas de corrupção, além de buscar uma renovação constante.

Eis por que se chama

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)

e, devotadamente, empenha-se na luta pela construção de uma sociedade livre, justa, soberana e progressista.

Para edifica-la, a ARENA elege como grandes objetivos nacionais que orientam de modo permanente a sua ação partidária, visando à construção do Brasil grande-Nação:

- a realização da democracia representativa e sua modernização institucional;
- o desenvolvimento econômico e a transformação social, que propiciem a paz social;
- a soberania nacional;
- a integridade territorial; e.
- a integração nacional.

dentro de um quadro de segurança interna e externa e da busca da consecução do bem-comum.

O Programa da Aliança Renovadora é a síntese destes objetivos.

Ass.Petrônio Portella
Presidente

I –REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E SUA MODERNIZAÇÃO.

A Aliança renovadora Nacional considera objetivo fundamental a implementação da democracia representativa como regime político que se traduz pela vigência plena dos direitos públicos, subjetivos civis, políticos e fundamentais da pessoa humana, com assim pelas diferenciações estruturais – política, econômica, psicossocial e militar - adequadas realísticamente ao seu exercício. Para atingir esse objetivo propõe: a - estruturar o Estado de Direito que: - mantenha, em toda a sua plenitude, os direitos fundamentais do homem, protegendo a sua liberdade contra o medo, contra o pauperismo, contra a perseguição religiosa e contra a violação de sua vida íntima; - garantia a legitimidade da representação política[...]; - mantenha a sociedade política plural, em competição pacífica pelo Poder; - obrigue à rotatividade periódica dos mandatários, nos termos da Constituição; - propicie a formação permanente das lideranças; -garanta a prestação jurisdicional; - defenda e resguarde os ideais e a forma democrática de vida, repudiando a contestação das minorias ativistas[...]. b - aperfeiçoar o regime federativo mediante: - a autonomia dos Estados, cujos Governadores devem ser eleitos pelo voto direto; - a assistência aos Estados na superação das insuficiências e deficiências[...]; - a implementação efetiva do sistema nacional de planejamento[...]; - a otimização do desempenho nacional através de: (a) criação de um quarto nível de decisões: o das regiões metropolitanas e das microrregiões homogêneas; (b) estabelecimento de um Sistema Nacional de Planejamento[...]; (c) integração: integração: I – do planejamento em cinco níveis de Poder (federal, estadual, metropolitano, microrregional e municipal); II – dos recursos, alocando-se os meios ao nível de Poder mais capacitado à execução da medida. c - alcançar a eficiência, a eficácia e o rendimento da Justiça, através de: - atualização dos códigos e leis fundamentais, reforma do sistema Judiciário, considerando as implicações da Justiça na redução das tensões sociais, na preservação dos princípios éticos e na garantia dos desempenhos civis econômicos. d - melhor rendimento do processo legislativo, a fim de que possa atender às exigências do planejamento nacional[...]. e - a melhoria do funcionamento das organizações representativas de classes e comunidades, particularmente dos sindicatos, [...]; f - a garantia, ao trabalhador, do direito de greve, nos termos da Constituição.

II – PAZ SOCIAL - .DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. O desenvolvimento nacional deverá ser integrado, com ênfase no campo social e baseado em uma economia de mercado, dirigida para obtenção de altos e persistente índices de crescimento da produção, que viabilizem sua expansão acelerada, tendo sempre em vista disseminação do progresso por todas as classes sociais e áreas do País, mediante, inclusive, a criação de novos pólos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, cumpre realiza-lo através dos seguintes objetivos: **1. Manutenção do crescimento acelerado do produto interno bruto do País[...].** **2. Opção pela organização econômica de mercado,** em que a empresa de responsabilidade privada lidere o processo de crescimento[...]. **Deverão, assim, ser assegurada, à grande empresa nacional, vitalidade, dinamismo e condições de maior participação no desenvolvimento[...].** Lutará,

também, a ARENA pela adoção de **medidas de defesa do consumidor e de estruturação do mercado de consumo de massa**, aperfeiçoando, sob os imperativos de justiça social, os mecanismos de distribuição da produção. 3. Controle da inflação e de seus males, de modo a que se alcance **estabilidade relativa de preços**, através, principalmente: a) da eliminação das pressões inflacionárias e neutralização das provenientes do exterior[.]; b) do equilíbrio orçamentário e do controle da expansão dos meios de pagamentos[...] c) da redistribuição do ônus fiscal pela redução gradativa dos impostos indiretos, com características de regressividade e pela reformulação do Imposto de Renda em benefício das classes assalariadas. 4. **Correção dos desequilíbrios setoriais e regionais no processo de crescimento econômico**, mediante: a) a elevação do crescimento do setor primário, através de estratégia para o desenvolvimento da agricultura[...] reorganização fundiária, a expansão da fronteira agrícola e a redução do subemprego; b) o desenvolvimento do Nordeste e de outras regiões[.]; c) a ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia,[.]. 5. A elevação da eficiência dos investimentos, através de esforço de formação mais equilibrada, de capital setorial lê regionalmente. 6. Estabelecimento de padrões de qualidade e nível de serviços no atendimento aos consumidores, especificamente nas empresas concessionárias de serviços públicos estatais. 7. **Esforço de mobilização da capacidade de poupança interna**[.]. 8. A utilização do capital estrangeiro, subordinado sempre aos interesses da soberania e do desenvolvimento nacionais[.]. 9. **Expansão das exportações** em ritmo que viabilize o financiamento das importações de bens e de serviços necessários ao desenvolvimento[.]. 10. **Controle da dívida externa**[...].

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - Entendemos o desenvolvimento como um processo global participativo, no qual o crescimento do PNB só pode ser precisamente interpretado ao lado dos indicadores sociais que revelem em que proporção as populações urbana e rural participam dos seus frutos e em que termos melhora gradativamente a qualidade de vida do brasileiro, na busca incessante do bem-comum, a ARENA recusa-se a visualizar o desenvolvimento segundo os critérios meramente econômicos, mas antes, como um processo global que visa a promoção do homem, o aproveitamento racional da terra e o crescente aprimoramento das instituições. Com esse propósito, a ARENA, no campo social, lutará pela valorização do homem[.]. Para tal, objetivará a redução da pobreza, dos desníveis regionais, melhoria dos mecanismos de redistribuição de renda[.]. Propõe a ARENA, pois, coerentemente, a lutar pela conquista, ou pelo aprimoramento dos princípios e objetivos a seguir definidos. **I - No Campo da Saúde** - O princípio básico a ser adotado é o da extensão da assistência médico-sanitária regular a toda população, com, o direito fundamental, devendo, assim, lutar-se: 1 - Pela definição de um sistema nacional de saúde[...]; 2 - Pelo estabelecimento de um Plano Nacional de Saúde, com vistas à erradicação[...]; 3 - Pela execução de amplo elenco de programas e projetos de alimentação e nutrição, voltado para as populações de baixa renda, de modo especial para as gestantes e nutrízes, as crianças de 0 a 6 anos e a população escolar do ensino do primeiro grau. **II - No Campo da Educação** - Serão defendidos, em especial, os seguintes **PRINCÍPIOS**: 1 - Concepção da educação como processo global

de desenvolvimento da pessoa, cujo fim está na sua realização integral, individual e social; 2 - Plena realização vocacional e humana do indivíduo[.]; 3 - Democratização da educação, que deve ser oferecida a todos[.]; 4 - Concepção da escola como entidade aberta flexível, capas de renovação criativa[.]; 5 - Acelerar a revolução do sistema educacional, com a preocupação renovada na qualidade do ensino[.] 6 - Planejamento integrado da educação para o desenvolvimento; 7 - Amparo ao estudante carente de recursos financeiros; 8 - Participação do estudante, enquanto sujeito, e não mero objeto, dos sistemas educacionais[.]. Serão perseguidos os seguintes **OBJETIVOS**. 1 - Expansão dos seus mecanismos de ingresso; 2 - Universalização e gratuidade do ensino de 1º, na faixa dos 7 aos 14 anos; 3 - Incrementar a expansão no sentido de profissionalização do ensino de 2º grau; 4 - Aumento das matrículas no ensino de 2º grau e no ensino superior, compatível com as exigências do desenvolvimento e de modificação do perfil educacional da população; 5 - Erradicação integrada e da qualificação profissional; 6 - Utilização de todos os recursos da comunidade para efetiva educação permanente; 7 - O desenvolvimento da Universidade brasileira como centro de pesquisa e de criação e difusão das ciências, letras e artes e de formação da consciência e da cultura nacionais; 8 - Implantação de um sistema nacional de financiamento da educação; 10 - Atenção particular deve ser dada aos custos da educação nacional. **III - No Campo do Trabalho** - No Brasil há um acréscimo anual de mais de 2 milhões de jovens, que atingem a idade de 18 anos e pressionam o mercado de trabalho. Paralelamente, o subemprego disfarçado ou ostensivo é um grave problema de ordem social, não menos importante que o ainda vultuoso contingente de braços remunerados à base do salário mínimo, tudo agravado pelas migrações internas, que vão sempre mais esvaziando os campos e concentrando populações marginais nas grandes cidades. Para fazer face a esse enorme desafio, a ARENA propugna por uma política de emprego, racional, e por uma política salarial justa. 1. Política de emprego - (1) Crescimento do emprego superior ao da oferta da mão-de-obra.[...]. (2) Manutenção do esforço em busca de oferecimento de oportunidades de trabalho[.]. (3) Alargamento da proteção ao trabalho a todas as áreas e camadas da população, abrangendo o campo e a cidade. (4) Implementação de uma rede de agências públicas de colocação e de treinamento da mão-de-obra[.]. (5) Institucionalização do seguro contra desemprego. 2. Política Salarial - O desenvolvimento só é saudável quando estiver a serviço da valorização do homem. Ao lado da formação da mão-de-obra, capaz de qualificar os novos ingressos na força de trabalho e aperfeiçoar a população economicamente ativa[.]. Entende o Partido por uma política salarial justa aquela que, além de restaurar o poder aquisitivo decorrente da inflação residual e resguardá-lo de novas perdas futuras[...]. A ARENA sustenta ser imprescindível: (1) a reforma estrutural da empresa brasileira, de sorte à nela integrar-se o trabalhador, fazendo-o participar de seus lucros e excepcionalmente na sua gestão[.]; (2) a remuneração do trabalhador de salário mínimo como um instrumento e meio fundamental da sua promoção humana; (3) manter o esforço em busca da Justiça Social, em termos de uma redistribuição de renda nacional que, sem paternalismo, promova os mecanismo indiretos de remuneração e

formação de poupança[...]; (4) fortalecer a estrutura sindical legítima, com lideranças autenticamente democráticas{...}. **IV - No Campo da Habitação** –

1. Manutenção de esforço permanente no setor, com vista a atingir metas crescentes, ajustando-se cada vez mais a oferta habitacional com poder aquisitivo das classes sociais, que deve ser sempre ascendente especialmente dos trabalhadores; 2. Adoção da Política Habitacional de aperfeiçoamento nos programas habitacionais para o extrato da população de baixa renda,[..]; 3. Flexibilização das normas e critérios que regulam o Plano Nacional de Saneamento,[...]; 4. Instituição de programas oficiais de habitação, para aluguel, proporcionando condições favoráveis à participação privada. **V - No Campo da Previdência Social** –

1. Preservação da política previdenciária, de atendimento progressivo a todas as categorias de trabalhadores, visando a universalização[...];

2. Desenvolver a seguridade social ao lado da segurança social[...]. **VI - No Campo da Assistência social** –

1. Ampliação da área de abrangência dos programas assistenciais de pessoas idosas desprovidas de renda e de excepcionais;

2. Formulação de um programa assistencial para solucionar o problema do menor abandonado[...]; 3. Melhoria através de reforma do Sistema Penitenciário Nacional;

4. Política de valorização do servidor público em todos os seus níveis.

VII - No Campo da Comunicação social – Manutenção do esforço de comunicação social com a finalidade de: a) criar uma consciência nacional em torno dos objetivos, programas e ações do País; b) fortalecer o espírito cívico as camadas da população; c) difundir os elementos culturais brasileiros, para consolidá-los e favorecer a integração social e nacional.

III - SOBERANIA NACIONAL – A Soberania, entende-a o Partido, como uma prerrogativa inalienável e intransferível do Estado, que lhe assegura o direito de governar a comunidade, sem dependência de qualquer natureza. A Soberania é exercida quer no plano interno, como no externo. Para atingir esse objetivo, cumpre ao Partido propugnar para: 1. Manter, no plano interno, a segurança e a ordem indispensáveis ao exercício da soberania em sua dimensão interna, traduzida pela organização e direção da comunidade, segundo critério próprio; 2. Assegurar às Forças Armadas, como instituições essenciais à execução da política de segurança nacional[...]; 3. Garantir a afirmação da soberania nacional para plena utilização de nossos recursos naturais e humanos e a realização das aspirações da nacionalidade brasileira,[...]; 4. Afirmar o respeito à soberania dos povos e à não intervenção por um Estado em assuntos internos de outro,[...]; 5. Desenvolver política pragmática, ecumênica e flexível, consciente dos deveres da Nação para com o progresso da humanidade e a paz mundial,[...]; 6. Propiciar a efetiva participação do Brasil no sistema democrático do estilo ocidental[...]; 7. Prosseguir na ação diplomática eficiente e efetiva de modo a impedir o congelamento do poder mundial em reduzido e hermético grupo de nações; 8. Incluir nas fronteiras políticas, econômicas e sócio-culturais as áreas de interesse do desenvolvimento e segurança nacionais; 9. Manutenção intransigente: a) do direito de ocupação de todo o território nacional; b) de uma política de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de matérias-primas adequada aos interesses nacionais; c) de formas racionais de exploração de recursos naturais,

especialmente da Amazônia e dos rios onde ocorre soberania sucessiva. 10. Ação diplomática para corrigir e evitar deformações da imagem do País no exterior.

IV - INTEGRIDADE TERRITORIAL - É da essência do desenvolvimento histórico do Brasil o recurso às arbitragens internacionais, para dirimir questões de fronteiras. Coerente com essa formação, o Brasil é uma Nação satisfeita consigo mesma e que abomina as guerras, especialmente as de conquista. A ARENA, sensível a esse traço característico das raízes brasileiras, defende a preservação do território nacional, sem qualquer preocupação expansionista, no sentido de manter as suas fronteiras o que não conflita com os justos anseios de co-participação, com outras nações soberanas, em projetos comuns. Nesse sentido, a ARENA é favorável a: 1. Forças Armadas integradas, modernizadas e harmônicas com a prática democrática; 2. Ampliar o esforço em pesquisa científica e tecnológico no que se refere à administração nacional e às Forças Armadas visando à elevação da produtividade e renovação de métodos; 3. Prosseguir no esforço de ocupação sistemática de áreas do território nacional ainda não integradas, na exploração de seus recursos naturais, especialmente da Amazônia e dos rios onde ocorre soberania sucessiva; 4. Implementar uma infraestrutura psicossocial nas áreas de fronteiras; 5. Co-participar das pesquisas científicas na Antártica, em plena e soberana harmonia com as diversas nações que lá encontram. E, em especial, no Campo Militar: 1. Manutenção de instituições e instrumentos de segurança em harmonia com o desenvolvimento nacional nos outros campos, visando enfrentar com êxito possíveis antagonismos internos e externos; 2. Estabelecimento de 4 padrões profissionais, quadros efetivos e remuneração capazes de estimular a carreira militar nas três armas: Marinha, Exército e Aeronáutica, bem assim das forças auxiliares. 3. Promoção recíproca de respeito e confiança entre as Forças armadas e o meio civil; 4. Reequipamento e modernização das Forças Armadas, especialmente através de: a) desenvolvimento coordenação da pesquisa científico-tecnológica[...]; b) estímulo à indústria naval nacional; c) estímulo à indústria bélica nacional; d) estímulo à indústria aeroespacial nacional.

V - INTEGRAÇÃO NACIONAL - Proclama a ARENA a importância vital, para o Brasil, de alcançar estágios mais amplos de integração social e econômica, consolidando integridade da comunidade nacional (língua, costumes, ascensão moral, miscigenação e supressão de desníveis sociais e regionais) , mediante sólido sentimento de solidariedade entre os brasileiros, desprovidos de preconceitos de quaisquer naturezas e uma participação consciente e efetiva de todos e de cada um na preservação dos valores que caracterizam a nossa paisagem cultural. Visando à consecução dessa aspiração, o Partido adota os seguintes **OBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL**: 1 - Compatibilização do crescimento global da economia, com a correção progressiva das desigualdades entre as pessoas ou entre regiões, no tocante à riqueza e ao progresso, particularmente no caso do Nordeste; 2 - Redução do desnível entre a

agricultura e a indústria; 3 - Igualdade de oportunidade para todos os brasileiros; 4 - Ocupação produtiva do grande espaço interior, na Amazônia e no Centro-Oeste; 5 - Estímulo ao desenvolvimento das sub-regiões que apresentam escasso dinamismo econômico[...]; 6 - Constante aperfeiçoamento, em todos os ramos e níveis da organização escolar, do ensino e do uso da língua nacional[...]; 7 - Redivisão territorial, como forma de dinamização da administração governamental e aceleração do desenvolvimento; 8 - Política populacional não dirigida, considerando-se o planejamento familiar como assunto de foro íntimo[...]; 9 - Reforma agrária, visando não só ao melhor rendimento da agricultura como, também, a que o direito à propriedade prevaleça sobre o direito de propriedade; 10 - Justiça distributiva de bens e renda

I - Desenvolvimento do Nordeste - Particularmente no caso do Nordeste, a redução das desigualdades de níveis de renda entre a região e o resto do País, a progressiva eliminação da pobreza, a melhoria do bem-estar, no meio urbano e no campo, e a participação ativa no processo de integração nacional e de transformação social devem ser os principais objetivos da política de desenvolvimento regional. Nesse contexto, cabe destacar: 1 - A ênfase na industrialização, fundamentada na base industrial já existente, tendo em vista complementá-la, torna-la competitiva[...]; 2 - A ampliação e aperfeiçoamento dos incentivos fiscais e do apoio financeiro oficial[...]; 3 - O esforço de modernização da agropecuária, através de grandes programas de irrigação, do desenvolvimento da agricultura seca,[...]; 4 - Amplo programa de racionalização da agroindústria do açúcar, com a aplicação, na região, dos recursos gerados pelo confisco cambial,[...]; 5 - Desenvolvimento social, através de grandes programas de valorização dos recursos humanos regionais[...]; 6 - Incentivar o aproveitamento do Nordeste, em fase de sua privilegiada posição geográfica no Brasil e no mundo[...];

II - Ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste - No caso da Amazônia, a política de desenvolvimento regional deverá permitir que se consolide, irreversivelmente, o processo de sua integração nacional. A estratégia par o grande esforço brasileiro de ocupação amazônica considera: a) a dimensão continental do espaço amazônico e o atual conhecimento das grandes potencialidades de desenvolvimento[...]; b) a complementariedade inter-regional da dotação de fatores produtivos, existentes entre a Amazônia e o Nordeste[...]; c) a preservação do patrimônio natural da Amazônia, através de processo de colonização que o resguarde da devastação e do caráter predatório da ocupação desordenada. No Centro-Oeste, dever-se-á perseguir a consolidação do processo de sua ocupação produtiva, inclusive pela capitalização dos efeitos decorrentes de sua contigüidade com o Sul-Sudeste e do desenvolvimento de Brasília.

III - Reforma Agrária - A Aliança Renovadora Nacional considera que a reforma agrária deve ser procedida, com determinação, sempre que a estrutura fundiária, de par com a densidade demográfica e outros fatores relevantes, constitua obstáculo ao desenvolvimento da agropecuária e do bem-estar social no meio rural. Nesse sentido, apóia: 1. **O desmembramento de latifúndios improdutivos** e sua distribuição a lavradores sem terra; 2. **O remembramento de minifúndios** e o estímulo às formas cooperativas de organização rural; 3. **O fortalecimento das pequenas, média e grande empresas rurais**, atento para

suas responsabilidades sociais; **4. A extensão do crédito agropecuário aos agricultores sem terra**, mediante o estabelecimento de estatuto do arrendamento e do seguro de crédito; **5. Política de colonização orientada pelo múltiplo objetivo da ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia**, da orientação das migrações e do desenvolvimento social, e que combine programas de assentamento de colonos e pequenos produtores com a média e grande empresas rurais.

IV - Desenvolvimento Urbano - A importância do fenômeno urbano e a decisão brasileira de conduzir o desenvolvimento, de modo integrado e equilibrado, determinam a formulação de política urbana que reflita, especialmente, a estratégia global de crescimento e transformação social. Nesse sentido, a política nacional de desenvolvimento urbano deverá orientar-se para:

- 1. Promover melhor estruturação do sistema urbano**, com objetivo de maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e de elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida. Para isso, deve-se: a) definir, em sentido geral, a estrutura urbana que se deseja alcançar, nacionalmente, numa concepção integrada com programas de desenvolvimento nacional e regionais; b) Identificar as funções que devem ser cumpridas pelas metrópoles nacionais e as que devem ser desempenhadas pelas metrópoles regionais[...]; c) definir pólos secundários imprescindíveis a uma política de descentralização, de âmbito nacional ou regional[...]; d) planejar estruturas administrativas e as configurações físico-urbanísticas em consonância com as funções políticas[...]; e) conferir atenção especial à solução dos grandes problemas urbanos de saneamento, habitação, transporte de massa, segurança, lazer, etc.;
- 2. O estabelecimento de regiões metropolitanas brasileiras** e dos mecanismos institucionais decorrentes, de acordo com a ideologia do federalismo brasileiro, [...];
- 3. O desenvolvimento social urbano**, voltado para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida nas cidades, valorizando a animação de comunidades e usando em seu favor a capacidade solidária do povo brasileiro,[...].

V - Defesa do Meio Ambiente -

1. - Estabelecimento de uma política nacional de prevenção e controle da poluição ambiental, incluindo a reabilitação de áreas atingidas pelo problema.
2. Ampliação das áreas reservadas a se destinarem a parques e reservas naturais, onde convier.
3. Apoio à defesa de nosso patrimônio natural.
4. Incentivo à indústria que demonstrar estar tratando devidamente os efluentes das fábricas, de modo a tornar mínima a poluição ambiental.
5. Levar em consideração os aspectos ecológicos nos planos e programas governamentais.

VI - Energia - Pela importância que a política energética assume para com o desenvolvimento, particularmente diante da crise mundial de petróleo, a ARENA considera que a política nacional de energia deve orientar-se no sentido de reduzir gradualmente a nossa dependência das fontes externas de suprimento, dentro da seguinte orientação:

1. ênfase no programa de pesquisa, refino e lavra de petróleo, sob forma, a única compatível com o interesse nacional de monopólio estatal;
2. emprego intensivo da energia hidrelétrica, com base no grande potencial disponível;
3. ampliação do esforço de pesquisa e aproveitamento do xisto, carvão, álcool anidro e de fontes não convencionais de energia(hidrogênio, energia solar);
4. programa nuclear complementar e que vise a permitir absorção, pelo País, de tecnologia nuclear e suas aplicações, bem como a produção de

minerais energéticos nucleares; 5. política de eliminação de desperdício de consumo de energia. **VII - Ciência e Tecnologia** - 1. Busca de melhoria da eficácia das decisões, através da introdução de novas técnicas gerenciais, a se obter pela aplicação de princípios de análise de sistemas que envolve o estabelecimento orgânico em qualquer nível de: a) objetivos e metas; b) cursos alternativos de ação; c) modelos de análises; d) padrões de desempenho. 2. Liderança governamental para a integração dos complexos educacional, científico e tecnológico ao complexo industrial [...]. 3. Atenuação do hiato tecnológico e gerencial que separa o Brasil dos países de gerência e tecnologia de ponta[...], adoção de plano que objetive: a) o desenvolvimento de novas tecnologias e novas técnicas gerenciais; b) o fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologias e técnicas de administração pela empresa nacional, pública e privada; c) a consolidação da infra-estrutura de pesquisa científica, tecnológica e gerencial, principalmente na área governamental; d) a consolidação do sistema de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de capacitação gerencial. 4. Atenuação do hiato tecnológico e gerencial que separa as regiões e os setores e subsetores da atividade nacional, com vistas a obter desempenhos mais significativos tanto na administração pública quanto da economia. 5. Fortalecimento dos programas de assistência técnica e financeira às pequenas e médias empresas, com vista a obter: a) inserção dos pequenos negócios na estratégia de crescimento; b) difusão e diversificação dos pequenos negócios e simultânea criação de um sistema de ciência e tecnologia voltado para a inovação deste empreendimentos; c) desenvolvimento da capacidade empresarial e criação de novas oportunidades de emprego. 6. Implantação e implementação de medidas que objetivem a criação, expansão e o fortalecimento de um setor quaternário, sólido e eficaz, lastreado em bases empresariais[...]. 7. Promover uma política de preparação e remuneração atrativa de cientistas e técnicos, de sorte a estimular o retorno dos que se encontram no exterior e evitar o êxodo desses recursos humanos de alta qualificação. **VIII - Papel da Empresa Nacional** - Considera a ARENA que a opção brasileira pelo regime de mercado é conquista importante e permanente do modelo econômico adotado pelo País, que se vem afirmando viável, eficiente e dinâmico. Convém, no entanto, explicitar, claramente, as funções a serem exercidas, seja pela atividade empresarial do Governo, seja pela iniciativa privada nacional e estrangeira: 1. **Ao setor público**, além de suas funções próprias deve caber atuação direta **preponderante** nos campos da infra-estrutura, energia, transporte, comunicações, saneamento e habitação, na valorização dos recursos humanos (desenvolvimento social: educação, saúde, nutrição, previdência e assistência social), nos setores que envolvam segurança e nas áreas nas quais a iniciativa privada se mostre impotente ou desinteressada. 2. **À iniciativa privada**, devem ser reservadas, como áreas de atuação preponderante, os setores diretamente produtivos: indústrias de transformação e da construção civil, agropecuária, comércio, seguros, intermediação financeira, etc. Dever-se-á, de outra parte, orientar o desenvolvimento das atividades produtivas, de responsabilidade do setor privado, no sentido de: 1. **Fomentar a expansão e o fortalecimento da grande empresa nacional**; 2. **Apoio as pequenas e médias empresas nacionais**, inclusive pela

execução de ampla política governamental; **3. Formular vigorosa política que evite a desnacionalização da empresa nacional;** **4. Manter a política com relação às empresas multinacionais e ao capital estrangeiro,** subordinando-lhes a atuação ao interesse nacional e ao desenvolvimento do País[...]. **IX - Informática** - 1. Estímulo à empresa nacional de processamento de dados, notadamente aos centros de serviços e núcleos de desenvolvimento de **software**. 2. Estímulo à indústria nacional de computadores. 3. Desenvolvimento de um Plano Nacional de Centrais de Informações, visando a racionalizar a geração e o fluxo de informações, eliminando o desperdício de recursos causados pela duplicação e subutilização de computadores. 4. Criar condições para que a informática seja utilizada de forma eficiente e eficaz, notadamente no teleprocessamento.

Ob:Aprovado pela IV Convenção realizada em Brasília no dia 23 de abril de 1972, e registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução nº 9.240, de 6 de julho de 1972, publicada no “Diário da Justiça” de 18/07/1972.

ANEXO 04

1. PROGRAMA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

(MDB)

Com o propósito de definir claramente os objetivos de sua ação política, o Movimento Democrático Brasileiro, na sua V Convenção Nacional, realizada nesta Capital no dia 23 de abril, aprova o seguinte programa e convoca todos os setores da população brasileira para participar da luta pela sua realização.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Todo o programa de atuação do Partido inspira-se nos seguintes princípios, que definem a filosofia do Movimento Democrático Brasileiro.

1 – Primado da Pessoa Humana – O valor básico da vida social e política é a pessoa humana, e, portanto, em nossa realidade histórica é a população brasileira. O povo é sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições e medidas econômicas, sociais e políticas. Não pode por isso ser desconsiderado como mero “objeto”, “coisa”, ou “instrumento” da economia do Governo, do Estado, do Partido ou do processo histórico. É o homem, e cada homem de qualquer condição ou estado, tem direito de ser considerado e respeitado em sua dignidade de pessoa, na forma da Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada pelo Brasil e pelas Nações democráticas em 1948. É esse também, o sentido do princípio afirmado no artigo 1º da Constituição Brasileira: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido (Artigo 1º § 1º).”

2 – Direito de Participação – Não basta reconhecer aos membros da comunidade o direito de receber os benefícios sociais. Na medida em que queira respeitar a dignidade pessoal de cada homem, é preciso reconhecer e assegurar seu direito de participar ativamente na solução dos problemas que lhe dizem respeito. Nesse sentido a substituição do “paternalismo”, pela “participação”, é um imperativo da moderna política social. Como disse João XXIII “quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa, esse sistema é injusto, ainda mesmo que a produção atinja altos níveis e seja distribuída conforme as normas da justiça e da equidade”. (Mater et Magistra, nº80.).

3 – Importância das Comunidades de Base – O homem real não é um indivíduo isolado. Normalmente os homens só participam da vida social através das comunidades em que atuam: família, escola, bairro, empresa, município, igreja, sindicato, cooperativa, etc. É dentro dessas comunidades reais que o

homem vive e se desenvolve. Nas comunidades ele atua. É através das mesmas que ele pode participar da vida nacional. Por isso, é necessário que o Poder Público reconheça os direitos e a importância dessas comunidades e lhes dê o necessário apoio ao desempenho de suas atividades.

A essa visão orgânica, pluralista e democrática da vida nacional opõe-se o estatismo centralizado e autoritário, que concentra todos os poderes nos órgãos superiores do Estado e desconhece, absorve ou despreza a autonomia das comunidades menores, com graves prejuízos para o bem comum. Dentro de um elevado critério de interesse nacional, respeitar, apoiar e ouvir essas comunidades é dever do Poder Público.

Dentre as comunidades de base, ocupa lugar destacado a família. Na família, mais do que em qualquer outra instituição, os homens têm respeitada sua dignidade pessoal. Na família ninguém é número, ficha ou mercadoria. Todos participam humanamente dos problemas, das aflições e das alegrias da vida coletiva. E a solidariedade é vínculo natural que aproxima pais, filhos e irmãos. A família é, também normal em que se desenvolve a personalidade, e se formam homens e não autômatos. Contra a tendência mecanicista e tecnocrática de reduzir os homens a funções, a família é o grande reduto da presença humana e a escola do verdadeiro humanismo.

4 – Estado Democrático – O Estado, como detentor do Poder Público, não se justifica pela força de que se acha investido, mas por sua origem na vontade popular. Democracia ao é apenas governo para o povo, mas também é essencialmente governo pelo povo, através de eleições livres. Esse princípio está definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, nos termos seguinte: “A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal”. Em um Estado democrático essa participação do povo no governo se estende a todos os setores da vida social, pela consulta e respeito às manifestações dos respectivos organismos representativos, como confederação e associações de empregados e empregadores, profissionais liberais, municípios, bairros, família, juventude, igreja e demais setores da comunidade nacional.

5 – Responsável pelo Bem Comum – Ao Estado cabe a missão de dirigir o esforço de toda a sociedade para o bem comum, promovendo a prosperidade, o bem-estar e a segurança de todo o povo. Sua função, em regra, não é a de substituir-se aos demais organismos sociais, mas orientá-los para os objetivos nacionais. Para isso impõe-se fundamentalmente a atuação harmônica e independente dos Três Poderes: Parlamento permanente e soberano, Executivo com autoridade responsável e administração planejada e Judiciário com garantia de meios e intangibilidade.

6 – Efetivo Desenvolvimento Brasileiro – Desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico. O simples aumento da produção pode levar à riqueza excessiva de alguns e manter, ou até agravar, a miséria de muitos. Como diz o economista Dudley Seers, Presidente da Sociedade para o Desenvolvimento

Internacional: “No que diz respeito ao desenvolvimento, as perguntas a serem feitas são as seguintes: Que está ocorrendo com a pobreza? Com o desemprego? Com as desigualdades? Se os três tiverem sofrido uma queda sensível, então estará fora de dúvida que houve um período de desenvolvimento econômico no país em questão. Se um ou dois desses problemas básicos tiverem se agravado, ou se especialmente, todos os três tiverem se agravado, seria estranho chamar o resultado de desenvolvimento, ainda que a renda **per capita** tivesse aumentado. Um plano, que não tivesse por metas a redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade, muito dificilmente poderia ser denominado de plano de desenvolvimento”.

Fundado nesses princípios, o Movimento Democrático Brasileiro formula o seguinte Programa de Ação no plano político, econômico e social, que será anualmente revisto e atualizado pelo Diretório Nacional, em reunião especialmente dedicada à avaliação do trabalho realizado e dos resultados obtidos no ano anterior.

PROGRAMA DE AÇÃO NO PLANO POLÍTICO

I – Implantação da normalidade democrática e a conseqüente condenação: de todos os tipos de ditadura; da institucionalização de regimes de exceção; do continuísmo.

II – Defesa do regime representativo, plenamente assegurado através: do sufrágio universal, direto e secreto para todos os cargos eletivos, notadamente, o Presidente da República, Governadores de Estado, Prefeitos das Capitais e das Estâncias hidrominerais e climáticas; garantia do exercício do direito de voto, através de cédula oficial, a todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive os analfabetos.

III - Parlamento permanente e independente, recuperadas as garantias efetivas ao exercício dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, cuja perda só poderá ser decretada pelo Poder competente, na forma e nos casos previstos em lei.

IV – Intransigibilidade do Poder Judiciário: indemissibilidade, inamovibilidade, remuneração condigna e irredutibilidade de vencimentos dos seus membros; condenação dos Tribunais de exceção; restauração da competência da Justiça Comum para o julgamento de civis, salvo os casos de crimes contra a segurança do País; amplas e efetivas ao Direito de Defesa; controle legal da repressão policial, mesmo nos casos de alegado interesse da segurança nacional; restauração, em toda plenitude, do “Habeas Corpus”; condenação dos abusos da polícia, caracterizados pelas prisões indiscriminadas, incomunicabilidades ilegais e da prática de torturas físicas e morais.

V – Política de respeito e defesa das prerrogativas e garantias da pessoa humana e condenação de todos os atentados às liberdades democráticas,

notadamente: à liberdade de imprensa; à liberdade de crença, de culto, de associação, de reunião, de ideologia política e de manifestação do pensamento;

VI – O Movimento Democrático Brasileiro prosseguirá na sua luta: pela revogação do AI-5; pela libertação do homem do medo e da necessidade; pela revogação do Decreto-lei nº 477, que submete a mocidade estudantil e seus professores a permanente regime de intimidação; revisão das Leis de Imprensa e de Segurança, para escoima-las de suas normas draconianas e a extinção das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento; anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbítrio, praticados a partir de 1º de abril de 1964.

VII – Liberdade de organização partidária.

VIII – Reestruturação do princípio Federativo para ampliar e fortalecer as autonomias dos Estados e Municípios.

PROGRAMA DE AÇÃO NO CAMPO ECONOMICO-SOCIAL

No campo econômico-social, o objetivo fundamental do MDB é, e será sempre, o de engrandecimento da Nação, pelo fortalecimento das atividades produtivas, a elevação social das massas e o pleno aproveitamento, em favor do homem brasileiro, das enormes potencialidades naturais do País.

A defesa da moeda nacional [...]. A correção dos desníveis e desequilíbrios, setoriais e regionais[...]. A redenção do homem e da economia rural[...]. A distribuição social eqüitativa da renda gerada[...]. O fortalecimento dos índices de higidez e sanidade pública[...]. O desenvolvimento das comunicações[...]. A soberania nacional e a afirmação da nacionalidade[...]. A educação é para o MDB uma cruzada nacional, em todos os seus ciclos[...]. O MDB professa como plataforma o nacionalismo econômico que concede ao empresário e ao trabalhador brasileiro a prerrogativa de vantagens e prioridades de exploração dos recursos do País[...].

No campo das relações de trabalho e produção, o Partido defende: a repulsa à exploração do trabalho pelo capital; a integração entre ação do Estado e livre iniciativa; a atuação empresarial do Estado como forma supletiva da iniciativa privada e sempre os interesses e as prerrogativas nacionais exigirem; o combate à concentração e ao abuso do poder econômico em qualquer de suas formas.

A condução do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil impõe, por suas realidade, ao MDB, a mobilização das elites nacionais, dos trabalhadores e da juventude, como agentes indispensáveis à tarefa de composição das forças vivas do País e à inspiração do esforço coletivo que o progresso requer. Do mesmo modo, o MDB defende a mais íntima cooperação entre os Poderes Federais, Estaduais e Municipais, respeitados os princípios da federação e da autonomia municipal.

Com base nessa fundamentação, o Partido adota o seguinte programa de ação:

I – Preservação do valor da moeda nacional. São pontos básicos deste objetivo: revisão da política tributária; revisão das práticas e da estrutura do sistema financeiro; correção do excessivo endividamento externo; revisão e aperfeiçoamento do sistema de incentivos fiscais, regionais, setoriais e financeiros; remodelação dos mecanismos de fomento da poupança interna e sua reorientação para inversões reprodutivas da renda real.

II – Racionalização da política de desenvolvimento econômico através da correção dos desequilíbrios, o aumento global e setorial dos índices de eficiência, a integração dos investimentos e a evolução racional dos setores primário, secundário, terciário e do da infra-estrutura econômica. São pontos básicos deste objetivo: a coordenação financeira entre União, Estados e Municípios; o aprimoramento da programação disciplinadora das inversões de fomento do setor público e do setor privado; o planejamento setorial das inversões e do uso de fatores de produção, mediante estreita colaboração entre Estado e classes empresariais; a disciplina do ingresso de poupança externas, de risco ou de empréstimo[...].

III – Elevação do padrão de vida das massas, através de melhores níveis de salários reais, maior disponibilidade de bens fundamentais à subsistência e mais justa distribuição da renda gerada coletivamente. São pontos básicos deste objetivo: modificação e aperfeiçoamento dos sistemas de reajustamento periódico de salários; aperfeiçoamento dos indicadores sobre elevação do custo de vida; modernização dos sistemas de distribuição comercial do País; redução da carga tributária e dos ônus financeiros que pesam sobre a produção e distribuição de bens e serviços; revisão da política de tarifas dos serviços públicos; modulação dos impostos indiretos e maior equidade na incidência do imposto direto;

IV – Reforma agrária, como fator básico para o desenvolvimento econômico integrado e a justiça social do País, que deve ser executada em mais delonga, fundamentada nas seguintes diretrizes: definição das áreas prioritárias[...]; o cooperativismo e a propriedade social serão formas preferenciais[...]; extinção do latifúndio e do minifúndio[...]; assistência social, técnica e creditícia; modernização da lavoura com: [...]; extensão da rede de estabelecimentos de agronomia [...]; rede de silos e armazéns [...]; estímulo à industrialização dos produtos agrícolas;

V – Política social de valorização do trabalho como fonte geradora da riqueza nacional. São pontos básicos deste objetivo: direito de sindicalização e autonomia dos sindicatos; estabilidade e condições para o exercício da profissão; humanização do Plano Nacional de Habitação; salário-mínimo efetivamente adequado ao custo de vida; combate ao achatamento salarial [...]; ampliação e efetivação do seguro-desemprego; revisão de tempo de serviço exigido para a aposentadoria, notadamente d mulher; participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; cursos de capacitação profissional; reformulação da legislação sobre o direito de greve e seguro de acidente do trabalho.

VI – Reformulação das bases e da execução da previdência social. São pontos básicos deste objetivo: eficiente assistência médico-hospitalar e odontológica;

atualização do valor das pensões e dos benefícios concedidos pela previdência social; extensão dos direitos previdenciários para as categorias de trabalhadores ainda não beneficiados pela previdência social.

VII – Fortalecimento do empresário nacional e capacitação técnica do trabalhador. São pontos básicos deste objetivo: ampliação e aperfeiçoamento do amparo financeiro às empresas nacionais; proteção racional e equilibrada à produção interna; disciplina para associação, com o empresariado nacional, do capital de risco que ingresse no País; prioridade para a empresa nacional[...]; modernização da assistência financeira para o capital de giro [...]; desenvolvimento de sistemas de habilitação profissional intensiva para o trabalhador ocupado.

VIII – Revolução nos sistemas educacionais e ampliação da rede de ensino e de alfabetização, visando a acelerar a formação intelectual do homem brasileiro e desenvolver suas aptidões e potencialidades. São pontos básicos deste objetivo: impulso às campanhas nacionais de alfabetização; efetivação da gratuidade no ensino básico; expansão e modernização do ensino superior; ampliação do ensino técnico-profissional; incentivo à pós-graduação; desenvolvimento da formação técnico-científica e da infra-estrutura de ciência e tecnologia; liberdade de cátedra e autonomia das universidades; incentivo às organizações estudantis e eliminação das restrições ao seu livre funcionamento.

IX – Melhoria dos padrões de higiene e saúde pública. São pontos básicos deste objetivo: erradicação de endemias; saneamento e abastecimento de água proporcionados a todas as populações nacionais; controle de preço dos medicamentos e distribuição estatal dos de uso generalizado; elaboração de um programa nacional de assistência médica e hospitalar [...]; interiorização da assistência médica e odontológica; desenvolvimento de uma rede de postos de saúde em todo o país;

X – Política racional de urbanização. São pontos básicos deste objetivo: disciplina nos projetos de urbanização; erradicação de favelas e mocambos; defesa da natureza e combate à poluição do meio-ambiente; dispersão das áreas de concentração populacional; estímulo à racionalização da construção civil para ampliar as oportunidades de casa própria; rigorosa fiscalização no planejamento e na execução das obras públicas.

XI - Revisão da estrutura administrativa do setor público para aumento de eficiência da máquina estatal, redução de custos e contenção de gastos de manutenção. São pontos básicos deste objetivo: remodelação do sistema de órgãos e redefinição de atribuições legais e funcionais; aperfeiçoamento do elemento humano; revisão de práticas administrativas e funcionais; atualização da legislação relativa aos servidores; contagem de tempo de trabalho prestado em empresa privada e no serviço público, para fins de aposentadoria; revisão da estrutura ministerial para adequação às exigências do desenvolvimento econômico do País.

XII – Estabelecimento de definições claras para a política externa, na linha da independência, da afirmação e da segurança nacional. São pontos básicos deste objetivo: defesa intransigente da autodeterminação e não intervenção; condenação do emprego de armas nucleares; rigorosa aplicação de medidas que visem a impedir transferência de recursos nacionais para o estrangeiro [...]; defesa da

soberania nacional através da luta contra qualquer tipo de imperialismo [...]; preservação da integridade nacional [...]; fortalecimento dos entendimentos para acelerar a integração da América Latina; defesa dos preços de nossos produtos primários [...]; igualdade de direitos entre as nações [...]; condenação, na América Latina, de organismos militares supranacionais [...]; solidariedade aos povos subdesenvolvidos na luta contra o colonialismo; condenação a todas formas de discriminação, notadamente a racial e a religiosa; estímulos racionais ao aumento progressivo das exportações e à abertura de mercados.

XIII – Revisão integral da política de desenvolvimento do Nordeste e a racionalização da ocupação gradual do subcontinente amazônico, como formas de afirmação da consciência nacional e do domínio político do território brasileiro. São pontos básicos deste objetivo; reformulação dos instrumentos operacionais [...]; revisão das concepções que presidem a assistência nacional ao Nordeste e à ocupação da Amazônia; programa intensivo e globalizado de reforma agrária no Nordeste; refortalecimento da política de estímulos ao crescimento industrial ordenado da região nordestina [...]; estabelecimento de um programa integrado de ocupação da Amazônia, com claras definições de prioridade.

Na execução deste programa, o MDB reafirma sua convicção de que a emancipação econômica do País depende da consciência nacionalista do seu povo, continuando inarredável na defesa de princípios que têm norteado sua atuação ao longo do tempo entre os quais: 1- Nacionalização das fontes e das empresas de energia, transporte e indústrias extrativas e de infra-estrutura, consideradas vitais. 2 – Monopólio estatal da produção e exportação de petróleo, de urânio, tório e metais raros, e bem assim da geração de energia nuclear. 3 – Exploração de riquezas minerais pelo Estado ou sob seu rigoroso controle. 4 – Controle da exportação de produtos estratégicos, econômica ou militarmente. 5 – Monopólio estatal da comercialização da borracha. 6 – exclusividade da navegação de cabotagem para navios brasileiros. 7 – Disciplina e fiscalização efetivas de remessa de lucros para o exterior. 8 – Nacionalização da empresa estrangeira, cuja atividade seja considerada fundamental para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. 9 – Política de substituição progressiva da tecnologia estrangeira pela tecnologia nacional. 10 – Combate ao processo de desnacionalização da empresa nacional. 11 – Luta contra todas as formas de imperialismo, inclusive do imperialismo internacional do dinheiro, quer sob a forma de monopólio, trustes, cartéis ou do neocolonialismo.

O MDB considera intocável o princípio da Segurança Nacional como fruto do desenvolvimento, da independência e do bem-estar do povo.

Relator: Senador Franco Montoro

Ob:Averbado pelo Tribunal Superior Eleitoral, no processo de registro partidário, conforme RESOLUÇÃO nº 9241 de 06/07/1972, publicado no “Diário da Justiça” de 04/09/1972, pág. 5.744

ANEXO 05

Seis milhões de votos Relação de deputados federais cassados pelo AI-5

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS CASSADOS PELO AI-5

Márcio Moreira Alves (MDB-RJ) 18 mil 506 votos; Hermano Alves (MDB-RJ) 13 mil 809; David Lere (MDB-SP) 30 344; Hélio Navarro (MDB-SP) 18 330; Gaston e Righi Gouchi (MDB-SP) 16 447; José Lurtz Sabia (MDB-SP) 23 978; Henrique Henkin (MDB-RS) 27 432; Mateus Schmidt (MDB-RS) 27 640; Renato Archer (MDB-MA) 11 782; José Carlos Guerra (Arena-PE) 20 310; Maurílio Ferreira Lima (MDB-PE) 7 768, Emereciano Prestes de Barros (MDB-SP) 16 742; Dorival Masci de Abreu (MDB-SP) 23 268; Martins Rodrigues (MDB-CE) 26 778; Mário Piva (MDB-BA) 26 561; Osmar Dutra (Arena-SC) 20 066; Oswaldo Costa Lima (MDB-PE) 21 326; Padre Antonio Vieira (MDB-CE) 15 026; Raul Brunini (MDB-RJ) 59 025; Osmar Cunha (Arena-SC) 37 321; Unirio Machado (MDB-RS) 25 816; Mário Beck (MDB-RS) 44 050; Edgard Da Mata Machado (MDB-MG) 18 512; Anacleto Campanela (MDB-SP) 31 660, Celso Gabriel Passos (MDB-MG) 28 523; Jorge Cury (Arena-PR) 30 099; Ivete Vargas (MDB-SP) 34 491; Vital do Rego (Arena-PB) 16 386; Osmar Araújo Quino (MDB-PB) 1332; Jamil Amildon (MDB-GB) 16 386; Milton Reis (MDB-MG) 14 036; Antônio Almeida Magalhães (MDB-GO) 19 622; Eugênio Doin Vieira (MDB-SC) 18 705; Paulo Macarini (MDB-SC) 41 060; Zaire Nunes Pereira (MDB-RS) 19 148; Ewaldo de Almeida Pinto (MDB-SP) 36 854; Mário Covas Júnior (MDB-SP) 72 922; José Bernardo Cabral (MDB-AM) 11 861; Mário Maia (MDB-AC) 1 665; José Maria Ribeiro (MDB-RJ) 14 715; Renato Celidônio (MDB-PR) 29 841; Ney Maranhão (Arena-PE) 15 159; Pedro Gondim (Arena-PB) 24 563; Ademar Costa Carvalho (MDB-PE) 11 030; Aloisio Nono (Arena-AL) 6 327; Cid Carvalho (MDB-MA) 6 422; Paulo Campos (MDB-GO) 25 772; Sady Bogado (MDB-RJ) 15 146; Edésio Nunes (MDB-RJ) 16 652; Camilo Montenegro Duarte (Arena-PA) 21 584; Wilson Martins (MDB-MT) 15 744; Mário Gurgel (MDB-ES) 23 385; Marcial do Lago (Arena-MG) 13 506; Antônio Pereira Pinto (MDB-RJ) 14 568; Erivan França (Arena-RN) 12 597; Aluizio Alves (Arena-RN) 59 985; Waldir Simões (MDB-GB) 23 661; Simão da Cunha (MDB-MG) 14 475; Atlas Catanhede (Arena-RO) 2 311; Epílogo de Campos (Arena-PA) 7 778; Celso Amaral (Arena-SP) 45 050; Edson Moury Fernandes (Arena-PE) 14 107; Breno da Silveira (MDB-GB) 21 783; padre Godinho (MDB-SP) 20 922; Léo de Almeida Neves (MDB-PR) 48 805; Jaime Câmara (Arena-GO) 11 562; Chagas Rodrigues (MDB-PI) 17 742; Clodomir Leite (MDB-PE) 10 838; Edgar Bezerra Leite (Arena-PE) 8 302; Oséas Cardoso (Arena-AL) 25 650; Machado Rollemberg (Arena-SE) 12 496; Castão Pedreira (MDB-BA) 11 844; Glênio Martins Peçanha (MDB-RJ) 18 673; José Castro Ferreira (MDB-MG) 12 417; Antonio Luciano Pereira Filho (Arena-MG) 9 822; Almir Turisco de Araújo (MDB-GO) 12 560; José Feliciano de Figueiredo (MDB-MT) 8 430; Floriceno Paixão (MDB-RS) 78 752; Oliveira Brito (Arena-BA) 37 406; Júlia Steimbruch (MDB-RJ) 44 050; Arnaldo Cerdeira (Arena-SP) 31 392; Carlos Murilo (MDB-MG) 12 721; Gilberto Azevedo (Arena-PA) 15 717; Ligia Dontel de Andrade (MDB-SC) 43 495; Maria Lucia Araujo (MDB-AC) 2 421; Nísia Carone (MDB-MG) 14 226; Geraldo Mello Mourão (MDB-AL) 735; Florea Soares (Arena-RS) 24 536; José Maria Magalhães (MDB-MG) 23 312; Yukishigue Tamura (Arena-SP) 41 919; Cunha Bueno (Arena-SP) 93 862; Roberto Cardoso Alves (Arena-SP) 47 003; João Herculino (MDB-MG) 75 599; Israel Dias Novais (Arena-SP) 38 304; José Colagrossi (MDB-GB) 25 661; Getúlio Moura (MDB-RS) 30 086; Paulo Freire (Arena-MG) 15 881; Marcelo Gato (MDB-SP) 100 746; Nadir Rossetti (MDB-RS) 48 614; Amauri Muller (MDB-RS) 73 261; Lizaneas Maciel (MDB-GB) 97 726; Ney Lopes de Souza (Arena-RN) 36 966; Marcos Tito (MDB-MG) 61 386; Alencar Furtado (MDB-PR) 66 413.

ANEXO 06

DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE SEMINÁRIO
NACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DEBATES

DECLARAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Vivemos uma fase da História em que quase todos os povos, em todas as parte do mundo, lutam, vigorosa e decididamente, por uma existência condigna e liberta de ameaças aos direitos fundamentais do cidadão inscritos na Declaração das Nações Unidas. Não podendo supitar os mais sagrados impulsos e os mais puros ideais de liberdade com paz e de desenvolvimento com justiça, lutam os homens, lutam os povos, lutam até as civilizações.

Esse é, em todos os confins da terra – não há como negar – o brado de angústia a alertar, com inusitado desassombro, países de todas as latitudes, regimes de todas as origens e governos de todas as colorações.

E em que pese a adversidade de circunstâncias notórias e que desenham, sem cerimônia, o quadro da dura vida política que pesadamente recai sobre a Oposição Brasileira, força é dizer que o povo, na cena mais espectador do que participante, se tem demonstrado, particularmente nos últimos sete anos, sua imensa capacidade de suportar, com resignação cristã, uma tremenda carga de sacrifícios, ainda não viu, lamentável e desgraçadamente, atendidos os seus mais sentidos reclamos, reconhecidos os seus direitos fundamentais e solucionados os maiores problemas em que se debate a nacionalidade.

Daí decorre, como é fácil compreender, uma séria e grave advertência, que à Oposição incumbe proclamar e enfatizar, ao fito de entender que a exata compreensão da realidade nacional constitui um imperativo de inteligência e um dever de patriotismo para todos os brasileiros, sem quaisquer distinções – nem de religião, nem de raça, nem de classe, nem de política, nem de dinheiro.

Dobrado, assim, ao peso de tão generalizados anseios, que deitam suas raízes nas profundezas da alma popular, onde sobrevivem, com caráter de perenidade, os mais sagrados e intangíveis valores humanos, o MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, estuário e repositório, a um só tempo, das legítimas aspirações de libertação política e de redenção social para o povo brasileiro, a este, aqui do meridional da Pátria, de modo particular se dirige, menos para aliciá-lo para a sua causa do que

para conclamá-lo ao exame – sereno e desapaixonado – da encruzilhada em que se encontra e da qual ele, e somente ele, em unidade de pensamento e ação com as forças organizadas da democracia, poderá, escudado nas lições da história, abrir novos horizontes e novas clareiras no áspero e difícil caminho que ainda haverá de levá-lo um dia, que deverá raiar para a nossa Pátria, a um futuro feito de paz e de ordem, é certo, mas também de justiça, de bem estar e de liberdade para todos.

Para isso, nem a propaganda subtilmente dirigida e ordenada, nem as ruidosas promoções publicitárias de efeito calculado, nem as fórmulas pacientemente urdidas nos bastidores oficiais, nem os vagos sinais de uma abertura democrática sem fixação no tempo, nem as indefinidas delongas para o estabelecimento do estado de direito, mais podem, decorridos sete longos anos, sufocar a voz libertária das lideranças oposicionistas ou se contrapor à profunda inquietação política e social aninhada na alma popular, que tanto anseia pela liberdade com pão, pelo desenvolvimento com justiça social e, sobretudo, pelas reformas estruturais com bem estar para todos os brasileiros, sem preferência, sem privilégios e sem exceções.

Fala-se, é verdade, e de há muito, em democracia, mas temem-se as urnas sempre que se trate de consulta à vontade popular em ponderáveis setores de pensamento político da nação, acenando-se até, nestes últimos tempos, com uma “democracia brasileira”, posto ninguém lhe defina o sentido, fixe o conceito, trace as diretrizes ou situe o verdadeiro alcance ou a exata profundidade.

A ninguém mais pode, pois, surpreender que, no dicionário político em voga, as próprias palavras tenham perdido a sua significação natural e humana. Labutam, porém, em lamentável equívoco os lexicólogos da nova ordem. É que não será com inversões vocabulares ou escamoteações verbais que se desviará, uma polegada sequer, a Oposição brasileira dos rumos que traçou e em função dos quais cumprirá, ainda que ao preço dos maiores desenganos, os seus imprescritíveis deveres para com a Nação, que quer soberana; para com o povo, que quer livre e independente e para com a democracia, que quer plenamente restabelecida e para sempre respeitada no interesse do bom nome do Brasil

A RESTAURAÇÃO DA NORMALIDADE DEMOCRÁTICA

Afirma-se, pela palavra dos mais diferentes setores oficiais, assim da área central como regional, que a ninguém

pode ser dado contestar o regime político vigente, como se este não resultasse, paradoxalmente, contestado da própria inserção, no texto da Carta Magna outorgada, do Ato Institucional nº 5, que condensa, nas mãos de um só homem, uma tremenda carga de poderes excepcionais, que a Nação está cansada de suportar.

Recorre-se, então, para oferecer respaldo a toda sorte de medidas restritivas dos direitos individuais e das garantias tradicionalmente consagradas entre os povos civilizados, ao tão invocado imperativo da segurança nacional, que se a tudo, em termos de normalidade, deve sobrepassar, longe está de conflitar com as liberdades fundamentais do cidadão, com o desenvolvimento do País, com os imperiosos reclamos da justiça social e com o superior e patriótico dever, que a todos incumbe, de buscar, de vez, a participação da família brasileira.

Sempre ao pálido do mesmo fundamento – que, de repisado, é sobradamente conhecido – persevera-se, em pronunciamentos a cada passo renovados, na manutenção do Ato Institucional embutido na Constituição, com o decorrente comprometimento do princípio da independência e harmonia dos poderes, a que se somam a suspensão das prerrogativas do Judiciário, a insegurança dos mandatos eletivos legitimamente outorgados, a supressão de secular instituto do habeas corpus para os denominados delitos políticos, a vigência da lei de censura aos órgãos de divulgação, a exclusão da juventude estudiosa do exame e debate do processo político, a já crônica atmosfera, enfim, de instabilidade e incerteza a que são confinados, quando não imolados, os direitos e garantias individuais em nossa Pátria.

Ninguém, positivamente ninguém – a menos que se volte contra a verdade histórica – poderá negar à Oposição o direito, de que jamais abrirá mão, de dar impulso, com intensidade cada vez maior, a um movimento orgânico e ordenado visando ao imediato restabelecimento da verdadeira democracia, o grande e único fator decisivo de êxito para a prioritária tarefa de suportar a questão política e de descongestionar o ambiente nacional.

Ao demais, ao lado de um tal direito – e do irrecusável dever que lhe é correlato – tem a Oposição a ampará-la a penosa lição das procrastinações sem conta que, de 1964 para cá, marcaram os sucessivos atos editados pelos altos escalões que detêm o poder de decisão e que deliberam, a seu talante, sobre toda e qualquer matéria que diga com a sorte, o futuro e o destino das instituições democráticas, bem assim dos órgãos de informação da opinião pública ou de arregimentação das correntes do pensamento político da Nação.

Um ligeiro, mas necessário e imperioso histórico dos fatos poderá oferecer, sem grande esforço, a exata medida de tudo quanto foi feito em termos de retrocesso no campo da evolução

do processo democrático, mau grado a indormida e tenaz resistência da Oposição.

Em verdade, sempre que ocorre o rompimento da ordem constitucional – como ocorreu em 1964 – o caminho lógico, normal e jurídico é o do desate através do imediato apelo às urnas, com a livre consulta ao povo, fonte do poder legítimo. É, de resto, a única alternativa que, ao menos entre os povos civilizados, a ciência de direito constitucional indica aos responsáveis pelo dismantelamento das instituições políticas, jurídicas e sociais.

Entre nós, todavia, a tão sábia lição não se atendeu, eis que, na época foi editado, pelas forças que depuseram o governo constituído, um Ato Institucional, que não tinha número, era limitado no tempo e “concebido como único e definitivo”.

Decorrido, porém, pouco mais de um ano – 1965 – sobrevém, para estarrecimento de toda Nação, um novo ato suspendendo, mais uma vez, as garantias constitucionais, restabelecendo a fase das cassações de mandatos eletivos, extinguindo os partidos políticos e prevendo, declaradamente, a possibilidade de decretação do recesso do Congresso Nacional, o mesmo Congresso mantido quando da edição do primeiro Ato Institucional.

A respeito do segundo ato, assim se manifesta Pontes de Miranda, jurista e não político: “o ato alude ao povo, que nada tem a ver com ele. É uma série de emendas à Constituição, e as minúcias são reveladoras dos propósitos...”. E tais propósitos, em verdade, não tardaram, certo como é que, em 1966, se editou mais um ato fundado na força, que, afastando o povo das urnas, implantou o sistema da eleição indireta dos Governadores, cujos nomes resultam revolucionariamente designados pelo alto e politicamente selados pelas Assembléias Legislativas dos Estados. Nestas, onde o poder central não contava com maioria parlamentar, transformava, pura e simplesmente, a maioria em minoria e a minoria em maioria. Era a estranha aritmética larga e abertamente usada. E o caso riograndense, a esse tocante, é significativamente expressivo.

Corre o tempo e, em princípios de 1968, por proposta do então Presidente da República e aprovação do Congresso Nacional, é promulgada uma nova Constituição Federal, que excluía o povo das urnas para a eleição direta do Chefe da Nação, mas previa, no próprio texto admitido como permanente, o pleito direto para a escolha dos Governadores dos Estados.

Mas, ainda não escoado um ano, e na plena vigência da Carta Magna solenemente jurada, eis que, de forma surpreendente e chocante, se impõe à Nação, oriundo sempre da mesma fonte procriadora, um novo Ato Institucional, o de nº 5, com igual e até maior soma de poderes estabelecidos nos atos anteriormente baixados. Decretou-se, então, o recesso do

Congresso Nacional, somente levantado um ano depois e, ao longo desse período, o Presidente legislava, de modo incontestável, sobre toda e qualquer matéria, sempre afastadas a contribuição do Poder Legislativo e a fiscalização do Judiciário.

Não tarda o ano seguinte – 1969. Impedido, então, por grave moléstia, o Presidente da República da época, simultaneamente escolhido com o Vice-Presidente, este deveria, necessariamente, segundo a ordem constitucional de substituição, completar o período presidencial. Isso, todavia, não ocorreu, e a Constituição, mais uma vez é posta de lado. Em pleno recesso do Congresso Nacional, é outorgada, pelos Ministros Militares que exerciam a Presidência da República, uma nova Constituição, que sobre suprimir, para o quadriênio seguinte, a eleição direta dos Governadores, instituiu a própria pena de morte, que a opinião pública reprovava e a consciência jurídica da Nação condena e repele.

E, inovando ainda uma vez para pior, a mesma Constituição manteve, em todas as dimensões, o Ato Institucional nº 5, verdadeira contrafação do regime prometido e batizado de democrático nos idos de 1964.

Por força, pois, de contexto de todo o novo instrumental deliberadamente imposto à Nação, é sonogado ao povo o direito de eleger, diretamente, o seu Presidente, os Prefeitos das Capitais e os dos municípios declarados de interesse da segurança nacional ou instâncias hidrominerais.

Comprometido o princípio da independência e harmonia dos poderes, remanescente a possibilidade das cassações de mandatos eletivos e suspensão dos direitos políticos, das intervenções em Estados e Municípios e da decretação de recesso dos parlamentos em todas as esferas do poder político, abolido o enérgico e salutar remédio de habeas corpus, de pé a lei de censura à imprensa, afastada a juventude da vivência política, de todo banida a liberdade do cidadão nas entidades de classe, excluído de apreciação judicial os atos fundados nos diplomas de exceção – esse, numa apertada síntese – o triste, o desalentador e doloroso legado recebido pela nação brasileira, das mãos de quantos empreenderam, como bandeira de salvação nacional, a “marcha da família com Deus pela liberdade”.

Diante disso e depois de tudo isso, impõe-se, ao final e ao cabo, perguntar: Qual o caminho reservado à Oposição, nesta dura quadra da vida institucional do País, senão o de se bater, em todos os seus escalões, sem peias e sem tibiezas, pela imediata restauração da normalidade democrática, somente viável através da revogação, para todo o sempre, do Ato Institucional nº 5, instrumento de força a solapar, em seus próprios alicerces, as mais inspiradas, patrióticas e generalizadas preocupações pela tranqüilidade da vida política, condição essencial à pacificação de toda a família brasileira.

Esse, inquestionavelmente, o elementar e imperioso dever da Oposição, que cumprirá ao preço dos maiores sacrifícios, na certeza de que, com esse teor de proceder, estará à altura da grave missão que o destino lhe reservou e cedendo, sobretudo, às inspirações da vontade nacional, que lhe haverá de fazer justiça na hora em que for chamada a emitir, em sua alta e indiscutível soberania, o seu definitivo juízo sobre a atual fase da vida institucional do País.

AÇÃO INTEGRADA DA OPOSIÇÃO

Encouraçada, pois, em tais convicções e firmada em tais propósitos, entende a Oposição que um partido político, para merecer esse nome e Ter condições intrínsecas de sobrevivência e de êxito, deve, em primeiro lugar, estar a serviço desses compromissos e desses ideais, cumprindo aos seus líderes e dirigentes Ter inteligência suficiente para bem compreendê-los e a honestidade bastante para não permitir a sua deturpação.

Não podendo, entretanto, os princípios permanentes, as diretrizes fundamentais e os objetivos programáticos concretizarem-se por si mesmos, precisam de uma organização que os veicule pelos processos democráticos-constitucionais, posto que, entre nós, ainda inadequados e carentes de legitimidade. Essa é, precisamente, a luta em que está engajado o Movimento Democrático Brasileiro, a grande força política organizada e de estrutura nacional que, em linha firme, constante e indesejável orientação oposicionista, dispõe, nas atuais circunstâncias, e sem concessões, no lhe permitem influir, desde que sem transigências e sem concessões, no restabelecimento do estado de direito, objetivo prioritário a que, de resto, se devem propor todos os cidadãos dignos de uma democracia e de um país que todos ansiamos por “economicamente forte, politicamente livre e socialmente justo”.

Impõe-se, por isso mesmo, a que se voltem as atenções dos líderes e dirigentes da Oposição para os problemas internos da agremiação, em ordem a que esta possa, não apenas representar, mas, isso sim, efetivamente exercer e bem cumprir o papel a que é convocada nesta hora, buscando estreitar, para isso, os vínculos entre os seus altos órgãos diretivos e a grande massa de adeptos e seguidores que, nas cidades ou nos campos, nas fábricas ou nas zonas rurais, nos lares ou nas universidades, cátedras ou nas profissões liberais ainda confia, mercê de Deus, no advento de uma nova era para a nossa Pátria, que não é de poucos, mas de todos os brasileiros.

CONSELHO POLÍTICO NACIONAL DE AÇÃO
INTEGRADA

De capital importância, nesse sentido, é que se estabeleça, de pronto, um sistema prático e eficiente de integração entre o Diretório Nacional e os Diretórios Regionais e entre estes e os Diretórios Municipais, como solução apta a permitir o entrosamento, entre si, em caráter permanente, de todos os órgãos partidários para o cumprimento, em clima de perfeita unidade, das suas finalidades específicas, é certo, mas com vistas sobretudo, à concretização dos altos objetivos que justificam a própria existência do Partido como instrumento de uma corajosa, decidida e orientada ação oposicionista nos quadros da vida política brasileira.

Da mais alta conveniência e urgência, pois, será a instituição de um novo órgão político dentro da própria estrutura partidária, por forma a reunir, em colegiado de alto nível, os membros da Comissão Executiva do Diretório Nacional, os Líderes das bancadas com assento nas duas Casas do Congresso, os Presidentes das Comissões Executivas Regionais e os Líderes das bancadas estaduais.

UM ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO

- *Mais um órgão, este não de direção ou de deliberação, mas de esclarecimento e informação, deverá ser lançado e posto em fundamento,*
- **José Batista da Silva, comerciário.**
- **Miguel Alexandre de Oliveira, comerc.º.**
- **Eduardo Tomazi, comercuário.**

COMISSÃO EXECUTIVA: *sem maiores protelações, por forma a propiciar, entre as bancadas federais e estaduais, bem assim entre estas e as Câmaras Municipais e Lideranças locais, i exato e sempre atualizado conhecimento de tudo quanto se passa e desenrola nos diferentes setores em que se manifesta a ação dos órgãos do partido ou dos seus representantes nos postos legislativos ou executivos que detenham por legítima delegação da vontade popular.*

Será, então, o órgão de divulgação, inquestionavelmente um poderoso fator de unidade de pensamento e ação, e, além disso, um instrumento sempre à mão para o exame, a análise, o comentário e a divulgação de assuntos, temas, problemas e questões de interesse global do partido e ligados à vida política e social do País.

PLANO DE CONGRESSO E CONFERÊNCIAS

Ao processo de aparelhamento político e funcional da Oposição não basta, porém, como é evidente, a só instituição e estruturação dos importantes órgãos de âmbito nacional e regional sugeridos no presente documento.

Por isso mesmo, mister se faz o estabelecimento de um plano orgânico que permita, quando da ocorrência de fatos ou acontecimentos de significativa ressonância na área política, a realização de reuniões, congressos ou ciclos de conferências, em qualquer ponto do território nacional, atendendo-se, para isso, à extensão ou profundidade da matéria que sobre ela, no interesse do fortalecimento da unidade partidária ou de uma tomada de posição, se deva fazer ouvir, em termos de homogeneidade, a palavra de orientação e de ordem dos altos escalões do oposicionismo brasileiro.

ÓRGÃOS DE AÇÃO E COOPERAÇÃO PARTIDÁRIA

Deverá ser impulsionada, em todos os municípios brasileiros, pelos meios regulares, a criação e funcionamento de órgãos de ação e cooperação partidária, notadamente Diretórios Distritais, Sub-Diretórios, Diretórios de Bairros e Departamentos trabalhista, classista, feminino e da juventude, por forma a ensejar, não só o conhecimento do ideário programático, senão, também e paralelamente, o aprofundamento da atividade partidária, como fator de conscientização de todas as camadas populares.

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

De grande significação e relevo, para uma conveniente formação política e partidária, com reflexos altamente benéficos no exercício de funções legislativas ou executivas, será, inquestionavelmente, a criação de um “Curso de Formação Política”.

A LINHA DE AÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA OPOSIÇÃO

A linha de ação política da Oposição é a própria estrada real da opinião pública, retraçada no plano das instituições livres, como imperativo da consciência jurídica da Nação e da incoercível vocação democrática do povo brasileiro.

Na constante e rigorosa observância dessa linha de orientação, as forças organizadas da Oposição deverão buscar e perseguir, sem desfalecimento, mau grado a abafada atmosfera de exceção, o penoso exercício da mais nobre

magistratura popular que já houve entre nós, incorruptível no culto imaculado e pertinaz dos mais austeros deveres, e da qual nada, positivamente nada a demoverá ou desviará – nem as ameaças, nem as provações, nem os sacrifícios, nem os desenganos, nem os perigos.

Ao demais, força humana alguma poderá deter os passos da Oposição, sempre que se trate de exercer um direito, de cumprir um dever ou mesmo de correr um grave risco em favor do povo, única fonte de poder a ditar normas de comportamento político, e, a um só tempo, o único tribunal e cuja sentença inapelável se devem curvar todos os cidadãos dignos de uma democracia, árvore que tanto anseia pela luz e que não mais pode, por isso mesmo, sobreviver esmagada sob o peso do rochedo institucional imposto à Nação.

E mesmo não poderia ser outra a linha de orientação e o inarredável compromisso da Oposição, dado que ao Partido a quem toca melindrosa herança política – triste e desalentador, legado do sistema institucional vigente – só resta, em última instância, defrontar-se com um dilema inevitável: ou avançar decididamente na direção do restabelecimento da normalidade democrática, ou dissolver-se irremissivelmente no descrédito geral da Nação.

Firmada, pois, no programa partidário, aprovado em convenção nacional, e que apenas carece da mais larga e profunda difusão e divulgação entre todas as camadas da comunidade brasileira, a Oposição, reunida em histórico e memorável conclave na cidade de Porto Alegre, bater-se-á, com determinação e firmeza, sem intermitências e sem vacilações, em todas as esferas em que possa atuar ou se fazer ouvir:

1. *Pela anistia ampla, como providência de ordem, condição essencial à pacificação da família brasileira;*
2. *Pela instauração da normalidade democrática, por via da reforma da Carta Constitucional outorgada, com a cessação da vigência do Ato Institucional nº 5;*
3. *Pela restauração do princípio da independência e harmonia dos poderes e pela intangibilidade do Judiciário, vedados os tribunais de exceção;*
4. *Pela eleição direta do Presidente da República e Prefeitos das capitais e municípios declarados de interesse da segurança nacional ou estâncias hidrominerais;*
5. *Pela revogação das leis restritivas da liberdade de imprensa e da participação das classes trabalhadoras e da juventude no processo político da Nação, revogado o decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969;*

6. *Pela restauração do instituto do habeas corpus para os crimes políticos;*
7. *Pela alteração da legislação eleitoral vigente, extinguindo-se a sub-legenda e estendendo-se o direito de voto ao analfabeto, afastado o exame da instituição do voto distrital na atual conjuntura política nacional;*
8. *Pela remuneração do mandato de Vereador em todos os municípios brasileiros, expressamente fixados em lei os respectivos limites;*
9. *Pela liberdade de cátedra e pela gratuidade do ensino público em todos os níveis;*
10. *Pela abolição da pena de morte, como imperativo da consciência jurídica e cristã do povo brasileiro;*
11. *Pela imediata realização de uma profunda reforma agrária, sem recuos e sem distorções, atendida a advertência do Concílio Vaticano II: “Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo as regras da justiça, inseparável da caridade”;*
12. *Pelo desenvolvimento com justiça social, através de medidas eficazes e necessárias à melhoria do nível econômico e social das massas urbanas e rurais e por uma melhor aplicação da renda e distribuição da riqueza nacional;*
13. *Pela elevação do poder aquisitivo do povo, como justa contrapartida da atividade socialmente útil, eliminada toda e qualquer forma de usura social, odiosa modalidade de exploração dos valores do trabalho;*
14. *Pela urgente reforma da legislação reguladora da remessa de lucros ao exterior;*
15. *Pela racionalização e permanente controle dos empréstimos externos, para que não se comprometa a independência econômica do Pátria;*
16. *Pela adoção de corajosas e inadiáveis medidas visando a coibir a crescente desnacionalização da indústria brasileira;*
17. *Pela preservação e defesa das riquezas naturais do País;*
18. *Por uma política externa independente;*
19. *Por medidas concretas de combate ao abuso do poder econômico e à alta do custo de vida, assegurada a periódica adequação dos níveis salariais aos encargos do trabalhador e sua família;*
20. *Pelo império da liberdade e da lei, de direito e da justiça, da ordem e da paz, com progresso e bem estar para todos os brasileiros.*

PORTO ALEGRE, 25 de abril de 1971.
Iº SEMINÁRIO NACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DEBATES

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 20-10-964 PROCESSO 6.459
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 19-11-964 EDITAL

C O N S T I T U I Ç Ã O

COMISSÃO EXECUTIVA:-

PRESIDENTE - Mario Ferreira Paes, advogado.
1º. VICE-PRESIDENTE - Ricardo Oliveira de Freitas, advogado.
SECRETÁRIO GERAL - Pericles Danielides, comércio.
1º. SECRETÁRIO - Vago.
2º. SECRETÁRIO - Luiz Eugenio Manebte, lavrador.
TESOUREIRO GERAL - Victor Solino Machado, farmacêutico.
1º. TESOUREIRO - Luiz Pedro Poltronieri, comércio.
2º. TESOUREIRO - Jose Marçano Neto, secretário.
CONSELHO FISCAL : Joanil de Oliveira Castro, comércio.
 Arnaldo Gomes de Brito, comércio.
 Egas Rosa Sampaio, professor.
 Paulo da Silva Madeira, contador.
 Diogenes Ricardo da Silva, secretário.
 Fernando de Souza Vitorelli, comércio

cont...

Movimento Trabalhista Renovador - Maringá
 6.459

- 2 -

MEMBROS DO PARTIDO : Deusete Marques da Silva, comércio.
 Leandro Patrocínio de Oliveira, lavrador.
 Rui Ferreira, engenheiro.
 Ivan Toaldo, comércio.
 Alcides de Araujo, criador.
 Oswaldo Ferreira da Silva, construtor.
 Helio Costa Curta, comércio.

-----oOo-----

OBS:-Deixou de ser registrado como Membros do
 te Diretório o Sr. Wilson Ferreira da Silva, por pertencer ao
 Diretório Municipal dp P.T.B. ja registrado neste T.R.E.-

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 29-9-964 PROCESSO 6.377
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 22-X-964 EDITAL

CONSTITUIÇÃO

PRESIDENTE - Dep. Túlio Vargas, advogado.
 1º. VICE-PRESIDENTE - Nelson Cleve Teixeira, advogado.
 2º. VICE-PRESIDENTE - Ermelindo Bolfer, bancário.
 3º. VICE-PRESIDENTE - Manoel Mario Pismel, comerciante.
 SECRETÁRIO GERAL - Evaristo Pelegrini, func. público.
 SEC. DE ORG. PARTIDÁRIA - Jair Ferreira, bancário.
 SEC. DE FINANÇAS - Jerônimo Ferreira da Silva, comércio.
 SEC. DE PROPAGANDA - Delio Miranda, comerciante.
 SEC. DE ESTUDOS : Vago.
 SEC. ARR. G. MILITANTES - Renato Rua de Almeida, advogado.
 SEC. DSP. FEMININO - Mercedes Barizon, func. público.
 SEC. DA JUVENTUDE - Heraclito Sandano, professor.
 SEC. JURÍDICO - Luiz Loyola, advogado.
 DIRETORES VOGAIS : Joaquim Fuentes, comerciante.
 Dirley Bernardi, comerciante.

cont.....

Partido Democrata Cristão - Maringá *F. Bastos*
 6.377

- 2 -

DIRETORES VOGAIS : Genir Galli, comerciante.
 (Cont.) Erwin Klökner, comerciante.
 Spartace Bellucci, comerciante.
CONSELHO MUNICIPAL : Julio Leneghetti, comerciante.
 José Sanches Netto, contador.
 José Hiram Salles, professor.
 Zaury Pietrobon, comerciante.
 Felizardo Leneghetti, comerciante.
 Boanrgos Oliveira Fernandes, comerciante.
 Fredevinco Marchieri, comerciante.
 Abrão Pereira Chagas, func. público.
 Dinoh Hudzinski, contador.
 Francisco Assis Coimbra, comerciante.
 Igo Igoroff, comerciante.
 José Alfredo Ferreira, comércio.
 José Rígino Homem de Lucena, func. público.
 Agostinho Telles de Oliveira, comerciante.
 Miravan Barlavento Soares, professor.
 Egidio Assmann, comerciante.
 Leonardo Prudencio Guerra, comerciante.
 João Slongo, comerciante.
 Marculano Wagner da Silveira, estudante.

cont.....

Partido Democrata Cristão - Laringé
6.377

F. Bonté

- 3 -

CONSELHO MUNICIPAL : Argeu Dias, comerciante.
(Cont.)

-----oOo-----

OBS:-Deixaram de ser registrados como membros
dêste Diretório os Srs. Jamil Posepotti e Vacilio Podelan, por
pertencerem aos diretórios municipais dos Partidos Social Demo-
crático e União Democrática Nacional, registrados neste Tribuna

at.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 20-10-64 PROCESSO 6.461
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 19-11-964 EDITAL

PRESIDENTE DE HONRA
PRESIDENTE
VICE-PRESIDENTE
1º. SECRETÁRIO
2º. SECRETÁRIO
1º. TESOUREIRO
2º. TESOUREIRO
V O G A I S

CONSTITUIÇÃO

- Otávio Periotto, industrial.
 - Dr. Carlos Antonio Asinelli, médico.
 - Dr. João Luiz Manfredini, advogado.
 - Armando Betinardi, securitário.
 - Marino Etges, comerciarlo.
 - Mario Periotto, industrial.
 - Ascânio Baptista de Carvalho, tabelião.
 : Saulo Porto Virmond, médico.
 José Medeiros de Albuquerque, comerc.
 Jonas Elias Borges, comerciarlo.
 Genuino Armelino Galelli, comerciarlo.
 João Fanti, comerciarlo.
 Antonio Franzoi, lavrador.
 Marcelino Machado, comerciarlo.
 Amador Augusto de Araújo, serv. Justiça.
 cont.....

Partido de Representação Popular - Maringá
6.461

- 2 -

V O G A I S
 (Cont.)

: João Pedro Moreira de Carvalho, comerc.
 Alceu Rodrigues de Macedo, comerciarlo.
 Angelo Bastoggi, lavrador,
 Altino Rodrigues, comerciarlo.
 José Batista da Silva, comerciarlo.
 Miguel Alexandre de Oliveira, comerc.º:
 Eduardo Tomazi, comerciarlo.
 : Dr. Saulo Porto Virmond, médico.
 Ascânio Baptista de Carvalho, tabelião.
 Amador Augusto de Araújo, serv. Justiça.

COMISSÃO EXECUTIVA

-----oOo-----
 OBS:-Deixou de ser registrado como Membro
 deste Diretório o Sr. Tadeu Teixeira, por pertencer ao P.S.P.,
 já registrado nês te Tribunal.-

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO REPÚBLICANO
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66A.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 13-10-964 PROCESSO 6.428
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 18-11-964 EDITAL

CONSTITUIÇÃO

PRESIDENTE DE HONRA - Josino Alves da Rocha Loures, médico.
 PRESIDENTE - Ângelo Planas, agricultor.
 1º. VICE-PRESIDENTE - Carlos Alberto Borges, contador.
 2º. VICE-PRESIDENTE - Araby Milla Ferreira de Siqueira, engº.agº.
 3º. VICE-PRESIDENTE - José Maria Borges Neto, comerciante.
 1º. SECRETÁRIO - José Moreno Junior, comércio.
 2º. SECRETÁRIO - Waldemar Planas, comerciante.
 1º. TESOUREIRO - Doracy Pagani, comércio.
 2º. TESOUREIRO - Jair Curti, comércio.
 DEPTº. JURÍDICO - Vespertino Ferreira Pimpão, advogado.
 DEPTº. ASSIST. SOCIAL - Luiz Moreira de Carvalho, médico.
 DEPTº. ELEITORAL - Sílvio Baldan, agricultor.
M E M B R O S : Orosimbo de Assiz Goulart Fº., bancário.
 Boanerges de Oliveira Fernandes, comercian-
 te.
 Wagner Planas, comerciante.
 cont.....

Partido Republicano - Maringá
 6.428

- 2 -

M E M B R O S
(Cont.)

: Francisco Nicolau Leonardo, agricultor.
 Edy Eky Freming, bancário.
 Oswaldo Bozzo, func. público.
 José Rocha, mecânico.
 Dari Pereira, agricultor.
 Wanderley Planas, comerciante.
 Antonio Moscardi, motorista.
 Mario Augusto Borges, lavrador.
 Wilson Planas, advogado.
 José Vieira, estudante.

-----oOo-----

at.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA _____
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 6-3-964 PROCESSO 6.234
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 3-4-964 EDITAL

PRÉSIDENTE
 VICE-PRÉSIDENTE
 SECRETÁRIO GERAL
 1º SECRETÁRIO
 TESOUREIRO
 SEC. DE PROPAGANDA
 SEC. DE ORGANIZAÇÃO
 SEC. SINDICAL
 SEC. DE CULTURA

CONSTITUIÇÃO

- José Wilson Seixas Santos, advog
- Walter Antonio de Oliveira, agri
- Juracy de Barros Pinangé, comerc
- Leonardo Grabois, médico.
- Adhemar Antônio de Oliveira, ban
- Juvêncio Batista dos Santos, mec
- Antônio Elias, comerciaro.
- Anorino Silva, comerciaro.
- Salin saab, advogado.

=====oO=====

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 8-10-964 PROCESSO 6.402
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 29-10-964 EDITAL

CONSTITUIÇÃO

PRESIDENTE DE HONRA - Dr. José ^{Gerardo} Braga.
 PRESIDENTE - Paulo Vieira de Camargo, serv. da Justiça.
 1º. VICE-PRESIDENTE - Helenton Borba Cortes, médico.
 2º. VICE-PRESIDENTE - Kasumi Taguchi, industrial.
 3º. VICE-PRESIDENTE - Mario Clapier Urbinatti, advogado.
 4º. VICE-PRESIDENTE - Vago.
 5º. VICE-PRESIDENTE - Sebastião Rodrigues Pimentel, médico.
 SECRETÁRIO GERAL - Rufino A. Rosario de Araujo, transportador.
 1º. SECRETÁRIO - Cildio Castanho, serv. da Justiça.
 2º. SECRETÁRIO - Fanor Marinho de Casgto, comerciante.
 3º. SECRETÁRIO - Leoliño Ruggeri, comerciante.
 4º. SECRETÁRIO - Antonio de Freitas, protético.
 TESOUREIRO GERAL - Victor Belz, dentista.
 1º. TESOUREIRO - Walter Machado da Costa, advogado.
 2º. TESOUREIRO - Honorato Vecchi, industrial.
 3º. TESOUREIRO - Pedro Sanches, comerciante. cont....

Partido Social Democrático - Maringá
 6.402

- 2 -

4º. TESOUREIRO
M E M B R O S

- Januarico Alves de Souza, fazendeiro.
 : Orthemio Cecato, farmacêutico.
 Oscar Pereira Lima, proprietário.
 Antonio Mario Manicardi, func. público.
 Mario Valdivino, comerciante.
 João Nicomedes Bastos, func. público.
 José Antonio Soares, lavrador.
 Antonio Del Grossi, comerciante.
 Jorge Ribeiro da Silva, serv. da Justiça
 Antonio Persira Dantas, barbeiro.
 Cicero Soares de Assunção, comerciante.
 Nelson Abrão, farmacêutico.
 -----000-----

OBS: - Deixa de ser registrado como Membro
 deste Diretório o Sr. Arlindo de Souza, por pertencer ao PTB.,
 registrado neste Tribunal.-

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 30-7-965 PROCESSO 6.806
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 10-9-965 EDITAL

CONSTITUIÇÃO
 PRESIDENTES DE HONRA : Dr. Adhemar Pereira de Barros, médico.
 Dr. Aramis Athayde, médico.
 PRESIDENTE - Basílio Sautchuk, comerciarior.
 1º.VICE-PRESIDENTE - Arno Willibaldo Vier, centsta.
 2º.VICE-PRESIDENTE - Vago.
 SECRETÁRIO GERAL - Daniel Sautchuk, engenheiro.
 SUB-SECRETÁRIO GERAL - José Maciel, comerciante.
 1º.TESOUREIRO - Alcides Ramos da Cunha, industriário.
 2º.TESOUREIRO - Yasuaki Isomura, comerciante.
 PROCURADOR - Victor Przybysz, contador.
M E M B R O S : José Claudio Vilela, construtor.
 Antonio Moscardi, motorista.
 João Pereira de Araújo, func. públ.
 Leopoldo Batista, lavrador.

OBS:-Deixou de ser registrado como 2º.Vice-Pres. deste Diret. o Sr. Egidio Assmann, por pertencerao PDC., ja reg. n/TRE.-
 at.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66ª
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 7/5/65 PROCESSO 6.626
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES _____ EDITAL _____

CONSTITUIÇÃO

PRESIDENTE DE HONRA - Getúlio Vargas.
 VICE PRESIDENTE DE HONRA - Nelson Maculan.
 PRESIDENTE - Renato Celidônio, cafeicultor.
 1ª VICE PRESIDENTE - Waldemar Alegretti, advogado.
 2ª VICE PRESIDENTE - Hamilton Possani, comerciante.
 3ª VICE PRESIDENTE - Alvaro Fernandes, cafeicultor.
 4ª VICE PRESIDENTE - Eduardo José Bezerra, comerciante.
 SECRETÁRIO GERAL - José Carlos Rosas, dentista.
 1ª SECRETÁRIO - José Manoel Ribeiro, estudante.
 2ª SECRETÁRIO - Wílde de Lima, publicista.
 3ª SECRETÁRIO - Silvio Barros, comerciante.
 TESOUREIRO GERAL - Marco Antonio Lourenço Correia, comerc.
 1ª TESOUREIRO - Messias Vicente Gonçalves, func. público.
 2ª TESOUREIRO - José Mariano da Silva, comerciante.
 3ª TESOUREIRO - Alvaro Giovanini, farmacêutico.

Co rtb..

Partido Trabalhista Brasileiro - Maringá
6.626

- 2 -

CONSELHO FISCAL - Olímpio Sérgio Gonzaga, comerciante.
 - José Teixeira, comerciante.
 - Benedito Lopes, corretor.
MEMBROS - Alceu Nascimento Miranda, advogado.
 - Inácio Ramalho, func. público.
 - João Amaro Faria Filho, jornalista.
 - Celso Giovanini, comerciante.
 - Edi Froeming, bancário.
 - Alencar Paiva Junior, radialista.
 - Ludovico Del Guercio, corretor.
 - Augustinho Francisco da Rocha, pintor.
 - José Vilela, construtorl.
 - Claudio Martins, motorista.
 - João A. Correia Junior, corretor.
 - Guerino Fiorio, lavrador.
 - Ilden Manso Vieira, comerciante.
 - Vitor Manoel Hoffmeister, comerciário.
 - Jorge Abdala, comerciante.
 - Oswaldo Molina, contador.
 - Ivens Lagoana Pacheco, jornalista.
 - Angelo Trevisan, pintor.
 - Juracir de Barros Pinaver

OBS:- Deixou de ser reg. como membros deste diretório o sr. Antonio Pereira Dantas, por pertencer ao Partido S. Democrático, já registrado neste TRE.

EAC.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
 DIRETORIO MUNICIPAL MUNICIPIO MARINGÁ ZONA 66ª
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 15-10-64 PROCESSO 6.443
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 12-11-64 EDITAL _____

PRESIDENTE DE HONRA
PRESIDENTE
 1º VICE-PRESIDENTE
 2º VICE-PRESIDENTE
 3º VICE-PRESIDENTE
SECRETÁRIO GERAL
 1º SECRETÁRIO
 2º SECRETÁRIO
 1º TESOUREIRO
 2º TESOUREIRO
 1º PROCURADOR
 2º PROCURADOR
CONSELHO CONSULTIVO

CONSTITUIÇÃO

- Dep. Anibal Khury.
- Dr. Michel Felipe, médico.
- Dr. Ricardo Plepis, médico.
- Ernesto Matheus Filho, industrial.
- José Pires Urbinati, advogado.
- Thirso Rodrigues Alves, contador.
- Orlando Urizzi, contador.
- Fabio Vilelas Pedras, médico.
- Geraldo Meneguetti, lavrador.
- Caroline Cesar Alben, comerciante.
- Acacio José Fernandes, contador.
- Isac Felipe, advogado.
- William Watfe, médico.
- Alcindo Souza France, lavrador.
- Antônio Branildo Rodrigues, comerciante.
- José Celso Costa Reis, médico. cent...

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL MARINGÁ
 2 6.443 *26*

CONSELHO CONSULTIVO

- Dr. Edmundo Pereira ^Uante, advogado.
- Jorge Felipe, comerciante.
- Antonio Pereira, comerciante.
- Walter Ferreira, médico.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL *MBO*
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 30-5-964 PROCESSO 6.301
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES 5-6-964 EDITAL _____

CONSTITUIÇÃO

PRESIDENTES DE HONRA : Sen. Adolpho de Oliveira Franco.
 Dep. Haroldo Leon Peres.
 PRESIDENTE - Adriano José Valente, advogado.
 1º. VICE-PRESIDENTE - Hiram Moura Castilho, médico.
 2º. VICE-PRESIDENTE - Malaquias de Abreu, agricultor.
 3º. VICE-PRESIDENTE - Vanor Henriques, lavrador.
 4º. VICE-PRESIDENTE - Primo Kaonteschio, comerciante.
 SECRETÁRIO GERAL - Rodolfo Maibon Loreira, comerciante.
 1º. SECRETÁRIO - José Plínio da Silva, advogado.
 2º. SECRETÁRIO - Jamil Josepetti, advogado.
 3º. SECRETÁRIO - Bruno Pires, comerciante.
 4º. SECRETÁRIO - Akira Oda, dentista.
 TESOUREIRO GERAL - Waldemar Gomes da Cunha, industrial.
 1º. TESOUREIRO - Carlos Bueno Neto, lavrador.
 2º. TESOUREIRO - David Rabelo da Silva, comerciante.

cont.....

União Democrática Nacional - Maringá
6.301

- 2 -

3º. TESOUREIRO
4º. TESOUREIRO
ORADOR OFICIAL
1º. ORADOR
2º. ORADOR
3º. ORADOR
4º. ORADOR
M E M B R O S

- Paulo Henrique de Abreu, lavrador.
- Benjamin Alves Feitosa, corretor.
- Ulisses Bruder, comerciário.
- Alfredo Martins Barbedo, comerciário.
- Ubirajara Ferreira, advogado.
- Clovis Freitas, comerciante.
- Aloisio Lima Bastos, médico.
: Jorge Sato, médico.
Antonio Augusto de Assis, jornalista.
Ari de Lima, professor.
Nassif Naddad, comerciante.
Herbert Kayet, comerciante.
Laercio Nickel Lopes, dentista.
Francisco Capone de Melo, médico.
Aníbal Bianchini de Rocha, agrônomo.
José Barros, comerciante.
Waldemar Antonio Soares, corretor.
Miguel Alczuck, motorista.
Orlando Deodato, motorista.
Newton Henriques, dentista.

cont....

União Democrática Nacional - Maringá
6.301

- 3 -

M E M B R O S
(Cont.)

: José Ambrosio Neto, comerciário.
Reilson Gulla, comerciário.
José Laciél, mecânico.
Robson Lenon, médico.
Luiz Andrade, farmacêutico.
Lauro Moreira da Silva, lavrador.

-----000-----

at.

12

[Handwritten signature]

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
SEÇÃO DO PARANÁ

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ
COMISSÃO EXECUTIVA

- 1 - Presidente: Renato Bernardi, professor
- 2 - Vice-Presidente: Waldemar Alegretti, advogado
- 3 - Vice-Presidente: Alaydio Gaspar, comerciante
- 4 - Secretário Geral: Horácio Raccanelo Filho, advogado
- 5 - Tesoureiro: Osvaldo Pires, comerciante

VOGAIS

- 6 - Ildeu Manso Vieira, comerciante
- 7 - José Mariano da Silva, comerciante
- 8 - Juvêncio Batista dos Santos, comerciante

MEMBROS

- 9 - Calvino Andrade, comerciário
- 10 - Moacir Corrêa Filho, advogado
- 11 - Laercio Souto Maior, comerciante
- 12 - José Rocha, lavrador
- 13 - Benedito Lima Siqueira, operário
- 14 - Vitor M. Hoffmeister, comerciante
- 15 - Newton Martins, comerciante
- 16 - José Claudio Vilela, construtor
- 17 - Hamilton Possani, comerciante
- 18 - José Antônio Corrêa Junior, corretor
- 19 - Ludovico Del Guercio, comerciante
- 20 - Angelo Trevisan, operário
- 21 - Orly Barbosa, comerciante
- 22 - Samuel Gonçalves, comerciante
- 23 - René Diniz de Castro, func. público
- 24 - Sebastião Alves, comerciante
- 25 - Antônio Petrica, operário
- 26 - João Carlos do Nascimento, comerciante
- 27 - Celso Fernandes, estudante
- 28 - Estúlio Lourenço da Silva, comerciante
- 29 - Renato Celidonio, agrônomo
- 30 - Silvío Barros, comerciante

Curitiba, 27 de abril de 1968

[Handwritten signature]
DEP. RENATO CELIDONIO
Presidente

2004 10:11:37

[Handwritten notes]
F. C. T. ...
27-8-68
25-8-68
COMUNICADO

157 Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

FICHÁRIO DOS DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66a.
 DATA CONCESSÃO DO REGISTRO 18-09-969 PROCESSO 7.316
 DATA COMUNICAÇÃO JUIZES _____ EDITAL _____

CONSTITUIÇÃO
 PRESIDENTE - Dr. João Paulino Vieira Filho.
 VICE-PRESIDENTE - Honorato Vecchi.
 SECRETÁRIO - Paulo Vieira de Camargo.
 TESOUREIRO - Ary de Lima.
 PROCURADOR - Heraclito Machado Sandano.
M E M B R O S : João Paulino Vieira Filho, advogado.
 Honorato Vecchi, comerciante.
 José Caciano Gomes dos Reis Jr. agrônomo.
 Naby Zacharias, médico.
 Ary de Lima, professor.
 José Machado Homem, estudante.
 Amerício Marega, lavrador.
 Constâncio Pereira Dias, agricultor.
 Antenor Sanches, func. público.
 Walter Pelegrini, estudante.
 Oswaldo de Moraes Correia, agrônomo.
 cont. f. 2

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - Maringá
 7.316

- 2 -

M E M B R O S : Fiore Progianti, comerciante.
 Cont. Heráclito Machado Sandano, professor.
 Osvaldo Vieira, advogado.
 Antonio Almir dos Santos, engenheiro.
 Waldir de Oliveira Coutinho, médico.
 Kazume Tagushi, comerciante.
 Tetsuo Nishiyama, comerciante.
 Paulo Vieira de Camargo, serv. da Justiça.
 Antonio Mario Manicardi, func. públ.
D E L E G A D O S : Luis Moreira de Carvalho,
 Agenor Brégola,
 José Caciano Gomes dos Reis Junior,
 Naby Zacarias,
 Amaury Antonio Meller,
 Carlos Alberto Borges e
 Basilio Bacarin.
S U P L E N T E S : Evaristo Mollet Pelegrino,
 José Carlos Rosas,
 Nelson Abrão,
 Joel Rodrigues da Silveira,
 Nelson Elias Bordim,
 João Roberto Zingra e
 Antonio Pelosi.
 -----oO----- SARD/at.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO.....DEMOCRÁTICO SOCIAL.....
DIRETÓRIOS MUNICIPAL.....MUNICÍPIO.....MARINGÁ.....ZONA.....66A e
137A
DATA DO REGISTRO.....30/10/80.....PROCESSO Nº.....R.21A.....

C O N S T I T U I Ç Ã O

COMISSÃO EXECUTIVA: PRESIDENTE / - Sidney Manegueti; VICE-PRESIDENTE / - Honorato Vecchi; SECRETÁRIO / - Marco Antonio Lourenço Correa; TESOUREIRO / - José Pupim; SUPLENTE / 1 - Oscar Gonçalves Severiano; 2 - Iomomi Okamoto; MEMBROS / 1 - Sinclair Sanibatti; 2 - Sidney Manegueti; 3 - Luiz Moreira de Carvalho; 4 - Honorato Vecchi; 5 - Adriano José Valente; 6 - Yoshiaki Oshiro; 7 - Marco Antonio Lourenço Correa; 8 - Jorge Sato; 9 - Raimundo do Prado Vermelho; 10 - José Pupim; 11 - Oscar Gonçalves Severino; 12 - Liuba Kolichoski; 13 - Iracy Ferrari; 14 - Júlio Pires de Moraes; 15 - ~~João Gregório de Oliveira~~; 16 - Aparecido Batista; 17 - Antonio Carlos Braga; 18 - Eloy Vitor de Melo; 19 - Denir Rodrigues de Freitas; 20 - Paulo Fernando Correa; 21 - Ademar Schiavone; 22 - Amêncio José Rodrigues; 23 - José Manoel Vibeiro; 24 - Luiz Gabriel Sampaio; 25 - Alcides Romero; 26 - Wilmar Xavier Pereira; 27 - Iomomi Ianiguti; 28 - Wilson Loureiro de Macedo; 29 - Ismael Serra; SUPLENTE DO DIRETÓRIO: 1 - ~~João Rodrigues de Oliveira~~; 2 - Elias Marchi; 3 -

Waldemar Furlan; 4 - Leôncio Militão da Silva; 5 - Jacira Martins; 6 - Kiyoshi Takaki; 7 - Vinicius Mossurunga Moraes; 8 - Marco Antonio Rocha Loures; 9 - Antonio A. de Oliveira Coutinho; 10 - Valdemar Trigo. DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: João Paulino Vieira Filho. SUPLENTE DE DELEGADO: Emilio Germani.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO...
DIRETÓRIO... ZONA 66.137
DATA DO REGISTRO... PROCESSO Nº 2.265.782-65

CONSTITUIÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA: 1 - Cleber Alencar; 2 - ...
1 - ... 2 - ... 3 - ... 4 - ... 5 - ... 6 - ... 7 - ... 8 - ... 9 - ... 10 - ... 11 - ... 12 - ... 13 - ... 14 - ... 15 - ... 16 - ... 17 - ... 18 - ... 19 - ... 20 - ... 21 - ... 22 - ... 23 - ... 24 - ... 25 - ... 26 - ... 27 - ... 28 - ... 29 - ... 30 - ... 31 - ... 32 - ... 33 - ... 34 - ... 35 - ... 36 - ... 37 - ... 38 - ... 39 - ... 40 - ... 41 - ... 42 - ... 43 - ... 44 - ... 45 - ... 46 - ... 47 - ... 48 - ... 49 - ... 50 - ...

2011/10

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ
 DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO.....
 DIRETÓRIO MUNICIPAL - MUNICÍPIO - MARINGÁ.....ZONA 66B-137a
 DATA DO REGISTRO 17-03-81.....PROCESO Nº 8.311.....

CONSTITUIÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA:- PRESIDENTE - Egidio Assmann. VICE-PRESIDENTE:-
 Arlício Sérgio Machado Soares; SECRETÁRIO - José Antonio Quintas
 Martins. TESOUREIRO - José Dorneles Filho.
SUPLENTE:- Francisco Giancarlo Greco; Jordão Maia; Waldemar Ca-
 zotti.

MEMBROS:- Egidio Assmann; 2 - Francisco Giancarlo Greco; 3 - Ai-
 moré Pereira Pinto; 4 - Aldo Batista Breda; 5 - Alessio Apareci-
 do Guandalini; 6 - Tostimio Almeida; 7 - Lazaro do Carmo; 8 - Jor-
 dao Maia; 9 - José Antonio Quintas Martins; 10 - José Mariano dos
 Santos; 11 - José Ribeiro de Souza; 12 - José Leiterino do Carmo;
 13 - Wilson Peres; 14 - Ardoal Linfardi; 15 - Francisco de Lima;
 16 - Pedro Moreira Pinho; 17 - Arlício Sérgio Machado Soares; 18-
 Waldemar Cazotti; 19 - Iter Moreschi; 20 - Nelson Neta Peres; 21-
 Arnor Silvestre Vieira Junior; 22 - Moacir Severino do Carmo; 23-
 Pedro Bortolossi; 24 - José Sanchez Filho; 25 - José Bonilom; 26-
 Odair Soares; 27 - José Antonio Karaes; 28 - Dirce Selbmann; 29-

Rolf Selbmann; 30 - Pedro Romualdo Peres Ruiz; 31 - João Reres
 Peres.

SUPLENTE DO DIRETÓRIO:- Arlício Lenguile; 2 - Achile Tofanetto.
 3 - Paulo Sérgio Machado Soares; 4 - Pedro de Oliveira; 5 - Afon-
 so Pereira de Castro; 6 - Aldinares Aliles Costa; 7 - Joao Dorta
 Oliveira; 8 - Miguel Pereira de Castro; 9 - Basilio José da Silva;
 10 - Joao José Demori; 11 - Aramis Sérgio Araújo.
DELEGADO:- Anibal Victorino de Silva.
SUPLENTE:- Bruno Marquack.

mhmj

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ
 DIRETÓRIOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO DOS TRABALHADORES
 DIRETÓRIO MUNICIPAL MUNICÍPIO MARINGÁ ZONA 66 e 137a.
 DATA DO REGISTRO 06/08/81 PROCESSO Nº 8.355

C O N S T I T U I Ç Ã O

COMISSÃO EXECUTIVA:- PRESIDENTE - Ademir Demarchi. VICE-PRESIDENTE - Anesio Kowalski. SECRETARIO - José Gil de Almeida. TESOUREIRO :- Jairo de Carvalho.

SUPLENTE:- Aureo Alberto Rockembach e Nelson Elias Aiex.

MEMBROS:- 1 - Ademir Demarchi; 2 - Anesio Kowalski; 3 - José Gil de Almeida; 4 - Jairo de Carvalho; 5 - Nelson Elias Aiex; 6 - Aureo Alberto Rockembach; 7 - Luis Henrique de Paiva Martins; 8 - Edilson Pereira dos Santos; 9 - Aristeu Firmino de Paiva; 10 - Valter Pereira de Souza; 11 - Ademar José Gevaerd; 12 - Rosa Maria Rigon; 13 - Milton Maziero; 14 - Osneli Maria Bittencourt; 15 - Zamir Bitencourt Toret; 16 - Maria de Fatima Puton Barbosa; 18 - Neusa Maria Alves Leitao;

SUPLENTE:- 1 - Luiz de Carvalho; 2 - João do Carmo Amaral. 3 - Neusa Maria da Silva; 4 - Orlando do Carmo Amaral; 5 - Edmilson

Wantuil de Freitas; 6 - Adailton Alcione Alves Pereira.

DELEGADO:- Aduari Antunes Barbosa.

SUPLENTE:- Neide Demarchi.

mhmj

ANEXO 07
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1968 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MAPA MUNICÍPIO	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA DOS VEREADORES										CADEIRAS			MAIORIA
		ARENA votos	ARENA venceu	Índice votos	brancos votos	nulos votos	volantes votos	ARENA votos	ARENA votos	Índice votos	brancos votos	nulos votos	volantes votos	ARENA votos	ARENA votos	Índice votos	total	
68A74012	1	ABATÍÁ	2033	1	0	0	29	5	2067	1915	73	79	2.067	9	0	9	1	
74071	2	ALMIRANTE TAMANDARÉ	2837	1	0	1	189	92	5.483	3460	1556	230	237	5.483	6	3	9	1
79510	3	ALTÔNIA	4688	1	0	0	464	26	5.086	4684	0	240	354	5.086	9	0	9	1
74136	4	ALVORADA DO SUL	2915	1	0	0	647	8	3.570	3251	0	205	114	3.570	9	0	9	1
74185	5	ANDRA	3144	1	2366	43	107	5.686	2819	2241	362	258	5.680	5	4	9	1	
74217	6	ANTONINA	4851	1	0	0	148	69	5.068	3553	1086	223	196	5.068	7	2	9	1
74276	7	APUCARANA	16878	1	0	0	263	185	17.326	14.213	2072	679	362	17.326	13	2	15	1
74292	8	ARAPONGAS	8533	1	6889	156	141	15.996	10776	4043	796	384	15.990	11	4	15	1	
74292	9	ARAPOTI	2452	1	0	0	37	56	2.545	2.106	258	107	74	2.545	9	0	9	1
74314	10	ARARUNA	6034	1	0	0	47	48	6.130	4026	1743	203	155	6.130	6	3	9	1
74357	11	ARACUÁRIA	4025	1	2312	109	94	6.540	3624	2346	283	277	6.540	6	3	9	1	
74373	12	ASSAÍ	7538	1	0	0	92	64	7.694	5337	1631	497	229	7.694	9	2	11	1
76837	13	ASSIS CHATEAUBRIAND	7607	1	0	0	102	80	7.796	5647	1270	570	312	7.796	8	1	9	1
74390	14	ASTORGA	3696	1	2888	58	95	6.819	3738	2689	277	105	6.819	8	5	13	1	
74454	15	BANDEIRANTES	8024	1	0	0	93	72	8.188	7394	0	541	254	8.188	13	0	13	1
74497	16	BARRAÇÃO	(nomeado)						1755	567	65	106	2.493	7	2	9	1	
74519	17	BARRA DO JACARÉ	818	1	0	0	10	5	833	762	0	37	34	833	9	0	9	1
74535	18	BELA VISTA DO PARANÁ	5025	1	0	0	57	45	5.127	4756	0	251	120	5.127	11	0	11	1
74551	19	BITURUNA	2246	1	0	0	19	6	2.271	1632	556	43	40	2.271	7	2	9	1
74578	20	BOA ESPERANÇA	1360	1	0	0	242	10	1.612	1441	0	115	56	1.612	9	0	9	1
74694	21	BOCAIUA DO SUL	1989	1	1389	64	75	3.467	2167	943	196	161	3.467	6	3	9	1	
74616	22	BOM SUCESSO	3473	1	0	0	59	16	3.548	2177	1047	189	135	3.548	6	3	9	1
74632	23	BORRAZÓPOLIS	4454	1	0	0	53	32	4.536	1741	2461	197	140	4.536	4	5	9	1
74659	24	CAFEARA	1901	1	0	0	46	24	1.971	1769	0	161	101	1.971	9	0	9	1
74675	25	CALIFORNIA	2623	1	0	0	27	20	2.670	2509	0	71	90	2.670	9	0	9	1
74691	26	CAMBARÁ	3671	1	4207	88	90	8.056	2780	4430	563	283	8.056	5	8	13	1	
74713	27	CAMBÉ	2976	1	4704	69	86	7.835	3455	3827	440	113	7.835	4	5	9	1	
74172	28	CAMPINA GRANDE DO SUL	2187	1	0	0	26	30	2.243	1632	476	64	71	2.243	7	2	9	1
74810	29	CAMPO LARGO	9239	1	0	0	137	57	9.423	5576	3194	425	288	9.423	8	5	13	1
74837	30	CAMPO MOURÃO	8942	1	0	0	1908	83	10.533	9612	0	678	243	10.533	11	0	11	1
79553	31	CAMPO NOVO	1659	1	0	0	7	17	1.683	1625	0	14	44	1.683	9	0	9	1
74653	32	CANDIDO DE ABREU	2908	1	0	0	38	11	2.957	1777	1010	55	115	2.957	6	3	9	1
74870	33	CAPANEMA	(nomeado)						4082	1567	0	67	235	4384	9	0	9	1
74896	34	CAPTÃO LEONIDAS MARQUES	1421	1	1666	40	29	3.146	1403	1667	80	96	3.146	4	5	9	1	
74916	35	CARLÓPOLIS	4596	1	0	0	58	33	4.686	4232	0	260	197	4.686	9	0	9	1
74934	36	CASCATEL	7296	1	6870	181	234	14.861	6469	6718	962	532	14.861	4	5	9	1	
74950	37	CASTRO	5952	1	3822	121	143	9.246	5295	3245	376	332	9.246	8	5	13	1	
74963	38	CENTENÁRIO DO SUL	3193	1	1942	32	36	4.303	3224	825	162	92	4.303	7	2	9	1	
76019	39	CERRO AZUL	1213	1	1384	32	19	2.658	1124	1446	38	50	2.658	4	5	9	1	
79570	40	CEU AZUL	2273	1	0	0	348	5	2.626	2331	0	137	158	2.626	9	0	9	1

**ANEXO 07
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1968 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO DO MAPA MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	PREFEITURA MUNICIPAL		CÂMARA DOS VEREADORES										CADEIRAS		MAIORIA	
		ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos		ARENA votos
75035	41 CHOPIMZINHO	4346	1	0	4.446	56	42	154	904	142	142	154	4446	7	2	9	1
75051	42 CIANORTE	7908	1	6750	15.097	160	279	1508	5239	1508	652	1508	15097	5	4	9	1
75094	43 CLEVELÂNDIA	2451	1	1822	4.428	80	46	4428	2348	1790	200	91	4428	5	4	9	1
75132	44 COLOMBO	2385	1	1881	3.704	113	59	4417	3307	796	159	159	4417	7	2	9	1
75159	45 COLORADO	3391	1	0	3.704	16	207	118	1833	1315	118	438	3704	5	4	9	1
75175	46 CONGONHINHAS	2892	1	2895	6.058	184	77	6.058	2919	2662	289	178	6058	5	4	9	1
75213	47 CONTENDA	2002	1	0	2.953	53	58	2.953	2461	0	79	53	2953	9	0	9	1
75295	48 CORNÉLIO PROCOPIO	11064	1	0	11.401	169	168	11.401	7918	2622	566	305	11401	15	4	19	1
75272	49 CORONEL VIVIDA	3319	1	2.104	5.554	66	63	5.554	3143	2043	184	184	5554	6	3	9	1
75337	50 CRUZ MACHADO	1431	1	935	2.456	34	56	2.456	1590	718	74	74	2456	6	3	9	1
75289	51 CRUZEIRO DO OESTE	3380	1	4885	8.307	99	243	8.307	3498	3640	776	495	8307	5	4	9	1
75310	52 CRUZEIRO DO SUL	1174	1	0	1.495	303	18	1.495	1232	151	59	53	1495	9	0	9	1
75853	53 CURITIBA (nomeado)								107705	61522	6247	17117	102591	14	7	21	1
75370	54 CURULVA	2765	1	0	2.837	38	34	2.837	2574	0	147	116	2837	9	0	9	1
75396	55 DIAMANTE DO NORTE	1585	1	0	1.620	14	21	1.620	1441	0	72	107	1620	9	0	9	1
75434	56 DOUTOR CAMARGO	1473	1	2891	3.722	38	20	3.722	1519	1953	140	110	3722	4	5	9	1
75450	57 ENEAS MARQUES	4311	1	0	4.436	44	14	4.368	3426	615	127	201	4369	8	1	9	1
75477	58 ENGENHEIRO BELTRÃO	4427	1	0	4.436	35	37	4.436	3896	306	119	178	4499	9	0	9	1
75493	59 FAXINAL	5794	1	0	5.971	92	85	5.971	3871	1680	166	174	5971	7	2	9	1
75531	60 FLORAI	3243	1	647	3.941	39	12	3.941	2406	1297	171	67	3941	6	3	9	1
75574	61 FLORIANÓPOLIS	1883	1	0	2.267	357	17	2.267	1667	282	238	80	2267	8	1	9	1
75639	62 FOZ DO IGUAÇU (nomeado)								3689	1472	93	100	5354	7	2	9	1
75655	63 FRANCISCO BELTRÃO	6550	1	0	8.824	2151	23	8.824	3748	4459	320	297	8824	4	5	9	1
75698	64 GOIUDERÊ	8167	1	847	9.346	129	203	9.346	7319	683	1056	288	9346	9	0	9	1
75956	65 GRANDES RIOS	3196	1	0	3.618	411	11	3.618	3403	0	74	141	3618	9	0	9	1
75710	66 GUAIRA (nomeado)								4812	0	117	100	5029	9	0	9	1
75752	67 GUAPIRAMA	761	1	0	966	201	4	966	911	0	36	19	966	9	0	9	1
75795	68 GUARACI	1817	1	1432	3.323	34	40	3.323	1890	1171	176	96	3323	5	4	9	1
75817	69 GUARANIQUÊ	4177	1	0	4.270	57	36	4.270	2722	1330	103	115	4270	6	3	9	1
75833	70 GUARAPUAVA	13862	1	9384	23.815	358	391	23.815	14825	7198	909	883	23815	14	7	21	1
75850	71 GUARAGUACABA	1361	1	0	1.398	20	17	1.398	722	565	47	64	1398	5	4	9	1
75876	72 GUARATUBA	2939	1	0	3.045	39	67	3.045	2864	0	78	103	3045	9	0	9	1
75892	73 IBAITI	5074	1	438	5.637	73	48	5.637	4749	431	238	213	5631	9	0	9	1
75914	74 IBIPORÃ	7022	1	0	7.264	132	106	7.264	5564	1298	290	308	7260	8	1	9	1
75957	75 IGUAÇU	2306	1	0	2.343	21	16	2.343	1623	515	104	101	2343	7	2	9	1
75973	76 IMBITUVA	4312	1	0	5.116	757	47	5.116	4560	0	251	305	5116	9	0	9	1
75918	77 INDIANÓPOLIS	3430	1	0	3.641	60	151	3.641	2543	620	351	124	3641	7	2	9	1
76031	78 IPIRANGA	2650	1	0	2.713	43	20	2.713	2533	0	106	74	2713	9	0	9	1
76074	79 IRATI	7873	1	0	10.562	2544	145	10.562	9860	0	617	85	10562	13	0	13	1
76112	80 ITAGUAÇU	2223	1	0	2.256	15	18	2.256	1798	286	67	127	2256	8	1	9	1

**ANEXO 07
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1968 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO DO MAPA MUNICÍPIO	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA DOS VEREADORES										CADEIRAS			MAIORIA
		ARENA votos	Índice votos	venceu	brancos votos	nulos votos	volantes votos	ARENA votos	Índice votos	ARENA votos	Índice votos	Brancos votos	nulos votos	volantes votos	ARENA votos	Índice votos	Total	
78677	121 NOVA OLÍMPIA	3367	1	0	59	27	3.452	1790	301	177	3452	5	4	9	1			
77275	122 ORTIGUEIRA	1978	1	2833	43	2272	2081	124	129	4606	5	4	9	1				
77330	123 PALMAS	2457	1	2741	47	5276	2783	240	111	5276	4	5	9	1				
75356	124 PALMEIRA	6408	1	0	175	111	6.694	4938	354	242	6694	8	1	9	1			
77410	125 PARANÁ DO NORTE	2555	1	1832	31	4.282	2844	1362	134	142	4282	6	3	9	1			
77437	126 PARANACITY	2394	1	0	257	24	2.675	1464	94	87	2675	5	4	9	1			
77453	127 PARANAGUÁ	11270	1	0	4460	465	16.195	8230	605	955	16195	8	7	15	1			
77470	128 PARANAPUEMA	1170	1	0	19	9	1.198	903	178	60	1198	8	1	9	1			
77486	129 PARANAVÁI	10154	1	8478	234	231	19.097	11084	6463	1169	19097	10	5	15	1			
77518	130 PATO BRANCO	4536	1	3892	72	77	8.677	4294	4012	228	8677	5	4	9	1			
77534	131 PAULA FREITAS	861	1	480	14	27	1.362	743	527	51	1362	5	4	9	1			
77550	132 PAULO FRONTIN	949	1	482	9	16	1.428	989	336	59	1428	7	2	9	1			
77577	133 PEABIRU	3886	1	0	461	37	4.184	3062	782	204	4184	9	2	11	1			
78683	134 PÉROLA	4964	1	617	110	82	5.773	4307	597	489	5773	9	0	9	1			
77631	135 PINHALÃO	1887	1	0	36	4	1.927	1652	135	70	1927	9	0	9	1			
77658	136 PINHÃO	3865	1	0	77	52	3.994	3448	146	82	318	3894	9	0	9	1		
77674	137 PIRAI DO SUL	2437	1	2283	50	40	4.820	3361	1198	148	4820	7	2	9	1			
77680	138 PIRAQUARA	3410	1	0	731	88	4.228	3757	0	211	261	4228	9	0	9	1		
77712	139 PITANGA	5373	1	3706	109	155	9.343	6493	0	446	404	9343	19	0	19	1		
77755	140 PLANALTO	(nomeado)																
77771	141 PONTA GROSSA	21478	1	17639	584	641	40.342	24254	12856	1944	1288	40342	14	7	21	1		
77798	142 PORECATU	5747	1	0	151	102	6.000	4411	849	519	221	6000	8	1	9	1		
77810	143 PORTO AMAZONAS	1596	1	0	54	35	1.685	1262	188	145	90	1685	8	1	9	1		
77836	144 PORTO RICO	754	1	888	31	20	1.494	776	984	72	62	1494	5	4	9	1		
77852	145 PORTO VITÓRIA	808	1	0	153	19	890	884	0	49	47	980	9	0	9	1		
77885	146 PRIMEIRO DE MAIO	3658	1	2882	49	117	6.416	3504	2370	311	231	6416	5	4	9	1		
77917	147 PRUDENTÓPOLIS	8016	1	0	1375	11	9.402	8767	0	316	319	9402	11	0	11	1		
77933	148 QUATIGUÁ	1587	1	0	35	0	1.622	1441	60	61	60	1622	9	0	9	1		
77976	149 QUERÊNCIA DO NORTE	1760	1	1014	105	37	2.916	1689	951	167	109	2916	6	3	9	1		
77992	150 QUINTA DO SOL	1644	1	0	15	6	1.665	1405	151	34	75	1665	9	0	9	1		
78050	151 REALEZA	2835	1	0	229	86	3.156	2904	0	59	187	3150	9	0	9	1		
78077	152 REBOUÇAS	3094	1	0	74	64	3.222	2978	0	118	126	3222	9	0	9	1		
78115	153 RESERVA	4766	1	0	76	108	4.959	4702	0	114	134	4950	11	0	11	1		
78131	154 RIBEIRÃO CLARO	4248	1	0	35	44	4.327	3821	0	209	197	4327	9	0	9	1		
78158	155 RIBEIRÃO DO PINHAL	4748	1	0	67	65	4.880	3723	690	208	259	4880	8	1	9	1		
78174	156 RIO AZUL	2707	1	0	28	17	2.752	2579	0	63	110	2752	9	0	9	1		
78190	157 RIO BONI	1742	1	0	148	14	1.904	1794	0	34	76	1904	9	0	9	1		
78212	158 RIO BRANCO DO SUL	1127	1	2418	67	63	3.675	1213	2188	159	115	3675	3	6	9	1		
78239	159 RIO NEGRO	3491	1	2885	165	119	6.354	4184	1578	328	260	6350	10	3	13	1		
78255	160 ROLANDIA	8529	1	4023	190	122	12.894	7785	4016	785	278	12894	9	4	13	1		

ANEXO 07
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1968 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MAPA MUNICÍPIO	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA DOS VEREADORES										CADEIRAS			MAIORIA	
		ARENA votos	ARENA vencu	Índice votos	brancos votos	nulos votos	volantes votos	ARENA votos	ARENA Índice	ARENA Índice	Brancos votos	nulos votos	volantes votos	ARENA Índice	ARENA Índice	total Índice	ARENA Índice	MAIORIA Índice	
76298	161 RONDON	5171	1	0	109	5	332	3625	1015	365	327	5332	7	2	9	1			
76310	162 SABAUDIA	2008	1	0	32	29	2068	1917	0	94	58	2069	9	0	9	1			
76336	163 SALGADO FILHO	2020	1	0	38	10	2068	2011	0	30	27	2088	9	0	9	1			
76379	164 SANTO DE LONTRA	7403	1	0	119	31	7.553	3759	3254	243	297	7553	5	4	9	1			
76385	165 SANTA AMELIA	2017	1	0	17	7	2.041	1931	0	66	44	2041	9	0	9	1			
76433	166 SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	2279	1	1522	150	43	3.994	2208	1377	264	145	3894	6	3	9	1			
76450	167 SANTA FE	1694	1	105	23	20	2.742	1892	632	134	84	2742	7	2	9	1			
76715	168 SANTA HELENA	2891	1	0	41	18	2.954	2796	0	76	78	2950	9	0	9	1			
76492	169 SANTA ISABEL DO OESTE	5862	1	0	100	31	5.993	3571	2011	286	119	5993	6	3	9	1			
76514	170 SANTA ISABEL DO OESTE	1427	1	1917	52	42	3.438	1855	1249	163	171	3438	5	4	9	1			
76530	171 SANTA MARIANA	3196	1	2855	75	88	6.014	3363	2013	474	164	6014	6	3	9	1			
76590	172 SANTO ANTONIO DA PLATINA	4242	1	3478	63	60	7.843	4207	3280	261	115	7843	7	6	13	1			
76573	173 SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	nomado						3843	1276	124	174	5417	7	2	9	1			
76854	174 SANTO INACIO	2443	1	0	23	8	2.474	1462	699	113	180	2474	6	3	9	1			
76870	175 SÃO CARLOS DO IVAI	1486	1	1505	21	38	3.050	1569	1238	98	115	3050	5	4	9	1			
76735	176 SÃO JOAO DO CAUUA	1740	1	1389	33	62	3.234	1711	1250	169	104	3234	5	4	9	1			
76751	177 SÃO JOAO DO IVAI	6834	1	0	128	56	7.018	4532	1886	400	200	7018	7	2	9	1			
76778	178 SÃO JOAO DO TRUINHO	2548	1	0	61	43	2.652	2334	0	138	180	2652	9	0	9	1			
76897	179 SÃO JERONIMO DA SERRA	4641	1	0	131	104	4.876	4304	0	304	288	4876	9	0	9	1			
76794	180 SÃO JORGE	2891	1	1200	53	170	4.314	2889	963	275	167	4314	7	2	9	1			
76816	181 SÃO JORGE DOESTE	2036	1	357	20	14	2.427	1912	361	46	106	2427	8	1	9	1			
76859	182 SÃO JOSE DOS PINHAIS	9873	1	0	231	173	10.377	9627	0	404	346	10377	13	0	13	1			
76875	183 SÃO MATEUS DO SUL	5931	1	0	69	71	6.071	5613	0	275	183	6071	9	0	9	1			
76813	184 SÃO PEDRO DO IVAI	3274	1	282	49	62	3.637	3197	155	161	124	3637	9	0	9	1			
76830	185 SÃO PEDRO DO PARANÁ	433	1	446	33	7	919	523	319	46	31	919	6	3	9	1			
76856	186 SÃO SEBASTIÃO DE AMOIREIRA	2337	1	0	24	13	2.374	1709	447	134	84	2374	7	2	9	1			
79014	187 SENGES	1074	1	1173	45	63	2.355	1057	1086	96	106	2355	4	5	9	1			
79057	188 SERTANÓPOLIS	2865	1	2071	57	38	5.051	2874	1677	158	142	5851	7	2	9	1			
79073	190 SIQUEIRA CAMPOS	5233	1	0	76	53	5.362	4890	0	201	231	5362	9	0	9	1			
79090	191 TAMBOARA	2184	1	0	27	5	2.216	1515	551	83	67	2216	7	2	9	1			
79111	192 TAPEJARA	3453	1	0	69	52	3.574	2875	330	374	195	3574	9	0	9	1			
79731	193 TAPIRA	3437	1	0	29	33	3.498	1756	1392	209	142	3499	5	4	9	1			
79138	194 TEIXEIRA SOARES	2654	1	0	50	80	2.754	2130	313	116	195	2754	8	1	9	1			
79154	195 TELMÁCO BORBA	5864	1	4827	157	141	10.969	6187	4160	408	234	10969	5	4	9	1			
79170	196 TERRA BOA	3048	1	3526	63	88	6.725	3234	2919	315	257	6725	5	4	9	1			
79197	197 TERRA RICA	4912	1	0	45	42	4.996	3729	959	157	154	4996	7	2	9	1			
79235	198 TIBAGI	3739	1	767	76	40	4.622	3470	745	193	214	4622	8	1	9	1			
79251	199 TUIUCAS DO SUL	2252	1	0	22	34	2.308	1434	672	80	122	2308	6	3	9	1			
79278	200 TOLEDO	12262	1	0	174	79	12.515	8888	2646	625	246	12515	7	2	9	1			

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA DOS VEREADORES						CADEIRAS						
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	ARENA	ARENA	MDB	ARENA	MDB	votos	votantes	ARENA	MDB	Total		
74012	1	ABATIÁ	1699	1			1817	838	2.744	207	2.744	330	597	2744	9	0	9	
74039	2	ADRIANÓPOLIS	2323	1			2204	73	2.430	34	2.430	100	126	2430	9	0	9	
74055	3	AGUDOS DO SUL	1330	1			1700	19	1.905	556	1.905	132	73	1905	9	0	9	
74071	4	ALMIRANTE TEMANDARE	6847	1			6445	276	7.315	276	7.315	512	358	7315	9	0	9	
74098	5	ALTO PARANÁ	4605	1			4378	36	4.671	36	4.671	209	84	4671	9	0	9	
74110	6	ALTO PIQUIRI	8984	1			8161	141	9.183	141	9.183	610	412	9183	9	0	9	
795110	7	ALTÔNIA	4251	1			4030	3219	9.071	1601	9.071	1664	3377	9071	9	0	9	
74136	8	ALVORADA DO SUL	3071	1			3153	34	3.622	517	3.622	297	172	3622	9	0	9	
74152	9	AMAPORÁ	1548	1			1217	14	1.578	14	1.578	57	49	1578	8	1	9	
74195	10	ANDARÁ	3731	1			2559	66	5.505	1708	5.505	2166	546	5505	5	4	9	
74179	11	AMPÉRE	2222	1			2782	53	3.015	740	3.015	86	147	3015	9	0	9	
74217	12	ANTONINA	3508	1	1384		3012	94	5.170	232	5.170	478	413	5170	7	2	9	
74233	13	ANTÔNIO OLINTO	1673	1			1765	6	1.911	232	1.911	65	81	1911	9	0	9	
74250	14	APUCARANA	20773	1			15949	364	21.519	240	21.519	1470	582	21519	13	2	15	
74276	15	ARAPONGAS	8916	1	9557	1	9225	412	19.125	240	19.125	1364	582	19125	8	7	15	
74292	16	ARAPOTI	2986	1			2812	81	3.098	81	3.098	182	104	3098	9	0	9	
74314	17	ARARUNA	5612	1			5149	93	5.758	93	5.758	369	240	5758	9	0	9	
74357	18	ARAUCÁRIA	7598	1			5518	155	7.918	155	7.918	423	383	7918	7	2	9	
74373	19	ASSAÍ	6090	1	747		5858	89	7.081	2005	7.081	425	223	7081	11	0	11	
79537	20	ASSIS CHATEAUBRIAND	6491	1			8223	4212	12.708	2005	12.708	2141	2344	12708	9	0	9	
74390	21	ASTORGA	4083	1	2569		4964	114	6.859	114	6.859	1221	457	6859	11	2	13	
74411	22	ATALAIA	1488	1			1693	358	1.826	358	1.826	67	66	1826	9	0	9	
74438	23	BOLSA NOVA	1372	1			1301	488	1.867	7	1.867	168	67	1867	7	2	9	
74454	24	BANDEIRANTES	11052	1			10195	148	11.284	148	11.284	700	389	11284	13	0	13	
74470	25	BARBOSA FERRAZ	4670	1			4870	37	5.213	506	5.213	204	139	5213	9	0	9	
74497	26	BARRAÇÃO (nomeado)					2393					839	37	214	3483	7	2	9
74519	27	BARRA DO JACARÉ	725	1			801	11	981	245	981	107	73	981	9	0	9	
74535	28	BELA VISTA DO PARAISO	5471	1			5132	52	5.558	52	5.558	281	145	5558	11	0	11	
74551	29	BITURUNA	1180	1	1499		1542	25	2.724	25	2.724	67	96	2724	5	4	9	
74578	30	BOA ESPERANÇA	1548	1	1211		1475	48	2.835	28	2.835	188	130	2835	5	4	9	
74594	31	BOCAIUA DO SUL	2951	1	119		2609	85	3.264	85	3.264	145	323	3264	9	0	9	
74616	32	BOM SUCESSO	3361	1			2556	31	3.418	31	3.418	419	243	3418	8	1	9	
74632	33	BORRAZÓPOLIS	3324	1	921		3301	69	4.364	69	4.364	603	294	4364	8	1	9	
74659	34	CAFEARA	673	1			760	17	872	182	872	59	53	872	9	0	9	
74675	35	CALLIFORNIA	2545	1			2851	564	3.159	564	3.159	173	135	3159	9	0	9	
74691	36	CAMBARÁ	3471	1	4715	1	3934	193	8.667	288	8.667	3079	1206	8667	7	6	13	
74713	37	CAMBÉ	1571	1	7497	1	2479	87	9.269	114	9.269	5814	731	9269	3	6	9	

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

74730	38	CAMBIRA	3862	1		73	35	3.970	3532	257	181	3970	9	0	9
74756	39	CAMPINA DA LAGOA	2954	1		558	12	3.524	3288	108	128	3524	9	0	9
74772	40	CAMPINA GRANDE DO SUL	2899	1		50	72	3.021	2750	153	118	3021	9	0	9

**ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA DOS VEREADORES						CADEIRAS			
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	Total
74799	41	CAMPO DO TENENTE	1317	1	23	39	1.379	1219	74	86	1379	9	0	9	
74810	42	CAMPO LARGO	5750	1	183	110	12.233	6550	579	228	12233	8	5	13	
74837	43	CAMPO MOURÃO	13555	1	130	144	13.829	12463	840	526	13829	11	0	11	
74853	44	CANDIDO DE ABREU	3754	1	65	21	3.840	3600	106	134	3840	9	0	9	
74870	45	CAPANEMA	(nomeado)					4558	286	222	5066	9	0	9	
74896	46	CAPITÃO LEONIDAS MARQUES	3231	1	1917	65	5.285	3062	189	78	5285	6	3	9	
74918	47	CARLÓPOLIS	3235	1	239	696	4.170	2818	758	594	4170	9	0	9	
74934	48	CASCAVEL	9307	1	283	612	23.069	9405	1830	872	23069	4	5	9	
74950	49	CASTRO	8518	1	1170	574	10.262	8520	1113	629	10262	13	0	13	
74977	50	CATANDUVAS	2299	1	68	96	5.724	2429	2853	215	227	5724	4	5	9
74993	51	CENTENÁRIO DO SUL	2994	1	746	57	3.797	3308	353	136	3797	9	0	9	
75019	52	CERRO AZUL	3336	1	59	31	3.426	2423	872	79	3426	7	2	9	
75070	53	CEU AZUL	4614	1	857	48	5.519	4648	533	427	444	5519	9	0	9
75035	54	CHOPINZINHO	4192	1	1679	164	6.035	5105	533	397	6035	9	0	9	
75051	55	CIANORTE	8405	1	148	389	17.681	8162	7326	1432	761	17681	5	4	9
75078	56	CIDADE GAUCHA	1745	1	17	29	3.505	1858	1253	173	221	3505	6	3	9
75094	57	CLEVLÂNDIA	2063	1	2430	80	4.622	2277	1892	276	77	4622	5	4	9
75132	58	COLOMBO	3570	1	1589	255	5.620	3635	1343	403	239	5620	7	2	9
75159	59	COLORADO	4057	1	575	232	4.864	4448	162	254	4864	9	0	9	
75175	60	CONGONHAS	1419	1	54	115	4.033	1249	2263	195	326	4033	3	6	9
75191	61	CONSELHEIRO MAIRINK	1800	1	41	13	1.854	1634	144	76	1854	9	0	9	
75213	62	CONTENDA	2704	1	368	13	3.085	2877	115	93	3085	9	0	9	
75230	63	CORBÉLIA	5589	1	1041	37	6.667	5723	482	482	6667	9	0	9	
75256	64	CORNÉLIO PROCÓPIO	14122	1	175	231	14.528	11190	1887	926	525	14528	17	2	19
75272	65	CORONEL VÍVIDA	3350	1	3737	83	7.245	3210	3606	194	235	7245	4	5	9
75337	66	CRUZ MACHADO	2295	1	836	33	3.164	2786	268	110	3164	9	0	9	
75299	67	CRUZEIRO DO OESTE	4540	1	2440	80	7.212	4714	1669	638	191	7212	7	2	9
75310	68	CRUZEIRO DO SUL	1772	1	29	8	1.809	1618	10716	96	95	1809	9	0	9
75353	69	CURITIBA	(nomeado)					160461	61031	10716	17850	250058	15	6	21
75370	70	CURIUVA	2720	1	646	33	3.399	2825	363	211	3399	9	0	9	
75396	71	DIAMANTE DO NORTE	2400	1	29	21	2.450	2282	139	29	2450	9	0	9	
75418	72	DOIS VIZINHOS	5298	1	107	102	8.533	4933	3161	278	161	8533	6	3	9
75434	73	DOUTOR CAMARGO	1705	1	57	63	3.452	2026	944	309	173	3452	6	3	9
75477	74	ENGENHEIRO BELTRÃO	3008	1	49	59	5.791	3551	1644	399	197	5791	6	3	9
75450	75	ENEIAS MARQUES	1843	1	43	36	4.113	2076	1798	176	63	4113	5	4	9
75493	76	FAXINAL	4290	1	100	153	7.837	4573	2596	413	255	7837	6	3	9
75515	77	FELIX	2094	1	9	28	2.131	1952	108	71	2131	9	0	9	

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

75531	78 FLORAI	2206	1	1733	41	16	3.996	2440	1208	194	154	3996	6	3	9
75558	79 FLORESTA	971	1	932	14	33	1.950	1022	786	78	64	1950	5	4	9
75655	80 FRANCISCO BEL TRÃO	4683		8008	181	191	13.063	4545	7799	546	173	13063	3	6	9

**ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA DOS VEREADORES							CADEIRAS			
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	brancos	nulos	votos	ARENA	MDB	votos	brancos	nulos	votos	ARENA	MDB
75574	81	FLORESTÓPOLIS	2129	1	245	1	39	53	2.466	1519	809	227	111	2466	7	2	9
75590	82	FLÓRIDA	912	1			42	7	961	925		17	19	961	9	0	9
75612	83	FORMOSA DO OESTE	6441	1			1265	107	7.813	6476		655	682	7813	9	0	9
75639	84	FOZ DO IGUAÇU	(nomeado)							8690		337	465	9492	9	0	9
75671	85	GENERAL CARNEIRO	1465	1	1118	1	17	16	2.616	1328	1072	125	91	2616	5	4	9
75698	86	GOIOERÉ	9322	1	3084	1	173	190	12.769	8873	2081	1343	472	12769	8	1	9
75710	87	GUAIRA	(nomeado)							6270		225	238	6733	9	0	9
75736	88	GUAIRAÇÁ	2080	1			303	79	2.462	2190		118	154	2462	9	0	9
75752	89	GUAPIRAMA	1445	1			9	8	1.462	1378		25	59	1462	9	0	9
75779	90	GUAPOREMA	1079	1			139	96	1.314	1176		62	76	1314	9	0	9
75795	91	GUARACI	1649	1	774	1	44	124	2.591	1710	643	58	160	2591	7	2	9
75817	92	GUARANIQUÊ	3038	1	2905	1	58	74	6.075	3886	1669	171	349	6075	6	3	9
75833	93	GUARAPUAVA	10050	1	17508	1	459	570	28.587	13535	12934	1440	678	28587	11	10	21
75850	94	GUARAUQUEÇABA	910	1	686	1	20	31	1.647	989	521	84	73	1647	6	3	9
75876	95	GUARATUBA	4030	1			44	41	4.115	3528	289	146	152	4115	9	0	9
75896	96	GRANDES RIOS	7218	1			159	54	7.431	6037	579	433	382	7431	9	0	9
75892	97	IBAITI	5084	1			875	29	5.958	5322		465	171	5958	9	0	9
75914	98	IBIPORÁ	4920	1			2746	137	7.803	6128		1219	456	7803	9	0	9
75930	99	ICARAIMA	3552	1			770	48	4.370	3800		324	246	4370	9	0	9
75957	100	IGUARAÇU	1379	1			659	9	2.047	1147	709	147	44	2047	6	3	9
75973	101	IMBITUVA	5301	1			57	92	5.450	4877		335	238	5450	9	0	9
75990	102	INACIO MARTINS	1913	1			17	29	1.959	1786		91	82	1959	9	0	9
76015	103	INAJÁ	1529	1			12	105	1.646	996	406	58	186	1646	6	3	9
76018	104	INDIANÓPOLIS	3338	1			622	80	4.040	3216		537	287	4040	9	0	9
76031	105	IPIRANGA	3006	1			31	31	3.068	2928		85	55	3068	9	0	9
76058	106	IPORÁ	14955	1			387	408	15.750	13394		1940	416	15750	9	0	9
76074	107	IRATI	10236	1	1770	1	120	157	12.283	9563	1920	390	410	12283	11	2	13
76090	108	IRETAMA	2333	1			16	16	2.365	2186		111	68	2365	9	0	9
76112	109	ITAGUAÇÉ	1830	1			17	18	1.865	1721		70	74	1865	9	0	9
76139	110	ITAMBARACÁ	2323	1			351	18	2.692	2411		151	130	2692	9	0	9
76155	111	ITAMBÉ	2005	1			878	100	2.983	2543		214	226	2983	9	0	9
76171	112	ITAPEJARA DO OESTE	2316	1			991	24	3.331	2190	866	158	117	3331	5	3	8
76198	113	ITAUNA DO SUL	306	1	448	1	15	9	778	400	325	44	9	778	5	4	9
76210	114	IVAÍ	2934	1			17	27	2.978	2868		68	42	2978	9	0	9
76236	115	IVAIPORÁ	9620	1	968	1	283	530	11.401	8481	1138	1232	550	11401	9	0	9
76252	116	IVATUBA	1177	1			418	30	1.625	1411		133	81	1625	9	0	9
76279	117	JABOTTI	824	1	646	1	22	4	1.496	774	575	61	86	1496	5	4	9

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

76285	118	JACAREZINHO	6413	1	2341	147	307	9.208	6459	1239	1064	446	9208	11	2	13
76317	119	JAGUARAPITÁ	4683	1		41	168	4.902	3501	933	174	294	4902	9	2	11
76333	120	JAGUARIAIVA	2283	1	1604	106	105	4.078	3230	536	214	98	4078	10	1	11

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA DOS VEREADORES										CADEIRAS	
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	brancos	votos	nulos	votos	ARENA	MDB	votos	brancos	votos	nulos	votos	ARENA
76350	121	JANDAIA DO SUL	7306	1	160	270	7.736	5497	1282	567	390	7736	9	2	11			
76376	122	JANIÓPOLIS	4924	1	60	56	5.040	3175	1114	457	294	5040	7	2	9			
76392	123	JAPIRÁ	1443	1	369	10	1.822	1610		161	1822	9	0	9				
76414	124	JAPURÁ	2602	1	764	722	4.088	3101		446	541	4088	9	0	9			
76430	125	JARDIM ALEGRE	3840	1	86	143	7.316	4015	2426	546	329	7316	6	3	9			
76457	126	JARDIM OLINDA	522	1	73	6	601	545		23	33	601	9	0	9			
76473	127	JATAIZINHO	1959	1	40	51	4.018	2585	983	283	167	4018	7	2	9			
76490	128	JOAQUIM TÁVORA	2191	1	36	26	3.967	3208	464	110	185	3967	8	1	9			
76511	129	JUNDAÍ DO SUL	2282	1	13	12	2.307	2133		71	103	2307	9	0	9			
76538	130	JUSSARA	2502	1	560	36	3.098	1597	1011	235	255	3098	6	3	9			
76554	131	KALORÉ	3217	1	30	30	3.277	3028		129	120	3277	9	0	9			
76570	132	LAPA	9908	1	133	134	10.175	9430		436	309	10175	15	0	15			
76597	133	LARANJEIRAS DO SUL	11699	1	142	61	11.902	9211	2164	267	260	11902	9	2	11			
76619	134	LEÓPOLIS	1754	1	413	146	2.313	1870		262	181	2313	9	0	9			
76635	135	LOANDA	3127	1	1642	78	4.847	4220		355	272	4847	9	0	9			
76651	136	LOBATO	1490	1	14	1	1.505	994	388	74	49	1505	7	2	9			
76678	137	LONDRINA	25195	1	558	1049	67.043	28496	33091	4105	1351	67043	10	11	21			
76694	138	LUPIONÓPOLIS	2038	1	17	17	2.072	1894		93	85	2072	9	0	9			
76716	139	MALLET	2386	1	602	144	3.102	2697		176	229	3102	9	0	9			
76732	140	MAMBORE	4088	1	46	39	4.153	3710		238	205	4153	9	0	9			
76759	141	MANDAGUAÇU	4836	1	79	87	5.002	4569		284	149	5002	9	0	9			
76775	142	MANDAGUARI	6622	1	106	134	6.862	4965	1258	430	209	6862	9	2	11			
75116	143	MANGUEIRINHA	3219	1	51	55	3.325	2966		205	154	3325	9	0	9			
76791	144	MANDIRITIBA	2803	1	814	107	3.724	3219	93	163	249	3724	9	0	9			
76813	145	MANOEL RIBAS	3043	1	35	23	3.101	2904		96	101	3101	9	0	9			
76830	146	MARECHAL CANDIDO RONDON (nomeado)						14412		766	163	15341	9	0	9			
76856	147	MARIA HELENA	3021	1	341	151	6.600	4073	1562	533	432	6600	7	2	9			
76872	148	MARIALVA	7793	1	161	210	8.154	6316	738	703	397	8154	9	0	9			
74330	149	MARILÂNDIA DO SUL	3787	1	227	227	4.599	4027		343	229	4599	9	0	9			
79758	150	MARILENA	1111	1	188		1.299	1172		103	24	1299	9	0	9			
76899	151	MARILUZ	4341	1	53	44	4.438	3840		406	192	4438	9	0	9			
76910	152	MARINGÁ	15471	1	791	1257	46.737	19678	20942	4017	2100	46737	8	9	17			
76937	153	MARIÁPOLIS	1020	1	644	9	1.673	1392		259	22	1673	9	0	9			
76953	154	MARMELEIRO	3118	1	51	38	4.094	2879	1010	139	66	4094	7	2	9			
76970	155	MARUMBI	2068	1	446	43	2.557	2258		103	196	2557	9	0	9			
76996	156	MATELÂNDIA	3375	1	1294	100	4.769	3710		590	469	4769	9	0	9			
79634	157	MATINHOS	329	1	32	78	1.818	797	795	145	81	1818	5	4	9			

**ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA DOS VEREADORES						CADEIRAS							
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	brancos	votos	nulos	votos	ARENA	MDB	votos	brancos	votos	nulos	votos	ARENA	MDB	Total
77070	161	MOREIRA SALLES	4290	1			73	50	4.413	3855			385	173	4413	9	0	9		
77097	162	MORRETES	3367	1			1295	49	4.711	3392			642	462	4711	8	1	9		
77119	163	MUNHOZ DE MELO	973		1040		24	23	2.060	1013			127	116	2060	5	4	9		
77135	164	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	802	1			405	22	1.229	993			163	73	1229	9	0	9		
77232	165	NOVA FÁTIMA	2640	1			685	44	3.369	2847			368	154	3369	9	0	9		
77151	166	NOVA ALIANÇA DO IVAI	547	1			7	5	559	272			41	23	559	5	4	9		
77178	167	NOVA AMÉRICA DA COLINA	927	1	925		18	20	1.890	879			105	108	1890	5	4	9		
77194	168	NOVA CANTÚ	761	1			830	6	1.597	1301			210	86	1597	9	0	9		
77216	169	NOVA ESPERANÇA	5429	1	4351		185	290	10.255	5913			1040	356	10255	8	3	11		
77259	170	NOVA LONDRINA	2175	1			731	15	2.921	2364			342	158	2921	8	1	9		
79677	171	NOVA OLÍMPIA	5168	1			51	52	5.271	3918			649	327	5271	8	1	9		
79650	172	NOVA AURORA	4351	1	897		93	92	5.433	3989			801	358	5433	8	1	9		
77275	173	ORTIGUEIRA	3334	1			1018	45	4.397	2061			1770	259	4397	5	4	9		
77291	174	OURIZONA	1502	1			492	9	2.003	1776			163	64	2003	9	0	9		
77313	175	PAÇANDU	2095	1			936	83	3.114	2506			378	230	3114	9	0	9		
77330	176	PALMAS	7217	1			67	53	7.337	6827			245	265	7337	9	0	9		
77356	177	PALMEIRA	3361	1	3447		134	155	7.097	4263			642	280	7097	6	3	9		
77372	178	PALMITAL	2817	1			631	127	3.575	3257			115	203	3575	9	0	9		
77399	179	PALOTINA	6429	1			4378	340	11.147	8472			1542	1133	11147	9	0	9		
77410	180	PARAÍSO DO NORTE	1495		2125		32	30	3.682	1281			127	140	3682	3	6	9		
77437	181	PARANACITY	2163	1			229	1	2.393	1503			744	58	2393	6	3	9		
77453	182	PARANGUÁ	10547	1	7224		270	350	18.391	9631			1374	556	18391	9	6	15		
77470	183	PARANAPOEMA	1038	1			15	8	1.061	934			53	74	1061	9	0	9		
77496	184	PARANAVALI	11528	1	6615		164	469	18.776	12103			1418	788	18776	11	4	15		
77518	185	PATO BRANCO	7285	1	4760		105	128	12.278	6992			527	236	12278	5	4	9		
77534	186	PAULO FREITAS	678	1	639		24	29	1.370	645			57	58	1370	5	4	9		
77550	187	PAULO FRONTIN	1649	1	1174		18	44	1.711	1328			84	75	1711	8	1	9		
77577	188	PEABIRU	4439	1			62	86	5.761	4508			439	350	5761	11	0	11		
79693	189	PEROLA	6059	1			93	46	6.198	5188			507	284	6198	9	0	9		
77593	190	PEROLA D OESTE	(nomeado)							1956			56	78	3280	6	3	9		
77615	191	PIÊN	1175	1	729		31	22	1.957	1155			63	72	1957	6	3	9		
77631	192	PINHALÃO	1910	1			324	182	2.416	2106			174	136	2416	9	0	9		
77658	193	PINHÃO	2284	1	1900		87	87	4.358	2507			1508	232	4358	6	3	9		
77674	194	PIRAÍ DO SUL	4146	1			965	77	5.188	4689			331	168	5188	9	0	9		
77690	195	PIRAQUARA	3908	1			1656	167	5.731	4776			428	527	5731	9	0	9		
77712	196	PITANGA	8929	1	1349		1349	65	10.343	9361			438	544	10343	19	0	19		
77739	197	PLANALINA DO PARANÁ	1635	1			13	10	1.658	969			54	65	1658	6	3	9		

**ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA DOS VEREADORES						CADEIRAS		
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	brancos	votos	nulos	votos	brancos	votos	nulos	votos	ARENA
77836	201	PORTO RICO	1225	1	203	6	1.434	958	337	64	75	1434	7	2	9
77852	202	PORTO VOTÓRIA	1219	1	19	25	1.263	1183		53	27	1263	9	0	9
77879	203	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	1597	1	286	3	1.886	1667		113	106	1886	9	0	9
77895	204	PRIMEIRO DE MAIO	3572	1	1072	38	4.682	1929	2211	291	251	4682	4	5	9
77917	205	PRUDENTÓPOLIS	6973	1	2614	283	10.212	8634	750	463	365	10212	11	0	11
77810	206	PORTO AMAZONAS	961	1	431	12	1.404	1228		122	54	1404	9	0	9
77933	207	QUATIGUÁ	2185	1	13	7	2.205	1644	407	78	76	2205	7	2	9
77950	208	QUATRO BARRIOS	1957	1	34	47	2.038	1856		101	81	2038	9	0	9
77976	209	QUERÊNCIA DO NORTE	1227	1	1068	20	2.315	1831		367	117	2315	9	0	9
77992	210	QUINTA DO SOL	2040	1	88	22	2.168	1728	159	175	106	2168	9	0	9
78018	211	QUITANDINHA	3045	1	73	53	3.171	2332	573	121	145	3171	7	2	9
79553	212	QUEDAS DO IGUAÇU	2038	1	616	27	2.681	2379		155	147	2681	9	0	9
78034	213	RANCHO ALEGRE	1196	1	18	22	2.194	1363	635	93	103	2194	6	3	9
78050	214	REALEZA	2437	1	1834	54	4.379	2567	1610	114	88	4379	6	3	9
78077	215	REBOUÇAS	3501	1	79	36	3.616	3421		124	71	3616	9	0	9
78093	216	RENASÇENÇA	1851	1	347	12	2.210	1441	629	81	59	2210	6	3	9
78115	217	RESERVA	4788	1	68	93	4.949	4468		205	276	4949	11	0	11
78131	218	RIBEIRÃO CLARO	2857	1	1128	198	4.183	3395		386	402	4183	9	0	9
78158	219	RIBEIRÃO DO PINHAL	4455	1	75	108	4.638	3807		575	256	4638	9	0	9
78174	220	RIO AZUL	2431	1	603	39	3.073	2838		152	83	3073	9	0	9
78190	221	RIO BOM	2321	1	30	19	2.370	2249		74	47	2370	9	0	9
78212	222	RIO BRANCO DO SUL	3140	1	1487	90	4.717	4081		387	249	4717	9	0	9
78239	223	RIO NEGRO	2260	1	184	248	7.595	2870	3867	519	339	7595	6	7	13
78255	224	ROLÂNDIA	14607	1	174	155	14.936	13395		1114	427	14936	13	0	13
78271	225	RONCADOR	1643	1	202	5	1.850	1663		103	84	1850	9	0	9
78298	226	RONDON	3423	1	764	178	4.365	3605	202	248	310	4365	9	0	9
78310	227	SABÁDIA	1242	1	34	43	2.802	1173	1362	183	84	2802	4	5	9
78336	228	SALGADO FILHO	1836	1	513	10	2.359	2115		112	132	2359	9	0	9
78352	229	SALTO DO ITARARÉ	1339	1	311	10	1.660	1512		113	35	1660	9	0	9
78379	230	SALTO DO LONTRA	4749	1	1065	1440	7.254	4642	1870	368	374	7254	7	2	9
78395	231	SANTA AMÉLIA	2428	1	18	17	2.463	2277		108	78	2463	9	0	9
78557	232	SANTA ANA DO ITARARÉ	1564	1	31	10	1.625	1497		59	69	1625	9	0	9
78417	233	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	1606	1	29	50	3.069	1902	870	195	102	3069	6	3	9
78433	234	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	3630	1	57	37	3.724	1839	1502	249	134	3724	5	4	9
78450	235	SANTA FÉ	3219	1	51	14	3.284	2601	379	199	105	3284	8	1	9
79715	236	SANTA HELENA	(nomeado)							208	100	5643	9	0	9
78476	237	SANTA INÊS	1259	1	12	6	1.277	1156		53	68	1277	9	0	9

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

78492	238	SANTA ISABEL DO IVAÍ	6243	1		69	34	6.346	4028	1605	296	417	6346	7	2	9
78514	239	SANTA ISABEL DO OESTE	3453	1		441	22	3.916	2726	992	125	73	3916	7	2	9
78530	240	SANTA MARIANA	3108	1	2916	74	188	6.286	3317	2200	600	169	6286	6	3	9

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA DOS VEREADORES								CADEIRAS					
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	ARENA	MDB	ARENA	MDB	brancos	votos	nulos	votos	brancos	votos	ARENA	MDB	Total	
78590	241	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	5762	1	4008			99	119	9.988			6105	3209	402	272	9968	8	5	13
78611	242	SANTO ANTÔNIO DA CAIUÁ	962	1	734			15	18	1.729			923	735	45	26	1729	5	4	9
78638	243	SANTO ANTÔNIO DO PARAISO	910	1				152	61	1.123			932		92	99	1123	9	0	9
78573	244	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE (nomeado)											3494	1947	94	190	5125	7	2	9
78654	245	SANTO INÁCIO	1672	1				131	11	1.814			1202	409	60	143	1814	7	2	9
78670	246	SÃO CARLOS DO IVAÍ	2600	1				25	16	2.641			2357		153	131	2641	9	0	9
78697	247	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	2686	1	1215			79	84	4.064			2611	954	282	217	4064	7	2	9
78719	248	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	1739	1	2409			52	34	4.234			2045	1981	107	101	4234	5	4	9
78735	249	SÃO JOÃO DO IVAÍ	2798	1				22	19	2.839			2128	516	115	80	2839	7	2	9
78794	250	SÃO JOÃO DO IVAÍ	8649	1				111	51	8.811			7315	618	563	315	8811	9	0	9
78778	251	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	2773	1				38	34	2.845			2532		136	177	2845	9	0	9
78816	252	SÓ JORGE DO OESTE	3555	1				47	20	3.622			2599	793	107	123	3622	9	0	9
78794	253	SÃO JORGE DO IVAÍ	2837	1				721	31	3.589			2969		438	182	3589	9	0	9
78832	254	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	1794	1				166	14	1.974			1721		153	100	1974	9	0	9
78859	255	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	10914	1	2958			801	839	15.512			12074	1550	1274	614	15512	12	1	13
78875	256	SÃO MATEUS DO SUL	6551	1				85	117	6.753			5907		477	369	6753	9	0	9
78891	257	SÃO MIGUEL DO IGUAÇÚ (nomeado)											5461		300	443	6204	9	0	9
78913	258	SÃO PEDRO DO IVAÍ	1947	1	1767			44	87	3.845			2856	543	263	183	3845	8	1	9
78930	259	SÃO PEDRO DO PARANÁ	1314	1				33	29	1.376			950	280	86	60	1376	7	2	9
78956	260	SÃO SEBASTIÃO DO AMOREIRA	1926	1				852	21	2.799			1589	619	434	157	2799	7	2	9
78972	261	SÃO TOMÉ	1292	1	1512			42	54	2.900			1340	1265	153	142	2900	5	4	9
78999	262	SAPOEMA	1243	1				19	11	1.273			1134		89	50	1273	9	0	9
79014	263	SENGES	3183	1				54	47	3.284			2949		219	116	3284	9	0	9
79030	264	SERTANEJA	2039	1				545	29	2.613			2342		129	142	2613	9	0	9
79057	265	SERTANÓPOLIS	3118	1				1600	71	4.789			3953		611	225	4789	11	0	11
79073	266	SIQUEIRA CAMPOS	4122	1				919	58	5.099			4583		385	131	5099	9	0	9
79090	267	TAMBOARA	1199	1	1020			13	68	2.300			1189	815	173	123	2300	5	4	9
79111	268	TAPEJARA	2441	1				494	13	2.948			2630		202	116	2948	9	0	9
79131	269	TAPIRA	1759	1				164	1055	2.978			1489		238	1251	2978	9	0	9
79138	270	TEIXEIRA SOARES	2527	1				277	26	2.830			2512		140	178	2830	9	0	9
79154	271	TELEMACHO BORBA	5248	1	5162			169	258	10.837			6229	3617	612	379	10837	6	3	9
79170	272	TERRA BOA	8036	1				111	59	8.206			4378	3179	370	279	8206	5	4	9
79197	273	TERRA RICA	3403	1				968	53	4.424			2666	1305	255	198	4424	6	3	9
79219	274	TERRA ROXA	7143	1				165	60	7.368			6141		787	440	7368	9	0	9
79235	275	TIBAGI	3260	1				1171	160	4.591			3624		590	377	4591	9	0	9
79251	276	TIJUCAS DO SUL	1536	1	888			44	22	2.490			1560	752	79	99	2490	6	3	9
79278	277	TOLEDO	13376	1				7559	362	21.297			8988	8139	2741	1429	21297	5	4	9

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

79294	278	TOMAZINA	3394	1			395	72	3.861	3208	341	312	3861	9	0	9
79316	279	TUNEIRAS DO OESTE	1194		1537	1	26	21	2.778	1207	126	77	2778	4	5	9
79332	280	UBIRATÁ	6444	1			68	37	6.549	5243	298	135	6549	8	1	9

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA N°	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA DOS VEREADORES						CADEIRAS							
			ARENA	VENCEU	MDB	VENCEU	brancos	votos	nulos	votos	ARENA	MDB	brancos	votos	nulos	votos	ARENA	MDB	Total
79359	281	LUMPARAMA	23090	1			281	432	23.803	15464	4908	2124	1307	23803	7	2	9		
79375	282	UNIÃO DA VITÓRIA	5145		6046	1	258	591	12.042	5810	5133	750	349	12042	7	6	13		
79391	283	UNIFLOR	1623	1			22	19	1.664	1442		146	76	1664	9	0	9		
79413	284	URAI	3634	1			1056	28	4.718	4307		269	142	4718	9	0	9		
79456	285	VITÓRIAS	1543		1933	1	154	29	3.526	1680	1702	69	75	3526	4	5	9		
79472	286	VITORINO	792		1182	1	30	18	2.022	885	1048	47	72	2022	4	5	9		
79430	287	WENCESLAU BRAZ	3145	1			1466	34	4.645	3217		1245	183	4645	9	0	9		
79499	288	XAMBRE	3688	1			42	57	3.787	1891	1309	400	187	3787	5	4	9		
TOTAL			1.084.636	245	3.18.932	31	98.433	38.971	1.540.972	1.271.097	376.887	124.442	91.376	1.863.802	2341	430	2771		

Fonte: Dados brutos fornecidos pelo TRE-PR.

OBS: 51 votos em separado do município de Tomazina, para prefeito, incluímos nos votos nulos.

ANO	PREFEITURA MUNICIPAL		CÂMARA MUNICIPAL		CÂMARA MUNICIPAL	
1972	ARENA	1.084.636	70,38%	ARENA	1.271.097	68,20%
	MDB	318.932	20,70%	MDB	376.887	20,22%
	Brancos	98.433	6,39%	Brancos	124.442	6,68%
	Nulos	38.971	2,53%	Nulos	91.376	4,90%
	Total	1.540.972	100,00%	Total	1.863.802	100,00%
	Concorreu			Concorreu		
	ARENA	276	100%	ARENA	288	100%
	MDB	88	31,88%	MDB	145	50,35%
	N/Concorreu			N/Concorreu		
	ARENA	0	0%	ARENA	0	0%
	MDB	188	68,12%	MDB	143	49,65%
	Elegeu			Elegeu		
	ARENA	245	88,77%	ARENA	2.341	84,48%
	MDB	31	11,23%	MDB	430	15,52%
	Total	276	100,00%	Total	2.771	100,00%
	Prefeitos:			Majoria		
	Eleitos	276		ARENA	273	94,79%
	Nomeados	12		MDB	15	5,21%
	Total	288		Total	288	100,00%

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

1
1
1

1	
1	
	1

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

1
1
1

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

1
1
1

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

1
1
1

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

1
1
1

1	
	1
1	

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

296-303

ANEXO 08
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1972 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

MAIORIA	ARENA	MDB
	1	
	1	
	1	
	1	
		1
		1
	1	
	1	
	273	15

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO	MAPA	MUNICÍPIOS		PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA MUNICIPAL				CADEREAS				MAIORIA																			
		MUNICÍPIO	Nº	ARENA	VENCEU	MDB	votos	VENCEU	brancos	votos	nulos	votos	ARENA	MDB	votos	nulos	votos	brancos	votos	nulos	ARENA	MDB	votos	nulos	ARENA	MDB	votos	nulos	ARENA	MDB	votos	nulos			
74012	1	ABATIÁ	1	1152	1	39	80	3.465	2145	989	223	108	3465	6	3	9	1																		
74038	2	ADRIANÓPOLIS	1	670	1	39	48	2.610	1753	617	90	150	2610	7	2	9	1																		
74055	3	AGUDOS DO SUL	1	1062	1	36	55	2.234	1008	1070	79	77	2234	4	5	9	1																		
74071	4	ALMIRANTE TAMANDARÉ	1	5070	1	541	416	10.966	5206	4342	774	644	10966	5	4	9	1																		
74098	5	ALTO PARANÁ	1	495	1	67	67	5.522	4034	1137	234	117	5522	7	2	9	1																		
74110	6	ALTO PIQUIRI	1	2455	1	84	177	9.931	6772	1173	524	382	9931	7	2	9	1																		
74150	7	ALTÔNIA	1	7346	1	216	293	14.970	7061	6626	685	598	14970	5	4	9	1																		
74136	8	ALVORADA DO SUL	1	1224	1	58	139	5.121	3179	1372	379	191	5121	6	3	9	1																		
74192	9	AMPORÁ	1	398	1	22	20	1.408	980	359	37	32	1408	7	2	9	1																		
74195	10	ANDARA	1	2101	1	138	110	7.166	4836	1502	607	221	7166	7	2	9	1																		
74179	11	AMPÈRE	1	1922	1	55	56	4.667	2811	1633	116	107	4667	6	3	9	1																		
74217	12	ANTONINA	1	3086	1	186	202	5.965	2685	2421	461	198	5965	5	4	9	1																		
74233	13	ANTÔNIO OLINTO	1	2271	1	18	37	2.332	2223	0	55	54	2332	9	9	1	1																		
74250	14	APUCARANA	1	10976	1	500	934	26.500	14661	9517	1695	627	26500	8	6	15	1																		
74276	15	ARAPONGAS	1	11672	1	356	611	25.701	12278	11632	1285	506	25701	8	7	15	1																		
74282	16	ARAPOTI	1	961	1	62	75	4.058	2856	928	163	113	4058	7	2	9	1																		
74314	17	ARARUNA	1	6901	1	89	63	7.053	5847	707	294	205	7053	8	1	9	1																		
74357	18	ARAUCÁRIA	1	4896	1	243	386	11.533	6316	3960	780	477	11533	6	3	9	1																		
74373	19	ASSAÍ	1	4687	1	147	147	9.519	5235	3430	535	319	9519	7	4	11	1																		
74379	20	ASSIS CHATEAUBRAND	1	11333	1	379	707	23.429	10477	10797	1334	821	23429	4	5	9	1																		
74390	21	ASTORGA	1	4281	1	150	189	9.231	4818	10797	381	111	9231	7	6	13	1																		
74411	22	ATALAIA	1	56	1	25	25	1.904	1712	46	83	63	1904	9	9	1	1																		
74438	23	BALSA NOVA	1	485	1	48	47	2.587	2037	322	147	91	2587	8	1	9	1																		
74454	24	BANDEIRANTES	1	577	1	130	126	13.121	11222	832	808	259	13121	13	3	1	1																		
74470	25	BARBOSA FERRAZ	1	2948	1	182	191	8.499	5058	2720	460	261	8499	6	3	9	1																		
74487	26	BARRAÇÃO	(nomeado)						2436	2074	48	96	4654	5	4	9	1																		
74519	27	BARRA DO JACARÉ	1	548	1	18	28	1.270	707	454	60	49	1270	6	3	9	1																		
74535	28	BELA VISTA DO PARAISO	1	2295	1	43	124	7.193	4933	1798	309	152	7193	8	3	11	1																		
74551	29	BITURUNA	1	1064	1	35	45	3.100	1976	966	90	68	3100	6	3	9	1																		
74578	30	BOA ESPERANÇA	1	1798	1	31	57	3.796	1987	1603	113	93	3796	5	4	9	1																		
74594	31	BOCAIUA DO SUL	1	226	1	58	107	3.360	2870	151	180	159	3360	9	9	1	1																		
74616	32	BOM SUCESSO	1	789	1	43	64	3.284	2439	549	192	104	3284	8	1	9	1																		
74632	33	BORRAZÓPOLIS	1	2743	1	118	125	5.337	2475	2452	286	144	5357	5	4	9	1																		
74659	34	CAFEARA	1	0	1	5	10	955	982	0	79	46	1107	9	9	1	1																		
74675	35	CALIFORNIA	1	1592	1	73	100	3.728	2156	1215	195	162	3728	6	3	9	1																		
74681	36	CAMBARÁ	1	417	1	218	98	9.312	7396	855	764	297	9312	12	1	13	1																		
74713	37	CAMBE	1	6837	1	133	215	12.887	5966	5867	759	295	12887	5	4	9	1																		
74730	38	CAMBIRA	1	0	1	71	56	3.869	3153	445	180	91	3869	8	1	9	1																		
74756	39	CAMPINA DA LAGOA	1	3404	1	107	169	8.538	5241	2827	270	200	8538	6	3	9	1																		
74772	40	CAMPINA GRANDE DO SUL	1	273	1	82	119	4.615	3843	321	294	157	4615	9	9	1	1																		
74799	41	CAMPO TENENTE	1	1555	1	28	28	1.611	1488	0	78	45	1611	9	9	1	1																		
74810	42	CAMPO LARGO	1	6358	1	298	409	16.094	8337	6476	862	419	16094	7	6	13	1																		
74837	43	CAMPO NOURÃO	1	5883	1	282	458	22.963	15482	15482	1320	482	22963	8	3	11	1																		
74853	44	CANDIDO DE ABREU	1	2498	1	81	83	4.948	2414	2234	149	149	4948	5	4	9	1																		
74870	45	CAPANEMA	(nomeado)						4653	2502	141	124	7420	6	3	9	1																		

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO	MAPA	MUNICÍPIOS		PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA MUNICIPAL				CADEIRAS				MAIORIA					
		MUNICÍPIO	Nº	ARENA	V	MDB	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	MDB	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	MDB	total	ARENA	MDB
74896	46	CAPITÃO LEONIDAS MARQUES		5348	1	4492	121	250	10.211	5385	4301	287	238	10211	5	4	9	1			
74818	47	CARLOPOLIS		3900	1	1136	136	124	5.295	3889	855	346	205	5295	7	2	9	1			
74834	48	CASCASVEL		25843	1	17803	755	1681	46.082	24847	16892	2875	1468	46082	9	6	15	1			
74850	49	CASIRO		12860	1	0	369	419	13.648	9808	2558	690	592	13648	11	2	13	1			
74877	50	CATANDUVAS		6404	1	2894	154	209	9.681	6026	2937	400	298	9681	6	3	9	1			
74893	51	CENTENARIO DO SUL		3942	1	963	51	65	5.021	3923	767	219	116	5021	8	1	9	1			
75019	52	CERRO AZUL		3244	1	434	41	55	3.774	2871	736	114	53	3774	7	2	9	1			
75070	53	CEU AZUL		7802	1	948	112	151	9.013	7268	951	474	320	9013	9	1	10	1			
75095	54	CHOPRIZINHO		5539	1	4117	172	150	9.978	5416	3994	296	272	9978	5	4	9	1			
75051	55	CIANORTE		13506	1	7326	217	490	21.539	13243	6395	1219	682	21539	6	3	9	1			
75078	56	CIDADE GAUCHA		2017	1	1713	20	20	3.799	1906	1650	101	142	3799	5	4	9	1			
75094	57	CLEVELÂNDIA		2485	1	3173	68	100	5.826	2593	2884	243	106	5826	4	5	9	1			
75132	58	COLOMBO		4923	1	5533	474	496	11.428	5060	5035	757	574	11428	5	4	9	1			
75159	59	COLORADO		4044	1	2187	72	72	6.375	4474	1602	143	156	6375	7	2	9	1			
75175	60	CONGONINHAS		1899	1	1292	87	52	3.330	1552	1393	200	185	3330	5	4	9	1			
75191	61	CONSELHEIRO MARINGUE		1720	1	716	41	41	2.518	1635	632	155	96	2518	7	2	9	1			
75213	62	CONTENDA		1813	1	1584	31	62	3.490	2324	979	106	81	3490	7	2	9	1			
75230	63	CORBÉLIA		5505	1	6295	1	295	589	12.674	6066	5496	724	388	12674	5	4	9	1		
75266	64	CORNÉLIO PROCÓPIO		6772	1	8673	288	433	16.086	7498	7026	1057	485	16086	10	9	19	1			
75272	65	CORONEL VIVIDA		5674	1	3873	78	123	9.848	5571	3897	191	189	9848	5	4	9	1			
75337	66	CRUZ MACHADO		2295	1	1680	92	92	4.124	2416	1476	132	100	4124	6	3	9	1			
75299	67	CRUZEIRO DO OESTE		6734	1	3156	129	214	10.233	6569	2687	683	294	10233	7	2	9	1			
75310	68	CRUZEIRO DO SUL		1160	1	1527	19	47	2.773	1226	1278	170	99	2773	4	5	9	1			
75353	69	CURITIBA	(nomeado)	2375	1	2586	80	188	5.229	2398	2414	256	161	5229	4	5	9	1			
75370	70	CURIUVA		2447	1	330	22	22	2.821	2288	422	63	48	2821	7	1	8	1			
75396	71	DIAMANTE DO NORTE		10532	1	0	1623	31	12.186	6396	4995	525	270	12186	5	4	9	1			
75418	72	DOIS VIZINHOS		2174	1	1900	51	53	4.178	2254	1523	216	185	4178	5	4	9	1			
75434	73	DOUTOR CÂMARGO		2910	1	2861	37	108	5.916	2680	2560	303	373	5916	5	4	9	1			
75477	74	ENGENHEIRO BELTRÃO		2622	1	2127	59	59	4.867	2648	2032	80	107	4867	5	4	9	1			
75450	75	ENÉAS MARQUES		5148	1	4505	172	272	10.097	6111	3192	518	276	10097	6	3	9	1			
75493	76	FAXINAL		1464	1	1037	22	15	2.538	1533	746	96	163	2538	6	3	9	1			
75515	77	FELIX		2458	1	1902	40	86	4.486	2439	1728	143	178	4486	5	4	9	1			
75531	78	FLORAI		1309	1	1509	32	32	2.892	1307	1448	85	42	2892	4	5	9	1			
75558	79	FLORESTA		3201	1	1752	70	101	5.124	3278	1472	229	145	5124	6	3	9	1			
79774	80	FRANCISCO ALVES		10158	1	7556	278	126	18.120	10310	7235	312	263	18120	5	4	9	1			
75655	81	FRANCISCO BELTRÃO		1359	1	1820	1	156	3.388	1359	1559	1572	337	118	3386	4	5	9	1		
75674	82	FLORESTOPOLIS		1497	1	0	10	11	1.518	1423	55	19	21	1518	9	1	10	1			
75590	83	FLORIDA		6982	1	5688	214	407	13.231	6790	5501	608	392	13231	5	4	9	1			
75612	84	FORMOSA DO OESTE		(nomeado)						10854	9356	724	792	21726	5	4	9	1			
75699	85	FOZ DO IGUAÇU		1274	1	2300	43	51	3.668	1378	2027	144	119	3668	4	5	9	1			
75671	86	GENERAL CARNEIRO		6761	1	3619	281	324	10.985	6344	3537	668	436	10985	6	3	9	1			
75996	87	GRANDES RIOS		1602	1	1181	27	88	2.888	1499	1061	200	138	2888	6	3	9	1			
75736	88	GUARAÍRA		1183	1	152	19	17	1.371	1191	118	28	34	1371	9	1	10	1			
75752	89	GUAPIRAMA			1																

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO MUNICÍPIO	MAPA MUNICÍPIO Nº	MUNICÍPIOS		PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA MUNICIPAL				CADEIRAS				MAIORIA	
		ARENA	V	MDB	votos	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
75779	91	GUAPOREMA	1608	1	0	16	13	1.637	1538	0	51	48	1637	9	9	9	1
75795	92	GUARACI	1561	1	1100	26	27	2.714	1489	1045	106	74	2714	5	4	9	1
75817	93	GUARANIACU	5003	1	4099	153	191	9.446	4880	4083	264	219	9446	5	4	9	1
75833	94	GUARAPUAVA	18829	1	22329	844	1508	43.510	20692	19657	2072	889	43510	11	10	21	1
75850	95	GUARAQUECABA	1849	1	0	33	17	1.899	1089	674	71	65	1899	6	3	9	1
75876	96	GUARATUBA	4729	1	676	104	118	5.627	4550	797	301	179	5627	8	1	9	1
75698	97	GOIADERÉ	10755	1	4288	313	809	16.165	11168	3233	1174	590	16165	7	2	9	1
75692	98	IBATI	7324	1	3107	208	352	10.991	7547	2373	691	380	10991	7	2	9	1
75814	99	IBIPORÁ	4058	1	5828	172	238	10.296	5331	4015	650	300	10296	5	4	9	1
75930	100	ICARAIMA	5446	1	698	71	80	6.295	5036	824	238	197	6295	8	1	9	1
75957	101	IGUAUAÇU	1205	1	1820	31	23	3.079	1441	1482	106	50	3079	4	5	9	1
75973	102	IMBITUVA	4052	1	2861	59	157	7.129	4368	2350	215	196	7129	6	3	9	1
75990	103	INACIO MARTINS	1681	1	855	25	44	2.609	1808	663	78	56	2609	7	2	9	1
76015	104	INAJÁ	1324	1	461	20	19	1.824	1219	433	97	75	1824	7	2	9	1
79618	105	INDIANÓPOLIS	2842	1	723	81	82	3.728	2796	560	202	170	3728	8	1	9	1
76031	106	IPIRANGA	2481	1	712	49	180	3.422	2421	632	183	166	3422	7	2	9	1
76058	107	IPORÁ	10765	1	4170	221	323	15.479	10175	4688	734	359	14478	9	4	13	1
76074	108	IRATI	7930	1	5671	392	495	14.478	8697	4688	734	359	14478	9	4	13	1
76090	109	IRETAMA	3124	1	2010	82	76	5.292	2921	1911	251	209	5292	6	3	9	1
76112	110	ITAGUAJÉ	2226	1	0	20	12	2.288	2123	0	66	69	2288	9	9	9	1
76139	111	ITAMBARACÁ	1627	1	1518	45	67	3.257	1931	1001	222	103	3257	6	3	9	1
76155	112	ITAMBÉ	2126	1	1251	52	60	3.489	2599	632	164	94	3489	7	2	9	1
76171	113	ITAPEJARA D'OESTE	2167	1	1623	30	34	3.854	1969	1740	111	34	3854	5	4	9	1
76198	114	ITAUNA DO SUL	1018	1	59	11	14	1.102	765	258	44	35	1102	6	2	8	1
76210	115	IVAÍ	2682	1	0	421	24	3.127	2651	84	131	3127	9	9	9	1	
76236	116	VAIPORÁ	11218	1	6440	289	407	18.324	11143	5793	744	644	18324	6	3	9	1
76252	117	IVATUBA	1196	1	381	22	18	1.617	1258	265	42	52	1617	8	1	9	1
76279	118	JABOTTI	1056	1	902	23	18	1.999	940	923	49	87	1999	5	4	9	1
76295	119	JACAREZINHO	5398	1	5893	249	431	11.971	5817	4687	979	488	11971	7	6	13	1
76317	120	JAGUAUITÁ	4656	1	606	53	107	5.422	4441	551	263	167	5422	10	1	11	1
76333	121	JAGUARUAIVA	3312	1	2015	102	75	5.504	3458	1625	315	106	5504	8	3	11	1
76350	122	JANDAIA DO SUL	6581	1	2648	109	219	9.557	6979	1878	443	257	9557	9	2	11	1
76376	123	JANIÓPOLIS	2511	1	4311	93	155	7.070	2619	3894	365	192	7070	4	5	9	1
76392	124	JAPIRÁ	1334	1	1010	47	36	2.427	1340	842	154	77	2413	6	3	9	1
76414	125	JAPURÁ	4023	1	1673	67	93	5.856	3817	1604	213	222	5856	7	2	9	1
76430	126	JARDIM ALEGRE	4854	1	4834	175	261	10.224	4741	4341	635	507	10224	5	4	9	1
46457	127	JARDIM OLINDA	346	1	0	81	6	433	375	0	35	22	433	9	9	9	1
76473	128	JATAIZINHO	2982	1	2118	82	146	5.328	3521	1216	343	248	5328	7	2	9	1
76490	129	JOAQUIM TAVORA	3839	1	523	54	41	4.457	3463	727	154	113	4457	7	2	9	1
76511	130	JUNDIAI DO SUL	1409	1	0	314	95	1.818	1537	0	164	117	1818	9	9	9	1
76538	131	JUSSARA	1705	1	1622	74	78	3.079	1656	1338	178	307	3479	5	4	9	1
76554	132	KALORÉ	1579	1	1592	37	74	3.292	1624	1394	143	121	3282	5	4	9	1
76570	133	LAPA	7994	1	2927	201	334	11.456	8338	2341	469	318	11456	12	3	15	1
76597	134	LARANJEIRAS DO SUL	10374	1	3740	190	197	14.501	9000	4435	508	557	14501	8	3	11	1
76619	135	LEÓPOLIS	1642	1	1452	45	59	3.198	1672	1244	156	126	3198	5	4	9	1

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO	MAPA	MUNICÍPIOS		PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA MUNICIPAL				CADEIRAS				MAIORIA					
		MUNICÍPIO	Nº	ARENA	V	MDB	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	MDB	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	MDB	total	ARENA	MDB
76635	136	LOANDA		3914	1	1413		131	100	5.558	4420	847	184	107	5558	8	1	9	1		
76651	137	LOBATO		1730	1	0		17	14	1.761	1121	507	50	83	1761	6	3	9	1		
76678	138	LONDINA		33061		62392	1	1186	2075	98.714	38802	51745	5745	2422	98714	9	12	21			
76694	139	LUFOPOLIS		1774	1	338		17	32	2.161	1730	276	94	61	2161	8	1	9	1		
76716	140	MALLET		2304	1	944		76	79	3.403	2073	1083	133	104	3403	6	3	9	1		
76732	141	MAMBORÉ		4249	1	3866		88	182	7.882	4603	2772	374	233	7882	6	3	9	1		
76759	142	MANDAGUAÇU		5147	1	0		73	72	5.292	4367	542	265	118	5292	9	9	1			
76775	143	MANDAGUARI		6515	1	2802		114	176	9.607	6213	2567	597	230	9607	8	3	11	1		
75116	144	MANGUEIRINHA		2036		3125	1	91	174	5.426	2603	2430	222	171	5426	5	4	9	1		
76791	145	MANDRITUBA		3974	1	1083		194	214	5.465	3916	971	345	233	5465	8	1	9	1		
76813	146	MANOEL RIBAS		2152	1	1527		52	35	3.766	2383	1144	108	131	3766	6	3	9	1		
76830	147	MARECHAL CANDIDO RONDON	(nomeado)								16842	5455	366	311	22774	7	2	9	1		
76856	148	MARIA HELENA		7202	1	1427		97	130	8.888	6132	1934	479	311	8888	7	2	9	1		
76872	149	MARIALVA		6396	1	4348		146	254	11.144	6663	3530	708	343	11144	6	3	9	1		
74330	150	MARILÁNDIA DO SUL		3900	1	2213		156	263	6.532	3727	1985	479	341	6532	6	3	9	1		
79756	151	MARILENA		1564	1	354		16	9	1.943	1558	333	29	43	1943	7	1	8	1		
76899	152	MARILIZ		5033	1	422		45	113	5.613	4732	330	286	265	5613	9	9	1			
76910	153	MARINGÁ		41191	1	23981		985	1766	67.523	38583	4018	1589	1589	67523	13	8	21	1		
76937	154	MARIÁPOLIS		1423	1	1086		47	11	2.567	1359	1100	69	39	2567	5	4	9	1		
76953	155	MARMELEIRO		2219	1	1960		81	80	4.340	2770	1330	134	106	4340	6	3	9	1		
76970	156	MARUMBI		2156	1	724		38	24	2.942	2285	501	85	71	2942	8	1	9	1		
76996	157	MATELÂNDIA		4516	1	4398		201	302	9.417	4566	3999	562	280	9417	5	4	9	1		
79634	158	MATINHOS		873		1886	1	60	54	2.513	935	1368	117	93	2513	4	5	9	1		
77011	159	MEDIANEIRA	(nomeado)								9192	5143	410	426	15171	6	3	9	1		
77038	160	MIRADOR		1102	1	0		11	6	1.119	1085	0	19	15	1119	9	9	1			
77064	161	MIRASELVA		1273	1	924		35	44	2.276	1239	828	129	80	2276	5	4	9	1		
77070	162	MOREIRA SALLES		4130	1	1894		88	206	6.318	4132	1362	520	304	6318	7	2	9	1		
77097	163	MORRETES		2768		2798	1	163	163	5.892	2864	2414	405	209	5892	5	4	9	1		
77119	164	MUNHOZ DE MELLO		966		1056	1	42	37	2.101	974	998	91	38	2101	4	5	9	1		
77135	165	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS		942	1	595		23	19	1.583	1084	381	54	64	1583	7	2	9	1		
77232	166	NOVA FÁTIMA		1263		2012	1	57	98	3.430	1713	1185	364	168	3430	5	4	9	1		
77151	167	NOVA ALIANÇA DO IVAI		386	1	248		9	17	660	303	288	28	41	660	5	4	9	1		
77178	168	NOVA AMÉRICA DA COLINA		958	1	914		15	24	1.911	864	887	83	77	1911	4	5	9	1		
77194	169	NOVA CANTU		2182		2301	1	33	81	4.597	2111	2067	176	243	4597	5	4	9	1		
77216	170	NOVA ESPERANÇA		8584	1	1945		114	177	10.820	8124	1752	692	252	10820	9	2	11	1		
77269	171	NOVA LONDINA		2558	1	950		25	34	3.567	2636	785	74	72	3567	7	2	9	1		
79677	172	NOVA OLÍMPIA		2845	1	753		33	49	3.680	2716	560	191	213	3680	8	1	9	1		
79650	173	NOVA AURORA		4582	1	3806		111	183	6.682	4604	3493	331	254	6682	5	4	9	1		
79790	174	NOVA SANTA ROSA		2986	1	0		515	14	3.515	2717	640	71	87	3515	8	1	9	1		
77275	175	ORTIGUEIRA		4366	1	1898		152	277	6.664	3932	1914	433	385	6664	6	3	9	1		
77291	176	OURIZONA		1607	1	0		797	10	2.414	2220	0	134	60	2414	9	9	1			
77313	177	PAICANDU		2221	1	2179		126	88	4.614	2164	2007	263	180	4614	5	4	9	1		
77330	178	PALMAS		5470	1	2774		81	160	8.485	5857	2017	339	272	8485	7	2	9	1		
77356	179	PALMEIRA		5300	1	3049		128	174	8.651	5032	2868	394	259	8651	6	3	9	1		
77372	180	PALMITAL		3861	1	2474		93	122	6.550	3869	1940	303	438	6550	6	3	9	1		

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO	MAPA	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL			CÂMARA MUNICIPAL			CÂMARA MUNICIPAL			CADEIRAS			MAIORIA			
			ARENA	V	MDB	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	ARENA	MDB	votos	brancos	nulos	votantes	ARENA	ARENA
77399	181	PALOTINA	6302	1	5228	212	210	440	12.182	6969	4393	492	328	12182	6	3	9	1
77410	182	PARAISO DO NORTE	2844	1	1094	50	44	44	3.832	2692	1034	139	67	3832	6	3	9	1
77437	183	PARANAGUÁ	2353	1	503	52	47	2.955	2072	652	135	96	2955	7	2	9	1	
77453	184	PARANGAÚ	12740	1	11530	480	767	25.537	15117	7657	1479	1084	25537	10	5	15	1	
77470	185	PARANAPOEMA	1188	1	0	13	7	1.208	1102	0	46	60	1208	9	9	9	1	
77496	186	PARANAVAI	18451	1	5428	239	725	24.844	16885	6586	401	230	24844	11	4	15	1	
77518	187	PATO BRANCO	8523	1	7184	270	290	16.267	8778	6658	401	230	16267	5	4	9	1	
77534	188	PAULA FREITAS	746	1	871	41	58	1.716	917	649	98	52	1716	5	4	9	1	
77550	189	PAULO FRONTIN	1154	1	551	14	38	1.757	1111	527	76	43	1757	6	3	9	1	
77577	190	PEABIRU	3841	1	3597	79	123	7.440	3772	3025	414	229	7440	6	5	11	1	
79693	191	PEROLA	5576	1	4423	83	133	10.215	5461	310	233	10215	5	4	9	1		
77593	192	PEROLA DOESTE	(nomeado)						3086	2195	56	39	5375	5	4	9	1	
77615	193	PIEN	1153	1	1065	36	17	2.280	1119	1065	59	47	2280	5	4	9	1	
77631	194	PINHALÃO	2165	1	293	24	35	2.517	1732	558	90	137	2517	7	2	9	1	
77658	195	PINHÃO	2702	1	3178	116	203	6.199	3017	2747	279	156	6199	5	4	9	1	
77674	196	PIRAÍ DO SUL	5589	1	673	99	112	6.473	5131	939	293	110	6473	8	1	9	1	
77690	197	PIRAQUARA	6406	1	2814	751	727	10.698	6545	2302	999	852	10698	7	2	9	1	
77712	198	PITANGA	7061	1	6781	272	303	14.417	9508	4025	494	390	14417	14	5	19	1	
77739	199	PLANALINA DO PARANÁ	1321	1	1069	24	24	2.438	1285	972	82	99	2438	5	4	9	1	
77755	200	PLANALTO	(nomeado)						3378	2052	69	68	5677	6	3	9	1	
77771	201	PONTA GROSSA	22932	1	36067	1	757	1529	61.285	28843	2949	2130	61285	11	10	21	1	
77798	202	PORECATU	4808	1	2859	120	260	8.047	4948	2255	586	258	8047	6	3	9	1	
77836	203	PORTO RICO	1368	1	661	37	51	2.117	1402	534	84	97	2117	7	2	9	1	
77852	204	PORTO VITÓRIA	1117	1	0	249	21	1.367	1246	0	91	50	1367	9	9	9	1	
77810	205	PORTO AMAZONAS	1324	1	0	23	27	1.374	1037	154	117	66	1374	8	1	9	1	
77879	206	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	1444	1	0	414	33	1.891	1642	0	132	117	1891	9	9	9	1	
77895	207	PRIMEIRO DE MAIO	2496	1	2333	45	96	4.970	2559	2064	235	112	4970	5	4	9	1	
77917	208	PRUDENTÓPOLIS	4825	1	6113	254	441	11.633	8012	2804	473	344	11633	8	3	11	1	
77933	209	QUATIGUÁ	1544	1	1143	24	10	2.721	1675	1022	56	68	2721	5	4	9	1	
77950	210	QUATRO BARRAS	1606	1	1090	78	123	2.887	1642	919	172	164	2887	6	3	9	1	
77976	211	QUERÊNCIA DO NORTE	1542	1	1201	42	65	2.850	1490	1185	94	81	2850	5	4	9	1	
77992	212	QUINTA DO SOL	2421	1	0	18	18	2.457	2231	0	100	126	2457	9	9	9	1	
78018	213	QUITANDINHA	2387	1	1732	91	59	4.289	2607	1405	127	130	4289	6	3	9	1	
79553	214	QUEDAS DO IGUAÇU	3819	1	2756	108	159	6.642	3418	2720	285	219	6642	5	4	9	1	
78034	215	RANCHO ALEGRE	1822	1	834	39	70	2.765	1902	646	114	103	2765	7	2	9	1	
78050	216	REALIZA	3998	1	4556	85	75	8.716	4248	4169	137	142	8716	5	4	9	1	
78077	217	REBOUÇAS	2284	1	1663	59	72	4.078	2669	1199	141	69	4078	6	3	9	1	
78093	218	RENASÇENÇA	1539	1	1162	54	34	2.789	1681	1012	36	36	2789	6	3	9	1	
78115	219	RESERVA	5723	1	113	57	73	5.965	4678	981	182	124	5965	9	2	11	1	
78131	220	RIBEIRÃO CLARO	4736	1	0	75	117	4.928	4439	0	251	238	4928	9	9	9	1	
78158	221	RIBEIRÃO DO PINHAL	4139	1	1009	59	101	5.308	3635	871	390	212	5308	8	1	9	1	
78174	222	RIO AZUL	1881	1	1849	54	30	3.814	2045	1606	85	78	3814	5	4	9	1	
78190	223	RIO BOM	2608	1	0	21	6	2.635	1952	578	40	65	2635	7	2	9	1	
78212	224	RIO BRANCO DO SUL	6911	1	289	100	117	7.417	6045	910	262	200	7417	8	1	9	1	
78239	225	RIO NEGRO	3635	1	4260	249	281	8.425	3974	3754	419	278	8425	7	6	13	1	

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO	MAPA	MUNICÍPIOS	PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA MUNICIPAL				CADEREAS				MAIORIA				
			ARENA	V	MDB	votos	brancos	nulos	votos	ARENA	MDB	votos	brancos	nulos	votos	ARENA	MDB	total	ARENA
78255	226	ROLÂNDIA	12255	1	4329	473	225	473	17.282	12168	3413	1264	437	17282	10	3	13	1	
78271	227	RONCADOR	2887	1	1099	84	50	84	4.120	2878	1074	210	158	4120	7	2	9	1	
78298	228	ROUNDON	3190	1		152	604	152	3.946	3300	260	126	260	3946	9	9	1		
78336	230	SALGADO FILHO	2263	1	1203	41	59	46	3.571	2413	1028	61	69	3571	7	2	9	1	
78352	231	SALTO DO ITARARÉ	1160	1	448	38	38	13	1.659	1530	232	65	32	1659	8	1	9	1	
78379	232	SALTO DO LONTRA	5923	1	3373	200	113	113	6.069	5396	3799	267	147	9809	5	4	9	1	
79715	233	SANTA HELENA (nomeado)								6792	4168	295	613	11868	6	3	9	1	
78577	234	SANTANA DO ITARARÉ	2414	1	0	16	12	12	2.442	2338	0	53	51	2442	9	9	1		
78417	235	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	1968	1	1899	110	67	67	4.044	2050	1498	298	200	4044	5	4	9	1	
78433	236	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	2822	1	1475	45	45	45	4.423	2985	1139	177	122	4423	7	2	9	1	
78450	237	SANTA FÉ	2070	1	2138	38	51	51	4.297	2207	1875	162	63	4297	5	4	9	1	
78495	238	SANTA AMÉLIA	1853	1	0	27	32	32	1.912	1761	0	95	56	1912	9	9	1		
78476	239	SANTA INÊS	988	1	0	189	3	3	1.180	1080	0	47	53	1180	9	9	1		
78492	240	SANTA ISABEL DO IVAI	4982	1	941	53	95	95	6.051	4078	1549	256	168	6051	7	2	9	1	
78514	241	SANTA ISABEL DO OESTE	3704	1	1283	62	59	59	5.088	3453	1384	136	115	5088	7	2	9	1	
78530	242	SANTA MARIANA	2870	1	3905	119	75	75	6.969	2598	3839	395	137	6969	4	3	7	1	
78590	243	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	6690	1	4933	155	236	236	12.014	6772	4138	543	561	12014	8	5	13	1	
78611	244	SANTO ANTÔNIO DO CAIÚ	802	1	903	9	9	11	1.725	831	841	26	27	1725	4	5	9	1	
78638	245	SANTO ANTÔNIO DO PARAISO	900	1	625	42	39	39	1.606	738	647	136	85	1606	5	4	9	1	
78573	246	SANTO ANTÔNIO DO SUDESTE (nomeado)								4735	3677	73	74	8559	5	4	9	1	
78654	247	SANTO INÁCIO	1727	1	1056	343	8	8	2.078	1633	303	79	63	2078	8	1	9	1	
78670	248	SÃO CARLOS DO IVAI	1322	1		29	31	31	2.438	1327	966	94	61	2438	5	4	9	1	
78697	249	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	5022	1		179	111	111	5.312	4704	0	358	250	5312	9	9	1		
78719	250	SÃO JOÃO	2581	1	2478	64	63	63	5.186	2502	2476	127	81	5186	5	4	9	1	
78735	251	SÃO JOÃO DO CAIÚ	1386	1	1402	26	40	40	2.864	1579	1146	86	53	2864	5	4	9	1	
78751	252	SÃO JOÃO DO IVAI	6663	1	4827	222	346	346	12.058	6611	4022	800	625	12058	6	3	9	1	
78778	253	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	2194	1	810	89	80	80	3.173	2598	202	176	197	3173	9	9	1		
78794	254	SÃO JORGE DO IVAI	3065	1	1241	60	52	52	4.418	2836	1149	222	111	4418	7	2	9	1	
78816	255	SÃO JORGE DO OESTE	2620	1	1895	61	55	55	4.631	2791	1628	112	100	4631	6	3	9	1	
78832	256	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	1988	1	0	332	29	29	2.349	2211	0	99	39	2349	9	9	1		
78859	257	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	9663	1	11565	1164	1279	1279	23.691	12117	8665	1769	1140	23691	8	5	13	1	
78875	258	SÃO MATEUS DO SUL	6124	1	0	1714	601	601	8.439	5574	2030	433	402	8439	7	2	9	1	
78891	259	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU (nomeado)								7819	3753	341	461	12374	6	3	9	1	
78913	260	SÃO PEDRO DO IVAI	3418	1	1269	32	51	51	4.770	3486	997	172	115	4770	7	2	9	1	
78930	261	SÃO PEDRO DO PARANÁ	895	1	495	25	34	34	1.449	908	456	53	32	1449	6	3	9	1	
78956	262	SÃO SEBASTIÃO DO AMOREIRA	2486	1	763	94	69	69	3.412	2524	670	272	146	3412	7	2	9	1	
78972	263	SÃO TOMÉ	1609	1	1473	50	50	50	1.332	1611	1332	163	126	3192	5	4	9	1	
78989	264	SAPOPEMA	2124	1	0	35	15	15	2.174	1668	358	111	37	2174	8	1	9	1	
79014	265	SENTEGES	4276	1	0	67	101	101	4.444	2873	1146	232	193	4444	6	3	9	1	
79030	266	SERTANEJA	2398	1	944	43	94	94	3.479	2236	974	147	122	3479	6	3	9	1	
79057	267	SERTANÓPOLIS	3085	1	3277	78	168	168	6.608	2683	3442	311	172	6608	5	6	11	1	
79073	268	SIQUEIRA CAMPOS	4446	1	2867	74	119	119	7.206	4412	2382	236	176	7206	6	3	9	1	
79090	269	TAMBOARA	1139	1	1198	32	45	45	2.415	1025	1179	114	97	2415	4	5	9	1	
79111	270	TAPEJARA	3044	1	2123	68	154	154	5.389	2749	2033	402	205	5389	5	4	9	1	

**ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

CÓDIGO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIOS		PREFEITURA MUNICIPAL				CÂMARA MUNICIPAL				CADEIRAS				MAIORIA		
		ARENA	V	MDB	votos	brancos	nulos	volantes	ARENA	MDB	brancos	nulos	volantes	ARENA	MDB	total	ARENA	MDB
79731	271	TAPIRA	2931	1	2390	40	113	5.374	2680	2229	224	241	5374	5	4	9	1	
79738	272	TEIXEIRA SOARES	2099	1	1092	98	140	3.429	2951	745	216	117	3429	7	2	9	1	
79754	273	TELEMÁCO BORBA	6863	1	7300	237	664	15.064	7476	6308	863	417	15064	5	4	9	1	
79770	274	TERRA BOA	4959	1	3203	142	115	8.419	4740	2956	443	280	8419	6	3	9	1	
79797	275	TERRA RICA	4223	1	2036	135	92	6.486	4376	1572	305	233	6486	7	2	9	1	
79219	276	TERRA ROXA	9031	1	802	114	194	10.141	7783	1164	812	382	10141	8	1	9	1	
79235	277	TIBAGI	6683	1	0	67	118	6.868	6290	0	258	320	6868	9	9	9	1	
79251	278	TIJUCAS DO SUL	1853	1	970	50	84	2.957	1799	917	144	97	2957	6	3	9	1	
79278	279	TOLEDO	17484	1	9518	727	856	28.585	15778	10092	1756	959	28585	6	3	9	1	
79294	280	TOMAZINA	4737	1	0	60	29	4.826	4464	0	175	187	4826	9	9	9	1	
79316	281	TUNEIRAS DO OESTE	3209	1	538	55	57	3.859	2874	633	184	168	3859	8	1	9	1	
79332	282	UBIRATÁ	7090	1	3310	127	270	10.797	6653	3098	706	340	10797	6	3	9	1	
79359	283	UMUARAMA	26171	1	6488	413	799	33.872	25747	5149	1958	1017	33872	1	2	13	1	
79375	284	UNIÃO DA VITÓRIA	8768	1	5913	364	548	15.593	9024	5256	834	479	15593	8	5	13	1	
79391	285	UNIFLOR	1923	1	0	20	26	1.989	1791	0	110	68	1989	9	0	9	1	
79413	286	URAI	3137	1	2747	106	145	6.135	3280	2338	333	184	6135	5	4	9	1	
79456	287	VERE	1955	1	2195	18	30	4.199	1990	2126	55	28	4199	4	5	9	1	
79472	288	VITORINO	917	1	1475	50	19	2.451	856	1520	53	32	2451	3	6	9	1	
79490	289	WENCESLAU BRAZ	3660	1	2380	61	65	6.186	3586	2163	275	132	6186	6	3	9	1	
79499	290	XAMBRE	2377	1	2521	57	92	5.047	2370	2201	289	207	5047	5	4	9	1	
TOTAL			1.236.672	232	755.186	46	49.301	2.081.702	1.481.789	865.230	115.793	83.684	2.546.496	1.952	847	2.799	273	17

FONTE: Dados brutos - MAPAS ELEITORAIS - fornecidos pelo TRE-PR.

OB: Foram somados nos votos nulos, a diferença de 300 votos verificados entre o total de votantes e a soma dos votos dos candidatos, dos brancos e dos nulos, para a Câmara Municipal de Albânia.

ANEXO 09
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1976 - ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

ANO	1976								
PREFEITURA/MUNICIPAL	ARENA	1.238.672	59,40%	CÂMARA	ARENA	1.481.788	58,19%		
	MDB	755.186	36,28%	MUNICIPAL	MDB	865.230	33,98%		
	Branços	40.543	1,95%		Branços	115.793	4,55%		
	Nulos	49.301	2,37%		Nulos	83.684	3,28%		
	Total	2.081.702	100,00%		Total	2.546.498	100,00%		
	concorreu				concorreu				
	ARENA	278	100%		ARENA	290	100%		
	MDB	239	85,97%		MDB	268	92,41%		
	ARENA				N/Concorreu				
	MDB	0	0%		ARENA	0	0%		
Elegou	39	14,02%		MDB	22	7,58%			
ARENA	232	83,45%		Elegou					
MDB	46	16,55%		ARENA	1.952	69,74%			
Total	278	100,00%		MDB	847	30,26%			
Prefeitos:				Total	2.799	100,00%			
Eletos:	278			Majoria					
Nomeados	12			ARENA	273	94,14%			
Total	290			MDB	17	5,86%			
				Total	290	100,00%			

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	PREFEITURA MUNICIPAL - ELEIÇÕES 1982									
			PDS votos	Venceu	PMDB votos	Venceu	PTB votos	PDT votos	PT votos	Branco votos	Nulos votos	Volantes votos
74127	1	ANTONINA	3238	1	2730		371	0	14	509	440	7302
84557	2	ALTAMIRA DO PARANÁ	1101	1	999		0	0	0	79	88	2267
74012	3	ABATIÁ	2140	1	1022		0	0	0	180	143	3485
74039	4	ADRIANÓPOLIS	1539	1	866		30	0	0	286	122	2843
74292	5	ARAPOTI	3531	1	2235		33	0	0	265	213	6277
74136	6	ALVORADA DO SUL	2201	1	2157		0	0	0	209	138	4705
74233	7	ANTONIO OLINTO	1335	1	0		1206	0	0	201	118	2860
74250	8	APUCARANA	11719	1	18940	1	120	0	127	1296	558	32660
74098	9	ALTO PARANÁ	2290	1	2286		0	0	65	242	86	4965
74390	10	ASTORGA	4194	1	4741	1	0	0	32	594	180	9741
74110	11	ALTO PIQUIRI	2924	1	5106	1	0	0	0	183	175	8388
74357	12	ARAUCÁRIA	5949	1	11578	1	0	21	16	1356	339	19258
74071	13	ALMIRANTE TAMANDARÉ	7236	1	7123		6	225	86	3521	1000	19197
74195	14	ANDIARA	6226	1	1130	1	0	0	0	527	304	8187
79510	15	ALTÔNIA	2861	1	8925	1	0	0	0	585	206	12577
74314	16	ARARUNA	3174	1	3186	1	0	0	0	280	206	6646
74411	17	ATALAIA	1305	1	1451	1	0	0	0	149	88	2893
74276	18	ARAPONGAS	3494	1	22850	1	3	0	162	1040	589	28138
74152	19	AMAPORÁ	1555	1	0		0	0	0	90	34	1672
74179	20	AMPÈRE	2105	1	4190	1	0	0	0	252	200	6747
74055	21	AGUDOS DO SUL	1198	1	1372	1	11	0	0	177	91	2849
79837	22	ASSIS CHATEAUBREAND	7946	1	9166	1	0	27	26	1013	527	18705
74373	23	ASSAI	5694	1	4230		0	0	533	275	10732	1586
74519	24	BARRA DO JACARÉ	755	1	732		0	0	0	61	38	1586
74470	25	BARBOSA FERRAZ	4538	1	4747	1	0	0	0	534	325	10144
74632	26	BORRÁZÓPOLIS	2397	1	2708	1	0	0	0	242	210	5557
74594	27	BOCAUVA DO SUL	2205	1	551		36	0	0	488	225	3513
74535	28	BELA VISTA DO PARAISO	2786	1	3713	1	0	0	0	278	138	6915
74438	29	BALSA NOVA	1860	1	2139	1	0	0	0	331	174	4504
79812	30	BOA VISTA DA APARECIDA	1687	1	3161	1	0	61	0	164	145	5218
74578	31	BOA ESPERANÇA	1617	1	1673	1	0	0	0	178	96	3564
74551	32	BITURUNA	2287	1	2043		0	0	0	183	122	4645
74454	33	BANDEIRANTES	7533	1	4903		0	0	0	1268	450	14154
74497	34	BARRAÇÃO	(nomeado)									
74616	35	BOM SUCESSO	1384	1	1497	1	0	0	0	171	81	3133
79839	36	BRAGANEY	1328	1	1679	1	0	0	0	207	75	3289
75094	37	OLEVILÂNDIA	2637	1	4220	1	0	10	33	455	211	7566
75191	38	CONSELHO NAIRINK	1209	1	882		0	0	0	133	19	2243
75272	39	CORONEL VÍVIDA	4072	1	7574	1	0	26	0	433	320	12425
74918	40	CARLOPOLIS	3405	1	3055		0	0	0	267	174	6801
74730	41	CAMBIRA	1183	1	2715	1	0	0	0	184	57	4139
74799	42	CAMPO DO TENENTE	819	1	979	1	0	0	4	92	74	1968
74810	43	CAMPO LARGO	10306	1	13125	1	68	0	0	1725	758	25988
74659	44	CAFEARA	1333	1	0		0	0	0	42	33	1408
75256	45	CORNÉLIO PROCOPIO	5730	1	10655	1	102	0	178	938	463	18066

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	PREFEITURA MUNICIPAL - ELEIÇÕES 1982										Volantes
			FDS votos	Venceu	PMDB votos	PDT votos	PT votos	Branços votos	Nulos votos	Volantes votos			
75370	46	OURUVA	1828	1	1706	0	0	0	146	79	3759		
75019	47	CERRO AZUL	2078	1	3017	1	35	0	92	48	5639		
74713	48	CAMBÉ	6506	1	13876	1	6506	0	163	848	21991		
75299	49	CRUZEIRO DO OESTE	4297	1	5060	1	0	0	51	518	10213		
75175	50	CONGONHINHAS	1999	1	1344	0	0	0	193	131	3667		
75213	51	CONTENDA	1707	1	2080	1	0	0	20	252	4198		
75078	52	CIDADE GAÚCHA	2063	1	1525	0	0	0	120	107	3815		
79570	53	CEU AZUL	1972	1	2696	1	0	30	64	226	5113		
74816	54	CAPITÃO LEONIDAS MARQUES	4144	1	4921	1	0	79	0	337	9684		
74837	55	CAMPO MOURAO	7492	1	18367	1	0	0	1345	843	28047		
84514	56	CRUZ MACHADO	2682	1	2172	0	0	0	230	0	5198		
84514	57	CANTAGALO	2471	1	2988	1	0	0	342	133	5934		
74675	58	CALLIFORNIA	1664	1	1922	1	0	0	191	121	3898		
75132	59	COLOMBO	6780	1	14221	1	823	0	225	3129	25993		
75035	60	CHOPINZINHO	4382	1	6816	1	0	37	0	757	12174		
74870	61	CAPANEMA	(nomeado)										
74756	62	CAMPINA DA LAGOA	3874	1	4630	1	0	0	424	271	9199		
75310	63	CRUZEIRO DO SUL	1914	1	470	0	0	0	193	58	2635		
75159	64	COLORADO	3565	1	3713	1	0	0	260	176	7714		
74893	65	CENTENÁRIO DO SUL	3195	1	1230	0	0	0	357	111	4893		
75353	66	CURITIBA	(nomeado)										
74772	67	CAMPINA GRANDE DO SUL	4326	1	975	24	7	14	624	196	6166		
75051	68	CIANORTE	4751	1	14728	1	0	0	80	1035	546	21140	
74853	69	CANDICO DE ABREU	4428	1	1026	0	0	0	200	112	5766		
74934	70	CASCATEL	21780	1	38113	1	0	350	401	2874	1490	65006	
74997	71	CATANDUVAS	2102	1	3492	1	0	0	479	184	6257		
74950	72	CASTRO	8666	1	9512	1	0	8	860	549	19595		
74691	73	CAMBARÁ	5842	1	3698	0	0	0	427	303	10270		
79855	74	CAFELÂNDIA DOESTE	1023	1	1564	1	0	0	107	49	2743		
75230	75	GORBÉLIA	3277	1	5382	1	0	0	675	184	9516		
75396	76	DIAMANTE DO NORTE	3677	1	199	0	0	0	107	84	4067		
75434	77	DOUTOR CAMARGO	1596	1	1937	1	0	0	186	110	3829		
75418	78	DOIS VIZINHOS	3785	1	9857	1	0	352	669	814	481	15856	
84654	79	DOURADINA	2939	1	1399	0	0	0	149	80	4567		
75477	80	ENGENHEIRO BELTRAO	2758	1	3554	1	0	0	299	124	6735		
75410	81	ENEAS MARQUES	2244	1	2631	1	0	0	263	109	5247		
84573	83	FIGUEIRA	2177	1	733	0	0	0	143	93	3146		
75612	84	FORMOSA DO OESTE	3322	1	3414	1	16	0	452	230	7434		
75493	85	FAXINAL	3632	1	5239	1	0	0	471	253	9595		
75558	86	FLORESTA	1857	1	477	0	0	0	232	52	2618		
75515	87	FÊNIX	1538	1	1489	1	0	0	111	117	3255		
75655	88	FRANCISCO BELTRAO	8204	1	13070	1	0	80	1899	528	24781		
75590	89	FLORIDA	864	1	215	0	0	0	138	17	1234		
75531	90	FLORAI	1619	1	1917	1	0	0	153	110	3795		

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	ELEIÇÕES 1982										
			PDS votos	Venceu	PMDB votos	Venceu	PTB votos	PDT votos	PT votos	Branços votos	Nulos votos	Volantes votos	
79774	91	FRANCISCO ALVES	2566	1	2373		0	0	0	0	224	128	5291
75574	92	FLORESTÓPOLIS	1479	1	2501	1	0	0	0	0	183	107	4270
75779	93	GUAPOREMA	743	1	719		0	0	0	0	38	40	1540
75860	94	GUARACUÇABA	1330	1	416		0	79	0	0	220	131	2176
75795	95	GUARACI	1072		1386	1	0	0	0	0	99	71	2628
79596	96	GRANDES RIO	4562		4728	1	0	0	0	0	302	278	9870
75710	97	GUAIRA	(nomineado)										
75833	98	GUARAPUAVA	16519		23367	1	4470	33	194	3078	1537	49196	
75871	99	GENERAL CARNEIRO	2241	1	2070		0	0	0	147	127	4585	
75817	100	GUARANIACU	3620		6912	1	0	0	0	489	347	11368	
75736	101	GUAIARAÇÁ	1752	1	0		0	0	0	944	102	2798	
75752	102	GUAPIRAMA	950	1	816		0	0	0	31	39	1836	
75876	103	GUARATUBA	4980	1	1485		25	0	0	711	282	7483	
75698	104	GOIOERÉ	10084	1	5432		80	0	0	941	407	16944	
75892	105	IBAITI	4632		5947	1	0	0	11	478	381	11445	
75973	106	IMBITUVA	3599		5189	1	0	0	0	370	201	9359	
76198	107	ITAUNA DO SUL	1153	1	228		0	0	0	72	45	1498	
76252	108	IVATUBA	1109	1	695		0	0	0	86	125	2015	
76090	109	IRETAMA	3019		3029	1	0	0	0	470	211	6728	
75957	110	IGUARAÇU	1516	1	1112		0	0	0	148	63	2839	
75914	111	IBIPORÁ	4188		7183	1	0	110	686	640	12807		
76139	112	ITAMBARACÁ	2199	1	1832		0	0	0	170	170	4371	
76058	113	IPORA	7504	1	5766		0	0	0	563	274	14107	
76015	114	INAJÁ	1246	1	159		0	0	0	144	51	1600	
76031	115	IPIRANGA	2074	1	1734		0	0	0	182	56	4046	
76210	116	IVAÍ	2181	1	1546		0	0	0	138	68	3933	
76112	117	ITAGUAGÉ	2215	1	135		0	0	0	55	70	2475	
76236	118	IVAIPORÁ	8082	1	10258	1	0	0	97	902	614	19953	
79618	119	INDIANÓPOLIS	1824	1	1753		0	0	6	89	99	3771	
76155	120	ITAMBÉ	1031		2300	1	0	0	0	134	107	3572	
75930	121	ICARAIMA	3389		3704	1	0	0	0	305	202	7600	
76171	122	ITAPEJARA DO OESTE	1617		3174	1	0	34	0	204	154	5183	
75990	123	INACIO MARTINS	2094	1	938		0	0	0	333	197	3562	
76074	124	IRATI	8266		8782	1	90	0	46	813	730	18727	
76392	125	JAPIRÁ	1913	1	382		0	0	0	139	92	2526	
76295	126	JACAREZINHO	5521		8889	1	32	0	0	825	438	15705	
76317	127	JAGUAPITÁ	2914	1	2527		0	0	11	241	119	5812	
76511	128	JANDAIA DO SUL	1123	1	253		0	0	0	250	70	1696	
76333	129	JAGUARIAVA	1840		3210	1	1175	0	0	558	274	7057	
76376	130	JANIÓPOLIS	4685	1	295		0	0	0	334	137	5461	
84638	131	JURANDA	2217	1	419		0	0	0	159	64	2859	
79979	132	JESUITA	3231	1	2902		0	40	0	305	243	6721	
76473	133	JATAIZINHO	2604		3003	1	0	0	0	275	235	6117	
76279	134	JABOTI	1128	1	1086		0	0	0	83	35	2332	
76457	135	JARDIM OLINDA	674	1	0		0	0	0	12	23	705	

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	ELEIÇÕES 1982												
			PDS	Venceu	PMDB	Venceu	PTB	Votos	PDT	Votos	PT	Votos	Branços	Nulos	Volantes
			votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos
76530	136	JANDAIA DO SUL	2527		6259	1						0	371	171	9328
76430	137	JARDIM ALEGRE	3134		6618	1						94	614	497	10957
76490	138	JARDIM TÁVORA	1648		2649	1		23				0	164	94	4578
76414	139	JAPURÁ	2908		2084	1						35	216	116	5358
76538	140	JUSSARA	1536		1931	1						0	156	85	3708
76554	141	KALORE	1267		2026	1						0	141	93	3527
76619	142	LEÓPOLIS	1213		1533	1						0	133	64	2943
76635	143	LOANDA	5147		1912	1						27	258	182	7526
76597	144	LARANJEIRAS DO SUL	5861		11644	1					8	0	875	602	18990
76570	145	LAPA	6577		6748	1		145			22	0	895	433	14820
84590	146	LUNARDELLI	1550		1561	1						0	160	106	3377
76694	147	LUFOPOLIS	851		962	1						0	101	62	1976
76651	148	LOBATO	1300		281	1						0	84	48	1713
76678	149	LONDRINA	31594		88409	1		541			90	1365	7414	3430	132843
76937	150	MARIÓPOLIS	857		2022	1					22	21	152	89	3163
75116	151	MANGUEIRINHA	3811		2567	1						0	444	214	7036
76759	152	MANDAGUAÇU	2629		2806	1						13	265	166	5695
84697	153	MISSAL	2765		2575	1						0	323	96	5755
77011	154	MEDIANEIRA													
76699	155	MARILUZ	2611		3014	1						0	226	208	6059
79758	156	MARILENA	1297		1624	1						0	136	81	3138
76830	157	MARECHAL CÂNDIDO RONDON													
74330	158	MARILÂNDIA DO SUL	4581		1983	1						0	481	283	7328
79634	159	MATINHOS	2655		816	1						4	217	111	3812
77097	160	MORRETES	2941		2841	1					108	7	494	243	6624
76996	161	MATELANDIA	3676		6601	1						0	722	340	11339
76732	162	MAMBORÉ	2674		3252	1						0	291	135	6352
77119	163	MUNHOZ DE MELLO	1119		924	1						0	88	38	2169
76953	164	MARMELEIRO	2293		3565	1						0	345	199	6402
77038	165	MIRADOR	578		538	1						0	45	37	1198
76970	166	MARUMBI	1658		1161	1						0	148	62	3029
77054	167	MIRASELVA	1249		1082	1						0	134	73	2538
76813	168	MANOEL RIBAS	2119		2456	1						7	138	123	4843
76716	169	MALLET	2397		4767	1						48	0	202	4198
76872	170	MARIALVA	4576		2628	1						0	335	214	9892
76856	171	MARIA HELENA	2464		4539	1						0	208	147	5447
76910	172	MARINGÁ	30879		45439	1		444			0	350	4173	2347	83632
77070	173	MOREIRA SALLES	5138		1176	1		30			0	0	384	171	6895
76791	174	MANDRITUBA	5254		2595	1		29			10	13	571	324	8796
76775	175	MANDAGUARI	4568		6449	1						0	206	491	11714
79677	176	NOVA OLÍMPIA	1420		1702	1						0	117	109	3348
77232	177	NOVA FÁTIMA	1235		1998	1		19				0	167	104	3523
77259	178	NOVA LONDRINA	2955		2001	1						0	289	123	5368
79650	179	NOVA AURORA	4993		2635	1						0	339	242	8205
79952	180	NOVA PRATA	2496		3644	1						72	0	241	6613

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA	MUNICÍPIO	ELEIÇÕES 1982												
			FDS	Venceu	PMDB	Venceu	PTB	votos	PDT	votos	PT	votos	Branços	votos	Nulos
77216	181	NOVA ESPERANÇA	4518	votos	5124	1	0	0	62	361	10688				
77151	182	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	508	1	346	0	0	0	36	27	917				
79790	183	NOVA SANTA ROSA	1780	1	1651	0	0	0	86	43	3560				
77135	184	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	677	1	1039	0	0	0	44	69	1823				
77194	185	NOVA CANTU	1908	1	1966	0	0	0	232	477	4583				
77178	186	NOVA AMÉRICA DA COLINA	1513	1	917	0	0	0	143	79	2652				
77291	187	OURIZONA	1770	1	519	0	0	0	80	66	2435				
77275	188	ORTIGUEIRA	2580	1	3658	1	57	0	447	245	6987				
77330	189	PALMAS	3269	1	7541	1	177	20	449	365	11821				
77674	190	PIRAÍ DO SUL	6461	1	1134	0	0	0	480	247	8322				
77615	191	PIÊN	1006	1	1395	1	0	21	153	78	2653				
77372	192	PALMITAL	2288	1	3248	1	8	0	170	154	5868				
77313	193	PAIÇANDU	2775	1	2547	0	0	0	238	207	5767				
77917	194	PRUDENTÓPOLIS	5980	1	7874	1	23	0	19	446	14785				
77836	195	PORTO RICO	1740	1	0	0	0	0	77	142	1955				
79693	196	PEROLA	1725	1	6907	1	98	68	294	368	9294				
77453	197	PARANAGUÁ	13897	1	20107	1	0	0	1666	777	36676				
77895	198	PRIMEIRO DE MAIO	1437	1	3276	1	0	0	258	123	5094				
77852	199	PORTO VITÓRIA	882	1	629	0	0	0	76	56	1643				
77534	200	PAULA FREITAS	735	1	1177	1	0	0	87	74	2073				
77658	201	PINHÃO	4526	1	3912	0	59	0	395	206	9098				
77410	202	PARAISO DO NORTE	1827	1	1761	0	0	0	157	94	3833				
77593	203	PEROLA D'OESTE	(nomeado)												
77677	204	PEABIRU	2306	1	4049	1	0	0	345	215	6915				
77496	205	PARANAVÁ	7446	1	17075	1	158	0	148	1973	27748				
77631	206	PINHALÃO	1757	1	1306	0	0	0	124	88	3275				
77879	207	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	2028	1	298	0	0	0	153	77	2556				
77437	208	PARANACITY	2414	1	911	0	0	0	253	86	3664				
77470	209	PARANAPOEMA	700	1	216	0	0	0	36	31	983				
77755	210	PLANALTO (nomeado)	(nomeado)												
77810	211	PORTO AMAZONAS	1294	1	98	0	291	0	81	46	1810				
77356	212	PALMEIRA	3818	1	6050	1	0	0	598	384	10850				
77739	213	PLANALTIMA	1022	1	987	0	0	0	58	59	2126				
77798	214	PORECATU	4221	1	3084	0	0	0	380	173	7858				
77550	215	PAULO FRONTIN	901	1	1222	1	0	0	93	94	2310				
77771	216	PONTA GROSSA	26945	1	48710	1	1650	0	650	4617	84740				
77518	217	PATO BRANCO	7327	1	13586	1	0	223	75	1523	672				
77712	218	PITANGA	9285	1	9585	1	56	0	757	956	20639				
77690	219	PIRAGUARA	6747	1	9790	1	1632	274	74	2945	1106				
77399	220	PALOTINA	4448	1	8486	1	0	32	0	485	222				
79910	221	PRANCHITA	1555	1	1575	1	0	0	99	40	3289				
77992	222	QUINTA DO SOL	1925	1	1127	0	0	0	151	85	3288				
78018	223	QUITANDINHA	2802	1	2063	0	1	17	194	259	5336				

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	ELEIÇÕES 1982														
			PDS	Venceu	PMDB	Venceu	PTB	Votos	PDT	Votos	PT	Votos	Branços	Nulos	Volantes		
			votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos	votos		
77976	224	QUIRÊNCIA DO NORTE	1995	1	1234									0	91	120	3440
79553	225	QUEIMAS DO IGUAÇU	4543		4957	1								0	523	407	10430
77950	226	QUATRO BARRAS	2273	1	1949									23	15	144	4893
77933	227	QUATIGUA	1463		1677	1								0	73	67	3270
78115	228	RESERVA	3863	1	3183									0	488	246	7780
78298	229	RONDON	1932		2668	1								0	157	179	4936
78034	230	RANCHO ALEGRE	1202		1349	1								0	123	70	2744
78239	231	RIO NEGRO	4264		5412	1								101	0	339	10637
78158	232	RIBEIRÃO DO PINHAL	2965	1	824									0	1411	255	5455
78131	233	RIBEIRÃO CLARO	1796		3585	1								0	235	164	5782
78255	234	ROLÂNDIA	4318		12011	1								226	1035	507	18097
78190	235	RIO BOM	1118	1	1091									0	133	85	2427
78077	236	REBOUÇAS	2505	1	1704									0	319	128	4656
78174	237	RIO AZUL	2143		2191	1								0	237	96	4667
78271	238	RONCADOR	2171		2868	1								0	314	148	5301
78093	239	RENASÇENÇA	1111		2049	1								8	131	54	3353
78050	240	REALIZA	3815		5128	1								57	443	234	9679
78212	241	RIO BRANCO DO SUL	5066		5624	1								0	604	402	11696
78875	242	SÃO MATEUS DO SUL	3871		6162	1								95	546	373	11084
78573	243	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	(nomeado)											1	36		
79057	244	SERTANÓPOLIS	3432		4072	1								0	242	166	7912
79715	245	SANTA HELENA	(nomeado)														
84670	246	SANTA TERESINHA	2039		2881	1								0	631	239	5770
78999	247	SAPOEMA	1772	1	986									0	116	55	2929
79030	248	SERTANÓPOLIS	1527		2105	1								0	166	135	3933
78794	249	SÃO JORGE DO IVAI	1801	1	1532									0	218	97	3648
78930	250	SÃO PEDRO DO PARANÁ	1113	1	557									0	86	53	1805
78433	251	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	2037		2343	1								8	153	106	4647
78859	252	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	12481		19037	1								288	196	4066	39350
78778	253	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	3342	1	0									169	604	140	4255
78590	254	SANTO ANTONIO DA PLATINA	3586		10370	1								0	400	390	14746
78638	255	SANTO ANTONIO DO PARRAISO	556		738	1								0	80	138	1512
78751	256	SÃO JOÃO DO IVAI	3994		5089	1								0	576	221	9880
78735	257	SÃO JOÃO DO CAIUA	1231		1994	1								0	105	42	3372
78611	258	SANTO ANTONIO DO CAIUA	932		1241	1								0	53	36	2262
78450	259	SANTA FE	2139		2335	1								0	162	71	4707
78719	261	SÃO JOÃO	2593		3876	1								16	390	197	6975
78816	262	SÃO JORGE D'OESTE	2385		2867	1								17	295	114	5678
78670	263	SÃO CARLOS DO IVAI	1400	1	770									0	67	92	2325
79995	264	SÃO JORGE DP PATROCÍNIO	2675	1	1872									0	111	115	4773
78395	265	SANTA AMÉLIA	996	1	871									0	88	56	2011
78832	266	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	1814		1864	1								0	105	76	3859
78557	267	SANTANA DO ITARARE	1446	1	1334									0	74	66	2920
78417	268	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	1921	1	1617									0	219	165	3922

**ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL**

78697	269	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	4405	1	750	0	0	0	0	417	234	5806
78379	270	SALTO DO LONTRA	2360		4391	1	0	1	0	366	206	7324

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	ELEIÇÕES 1982									
			FDS votos	Venceu	PMDB votos	PDT votos	PT votos	Branços votos	Nulos votos	Volantes votos		
78336	271	SALGADO FILHO	1688		2241	1	0	5	0	156	167	4257
78913	272	SÃO PEDRO DO IVAÍ	1545		2551	1	0	0	0	172	111	4379
78310	273	SABAUDIA	1278		1416	1	0	0	0	115	80	2889
78352	274	SALTO DO ITARARÉ	1760		958	1	0	0	0	134	64	2916
79073	275	SIQUEIRA CAMPOS	3517		3470	1	0	0	0	360	157	7504
78492	276	SANTA IZABEL DO IVAÍ	3332		3467	1	0	0	0	253	205	7257
78654	277	SANTO INÁCIO	1388		1249	1	0	0	0	82	112	2841
78514	278	SANTA IZABEL DO OESTE	1385		3502	1	0	6	0	435	169	5497
78972	279	SÃO TOMÉ	1421		1501	1	0	0	0	88	84	3094
84611	280	SARANDI	4817		2138	1	0	0	0	334	231	7520
78891	281	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	(nomeado)									
79014	282	SENGÉS	4176		897	1	0	0	0	209	199	5481
78476	283	SANTA INÉS	1181		0	0	0	0	0	33	36	1250
78956	284	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	1916		1273	1	0	0	0	228	160	3577
79731	285	TAPIRA	2107		1977	1	0	0	90	194	142	4510
79138	286	TEIXEIRA SOARES	2724		1285	1	0	0	0	258	130	4397
79154	287	TELENMACO BORBA	10412		10401	1	413	0	0	1104	554	22884
79111	288	TAPEJARA	2463		2767	1	0	0	19	183	140	5572
79197	289	TERRA RICA	2659		4272	1	0	0	26	324	194	7475
84530	290	TURVO	1690		1431	1	0	0	0	256	65	3442
79316	291	TUNEIRAS DO OESTE	2705		1732	1	0	0	0	195	112	4744
79219	292	TERRA RICA	4256		5131	1	0	20	0	242	243	9892
79294	293	TOMASINA	2066		2503	1	0	0	0	128	270	4967
79170	294	TERRA BOA	2788		3978	1	0	0	0	227	185	7178
79090	295	TAMBOARA	976		1589	1	0	0	0	129	72	2766
79278	296	TOLEDO	5978		26789	1	0	0	58	1464	875	35164
79251	297	TIJUCAS DO SUL	1915		2093	1	0	0	0	263	165	4436
79936	298	TUPÁSSI	2640		1401	1	0	3	0	192	122	4358
79871	299	TRES BARRAS	2382		3341	1	0	0	0	316	162	6201
79235	300	TIBAGI	3097		3000	1	0	0	0	454	301	6852
79413	301	URAI	3161		3078	1	0	0	0	255	124	6618
79375	302	UNIÃO DA VOTÓRIA	7505		10789	1	293	0	62	1206	609	20464
79332	303	UBIRATÁ	4692		6257	1	0	0	0	460	288	11697
79391	304	UMIFLOR	788		987	1	0	0	0	77	37	1889
79359	305	UMJARAMA	14892		19649	1	238	0	0	2380	1057	38216
79898	306	VERA CRUZ D'OESTE	2215		3106	1	0	0	0	180	162	5663
79456	307	VERÉ	2073		2732	1	0	37	0	179	115	5136
74969	308	VITORINO	1145		1882	1	0	0	0	178	66	3074
79430	309	WENCESLAU BRAZ	3468		3962	1	0	0	0	323	162	7935
79499	310	XAMBRE	2567		2249	1	0	0	0	209	206	5231
TOTAL			1.021.741	129	1.300.459	169	16.811	3.189	6.789	138.307	74.191	2.561.487

FONTE: Dados brutos - MAPAS ELEITORAIS - fornecidos pelo TRE-PR.

ANEXO 10
ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARANÁ 1982 - PREFEITURA MUNICIPAL

ANO	1982	PDS	1.021.741	39,89%	Elegeu	
PREFEITURA MUNICIPAL	PDS	129	43,29%			
	PMDB	169	56,71%			
	PTB					
	PDT					
NOMEADOS						
PT						
BRANCOS						
NULLOS						
TOTAL						
N/Concorreu						
Concorreu						
PDS						
PMDB						
PTB						
PDT						
PT						
TOTAL						
N/Concorreu						
PDS						
PMDB						
PTB						
PDT						
PT						
TOTAL						

ANEXO 11
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA	MUNICÍPIO	CÂMARA MUNICIPAL					CADEIRAS										MAIORIA	
			PDS	VENCEU	PDT	PT	Brancos	Nulos	Votantes	PDS	PAUB	PTB	PDT	PT	TOTAL	PDS	PAUB		
79774	91	FRANCISCO ALVES	2481	1	2309	0	0	0	316	185	5291	5	4	0	0	0	0	9	1
75574	92	FLORESTÓPOLIS	1418	1	2417	1	0	0	299	136	4270	3	6	0	0	0	0	9	1
75779	93	GUAPOREMA	730	1	669	0	0	0	72	69	1540	5	4	0	0	0	0	9	1
75850	94	GUARAGUACABA	1402	1	378	89	0	0	165	142	2176	7	2	0	0	0	0	9	1
75795	95	GUARACI	1060	1	1325	1	0	0	142	101	2628	4	5	0	0	0	0	9	1
79596	96	GRANDES RIOS	4416	1	4546	1	0	0	518	390	9870	4	5	0	0	0	0	9	1
75710	97	GUAIRA	4762	1	6359	1	0	0	566	294	11981	4	5	0	0	0	0	9	1
75833	98	GUARAPUAVA	16478	1	23689	1	4306	38	190	2660	1837	49198	8	11	2	0	0	21	1
75671	99	GENERAL CARNIEIRO	2105	1	1936	0	0	0	336	208	4565	5	4	0	0	0	0	9	1
75817	100	GUARANIACU	3634	1	6685	1	0	0	802	447	11368	3	6	0	0	0	0	9	1
75736	101	GUARACÁ	2330	1	0	0	0	0	350	118	2798	9	0	0	0	0	0	9	1
75752	102	GUARAMA	940	1	780	0	0	0	59	57	1836	5	4	0	0	0	0	9	1
75876	103	GUARATUBA	4862	1	1338	24	0	0	857	402	7483	7	2	0	0	0	0	9	1
75698	104	GOIOERÉ	9869	1	5185	93	0	0	941	856	16944	6	3	0	0	0	0	9	1
75892	105	IBAITI	4419	1	5649	1	0	0	10	883	488	11449	4	5	0	0	0	9	1
75973	106	IBAITUVA	3576	1	5025	1	0	0	487	271	9359	4	5	0	0	0	0	9	1
76198	107	ITAUNA DO SUL	1116	1	2271	0	0	0	85	70	1498	8	1	0	0	0	0	9	1
76252	108	IVATUBA	1155	1	685	0	0	0	86	89	2015	6	3	0	0	0	0	9	1
76090	109	RETAMA	3020	1	2807	0	0	0	603	299	6729	5	4	0	0	0	0	9	1
75957	110	GUARACU	1489	1	1086	0	0	0	173	91	2639	5	4	0	0	0	0	9	1
75914	111	IBIPORÁ	4178	1	7084	1	0	0	111	766	868	12807	3	6	0	0	0	9	1
76139	112	ITAMBARACÁ	7286	1	1774	0	0	0	221	166	4371	5	4	0	0	0	0	9	1
7286	1	IPORÁ	7286	1	5652	0	0	0	796	373	14107	5	4	0	0	0	0	9	1
76015	114	INAJÁ	1267	1	158	0	0	0	98	77	1800	9	0	0	0	0	0	9	1
76031	115	IPIRANGA	2088	1	1708	0	0	0	197	53	4046	5	4	0	0	0	0	9	1
76210	116	IVAI	2144	1	1521	0	0	0	189	79	3933	5	4	0	0	0	0	9	1
76112	117	ITAGUAJÉ	2157	1	120	0	0	0	106	92	2475	9	0	0	0	0	0	9	1
76236	118	VAIPIORÁ	7894	1	9923	1	0	0	84	1295	757	19853	4	5	0	0	0	9	1
79618	119	INDIANÓPOLIS	1734	1	1661	0	0	0	5	198	173	3771	5	4	0	0	0	9	1
76155	120	ITAMBÉ	1028	1	2228	1	0	0	183	137	3572	3	6	0	0	0	0	9	1
75930	121	ICARAIMA	3203	1	3575	1	0	0	0	502	320	7600	4	5	0	0	0	9	1
76171	122	ITAJARA DO SUL	1574	1	2996	1	0	34	0	377	202	5183	3	6	0	0	0	9	1
75990	123	INACIO MARTINS	2237	1	911	0	0	0	0	254	160	3562	7	2	0	0	0	9	1
76074	124	IRATI	8215	1	8567	1	94	0	58	969	804	18727	6	7	0	0	0	13	1
76392	125	JAPIRA	1796	1	355	0	0	0	214	161	2526	8	1	0	0	0	0	9	1
76295	126	JACAREZINHO	5710	1	8434	1	44	0	0	1057	460	15705	5	8	0	0	0	13	1
76317	127	JAGUAPITÁ	2804	1	2472	0	0	0	13	334	189	5812	6	5	0	0	0	11	1
76511	128	JANDAIA DO SUL	1254	1	227	0	0	0	0	137	78	1896	8	1	0	0	0	9	1
76333	129	JAGUARIVA	2166	1	3094	1	1077	0	0	465	255	7057	4	5	0	0	0	9	1
76376	130	JANIÓPOLIS	4458	1	276	0	0	0	0	513	214	5461	9	0	0	0	0	9	1
84638	131	JURANDA	2186	1	398	0	0	0	0	184	88	2856	8	1	0	0	0	9	1
79979	132	ESULITA	3130	1	2851	0	39	0	0	429	272	6721	5	4	0	0	0	9	1
76473	133	JATAIZINHO	2515	1	2790	1	0	0	0	495	317	6117	4	5	0	0	0	9	1
76279	134	JABOTI	1118	1	1054	0	0	0	0	92	68	2332	5	4	0	0	0	9	1
76457	135	JARDIM OLINDA	648	1	0	0	0	0	0	26	35	709	9	0	0	0	0	9	1

ANEXO 11
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO Nº	MAPA	MUNICÍPIO	CÂMARA MUNICIPAL					CADEIRAS										MAIORIA		
			FDS votos	VENCEU	RAUBB votos	VENCEU	PTB votos	PDT votos	PT votos	Branços votos	Nulos votos	Votantes votos	FDS Nº	RAUBB Nº	PTB Nº	PDT Nº	PT Nº	TOTAL FDS	RAUBB	
76530		136 LANDAIA DO SUL	2554		5961	1	0	0	0	635	178	9328	3	8	0	0	0	11	1	
76430		137 JARDIM ALEGRE	3120		6296	1	0	0	0	97	844	600	10957	3	6	0	0	0	9	1
76490		138 JOAQUIM TAVORA	1625		2555	1	23	0	0	216	159	4578	3	6	0	0	0	0	9	1
76414		139 JAPURA	2004		2832	1	0	0	0	36	309	178	5559	4	5	0	0	0	9	1
76538		140 JUSSARA	1499		1878	1	0	0	0	218	113	3708	4	5	0	0	0	0	9	1
76554		141 KALORÉ	1278		1989	1	0	0	0	152	108	3527	3	6	0	0	0	0	9	1
76619		142 LEOPOLIS	1157		1461	1	0	0	0	224	101	2943	4	5	0	0	0	0	9	1
76635		143 LONDA	5075		1824	1	0	0	0	28	383	216	7526	7	2	0	0	0	9	1
76697		144 LARANJEIRAS DO SUL	5963		11293	1	0	0	0	9	888	837	18990	7	4	0	0	0	11	1
76570		145 LAPA	6619		6619	1	143	24	0	0	857	594	14820	7	8	0	0	0	15	1
84590		146 LUNARDELLI	1534		1451	1	0	0	0	225	167	3377	5	4	0	0	0	0	9	1
76694		147 LUPIONÓPOLIS	828		937	1	0	0	0	133	78	1976	4	5	0	0	0	0	9	1
76651		148 LOBATO	1284		278	1	0	0	0	92	59	1713	8	1	0	0	0	0	9	1
76678		149 LONDINA	3124		82852	1	773	124	1543	11689	4620	132843	6	15	0	0	0	0	21	1
76937		150 MARCÓPOLIS	863		2026	1	0	0	0	21	139	94	3163	2	7	0	0	0	9	1
75116		151 MANGUEIRINHA	3701		2431	1	0	0	0	595	302	7036	6	3	0	0	0	0	9	1
76759		152 MANDAGUAÇU	2610		2526	1	0	0	0	18	315	230	5699	5	4	0	0	0	9	1
84697		153 MISSAL	2808		2465	1	0	0	0	286	200	5759	5	4	0	0	0	0	9	1
77011		154 MEDIATEIRA	5406		9149	1	0	0	0	136	859	424	15974	3	6	0	0	0	9	1
76899		155 MARILIZ	2538		2935	1	0	0	0	366	220	6059	4	5	0	0	0	0	9	1
79758		156 MARILENA	1313		1595	1	0	0	0	123	107	3138	4	5	0	0	0	0	9	1
76830		157 MARECHAL CÂNDIDO RONDON	11866		10987	1	0	0	0	747	470	24070	5	4	0	0	0	0	9	1
74330		158 MARLÂNDIA DO SUL	4359		1840	1	0	0	0	738	391	7328	7	2	0	0	0	0	9	1
79634		159 MATINHOS	2625		782	1	8	0	0	3	242	152	3812	7	2	0	0	0	9	1
77097		160 MORRETES	2894		2525	1	201	116	0	9	590	289	6624	5	4	0	0	0	9	1
76996		161 MATELÂNDIA	3715		6725	1	0	0	0	558	343	11339	3	6	0	0	0	0	9	1
76732		162 MAMBORÉ	2659		3167	1	0	0	0	346	180	6352	4	5	0	0	0	0	9	1
77119		163 MUNHOZ DE MELLO	924		1082	1	0	0	0	99	64	2169	4	5	0	0	0	0	9	1
76953		164 MARMELEIRO	2342		3487	1	0	0	0	348	225	6402	4	5	0	0	0	0	9	1
77038		165 MIRADOR	562		523	1	0	0	0	57	56	1198	5	4	0	0	0	0	9	1
76970		166 MARUMBI	1639		1165	1	0	0	0	170	55	3029	5	4	0	0	0	0	9	1
77054		167 MIRASELVA	1232		1004	1	0	0	0	199	103	2538	5	4	0	0	0	0	9	1
76813		168 MANOEL RIBAS	2102		2373	1	0	0	0	8	183	177	4843	4	5	0	0	0	9	1
76716		169 MALLET	2355		1318	1	51	0	0	298	176	4198	6	3	0	0	0	0	9	1
76872		170 MARIALVA	4433		4635	1	0	0	0	545	279	9892	4	5	0	0	0	0	9	1
76856		171 MARIA HELENA	2379		2539	1	0	0	0	324	205	5447	4	5	0	0	0	0	9	1
76910		172 MARINGÁ	30709		43331	1	536	0	0	340	5925	2791	83632	9	12	0	0	0	21	1
77070		173 MOREIRA SALLES	5138		1071	1	12	0	0	0	384	294	6899	8	1	0	0	0	9	1
76791		174 MANDRITUBA	4990		2522	1	27	9	0	13	763	472	8796	6	3	0	0	0	9	1
76715		175 MANDAGUAÇU	4004		5752	1	0	0	0	1402	556	11714	4	5	0	0	0	0	9	1
79677		176 NOVA OLÍMPIA	1332		1603	1	0	0	0	191	222	3348	4	5	0	0	0	0	9	1
77232		177 NOVA FATIMA	1235		1931	1	19	0	0	0	224	114	3523	3	6	0	0	0	9	1
77259		178 NOVALONDRINA	3004		1976	1	0	0	0	213	175	5568	6	3	0	0	0	0	9	1
79650		179 NOVA AURORA	4768		2480	1	0	0	0	576	385	8209	6	3	0	0	0	0	9	1
79952		180 NOVA PRATA	2488		3502	1	0	0	0	71	0	206	6613	4	5	0	0	0	9	1

ANEXO 11
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA	MUNICÍPIO	CÂMARA MUNICIPAL			CADEIRAS										MAIORIA						
			PSD	VENCEU	PSD	PSD	PSB	VENCEU	PTB	PDT	PT	Brancos	Nulos	Outros	PSD	PSB	PTB	PDT	PT	TOTAL	PSD	PSB
77950		226 QUATRO BARRAS	2201	1	1910		80	27	12	447	216	4893	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
77933		227 QUATIGUÁ	1436	1	1662	1	0	0	0	80	92	3270	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78115		228 RESERVA	3874	1	2971		0	0	0	517	318	7760	6	5	0	0	0	0	0	0	11	1
78298		229 RONDON	1832		2714	1	0	0	0	249	141	4936	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78034		230 RANCHO ALEGRE	1162		1290	1	0	0	0	187	105	2744	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78239		231 RIO NEGRO	4297		5256	1	98	0	0	593	393	10637	6	7	0	0	0	0	0	0	13	1
78158		232 RIBEIRÃO DO PINHAL	2773	1	1528		0	0	0	872	282	5455	6	3	0	0	0	0	0	0	9	1
78131		233 RIBEIRÃO CLARO	1782		3456	1	0	0	0	314	228	5782	3	6	0	0	0	0	0	0	9	1
78255		234 ROLÂNDIA	4363		11760	1	0	0	233	1132	609	18097	3	10	0	0	0	0	0	0	13	1
78190		235 RIO BOM	1090	1	1068		0	0	0	136	133	2427	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
78077		236 REBOUCAS	2544	1	1602		0	0	0	323	187	4656	6	3	0	0	0	0	0	0	9	1
78174		237 RIO AZUL	2163		2179	1	0	0	0	239	96	4667	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78271		238 RINCADOR	2163		2638	1	0	0	0	293	187	5501	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78093		239 RENASCENÇA	1112		2003	1	4	0	0	145	89	3353	3	6	0	0	0	0	0	0	9	1
78050		240 REALEZA	3748		4977	1	0	63	1	601	289	9679	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78212		241 RIO BRANCO DO SUL	5009		5486	1	0	0	0	693	508	11696	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78875		242 SÃO MATEUS DO SUL	3854		6028	1	109	5	32	546	510	11084	3	6	0	0	0	0	0	0	9	1
78573		243 SANTO ANTONIO DO SUDESTE	3658		4728	1	0	0	78	273	240	8977	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
79057		244 SERTANÓPOLIS	3313		3960	1	0	0	0	425	214	7912	5	6	0	0	0	0	0	0	11	1
79715		245 SANTA HELENA	5246	1	5068		0	20	0	519	501	11354	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
84670		246 SANTA TERESINHA	1993		2716	1	0	0	0	686	373	5770	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78699		247 SAPOPEMA	1722	1	924		0	0	0	179	104	2929	6	3	0	0	0	0	0	0	9	1
79030		248 SERTANÓPOLIS	3313		3960	1	0	0	0	425	214	7912	5	6	0	0	0	0	0	0	11	1
78794		249 SÃO JORGE DO IVAI	1819	1	1438		0	0	0	255	138	3648	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
78930		250 SÃO PEDRO DO PARANÁ	1121	1	529		0	0	0	89	70	1809	6	3	0	0	0	0	0	0	9	1
78433		251 SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	2010		2257	1	0	0	6	194	180	4647	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78859		252 SÃO JOSÉ DOS FINHAIS	12830		18570	1	1310	296	223	3635	2486	39350	5	8	0	0	0	0	0	0	13	1
78778		253 SÃO JOÃO DO TRIUNFO	3175	1	141		0	0	0	737	202	4255	9	0	0	0	0	0	0	0	9	1
78590		254 SANTO ANTONIO DA PLATINA	3653		9975	1	0	0	0	704	514	14746	3	10	0	0	0	0	0	0	13	1
78638		255 SANTO ANTONIO DO PARAISO	519		692	1	0	0	0	158	145	1512	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78751		256 SÃO JOÃO DO IVAI	4076		4726	1	0	0	0	776	302	9880	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78735		257 SÃO JOÃO DO CALUÁ	1230		1930	1	0	0	0	130	82	3372	3	6	0	0	0	0	0	0	9	1
78611		258 SANTO ANTONIO DO CALUÁ	918		1191	1	0	0	0	82	71	2262	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78450		259 SANTA FÉ	2100		2282	1	0	0	0	220	105	4707	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78530		260 SANTA MARIANA	3925	1	2202		0	0	0	571	277	6975	6	3	0	0	0	0	0	0	9	1
78719		261 SÃO JOÃO	2543		3814	1	0	19	0	379	106	6861	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78816		262 SÃO JORGE D'ESTE	2368		2868	1	0	20	0	303	119	5678	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78670		263 SÃO CARLOS DO IVAI	1347	1	737		0	0	0	133	112	2329	6	3	0	0	0	0	0	0	9	1
78995		264 SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	2612	1	1774		0	0	0	222	165	4773	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
78395		265 SANTA AMÉLIA	980	1	834		0	0	0	114	83	2011	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
78832		266 SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	1773		1839	1	0	0	0	118	129	3859	4	5	0	0	0	0	0	0	9	1
78557		267 SANTANA DO TAPARÉ	1403	1	1274		0	0	0	120	123	2920	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
78417		268 SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	1899	1	1489		0	0	0	339	195	3922	5	4	0	0	0	0	0	0	9	1
78697		269 SÃO JERÔNIMO DA SERRA	4383	1	712		0	0	0	443	268	5806	8	1	0	0	0	0	0	0	9	1
78379		270 SALTO DO LONTRA	2294		4315	1	0	2	0	397	316	7324	3	6	0	0	0	0	0	0	9	1

ANEXO 11
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MAPA Nº	MUNICÍPIO	CÂMARA MUNICIPAL					CADEIRAS										MAIORIA	
			PDS	VENCEU	PALUB	VENCEU	PT	PDT	PTB	VENCEU	PDS	PTB	PDT	PT	TOTAL	PDS	PALUB		
78336	271	SALGADO FILHO	1659	2189	0	5	0	146	258	4257	4	5	0	0	0	0	9	1	
78913	272	SÃO PEDRO DO IVAI	1528	2447	1	0	0	290	117	4379	3	6	0	0	0	0	9	1	
78310	273	SABAUDIA	1238	1368	1	0	0	157	128	2689	4	5	0	0	0	0	9	1	
78352	274	SALTO DO ITARARÉ	1752	934	0	0	0	131	99	2916	6	3	0	0	0	0	9	1	
79073	275	SIQUEIRA CAMPOS	3441	3353	1	0	0	472	238	7504	5	4	0	0	0	0	9	1	
78492	276	SANTA ZABEL DO IVAI	3331	3421	1	0	0	261	244	7257	4	5	0	0	0	0	9	1	
78654	277	SANTO INÁCIO	1389	1219	0	0	0	131	102	2841	5	4	0	0	0	0	9	1	
78514	278	SANTA ZABEL DO OESTE	1558	3402	1	0	6	335	196	5497	3	6	0	0	0	0	9	1	
78972	279	SÃO TOME	1379	1425	1	0	0	174	116	3094	4	5	0	0	0	0	9	1	
84611	280	SARANDI	4587	2039	1	0	0	829	315	7520	6	3	0	0	0	0	9	1	
78891	281	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	5107	4927	1	0	262	0	528	11653	5	4	0	0	0	0	9	1	
79014	282	SENGES	3890	869	1	0	0	341	281	5481	8	1	0	0	0	0	9	1	
78476	283	SANTA INÊS	1155	0	0	0	0	57	38	1250	9	0	0	0	0	0	9	1	
78956	284	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	1837	1186	1	0	0	333	221	3577	6	3	0	0	0	0	9	1	
79731	285	TAPIRA	2082	1887	0	0	95	247	199	4510	5	4	0	0	0	0	9	1	
79138	286	TEIXEIRA SOARES	2672	1200	1	0	0	344	181	4397	6	3	0	0	0	0	9	1	
79154	287	TELMACO BORBA	10177	10074	1	387	0	1499	737	22884	5	4	0	0	0	0	9	1	
79111	288	TAPEJARA	2401	2687	1	0	0	19	291	174	5572	4	5	0	0	0	9	1	
79197	289	TERRA RICA	2594	4128	1	0	0	26	428	299	7475	3	6	0	0	0	9	1	
84530	290	TURVO	1706	1445	1	0	0	186	105	3442	5	4	0	0	0	0	9	1	
79316	291	TUNEIRAS DO OESTE	2639	1758	1	0	0	217	130	4744	6	3	0	0	0	0	9	1	
79219	292	TERRA ROXA	4116	4933	1	0	21	0	425	397	9692	4	5	0	0	0	9	1	
79294	293	TOMASINA	2092	2325	1	0	0	302	248	4867	4	5	0	0	0	0	9	1	
79170	294	TERRA BOA	2741	3898	1	0	0	282	257	7178	4	5	0	0	0	0	9	1	
79090	295	TAMBOARA	866	1528	1	0	0	182	90	2766	3	6	0	0	0	0	9	1	
79278	296	TOLEDO	12123	20245	1	0	58	1697	1041	35764	5	6	0	0	0	0	11	1	
79251	297	TUJUCAS DO SUL	1861	2075	1	0	0	286	213	4436	4	5	0	0	0	0	9	1	
79936	298	TUPÁSSI	2631	1401	1	0	2	0	177	147	4358	6	3	0	0	0	9	1	
79871	299	TRES BARRAS	2322	3224	1	0	0	470	185	6201	4	5	0	0	0	0	9	1	
79235	300	TIBAGI	2879	2839	1	0	0	732	402	6852	5	4	0	0	0	0	9	1	
79413	301	URAI	3055	2955	1	0	0	410	198	6618	5	4	0	0	0	0	9	1	
79375	302	UNIÃO DA VOTÓRIA	7566	10465	1	300	0	59	705	1369	20464	5	8	0	0	0	13	1	
79332	303	UIRATÁ	4672	5956	1	0	0	677	392	11697	4	5	0	0	0	0	9	1	
79391	304	UNIFLOR	755	943	1	0	0	116	75	1889	4	5	0	0	0	0	9	1	
79359	305	UMUARAMA	15389	19252	1	277	0	2024	1274	38216	7	10	0	0	0	0	17	1	
79898	306	VERA CRUZ DO OESTE	2089	2980	1	0	0	304	290	5663	4	5	0	0	0	0	9	1	
79456	307	VERÉ	2093	2659	1	0	37	0	189	158	5136	4	5	0	0	0	9	1	
74969	308	VITORINO	1097	1680	1	0	2	0	186	109	3074	3	6	0	0	0	9	1	
79430	309	WENCESLAU BRAZ	3402	3827	1	0	0	399	307	7935	4	5	0	0	0	0	9	1	
79499	310	XAMBRE	2463	2152	1	0	0	352	264	5231	5	4	0	0	0	0	9	1	
TOTAL			1.218.862	1.807.104	136	174	29.818	11.695	219.107	117.585	3.210.940	1543	1467	6	0	0	3016	173	

FONTE: Dados brutos - MAPAS ELEITORAIS - fornecidos pelo TRE-PR.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL

320-326

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

320-326

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

320-326

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL

320-326

ANEXO 11

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

320-326

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

320-326

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

320-326

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 1982 - ESTADO DO PARANÁ - CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

320-326

ALCÂNTARA, J.C. O dualismo partidário no período de 1966-1982 e sua representação local. Assis, 2004. 346p. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O presente trabalho estuda um período da história político-partidária e eleitoral (1966-1982) brasileira, percorrendo os níveis nacional, estadual e local, com ênfase neste último. Com a chegada dos militares ao poder em 1964 e a extinção dos partidos políticos em 1965, inicia-se um novo sistema denominado bipartidarismo, que se estende até 1982. Diante da dependência partidária e eleitoral da legislação federal, os Estados e municípios se adaptaram, porém conservando suas diferenças regionais. As lideranças políticas paranaenses se articularam diante do novo jogo político e fortaleceram o partido do governo, em contraste com uma oposição decepada e fragilizada. Em nível local, embora receba a interferência da política nacional e estadual, o quadro caracteriza-se acentuadamente por contornos próprios, revelando a disputa de pessoas e grupos de interesses pelo poder local. A baixa institucionalização partidária e a volatilidade são fatores que fortalecem o individualismo na política, e o eleitor, sem referências partidárias consolidadas, até por interesses pessoais e por estar próximo dos candidatos, valoriza o personalismo. O trabalho analisa o desempenho e evolução da ARENA/PDS e do MDB/PMDB, através dos resultados eleitorais, colocando em destaque a representação da política no município de Maringá.

Palavras-chave: história política; partidos políticos; bipartidarismo; eleições; política local.

ALCÂNTARA J.C. Two-party politics during 1966-1982 and its local representation. Assis SP Brazil, 2004. 346p. Doctoral Thesis in History. Faculdade de Ciências e Letras, Assis SP Brazil, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ABSTRACT

An analysis, at the national, state and local levels, with special emphasis to the latter, on the 1966-1982 history of party and election politics in Brazil is provided. A new bi-party system was introduced in Brazil on the arrival to power of the armed forces in 1964 and on the extinction of political parties in 1965, through 1982. Although states and counties adapted themselves to the party and electoral dependence on federal laws, they preserved their regional differences. The political leaderships of the state of Paraná organized themselves in the wake of the new political rules and strengthened the government's party. This cannot be said of the opposition, which remained fragmented and split. Although the local situation was influenced by the national and state politics, its features had special nuances that revealed the struggle of individuals and groups for local political power. Low party institutions and volatility were the chief factors that gave rise to political individualism, while the voter rated personal cult excessively. This was due to the lack of consolidated party references, invested interests and close dealing with candidates. Research investigated the performance and evolution of ARENA/PDS and MDB/PMDB through their election results, whereas the political representation in the municipality of Maringá was enhanced.

Key words: political history; political parties; two-party politics; elections; local politics.